
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE GEOGRAFIA – IG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**COMUNIDADES CAMPESINAS AMEAÇADAS: riscos à vida e novas
ruralidades na Vila Coqueiros a partir do avanço da cana-de-açúcar**

EDUARDO ROZETTI DE CARVALHO

UBERLÂNDIA – MG
2017

EDUARDO ROZETTI DE CARVALHO

**COMUNIDADES CAMPESINAS AMEAÇADAS: riscos à vida e novas
ruralidades na Vila Coqueiros a partir do avanço da cana-de-açúcar**

**Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação do
Instituto de Geografia da Universidade
Federal de Uberlândia (UFU) como
requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Geografia.**

**Área de Concentração: Geografia e
Gestão do Território**

**Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo da
Silva**

**UBERLÂNDIA – MG
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C331c Carvalho, Eduardo Rozetti de, 1981-
2017 Comunidades campesinas ameaçadas : riscos à vida e novas
ruralidades na Vila Coqueiros a partir do avanço da cana-de-açúcar /
Eduardo Rozetti de Carvalho. - 2017.
234 f. : il.

Orientador: Vicente de Paulo da Silva.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.14>
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Comunidades rurais - Minas Gerais - Teses.
3. Trabalhadores rurais - Itapagipe (MG) - Teses. 4. Trabalhadores rurais
- Condições sociais - Vila dos Coqueiros - Itapagipe (MG) - Teses. I.
Silva, Vicente de Paulo da. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

EDUARDO ROZETTI DE CARVALHO

“COMUNIDADES CAMPESINAS AMEAÇADAS: RISCOS À VIDA E NOVAS RURALIDADES NA VILA COQUEIROS A PARTIR DO AVANÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR”.

Prof. Doutor Vicente de Paulo da Silva (Orientador) - UFU

Professor Doutor Júlio César Suzuki – USP – SP

Professora Doutora Andréa Maria Narciso Rocha de Paula – UNIMONTES - MG

Professor Doutor Antônio Cláudio Moreira Costa – UFU

Professor Doutor Marcelo Cervo Chelotti – UFU

Data: 04 / 05 de 2017

Resultado: Aprovado com distinção

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial a Deus, principalmente, trazendo paz, tranquilidade e equilíbrio em momentos que os percalços se apresentavam.

Meu muito obrigado a minha família, por ser meu pilar de sustentação, onde sempre posso acostar-me e descansar, em especial aos meus pais, João Bosco e Antônia Helena, e a minha irmã Fernanda. Pela feliz oportunidade de compartilharmos todos os momentos de alegria e tristeza.

Agradeço a meu orientador, professor Vicente de Paulo da Silva, por este e todos os trabalhos que realizamos juntos, marcados por uma relação de confiança e amizade. Grande responsável pelos caminhos que trilho, o meu sincero e profundo muito obrigado.

Aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos e Riscos nos Grandes Empreendimentos (NEPERGE), aos professores e colegas, pelos debates, reflexões e convivência cotidiana, sempre agradável e enriquecedora.

Aos Professores do programa de pós-graduação e instituições externas, que direta e indiretamente, realizaram contribuições e indicações para que esse trabalho se consolidasse, através das disciplinas cursadas, congressos, defesas de projeto e participação no exame de qualificação.

A todos meus amigos, em especial Mirna Karla, Pedro e Francine, que mesmo distantes fisicamente estavam presentes.

Aos colegas de trabalho das escolas, meu muito obrigado pela paciência e incentivo, com carinho a Marlete, mãe de coração e eterna confidente, minha admiração.

Meu agradecimento a todos que fazem parte do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, especialmente aos funcionários da Pós Graduação.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro concedido através das bolsas durante parte desse percurso. Como também a todos os entrevistados, colaboradores e companheiros, que durante a realização das pesquisas se propuseram a ajudar, entre eles, moradores da comunidade Vila Coqueiros, trabalhadores rurais, sindicatos e demais entidades de representação pública.

Agradeço principalmente à Patrícia, amiga, esposa, companheira e de tudo “minha vida”. Pela presença em todos os momentos, com apoio e pelo carinho, todo o meu amor.

RESUMO

A ação do agronegócio sobre o território, como o do setor canavieiro, deve ser entendido por ações e processos de conflitualidade dos agentes envolvidos de um lado pelo capital e do outro pelas comunidades e agricultores residentes nas áreas de interesse. Esse processo cria estruturas territoriais temporariamente definidas, mas, em contrapartida, em constante processo de (re-des)territorialização. Pensando nesse aspecto, surge a necessidade de compreendermos um desses cenários que é a comunidade camponesa Vila dos Coqueiros, em Itapagipe, Minas Gerais, como local de transformações que modificaram de forma gerar riscos aos modos de produção, vida e trabalho. Assim, o objetivo desse estudo é compreender as dinâmicas e estratégias de resistência dos agricultores e moradores da comunidade, observando suas formas de enfrentamento aos modos de vida instituídos pelos Grandes Projetos de Investimentos Canavieiros. Metodologicamente, o estudo está sustentado em debates e revisões acerca da temática, bem como direcionamentos reflexivos das realidades (re)criadas pelo avanço dos projetos de investimentos em comunidades camponesas. A estratégia de pesquisa é o estudo de caso, por meio do desenvolvimento do método monográfico/etnográfico, com o nível que propomos sendo de pesquisas do tipo descritivas e explicativas com realização de levantamento de dados primários, por meio de roteiros de entrevistas semiestruturados e não estruturados de acordo com grupos amostrais construídos, além de observações visuais. Processo concomitante com levantamento de dados secundários em banco de dados de instituições de representação a temática. O referencial bibliográfico é baseado em diversificado e variado grupos de autores e estudiosos ligados a temática, cujas análises e argumentações divergem muitas vezes umas das outras, mas que desencadearam a construção teórica e panorama reflexivo no desenvolvimento da tese. Apresentamos no decorrer da tese uma análise das ruralidades e urbanidades na comunidade, destacando os seus aspectos históricos que influenciam seus modos de manifestação do rural, como também avaliamos a dinâmica da cana de açúcar na região desde seus processos históricos como efetivos e materializados na atualidade. Avaliamos os efeitos e ameaças à comunidade camponesa estudada apresentando os riscos que essa perfaz, não deixando de analisar e precisar as transformações e resistências dos camponeses, materializada pela resiliência. Esperamos com o estudo colaborar com o conhecimento da temática além de construir um material que possibilite entender aspectos internos e externos que estruturam as comunidades camponesas tanto na produção, no trabalho e na vida desses sujeitos frente expansão do capital canavieiro.

Palavras-Chave: Comunidades Camponesas; Riscos; Vulnerabilidades; Resiliência; Grandes Projetos de Investimentos.

ABSTRACT

The action of agribusiness on the territory, such as that of the sugarcane sector, must be understood by actions and processes of conflict of the agents involved on the one hand by the capital and the other by the communities and farmers residing in the areas of interest. This process creates territorial structures that are temporarily defined, but, on the other hand, in a constant process of (re-des) territorialization. Thinking about this aspect, there is a need to understand one of these scenarios, which is the peasant community of Vila dos Coqueiros, in Itapagipe, Minas Gerais, as a place of transformation that has changed in ways that create risks to production, life and work. Thus, the objective of this study is to understand the dynamics and resistance strategies of farmers and community dwellers, observing their ways of coping with the ways of life instituted by the Large Projects of Sugarcane Investments. Methodologically, the study is based on debates and reviews on the subject, as well as reflexive orientations of the realities (re) created by the advance of investment projects in peasant communities. The research strategy is the case study, through the development of the monographic / ethnographic method, with the level that we propose being of descriptive and explanatory researches with primary data collection, through semi-structured and non-structured interview scripts. Structured according to constructed sample groups, as well as visual observations. Concurrent process with secondary data collection in the database of representative institutions thematic. The bibliographic references are based on diverse and varied groups of authors and scholars related to the theme, whose analyzes and arguments often differ from one another, but that triggered the theoretical construction and reflective panorama in the development of the thesis. In the course of the thesis, we present an analysis of the ruralities and urbanities in the community, highlighting their historical aspects that influence their manifestations of the rural, as well as evaluating the sugarcane dynamics in the region since its historical processes as effective and materialized today. We evaluated the effects and threats to the peasant community under study, presenting the risks that this is, and analyzing and specifying the transformations and resistances of peasants, materialized by resilience. Expected by the study to collaborate with the knowledge of the subject besides to build a material that makes possible to understand internal and external aspects that structure the peasant communities in the production, in the work and in the life of these subjects in front of the expansion of the sugarcane capital.

Keywords: Community peasants; Scratches; Vulnerabilities; Resilience; Major Investment Projects

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia Produtiva da cana-de-açúcar no Brasil	59
Figura 2 – Fotografia do 1º Prefeito de Itapagipe – Sr. Alonso de Moraes Andrade.....	67
Figura 3 – Escudo do Município de Itapagipe.....	68
Figura 4 – Imagem de Satélite Comunidade Vila dos Coqueiros, Itapagipe-MG	74
Figura 5 – Residências na Comunidade	75
Figura 6 – Residências na Comunidade	75
Figura 7 – Rodovia MG255	76
Figura 8 – Via de acesso não pavimentada da comunidade	76
Figura 9 – Ônibus de transporte escolar dos alunos residentes na comunidade e entorno	76
Figura 10 – Escola Municipal	77
Figura 11 – Igreja Nossa Senhora Aparecida	77
Figura 12 – Praça “João Naves”.....	77
Figura 13 – Campo de Futebol.....	77
Figura 14 – Comércio de Bebidas localizado na Praça da Comunidade	77
Figura 15 – Depósito Comercial localizado em frente à Praça da Comunidade	77
Figura 16 – Via Asfaltada no entorno da Praça “João Naves”	78
Figura 17 – Via Asfaltada no entorno da Praça “João Naves”	78
Figura 18 – Placa de entrega da pavimentação e rede de esgoto	78
Figura 19 – Vias sem calçamento ou pavimentação	78
Figura 20 – Rede de energia	79
Figura 21 – Pontos de telefonia pública	79
Figura 22 – 1º Poço Artesiano	79
Figura 23 – Reservatório de Água Municipal	79
Figura 24 – Caçamba para depósito e recolhimento de resíduos	79

Figura 25 – Local de descarte de resíduos	79
Figura 26 – Portão de acesso do cemitério	80
Figura 27 – Vista interna do cemitério da Vila	80
Figura 28 – Banheiro Público na Praça	80
Figura 29 – Posto de Saúde	80
Figura 30 – Ornamentação do Arraiá da Escoque – Escola da Vila Coqueiros	86
Figura 31 – Famílias reunidas no Arraiá da Escoque	86
Figura 32 – Centro de Eventos anexo a Igreja de Nossa Senhora Aparecida	86
Figura 33 – Pequena Criação de Animais ao fundo das residências da vila	93
Figura 34 – Pequena Horta ao fundo das residências da vila	93
Figura 35 – Usina Itapagipe	95
Figura 36 – Lavoura de Abacaxi – Antiga produção no entorno da comunidade	96
Figura 37 – Criação de Gado – Antiga atividade no entorno da comunidade	96
Figura 38 – Placa de venda de queijos afixada em uma entrada lateral de uma residência na Comunidade Vila Coqueiros	97
Figura 39 – Placa de venda de refresco gelado afixada na entrada de uma residência na Comunidade Vila Coqueiros	97
Figura 40 – Movimento do Capital Canavieiro no Brasil	120
Figura 41 – Bunge Itapagipe	123
Figura 42 – Imagem de Satélite Usina Itapagipe, Itapagipe-MG	123
Figura 43 – Área cultivada com cana em Itapagipe-MG (2006 – 2013)	130
Figura 44 – Evolução da Área colhida de Cana de açúcar em Itapagipe-MG do período recente	131
Figura 45 – Uso da Terra em Itapagipe-MG (2013)	132
Figura 46 – Expansão da Atividade Canavieira de 2006 a 2013: Itapagipe-MG	133
Figura 47 – Fluxo de massa em um empreendimento sucroalcooleiro	138

Figura 48 – Via de passagem de caminhões no entorno da comunidade	139
Figura 49 – Sistema de aspersão de vinhaça	142
Figura 50 – Fluxograma de Equilíbrio da Resiliência	162
Figura 51 – Fluxograma de Equilíbrio da Resiliência	164
Figura 52 – Fluxograma da Vulnerabilidade à Resiliência na Vila Coqueiros	168
Figura 53 – Criação de pequenos animais em terreno dentro da Vila Coqueiros.	178
Figura 54 – Sede de propriedade totalmente cercada de cana-de-açúcar	184
Figura 55 – Área lateral à comunidade com cana colhida.	184
Figura 56 – Criação de gado leiteiro, próximo a lavoura canavieira	188
Figura 57 – Área preparada para lavoura canavieira	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vila Coqueiros: Percepção de direitos adquiridos com a implantação da Usina	181
Gráfico 2 – Vila Coqueiros: campos de transformações negativas	182
Gráfico 3 – Vila Coqueiros: campos de transformações positivas	183
Gráfico 4 – Vila Coqueiros: Acompanhamento das transformações da usina para a comunidade	185
Gráfico 5 – Vila Coqueiros: Percepção ao processo de crescimento da área da cana	191

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa político de localização de Itapagipe na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	69
Mapa 2 – Pontal do Triângulo Mineiro: Mesorregiões Geográficas de Frutal e Iturama	69
Mapa 3 – Localização da Vila Coqueiros	71
Mapa 4 – Itapagipe e localização GPI Canavieiro: Usina Itapagipe	124

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1 – Área disponível para colheita e em reforma em Itapagipe-MG (2006 – 2013)	129
Quadro 1 – Estudo de Caso: Fragilidades e caminhos para implementação do delineamento da pesquisa	20
Quadro 2 – Histórico de ações e infraestruturas na Comunidade Camponesa Vila Coqueiros	73
Quadro 3 – Características do novo rural segundo Graziano da Silva	91
Quadro 4 – Principais fases da agroindústria canavieira no Brasil	103
Quadro 5 – Minas Gerais: Origem dos grupos econômicos atuantes no setor sucroalcooleiro	121
Quadro 6 – Participação Acionária da Usina Itapagipe durante sua implantação	125
Quadro 7 – Resíduos gerados e disposição recomendada	138
Quadro 8 – Vila Coqueiros: Percepção dos entrevistados quanto a melhorias locais	151
Quadro 9 – Previsão de aumento dos preços de produtos agrícolas (2010 e 2020)	153
Quadro 10 – Vila Coqueiros: Residências com moradores com emprego direto e indireto	158
Quadro 11 – Vila Coqueiros: O viver na Comunidade	172
Quadro 12 – Vila Coqueiros: Consciência camponesa	174
Quadro 13 – Vila Coqueiros: origem dos moradores	175
Quadro 14 – Vila Coqueiros: principais atividades remuneradas realizadas pelos moradores	177
Quadro 15 – Vila Coqueiros: composição geral da renda mensal dos moradores	178
Quadro 16 – Vila Coqueiros: a chegada da Usina implantou novas práticas de trabalho?	179
Quadro 17 – Vila Coqueiros: a comunidade é um território que a Usina irá usar?	188
Quadro 18 – Vila Coqueiros: avaliação das mudanças na forma de viver aqui com o crescimento da área ocupada cana	191

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agricultura de Baixo Carbono
APL	Arranjo Produtivo Local
APP	Áreas de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIMA	Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
GPI	Grandes Projetos de Investimentos
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPRI	International Food Policy Research Institute
ISO	International Standards Organization
MAB	Movimento do Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP	Movimento Camponês Popular
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDRI	Programas de Desenvolvimento Rural Integrado
PLANALSUCAR	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROALCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRODECER	Programa e Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional

SIAMIG	Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool no Estado de Minas Gerais
SINDAÇÚCAR	Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDOP	União dos Produtores de Bioenergia
ÚNICA	União da Agroindústria Canavieira Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 APORTE TEÓRICO E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	29
1.1 A Tese	29
1.2 Referenciais gerais norteadores	32
1.3 Principais conceitos norteadores da tese	35
1.3.1. O Território	35
1.3.2. Grandes Projetos de Investimentos (GPI)	40
1.3.3. Os Riscos e Vulnerabilidades	42
1.3.4. As Comunidades	46
1.3.5. Agronegócio Canavieiro e a “Agro-sucro-energia”	55
2 RURALIDADES E URBANIDADES NA COMUNIDADE VILA COQUEIROS	64
2.1 Histórico	64
2.1.1. Histórico Municipal: dos primeiros habitantes à emancipação	64
2.1.2. Histórico, Localização e caracterização da Vila Coqueiros	71
2.2 Comunidade Construída (Narrativas).....	81
2.3 Ruralidades e Urbanidades em Vila dos Coqueiros	88
2.3.1. Rural, Ruralidades, Novo Rural e Novas Ruralidades	88
2.3.2. As Ruralidades na Vila Coqueiros	90
2.3.3. As Urbanidades na Vila Coqueiros	94
3 DINÂMICA DA CANA DE AÇÚCAR NA REGIÃO	99
3.1 Pressupostos Históricos da Expansão Canavieira	102
3.1.1 A atividade do início do século XX ao final da década de 1950.....	104
3.1.2 O fortalecimento da atividade da década de 1960 a 1980	109
3.1.3 A queda do setor sucroalcooleiro e a retomada no início do novo século ..	113
3.2 A Expansão Canavieira no Pontal do Triângulo Mineiro	115

3.2.1 Fatores Históricos da Ocupação Produtiva do Triângulo Mineiro	115
3.2.2 A formação da Base Canavieira no Triângulo Mineiro	119
3.3 Expansão Canavieira na Área de Estudo	123
3.3.1 Usina Itapagipe: Dinâmica Territorial Histórica	123
3.3.2 Diagnóstico Local	128
4 EFEITOS E AMEAÇAS À COMUNIDADE CAMPONESA: OLHARES RELACIONAIS SOBRE A VILA COQUEIROS EM ITAPAGIPE	134
4.1 Diversidades e Possíveis Efeitos Gerados com a Implantação do Grande Empreendimento Sucroalcooleiro	137
4.1.1. Fase Industrial: efeitos na geração da poluição das águas, solo e ar	137
4.1.2. Pressões sobre a vegetação natural	144
4.1.3. Responsabilidade Socioambiental	146
4.2 Efeitos/Riscos Sociais	149
4.2.1. Efeitos socioeconômicos considerados mais comuns	149
4.2.2. Biocombustíveis e (in)segurança alimentar	151
4.3 Ameaças e Vulnerabilidades ao Campesinato	153
4.3.1. Apropriações Territoriais	153
4.3.2. Resistência Camponesa?	157
5 RESILIÊNCIA CAMPESINA	161
5.1 Caminhos da Resiliência no Território de Análise	161
5.1.1. Resiliência no Desenvolvimento Local	161
5.1.2. Resiliência como Caminho Geográfico	165
5.1.3. Ruralidades e Manifestações Resilientes	168
5.2 Reações Resilientes na Vila Coqueiros	170
5.2.1. Percepções Camponesas	170
5.2.2. O Trabalho e Renda Comunitária	176
5.2.3. A Chegada da Usina no Olhar Comunitário	181

5.2.4. Representações e Percepções Locais	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	200
ANEXOS	219

INTRODUÇÃO

O entendimento da territorialização do processo de construção da sociedade e dos Grandes Projetos de Investimentos (GPI), em especial os sucroalcooleiros, deve ser entendido por meio de ações e processos que ultrapassam limites administrativos, como os municipais, mas que de toda forma (re)constroem as relações locais, tanto produtivas, econômicas quanto culturais, políticas e sociais do território.

A formação de territorialidades do capital em torno da cana-de-açúcar surge da atuação das relações de conflitualidade dos agentes envolvidos pelo capital existente no processo agrário e agrícola, os quais nascem da contradição de suas interações e da necessidade de coexistência e ou exclusão, formando assim estruturas territoriais temporariamente definidas, mas, em contrapartida, em constante processo de (re-des)territorialização.

Uma complexidade se impõe ao chamarmos de disputa o processo violento de expropriação no campo, uma vez que ela se dá em cima de situações que já eram consolidadas. Isso quer dizer que essa disputa não ocorre de maneira espontânea, ou seja, em terras “sem dono”. O capital, por meio dos Grandes Projetos de Investimentos, chega e apropria das terras para se ampliar, porém sem dar a menor atenção ao fato de tais terras serem apropriadas, nas quais se encontram histórias de vida e de apego ao lugar. Enfim, o conflito se apresenta a partir de uma invasão, que é do capital, a esse espaço do outro sem respeitar a alteridade dos habitantes dessas terras, os quais criaram vínculos com o meio.

A partir dessa argumentação apresentamos essa tese, que direcionará o entendimento das territorialidades existentes e próprias ao avanço do agronegócio sucroalcooleiro, materializado pelos efeitos de unidade canavieira, em Itapagipe-MG, próxima a comunidade camponesa Vila dos Coqueiros e em seu entorno, na busca dos efeitos, riscos e resultados quando o sistema é implantado, remodelando os modos de produção, trabalho e vida. Destacando nesse caminho também os conflitos, personagens e esferas que se correlacionam e disputam seu território.

A pesquisa é estruturada na linha de Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, tendo como orientador o professor Dr. Vicente de Paulo da Silva.

Para justificar a pesquisa temos que ressaltar o movimento do agronegócio e do trabalho, relacionado ao setor canavieiro estabelece novas territorialidades no avanço das agroindústrias sobre áreas produtoras, cria novas organizações dos trabalhadores rurais, influenciando as populações das cidades envolvidas e de comunidades camponesas. Entender esses fenômenos, entre outros que se estabelecem, é fator fundamental para os setores acadêmicos e para a sociedade, principalmente a local.

A atividade e o setor têm ganhado uma nova configuração territorial notadamente a partir do final da década de 1990, com um novo processo de incentivo nacional visto somente nos períodos de modernização da agricultura, ocorrido em áreas onde os cultivos de grãos e pecuária é predominante, sem mencionar ainda os locais de geração de alimentos, onde residem organizações tradicionais muitas vezes familiares.

Assim, entender como as atividades antes estabelecidas, em parte suprimidas territorialmente, recriam e ainda mantêm suas experiências de produção, trabalho e vida, frente ao território expansivo do capital sucroalcooleiro, é fundamental, acrescentar a isso a necessidade do entendimento dos embates políticos que ocorrem.

As novas territorialidades estão vinculadas às relações de poder, como veículo que pode ser manipulado e modificado de acordo com o grupo social que o sustenta, ou de acordo com os interesses que são criados ou recriados. Mas, por outro lado, o capital sucroalcooleiro, não demonstra enfraquecimento, já que ele autoregula sua própria territorialidade e molda, portanto, o espaço.

O desenvolvimento da atividade canavieira geraria efeitos como deslocamento dos trabalhadores do campo, migrações, exploração do trabalhador com violações de direitos, concentração fundiária e diferentes problemas ambientais.

Uma questão importante que também direciona a pesquisa, mesmo com dificuldade de determinar, são os riscos e vulnerabilidades que esses projetos canavieiros geram sobre as áreas de comunidades camponesas, como a da Vila dos Coqueiros, ao transformar os cultivos de alimentos e gerar concentração fundiária.

Portanto, a necessidade de se estudar a possibilidade de resistência, ou mesmo se esses espaços camponeses são resquícios de comunidade que está com os dias contados frente os efeitos da expansão da atividade canavieira, principalmente na região do Pontal do Triângulo Mineiro, a partir da (re-des)organização das atividades tradicionais no entorno desses empreendimentos do agronegócio.

A opção por grandes empreendimentos tem sido uma estratégia para o desenvolvimento do país. Em contrapartida esse processo coloca em pontos opostos, e de

conflito, agentes do poder, muitas vezes representados pelo próprio Estado e grupos econômicos expressivos do capital, além de comunidades estabelecidas nessas áreas de interesse, como grupos étnicos, culturais ou simplesmente grupos de moradores que construíram seus territórios a partir do trabalho e também das suas crenças.

O avanço do agronegócio no campo brasileiro representa essa decisão que muitas vezes leva a um processo de desterritorialização sem precedentes para pessoas que vivem em locais onde os grandes projetos se materializam. No Triângulo Mineiro essa situação tem sido observada e aí tem sido detectado um avanço significativo das atividades ligadas ao agronegócio.

Itapagipe representa um desses cenários de transformação como local que na última década tem sido foco dos grandes projetos de investimentos, com ênfase ao canavieiro, que modificou de forma a (re)criar modos de vida e trabalho dos agricultores e das comunidades, urbanas e rurais, modelado em grande parte de acordo com as necessidades do capital. Hábitos, sociais e interpessoais, são impostos em detrimento de antigos gestos, rituais, enfim, de uma experiência construída naquele lugar e passada por diferentes gerações.

Aqui enfatizamos a ação desses grandes empreendimentos sobre a Comunidade Campesina Vila dos Coqueiros. Sonhos e utopias são coisas de um passado não muito distante que tem mudado em favor de uma nova realidade, ou seja, o avanço da cana de açúcar. Riscos e incertezas constituem a vida num lugar que não se sabe ao certo até quando vai durar ou se ao “estalar de dedos” poderá simplesmente desaparecer dos mapas para dar vez a um *continuum* mar verde de cana. Neste sentido, questionamos,

- As comunidades camponesas, como a Vila dos Coqueiros, irão se dissolver como se não passassem de um amontoado de coisas quando existem interesses do grande empreendedor sedento de reunir e se apropriar cada vez mais de terras para sua produção?
- Quem possui o poder de decisão, legalmente falando, quando se trata de uma investida do capital sobre comunidades ou grupos de moradores nos lugares onde o empreendedor elege como fonte de novos investimentos? Ou realmente são abandonados à própria sorte?
- Quem deve pagar pelos riscos e perigos a que as comunidades são submetidas? E em casos de acidentes ou mortes, seja por negligência, por exposição excessiva a produtos tóxicos, por envenenamento de mananciais aquáticos, riscos de incêndios ou ferimentos por animais peçonhentos, fim de fontes tradicionais de vida?

A partir desse questionamento é possível afirmar que a comunidade camponesa Vila dos Coqueiros representa um cenário de transformação regido pelo capital canavieiro, foco, portanto dos grandes projetos de investimentos canavieiros de capital privado, que por sua vez modificou de forma à (re)criar modos de produção, trabalho e vida dos moradores da comunidade e agricultores de seu entorno. É importante ressaltar que, essas transformações foram geradas de acordo com as necessidades do capital e não dos sujeitos campesinos residentes.

Supõe-se que novos hábitos foram impostos em favor de uma nova realidade, ou seja, o avanço da cana de açúcar e a reprodução do capital desse setor, gerou vulnerabilidades e riscos sociais a essas comunidades, como a dissolução individual e comunitária, perda das identidades históricas e produtivas, de vida e fontes de renda.

Para tanto, estabelecemos a tese de que “As resiliências socioespaciais em comunidades camponesas são percebidas nos territórios onde os Grandes Projetos de Investimentos canavieiros promovem transformações e riscos espaciais aos modos de vida”. Sendo a dinâmica da resiliência como mecanismos adaptativos e de ajustamento capazes de conviver com eventos promotores das mutações locais.

Imagina-se ainda a existência de diversos perigos que esses residentes são submetidos, ocasionados pelo processo de crescimento da atividade canavieira na região, como acidentes, doenças ou mortes, decorrentes talvez pela exposição a produtos tóxicos, por envenenamento de mananciais aquáticos, riscos de incêndios ou ferimentos por animais peçonhentos, transito de maquinário, entre outros fatores.

A partir desse pressuposto, nossa hipótese é que, embora a comunidade campesina Vila dos Coqueiros tenha se mantido até o momento, as ações efetivas de expansão da atividade canavieira em seu entorno, tem promovido uma complexa relação de vulnerabilidades, riscos, perigos, resistências e novas ruralidades, cuja tendência, se não forem tomadas as devidas providências, será o esvaziamento da comunidade e, consequentemente, o seu fim.

O objetivo geral proposto nesta tese é compreender as dinâmicas e estratégias de resistência dos agricultores e moradores da comunidade campesina Vila dos Coqueiros, em Itapagipe-MG, localizados na área de atuação da Usina Itapagipe, observando suas formas de enfrentamento aos modos de vida instituídos no contexto local em que estão inseridos a partir da instalação e desenvolvimento de Grandes Projetos de Investimentos Canavieiros.

Com vistas a responder esse objetivo, propomos então como objetivos específicos:

- Compreender quem são os sujeitos envolvidos na dinâmica produtiva da cana-de-açúcar, e se esses estão ligados diretamente à tentativa de (re)definição das dinâmicas sociais tradicionais;
- Traçar as transformações históricas do campo regionalmente, antes e após o processo de inserção das atividades ligadas ao capital, e direcionadas ao plantio, produção e beneficiamento da cana-de-açúcar;
- Analisar os efeitos do agronegócio canavieiro nos agricultores e em comunidade camponesa localizada na área de ação de indústrias produtoras e processadoras de cana-de-açúcar;
- Avaliar as relações sociais, econômicas e culturais da comunidade Vila dos Coqueiros, destacando suas vulnerabilidades e estratégias de resistência, se existentes, no contexto canavieiro;
- Estabelecer as diferentes territorialidades que são formadas pelo Capital Sucroalcooleiro na área de entorno da comunidade, abarcando nessa comparação se ocorre ou como ocorre o processo a (re)criação das identidades locais.

METODOLOGIA

Estratégias de Pesquisa

A estratégia de pesquisa é a realização de um estudo de caso, por meio do desenvolvimento do método monográfico/etnográfico, pois é o que melhor se enquadra para a pesquisa em questão, frente sua representação e modelo. Destacamos a importância do estudo de caso quando comparado a outras estratégias, pois esse “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível, mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2008, p.57-58).

O estudo de caso da comunidade Vila dos Coqueiros e da agricultura do entorno do empreendimento canavieiro é um dos delineamentos que se utiliza desse propósito, pois se encaixa como destaca Gil, em suas vertentes de análise:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos experimentais. (GIL, 2008, p.58)

Claro que existem preconceitos contra o estudo de caso e o autor Gil (2008) menciona

os principais:

- Falta de rigor metodológico: procedimentos metodológicos não rígidos;
- Dificuldade de generalização: a análise de um ou múltiplos casos gera uma estrutura frágil para a generalização;
- Tempo destinado à pesquisa: tempo muito longo e resultados pouco consistentes

Fragilidades superáveis com a definição de caminhos, apoiados nos referenciais de Robert K. Yin (2001), que baseasse no rigor metodológico, expansão de proposições teóricas e planejamento metodológico, que estão melhores descritos no quadro 1.

Quadro 1: Estudo de Caso: Fragilidades e caminhos para implementação do delineamento da pesquisa

FRAGILIDADE	DESCRÍÇÃO DA FRAGILIDADE	CAMINHO PARA SOLUÇÃO
Pouco rigor metodológico	Procedimentos metodológicos flexíveis, diferentes de experimentos e levantamentos, o que resulta no comprometimento da qualidade dos seus resultados.	Os procedimentos metodológicos não são prerrogativas, mas exigem um cuidado no planejamento, coleta e análise dos dados em posse do pesquisador, afim de expor as evidências de forma justa.
Fragilidade na generalização	A análise de múltiplos ou um único caso pode ser frágil para definir proposições e resultados, o que esbarra na generalização, ou, falsa verdade.	Como o procedimento não é de fornecer um conhecimento a partir de procedimentos estatísticos, ele é válido por expandir proposições teóricas.
Tempo para implementação	O estudo único ou de múltiplos casos desencadearia a necessidade de um tempo maior para coleta eficaz, satisfatória e real da realidade pesquisada. Tanto é que historicamente os trabalhos de estudo de caso demandaram muito tempo e deixaram a desejar em seus resultados.	Experiências na contemporaneidade demonstram que estudos de caso em períodos mais curtos, frente a utilização de planejamentos metodológicos, geraram resultados confirmáveis por outros estudos.

Fonte: GIL, 2008; YIN, 2001.

Org.: CARVALHO, 2014.

Ressaltamos a importância do estudo de caso de acordo com os apontamentos de Yin, ao mencionar que este se apresenta,

como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticas.[...] permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões. (YIN, 2001, p.21).

Assim, o nível é de pesquisas do tipo descritiva e explicativa, uma vez que a primeira nos permitirá a descrição das características e fenômenos de resistência da comunidade em foco, com utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados e informações, a fim de estabelecer as relações entre as diferentes variáveis, como a social e econômica, e a natureza dos modos de morar, viver e trabalhar. Já a segunda, pesquisa explicativa, serão desenvolvidas

por existir uma preocupação central em identificar os fatores que determinam a realidade social.

Os dois níveis de pesquisa permitem identificar fatores que determinam o fenômeno de resistência local e as influências pela chegada do grande empreendimento canavieiro, que por sua vez exige uma profunda descrição e detalhamento.

Delineamento da Pesquisa

Para o delineamento da pesquisa e avaliação das diferentes territorialidades que se formam perante os modos de resistir e existir dos agricultores e comunidades camponesas frente a reprodução do capital sucroalcooleiro, dividimos a pesquisa em três partes principais. A primeira consiste na revisão bibliográfica do tema proposto; a segunda trata da captação, utilização de dados e informações coletadas; e a terceira parte é referente à análise estatística desses dados e à construção de indicadores que possibilitarão o desenvolvimento da proposta. As etapas poderiam ser compreendidas da seguinte forma:

Etapa 1 – Revisão conceitual e dados secundários

Esta etapa consiste na revisão teórico-conceitual básica da pesquisa que objetiva discutir os princípios e subsidiar a compreensão de diferentes definições e conceitos importantes no entendimento dos territórios camponeses e suas implicações para o desenvolvimento local, bem como suas importâncias e as diferentes tipologias de classificação adotadas, sobre os desdobramentos territoriais que são criados perante o capital da cana, além de discorrer sobre o papel dos órgãos de gestão para a manutenção dos modos de vida tradicionais, entre outros princípios.

Ainda nessa etapa, que ocorreu durante todo o estudo, frente o surgimento de novos desdobramentos, procedeu-se à delimitação e exploração de temas e/ou categorias que são trabalhadas para o estudo, como: os grandes projetos de investimentos, a força do agronegócio, o capital sucroalcooleiro, a realidade produtiva recente, da cana-de-açúcar, e as tradições, da agricultura familiar e convencional (patronal), o território, os conflitos e suas territorialidades, os efeitos, riscos e vulnerabilidades de comunidades camponesas, entre outros.

Esta etapa tratou de expor e analisar ainda as informações estatísticas e estudos realizados previamente sobre o tema. Assim, foram utilizadas diversas publicações, dentre as quais: artigos, relatórios, anais de eventos, monografias, dissertações e teses. Sendo

enfatizadas leituras e fichamentos de livros e demais textos essenciais a organização do referencial teórico.

Em relação às fontes secundárias, o estudo se fundamentou na coleta, sistematização e análise dos dados secundários socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE, além de dados disponibilizados em sitios digitais da União da Agroindústria Canavieira Paulista (ÚNICA), União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG) e Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SINDAÇÚCAR). Essas fontes podem fornecer informações importantes para a compreensão da dinâmica sucroalcooleira regional e as motivações para o processo de expansão dessa atividade.

Ressaltamos que as fontes de dados secundárias devem ser referenciadas corretamente e apresentadas na íntegra sem alterações qualitativas ou quantitativas, respeitando seus aspectos durante o manejo de tais dados, passando somente por formatação visual para apresentação no corpo do produto final.

Etapa 2 – Pesquisa de Campo e Elaboração de Relatórios

Os dados utilizados no estudo foram coletados por meio de: roteiros de entrevistas semiestruturados com os grupos domiciliados diretamente na comunidade Vila dos Coqueiros e agricultores locais do entorno; entrevistas não-estruturadas com agentes pertencentes ao universo do complexo sucroalcooleiro, entre os quais podemos destacar as entidades representativas de interesses que interagem no processo, como também as que se correlacionam aos moradores da área de ação da usina. Essas entidades são compostas por, profissionais/servidores e setores da Prefeitura Municipal de Itapagipe e do Sindicato dos Produtores Rurais de Itapagipe.

Os grupos amostrais que englobam tanto a metodologia amostral e número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção serão apresentados melhor adiante nessa introdução.

Destaca-se aqui que a entrevista semi-estruturada, de acordo com Trivinos (1987), é um dos principais recursos que o investigador pode utilizar como técnica de coleta de informação. Na entrevista semi-estruturada temos "[...] formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada" (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Nela, o entrevistador tem uma participação ativa que, apesar de observar um roteiro, pode fazer perguntas adicionais para esclarecer questões para melhor

compreender o contexto. Esse recurso baseia-se apenas em uma ou poucas questões/guias, quase sempre abertas, das quais decorre o diálogo com o entrevistado o que faz com que nem todas as perguntas elaboradas sejam utilizadas.

Durante a realização da entrevista podem ser introduzidos outras questões que surgem de acordo com o que acontece no processo em relação às informações que se deseja obter. O tipo de entrevista semi-estruturada adotado aqui foi a etnográfica, a qual é essencialmente empregada em combinação com a pesquisa de campo e as estratégias observacionais.

A entrevista com roteiro não-estruturado permite ao entrevistado responder ao entrevistador a partir de sua própria estrutura de referência, ou seja, ele julgará quais são as dimensões ou assuntos relevantes, explicando essa situação (COTANDA et al., 2008), desde que ligadas a realidade da comunidade.

Dessa forma, foram feitos acompanhamentos de informações apresentadas, referentes à trajetória e atuação local e as impressões pessoais sobre a realidade produtiva local, onde o entrevistado pôde refletir e selecionar o que gostaria de incluir na sua fala, mas também questões estruturadas sobre algum ponto do debate ou mesmo esclarecimentos técnicos que seriam úteis para o desenvolvimento de algum tema sobre as formas de produção, trabalho e vida dos agricultores e da comunidade Vila dos Coqueiros seguindo os direcionamentos propostos em anexo III.

Ao considerarmos de fundamental importância a uma caracterização da visão do poder local frente aos processos e dinâmicas que vem ocorrendo na comunidade do município, em relação a expansão da atividade canavieira, foram realizadas entrevistas não-estruturadas, junto aos representantes/profissionais dos poder público local e dos segmentos aliados ao processo produtivo local, representado pelo Sindicato dos Produtores Rurais atuantes no município.

É valido destacar que seleção das amostras para cada grupo, bem como o número dessas, foram feitas após as incursões iniciais ao campo por acessibilidade, a fim de criar um universo temporal e de realidades semelhantes, que pudessem apresentar, diante do processo histórico, o perfil dos envolvidos na formação da atividade e suas consequências localmente, perante a manifestação de suas territorialidades. Atentamos para o fato de que para a coleta de informações os roteiros para os grupos amostrais apresentam um conjunto longo e detalhado de perguntas, estruturados em blocos temáticos.

A vantagem do procedimento de entrevista está na possibilidade de obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos de vida social e comportamental, com atenção para a não divulgação dos nomes dos entrevistados, mediante a apresentação, antes das entrevistas

aos sujeitos da pesquisa, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Entrevistados esses que serão apenas tratados, no resultado final do estudo, pela letra “E” seguida do número ordenado do entrevistado cronologicamente, não identificando seus nomes, exemplo: o representante domiciliado na comunidade entrevistado número 17, foi E17 no resultado final.

As entrevistas ocorreram com a gravação fonética, ou na impossibilidade disto as respostas foram anotadas pelo entrevistador. As gravações posteriormente foram transcritas seguidas de suas desgravações, com análise somente do material transcreto. Sendo que o entrevistado não precisava responder a toda e qualquer pergunta ou autorizar a gravação se sentisse que ela era muito pessoal ou sentisse desconforto em falar.

Além das entrevistas, foram realizadas várias visitas na comunidade e na área agrícola do entorno. Nessas ocasiões percorremos seus espaços na busca de conhecer a estrutura e as formas de organização da comunidade. Isso se configura como procedimentos de observação como técnica de coleta de dados, com o uso dos sentidos com vista a adquirir os conhecimentos necessários do cotidiano da realidade comunitária e regional, com ressalvas a sua realização de forma não estruturada de modo simples, observando espontaneamente como os fatos ali ocorrem.

Esses procedimentos de observação foram realizados com a confecção de diários de notas pessoais do pesquisador, posterior a realização do fenômeno. Sendo a metodologia ou amostragem, desse tipo de técnica de coleta de dados, do modelo *ad libitum* (à vontade) onde não se baseia em procedimentos sistemáticos, mas sim na anotação do fenômeno observado visível e potencialmente relevante.

Dessa forma, os diários de notas pessoais seguiram o direcionamento observacional seguinte:

- Os sujeitos: Quem e quantos são os participantes? Como esses se manifestam?
- O cenário: Quais as características do lugar? Onde elas se situam? Com que sistema social pode ser identificado?
- O comportamento social: O que ocorre socialmente? Como e de que forma essas se relacionam com o território?

Etapa 3 – Análise dos dados e interpretação

Essa etapa, de entendimento, reflexão e construção da complexa realidade territorial de resistência das comunidades locais, se da pela sistematização dos dados e informações colhidas em campo, avaliando para isso os territórios de forma a conceituá-lo e traduzi-lo por

vários indicadores relativos aos sistemas de representação espacial de sua realidade inerentes e fundamentados pela representação do capital local.

Assim, a análise dos dados foi realizada com o auxílio de softwares que se adaptem às necessidades do trabalho, como métodos de estatística de descrição e de mapeamento, no qual se destacam Excel, CAQDAS, DadTab, Arcview, AutoCad, PhilCarto, entre outros.

Os aspectos considerados para análise, bem como os indicadores construídos tiveram o intuito de observar o perfil dos sujeitos e setores entrevistados, que abarcassem as condições de vida, a caracterização do patrimônio produtivo, da renda, de integração com o meio sócio-econômico, da produção, dos fatores econômicos entre outros aspectos que se apresentassem pertinentes ao estudo.

Basicamente para a análise dos dados e sua interpretação passou pelos seguintes passos:

- Estabelecimento de categorias: Agrupamento das respostas em categorias em geral favoráveis, desfavoráveis, neutra e residual (respostas não enquadradas);
- Transcrição: Transcrição das gravações coletadas nas entrevistas em campo seguida de sua desgravação;
- Codificação: Voltados somente a respostas das entrevistas associadas a códigos numéricos, para futura tabulação;
- Tabulação: Processo de agrupar/contar os casos que estão nas várias categorias de análise para sua representação em tabelas/quadros de dupla ou múltipla entrada;
- Análise estatística dos dados: Descrição dos dados, caracterização do que é típico e atípico ao grupo; indicação da variabilidade dos indivíduos no grupo, distribuição dos indivíduos em relação a determinadas variáveis e avaliação da significância dos dados, estabelecimento de relações causais, avaliação das generalizações obtidas com os dados;
- Análise qualitativa: Análise dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seus inter-relacionamentos, com confecção de textos, diagramas, mapas e matrizes. Definição de outras categorias de análise que vão além daquelas descobertas na redução dos dados. Conclusão e verificação com elaboração de uma revisão do significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações, tantas vezes quantas forem necessárias para verificar as conclusões emergentes;

- Interpretação dos dados: Busca do sentido mais amplo para os dados analisados com vistas a integrá-los em um universo de fundamentos teóricos da pesquisa e dos conhecimentos acumulados em torno da questão proposta.

Com a efetiva confecção das argumentações e reflexões sobre a realidade comunitária local, gerando os resultados da tese.

Grupos Amostrais

Relacionado aos moradores da comunidade, agricultores do entorno e poder público e sindical dos produtores rurais, foi estabelecida amostragem por acessibilidade ou por conveniência, não probabilística, destituída de rigor estatístico (GIL, 2008), frente aos diversos segmentos sociais que participam das atividades territoriais locais, como agricultores, serviços, aposentados, pequenos comerciantes, desempregados, entre outros. Nesse procedimento de amostragem “[...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo [...] onde não é requerido elevado nível de precisão.” (GIL, 2008, p.104).

Esta situação ocorre com muita frequência na prática, uma vez que de acordo com Costa Neto (1977, p. 43) “nem sempre é possível se ter acesso a toda a população objeto de estudo, sendo assim é preciso dar segmento a pesquisa utilizando-se a parte da população que é acessível na ocasião da pesquisa”.

O presente caso de amostragem não probabilística pode ocorrer, ainda segundo Costa Neto (1977), quando, embora se tenha a possibilidade de atingir toda a população, retiramos a amostra de uma parte que seja prontamente acessível.

Portanto, atentando a metodologia e que ocorre a possibilidade e acesso quase integral aos sujeitos residentes na área da comunidade Vila dos Coqueiros, 235 pessoas, entre jovens, adultos e idosos, os roteiros de entrevista foram aplicados com pelo menos um integrante representante, de maior idade que tivesse autorizado ser entrevistado, dos domicílios com moradores existente na comunidade Vila dos Coqueiros, com a aplicação, mínima, de 65 roteiros, representando pouco mais de 25% do contingente populacional da comunidade.

Também foram entrevistados, por meio de roteiro semiestruturado, pelo menos quatro (04) representantes (50%), de maior idade (acima de 18 anos) que autorizou ser entrevistado, das oito (08) propriedades rurais que estão no entorno da comunidade.

Já por meio de entrevistas com roteiro não estruturado foram entrevistados pelo menos três (03) representante do poder público municipal de Itapagipe, que representam 12% dos 25

profissionais de representação local, entre prefeito, vice-prefeito, vereadores, secretários, entre outros cargos, que possuam maior idade, sejam funcionários do poder público por concurso ou processo seletivo e que autorizem ser entrevistado.

Ainda por meio de entrevistas com roteiro não estruturado foram entrevistados pelo menos três (03) representante do Sindicado dos Produtores Rurais do município de Itapagipe, que totalizariam 25% dos 12 profissionais de representação da entidade, entre diretor, conselho diretor, secretariados, extensionistas e outros profissionais. Esses entrevistados eram todos de maior idade, e concordaram em ser entrevistado.

Portanto, puderam ser estabelecidos os seguintes grupos amostrais:

- Representante domiciliado na comunidade: 65 entrevistados;
- Representante de propriedades rurais no entorno da comunidade: 04 entrevistados;
- Representante do poder público municipal: 03 entrevistados;
- Representante do Sindicado dos Produtores Rurais: 03 entrevistados.

Assim, o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofreram algum tipo de intervenção foi de 75 pessoas, tendo como critério de inclusão possuir idade igual ou superior à 18 anos, outros aspectos ligados a idade acarretaram em exclusão do sujeito para a pesquisa.

Riscos e Benefícios da Pesquisa

Os riscos consistem em desconfortos emocionais individuais, que caso venham a ocorrer, por serem de ordem subjetiva e intensidade mínima, resultam do compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais sobre os aspectos históricos, vida e trabalho do entrevistado, podendo levá-lo a momentos de incômodos, constrangimento ou euforia. Além disso não são conhecidos riscos físicos. Atentamos para o fato de que existe o risco mínimo de identificação do sujeito e que para minimizar este risco os entrevistados não foram identificados, sendo apenas atribuída uma numeração aleatória de controle ao sujeito da entrevista, conforme exemplificado.

É importante destacar que essa minimização dos riscos também se aplica para os representantes do poder público municipal e do sindicato de produtores rurais haja vista que a entrevista contemplou, mais de um participante para cada um desses grupos. Ou seja, uma porcentagem representativa de funcionários/profissionais do universo de representação, além de que não ocorreram nos roteiros de entrevista, perguntas específicas a profissão ou ao órgão

de trabalho diretamente desses entrevistados.

Os benefícios não são diretos para o participante deste estudo. Apenas benefícios esperados posteriores com o conhecimento gerado no final do estudo, onde será possível construir um diagnóstico da vulnerabilidade e resiliência da comunidade quanto as modificações das atividades do campo em sua região. Que por sua vez, como ação decorrente de nossa pesquisa, poderá ser encaminhado aos poderes públicos regionais para que façam parte dos seus planejamentos de ações e medidas sociais no desenvolvimento da realidade camponesa, estimulando mudanças positivas ao bem-estar comunitário.

CAPÍTULO 1 – APORTE TEÓRICO E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

1.1 A TESE

O movimento do capital do agronegócio e do trabalho, no âmbito do setor canavieiro, estabelece novas territorialidades no avanço das agroindústrias sobre áreas já produtoras, criando organizações dos trabalhadores rurais que molda as populações das cidades envolvidas e de comunidades camponesas. Entender esses fenômenos e outros que se seguem é fator fundamental para os setores acadêmicos e para a sociedade, principalmente a local.

A atividade e o setor têm ganhado uma nova configuração territorial notadamente a partir da década de 1990, com um novo processo de incentivo nacional visto somente nos períodos de modernização da agricultura. Negativamente, isso tem ocorrido em áreas onde predominam os cultivos de grãos e pecuária, além dos locais de geração de alimentos, onde residem organizações tradicionais, muitas vezes familiares, que são suprimidas por esse processo dito modernizador da agricultura ou então são duramente submetidas às suas decisões.

Assim, entender como atividades tradicionais foram suprimidas territorialmente reaparecem na nova forma de organização do espaço produtivo e como as famílias submetidas a esse processo expropriador recriam, mantêm e resistem em suas experiências de produção, trabalho e vida, frente ao território expansivo do capital sucroalcooleiro, é fundamental nessa nova empreitada. Da mesma forma, entende-se que seja preciso acrescentar ainda a necessidade do entendimento dos embates políticos que ocorrem nessa relação ao ponto de criar uma situação conflituosa de luta pela manutenção do espaço de vida contra os avassaladores da cultura da cana-de-açúcar.

Percebe-se que novas territorialidades estão vinculadas às relações de poder, como veículo que pode ser manipulado e modificado de acordo com o grupo social que o sustenta, ou de acordo com os interesses que são criados ou recriados. Por outro lado, o capital sucroalcooleiro, não demonstra enfraquecimento, já que ele autorregula sua própria ação, moldando, portanto, o espaço.

O desenvolvimento da atividade canavieira gera efeitos negativos como deslocamento dos trabalhadores do campo, migrações temporárias por decisão própria ou forçadas,

exploração do trabalhador com violações de direitos, concentração fundiária e diferentes problemas ambientais. Além disso, os empreendimentos sucroalcooleiros criados na região do Pontal do Triângulo Mineiro, em especial em Itapagipe-MG, passaram a concentrar importante área de produção canavieira e econômica no período recente. Essa dualidade merece ser mais bem analisada, compreendida e explorada.

Uma questão importante que também direciona a pesquisa, mesmo com sua dificuldade em se precisar, por ser um campo novo na Geografia, são os riscos e vulnerabilidades que esses projetos canavieiros geram sobre as áreas de comunidades camponesas, como a da comunidade Vila Coqueiros, transformando os cultivos de alimentos em produtos de outra finalidade, como o álcool, e gerando concentração fundiária.

Fica evidente, portanto, a necessidade de se estudar a possibilidade de resistência, ou mesmo se esses espaços camponeses são resquícios de comunidades que estão com os dias contados frente os efeitos da expansão da atividade canavieira, principalmente na região do Pontal do Triângulo Mineiro, a partir da (re-des)organização das atividades campesinas tradicionais no entorno desses empreendimentos do agronegócio.

Lembramos que as ruralidades campesinas não podem ser anteriores ao debate da resistência camponesa na atualidade, ela está diretamente relacionada à questão agrária na atualidade, criando forças e agentes em constante processo de conflito e disputa, muitas vezes territoriais, que por sua vez (re)modelam as formas de trabalho e vida do campesinato. Nesse universo, temos de um lado agentes ligados a reprodução ampliada do capital, representando o agronegócio canavieiro e por outro os camponeses cujo objetivo é a reprodução familiar, em espaços de vida, como as comunidades camponesas.

Dando atenção ao lado do camponês, construímos sujeitos não organizados tão somente pelas necessidades do mercado, mas sim em um processo de circulação de mercadorias, com a compra e a venda de produtos para a acumulação de valores.

Percebemos que o atual momento de desenvolvimento do capitalismo traz fortes consequências para as populações camponesas. Uma vez que, é criado um contexto de avanço do agronegócio no campo, com uma internacionalização do capital na agricultura e uma acumulação de capitais nas corporações transnacionais, fatores que geram novos desafios para repensar o campesinato brasileiro, tornando ainda mais difícil sua compreensão.

Os processos capitalistas de produção energéticas, com base na produção canavieira, na atualidade reconfiguram o território para centros de exploração agrícola, baseados na monocultura, concentradora e exploradora. Nesse contexto temos a crescente utilização da produção camponesa para com os complexos agroenergéticos.

Criamos assim a pertinência de trazer esse debate dos riscos à vida e novas ruralidades nas comunidades camponesas a partir do avanço da cana de açúcar para a atualidade, sob uma abordagem dialética que reconhece os avanços e ao mesmo tempo recuos nesse processo contraditório. Devemos perceber se os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção. O que poderiam levar, em uma recriação, redefinição e até diversificação do campesinato (MOURA, 1986).

Mas questões pontuais direcionam nossas preocupações nesse universo: As comunidades camponesas tendem a se dissolver quando há interesses do grande empreendedor? Ocorre a inserção estratégica dos camponeses na produção dos agrocombustíveis? A quem cabe o poder de decisão da investida do capital sobre comunidades? Existem implicações da expansão dos agrocombustíveis para o processo de reprodução camponesa? Como devemos compreender essas transformações no campo? O agrocombustível é uma faceta para a sobrevivência do campesinato? Quem deve pagar pelos riscos e perigos a que essas comunidades são submetidas?

Com o intuito de refletir essas e outras questões o presente estudo nasce da busca de analisar como ocorre a reprodução e resiliência do campesinato frente à expansão dos agrocombustíveis, que muitas vezes estão associadas com usinas de cana.

É importante destacarmos a compreensão de que a comunidade camponesa Vila Coqueiros, objeto desta pesquisa, representa um cenário de transformação regido pelo capital canavieiro, foco portanto dos grandes projetos de investimentos canavieiros de capital privado, que por sua vez modificou de forma à (re)criar modos de produção, trabalho e vida dos moradores da comunidade e agricultores de seu entorno. Todavia, essas transformações foram geradas de acordo com as necessidades do capital e não dos sujeitos campesinos residentes.

Supõe-se que novos hábitos foram impostos em favor de uma nova realidade, ou seja, o avanço da cana de açúcar e a reprodução do capital desse setor, gerou vulnerabilidades e riscos sociais a esses moradores, como riscos a dissolução individual e comunitária, redução ou fortalecimento das identidades históricas produtivas, de vida e fontes de renda.

Observa-se ainda a existência de diversos perigos que esses residentes são submetidos, ocasionados pelo processo de crescimento da atividade canavieira na região, como acidentes, doenças ou mortes, decorrentes talvez da exposição a produtos tóxicos, por envenenamento de mananciais aquáticos, riscos de incêndios ou ferimentos por animais peçonhentos, transito de maquinário, entre outros fatores.

Assim, nossa tese, que por sua vez direcionará a pesquisa, é que embora a comunidade Vila Coqueiros tenha se mantido até o momento, as realizações, de ações efetivas de expansão da atividade canavieira em seu entorno, propiciam influências em sua realidade, modelando em parte as formas de produção, trabalho e vida tradicionais da comunidade local e em seu entorno, do ponto de vista crítico, tendo que se descobrir como ocorre e apresenta-se a geração de vulnerabilidades, riscos, perigos, resistências e novas ruralidades.

1.2 REFERENCIAIS GERAIS NORTEADORES

O referencial teórico para a elaboração dessa tese reside em autores que desenvolveram estudos importantes na compreensão dos paradigmas do agronegócio, formação e desenvolvimento dos complexos produtivos, as relações entre capital X trabalho e a dinâmica sucroalcooleira no Brasil. Além de demais temáticas relevantes ao estudo proposto, cujas análises e argumentações divergem muitas vezes umas das outras, mas que desencadearam a construção teórica e panorama reflexivo no desenvolvimento da tese.

Inicialmente, nessa perspectiva destacam-se teóricos que denotam em seus estudos os processos de formação e desenvolvimento inicial do setor sucroalcooleiro no Brasil, complementadas pelos debates e reflexões de diversos autores que dialogam sobre esse processo no decorrer do século XX. Conta com os estudos sobre a importância dos sistemas de créditos para desenvolvimento das atividades agrícolas, relevantes ao tema, debatido entre tais autores, dos quais destacamos Andrade, (1994), Bray (1984), além Gonçalves Neto (1997), Soares (2003), Oliveira (2003), Martine (1987).

Estudos recentes da temática do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Brasil foram de fundamental importância, nesse tocante abarcamos teóricos recentes como Selani, (2005), Queda, (1972), que junto as reflexões de Piquet e Ribeiro, (1991) possibilitaram a compreensão desse fator com o histórico da modernização da agricultura, aliado a expansão da agroindústria sucroalcooleira e seu processo de concentração de terras. Não deixando de destacar que no entendimento do agronegócio sucroalcooleiro nos valemos de autores importantes como Müller (1989a, 1989b), Malassis (1973), Lauschner (1979), entre outros.

No que concerne a necessidade de entendermos os debates dos influenciados por essa ação do capital sucroalcooleiro, como os trabalhadores e a agricultura tradicional, principalmente no que concerne a concentração de terras, pela formação das grandes propriedades produtivas, observamos os diálogos de Gomes da Silva (1982), Thomaz Jr

(1986), Oliveira e Gonçalves Neto (2003). Na perspectiva da necessidade de entendimento do formato corporativista ou mesmo o neocorporativismo, que nasce da evolução do conceito, frente ao desenvolvimento do nível econômico, da natureza e estrutura política das modernas sociedades capitalistas, valemo-nos de autores do setor econômico como Ortega (2005), fundamentais na (co)relação dos debates. Não esquecemos nessas relações, os fatores sociais, econômicos e políticos direcionados nas argumentações de Gomes (2004), Ferreira Neto (1998), Oliveira (2003), que por sua vez, contribuíram no entendimento desses fatores e da intervenção sindical e sindicalismo, e dos movimentos de representação.

Demos atenção também aos efeitos que a atividade canavieira gera localmente e um importante arcabouço teórico para esse entendimento são os apontamentos de Elias (2012) ao definir a formação das Regiões Produtivas Agrícolas, onde ocorre intensa substituição dos sistemas técnicos agrícolas com significativa mudança das formas de uso e ocupação do espaço agrícola.

No caminho de construção do estudo definimos e conceituamos as unidades processadoras de cana como Grandes Projetos de Investimentos, para tanto nos valemos dos apontamentos de Martins (1993) que os estabelecem como projetos econômicos de envergadura mas que não têm por destinatárias atendimento as populações locais. Bortoleto (2001) observa o posicionamento da ausência de análises sobre as alterações socioeconômicas, culturais e ambientais que esses projetos causariam às regiões.

Ainda nessa fundamentação, Vainer e Araújo (1992) foram importantes pois definem essa categoria e apresentam os diferentes efeitos desses agentes sobre o território, como por exemplo na desestruturação das atividades econômicas preexistentes, mediante sua necessidade de produção e reprodução das condições gerais da acumulação e a do ordenamento territorial.

Como os debates estão voltados à questão da categoria território, tivemos que remeter e tomar como referenciais autores que desencadeia a construção dessa categoria, norteadora no estudo. Assim, analisamos os pensamentos de teóricos como Raffestin (1993) que enfatizou o caráter político administrativo do território; Andrade (1995) que retrata o território com uma abordagem profundamente política e econômica de ocupação do espaço; Haesbaert (2002, 2004a, 2004b) que analisa o território em diferentes abordagens. Contamos também com Saquet (2004) que vislumbra o território numa abordagem política, econômica e cultural, produzido pelas relações de poder articuladas por um determinado grupo social; além de Souza (2001) que aponta a existência dos múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação.

Como o estudo engloba o entendimento das realidades sociais, categorizar os modos de vida torna-se um desafio e uma necessidade. Para tanto foram utilizados autores da vertente social como Lacascade (1984), Juan (1995), Max Sorre (1952) e Rosendah e Corrêa (1999), que desenvolvem direcionamentos importantes para compreender o social como ferramenta nos estudos locais, como é próprio ao estudo de caso.

Não deixando nesse percurso de dar atenção também a conceitualização das comunidades tradicionais como meio de desenvolvimento analítico da realidade proposta na tese, com aportes como de Martins (1975), Maffezoli (1997), e Bhabha (1998), onde o tema é amplamente estudado, aliados aos estudiosos sobre o campesinato como Oliveira (2011), Marques (2002), Souza (2008), Moura (1986), entre outros.

Nossa abordagem também destacou a problemática dos riscos presentes na implantação e desenvolvimento dos projetos de investimentos sobre a realidade local, para o entendimento desse campo de debate, que é novo na área da geografia, nos valemos de autores dos quais destacamos Veyret (2007) que direciona suas análises e conceitos sobre os riscos frente sua existência com fenômeno da construção social de perigo ao que é estabelecido tradicionalmente, Beck (2006) que estabelece o fenômeno como catalizador de modificações econômicas e sociais locais, gerados perante a (re)construção do espaço geográfico. Outra importante contribuição para a discussão dos riscos é o pesquisador November (2002) que os comprehende como fenômeno enraizado nos espaços por ser participante ativo das transformações territoriais.

É importante destacar que o estudo proposto vale da estratégia de pesquisa de estudo de caso, se utiliza de fundamentações, frente às dificuldades e riscos ligados a esse tipo de trabalho, de autores de diferentes campos do conhecimento, mas que convergem para a formação de caminhos para a aplicação de estudo de caso na área da Geografia. Entre os principais pensadores temos Gil (2008) que defende o olhar crítico e aprofundado das fragilidades do estudo de caso para sua implementação, Martins (2006) discorre em seus trabalhos sobre as estratégias para a análise de estudo de caso. Valemos também de Yin (2001) que traça os caminhos para a elaboração real de um estudo de caso em pesquisas acadêmicas, como também de Stake (1978) que apresenta apontamentos para a realização de tal metodologia em pesquisas sociais, além de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004) que direcionam formas para a prática de estudos quantitativos e qualitativos, validos para o estudo de caso.

De tal maneira, os teóricos ao qual fizemos menção, e outros, são importantíssimos, mesmo não sendo citados, frente os debates acadêmicos que já o fizeram com propriedade,

suas bases de análise tornam fundamentais para o desenvolvimento desse estudo que se segue, mediante o enfoque de compreender as dinâmicas que se manifestam perante a ampliação do capital sucroalcooleiro e da cana-de-açúcar nos municípios do Pontal do Triângulo Mineiro, em específico em uma comunidade de Itapagipe em Minas Gerais.

1.3 PRINCIPAIS CONCEITOS NORTEADORES DA TESE

A investigação social é complexa porque a própria realidade social é complexa, em particular pela presença das subjetividades e do sentido de desafio na compreensão e da interpretação da realidade, como a que apresentamos. É importante criar uma ligação, de análise, entre o sujeito e o objeto foco em investigação, por meio da tentativa de não atribuição de juízos e valores ao acaso, mas sim um processo de cientificidade, que por sua vez necessita de uma objetividade possível somente ao respeitar o método científico, algo inerente ao modelo de estudo proposto.

As teorias e os conceitos norteadores estão sempre ligados ao processo científico de investigação, pois é dele que nasce a produção do conhecimento, onde são construídas e escolhidas as decisões para o melhor alcance dos objetivos. Desde que o caminho para responder nossa problemática passe, de algum modo, pelo balanço das teorias existentes e pela explicitação da perspectiva adotada.

Pensando nisso apresentaremos a seguir os principais conceitos norteadores da tese, não deixando de lado, outros que já colocamos como importantes em nosso referencial, mas sim os utilizando como troncos de sustentação para as argumentações e posicionamentos que traremos no decorrer desse estudo.

1.3.1 O Território

A expansão da atividade canavieira no Brasil, especificamente no Pontal do Triângulo Mineiro, vem desencadeando a desterritorialização do campesinato e uma reterritorialização das estruturas produtivas.

Esse movimento do capital e trabalho, no âmbito dos empreendimentos canavieiros, vem estabelecendo uma nova territorialidade, tanto das agroindústrias, das plantações, quanto dos trabalhadores e população das cidades envolvidas nesse processo. Essa territorialidade

está vinculada às relações de poder, como um veículo que pode ser manipulado e modificado de acordo com o grupo social que o sustenta, ou de acordo com os interesses que são criados.

A adoção da categoria de território para a compreensão dos fenômenos e desdobramentos nas relações entre capital e trabalho dos empreendimentos sucroalcooleiros torna-se importante uma vez que, de acordo com Ortega,

O uso do enfoque territorial, em tempos de globalização, vem sendo recomendado por cientistas, governos e agências multilaterais. [...] Apesar do modismo, [...] nossa intenção é verificar a pertinência do uso do enfoque territorial em um processo de des(re)territorialização, em virtude do avanço da globalização. (ORTEGA, 2008, p. 51).

Haesbaert (2004) deixa claro que o enfoque territorial tem a capacidade de responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço, pois é em sua medida que vemos as “novas formas que ele está incorporado e através das quais se manifesta” (2004a, p.87).

Segundo esse autor, “a importância do enfoque territorial está associada à crise capitalista das décadas de 1970 e 1980 e, numa aparente contradição ao aprofundamento do processo de globalização que [...] implica uma profunda desterritorialização global”. (ORTEGA, 2008, p. 54).

Sposito relata que dessa forma “os territórios perdem as fronteiras, mudam de tamanho dependendo do domínio tecnológico de um grupo ou de uma nação, e mudam, consequentemente, sua configuração geográfica” (2004, p. 114).

Acerca do conceito surgem diferentes leituras, pontos de defesa e visões, no que tange ao conceito de território. Desse modo, para esse estudo enfatizamos as visões e interações sobre o conceito de território, verifica-se que todas são formadas de acordo com a ideia de relação de poder.

Raffestin (1993) e Haesbaert (2002, 2004) desenvolvem bem essa vertente sobre o território, uma vez que este é criado pelo poder exercido por pessoas ou grupos, como também pelas multerritorialidades existentes dentro de um mesmo território.

Vale lembrar que Raffestin, destaca uma compreensão sobre o conceito de espaço geográfico como substrato preexistente ao território. Segundo o autor,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O território é formado em um espaço, e neste o sujeito expressa e desenvolve suas relações, formando a territorialidade que, junto a outras territorialidades, perfazem um novo

território e um novo espaço. Nesse tocante podemos inserir os empreendimentos sucroalcooleiros, como redefinidores de dinâmicas territoriais.

Ainda de acordo com o autor, o território é tratado, inclusive, com ênfase político-administrativa, ou seja, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação, um espaço delimitado por uma ordem jurídica e política, um espaço pautado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Portanto, ao se apropriar e relacionar com o espaço, o sujeito territorializa o espaço, materialmente, como na construção de sua identidade.

Dessa forma, devemos entender o território como

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A construção do território, como o do setor canavieiro, remete então, às relações pautadas pelo poder que esses sujeitos possuem. Assim, a compreensão dessa categoria, exige que se atente para o poder exercido por pessoas ou grupos que definem outros territórios, criados pelos atores sociais que moldam suas territorialidades em um dado espaço, pois Raffestin afirma que

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Sobre o poder em relação ao território, apesar de suas particularidades, o enfoque deve ser conjunto para a consolidação do conceito, pois o poder está intrínseco em todas as relações sociais, ele deve ser visto como relacional, visto que “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2004, p. 101).

Ainda sobre isso, “[...] no panorama atual do mundo, com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local” (HAESBAERT, 2002, p. 27).

Na medida que o autor identifica uma multiterritorialidade reunida em outras quatro dimensões de visão e noções de território (2004a, p.91):

- Política, ou jurídico-política: determinação de poder – político do Estado;
- Cultura, ou simbólico-cultural: produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;

- Econômica: menos difundida, produto da divisão “territorial” do trabalho.
- Natural(ista): base nas relações entre sociedade e natureza

Sendo a última incorporada em um período recente ao entendimento dos elementos territoriais. Nesse contexto as três iniciais, valendo-se de referenciais consolidados sobre tais dimensões, apresentam diferentes elementos: os territórios-zona, nos quais prevalece a lógica política; os territórios-rede, onde prevalece a lógica econômica; os aglomerados de exclusão – prevalece nesses, uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas – sendo importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Ainda sobre isso, Haesbaert destaca:

Multiterritorialidade [...] implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode ser dado tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico (HAESBAERT, 2004a, p. 343-344).

Lembramos ainda que Haesbaert analisa o conceito de território, como sendo “antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades” (HAESBAERT, 2004b, p. 35), o que para o entendimento das identidades suprimidas do mundo sucroalcooleiro tornam-se pertinentes e merecedoras de atenção.

Em seus estudos Haesbaert analisa a des-territorialização, a partir do movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Posto que, “dependendo da concepção de território muda, consequentemente, a nossa definição de desterritorialização” (HAESBAERT, 2004b, p. 35), já que essa é utilizada para retratar o processo de multiterritorialidade, que por sua vez é tátil na realidade sucroalcooleira.

É importante mencionar que Haesbaert, deixa claro que o uso do território, frente a visões Materialistas, Idealistas, Relacionais ou Integradoras, (HAESBAERT, 2004b) permite o seu uso como categoria multidimensional, mas que deve especificar sua abrangência e dimensionalidade para que sua utilização não se perca em contradições teóricas.

Valendo-se desse princípio e dos demais tratamentos mencionados, entende-se a perspectiva que temos a categoria território, como uma das formas de explicar as mudanças e transformações para o desenvolvimento da atividade canavieira e sucroalcooleira, posto que seu processo de territorialização, desterritorialização e (re)territorialização, vai além da

existência, nesse processo, da visão multiterritorial. Sobre isso, Haesbaert aponta que,

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo, e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade pelo simples fato que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004a, p. 344);

Esse processo, de (re)ordenamento territorial do setor sucroalcooleiro vem provocando mudanças expressivas na Geografia do campo em Minas Gerais, no que tange ao trabalho, que se manifesta também no processo de desconstrução, atingindo os modos de vida, produção, identidade, cultura e pertencimento da sociedade relacionada ao processo.

Nessa perspectiva Sposito demonstra que, uma concepção naturalista do território é amplamente difundida e essa “concepção clássica do imperativo funcional acaba por transformar o território em um elemento da natureza, pelo qual se deve lutar para conquistar ou proteger” (SPOSITO, 2004, p. 113). Dessa forma, o indivíduo cria laços com o seu território, demonstrando apego e sentimentos em relação a este lugar que ele conquista ou protege, e, por sua vez, o empreendimento sucroalcooleiro se apropria desses territórios num complexo movimento de destruição/reconstrução.

O conceito de território também é importante quando se entende que é aí que a vida cotidiana acontece, onde os eventos do viver se repetem, se renovam, se criam e proliferam, garantindo, assim a existência da própria vida.

Encerrando tal base da categoria território para entendimento dos empreendimentos sucroalcooleiros, remetemos a Santos ao afirmar que, o “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2006, p. 13).

Nesse sentido, o território torna-se fundamental ao possibilitar as manifestações de contradição de suas relações sociais, afetivas e de trabalho, versus, territórios do capital frio e produtivo da cana-de-açúcar.

1.3.2 Grandes Projetos de Investimentos (GPI)

Quando adotamos o uso do debate das unidades sucroalcooleiras como Grandes Empreendimentos, o fizemos porque esses empreendimentos são de grandes dimensões que movimentam extraordinários montantes de dinheiro e outros recursos, tais como mão-de-obra e infraestrutura, além de uma exigência de grande disponibilidade e necessidade de recursos agrícolas, no caso principal a cana-de-açúcar.

Os Grandes Projetos de Investimentos são considerados por Martins como “projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais” (MARTINS, 1993, p.61-62). Martins dá atenção principalmente a hidrelétricas, os planos de colonização e construção de rodovias, mas seus postulados podem ser aplicados também aos Empreendimentos Sucroalcooleiros.

Esses empreendimentos causam grandes e graves efeitos ao meio e às pessoas, uma vez que no processo de implantação, como destaca Bortoleto, há “uma ausência de análises sobre as alterações socioeconômicas, culturais e ambientais que causariam às regiões” (BORTOLETO, 2001, p.54). Além do mais, esses empreendimentos ligados à atividade canavieira, não se limitam apenas ao tempo de instalação, mas em um processo contínuo de apropriação e reconstrução do território para com o seu capital.

Os empreendimentos sucroalcooleiros geram, nos territórios onde são implantados, uma ruptura das condições já existentes, nos modos de vida dos moradores e os mais diversos efeitos, nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e até mesmo políticos. Isso é mencionado por Vainer e Araújo, ao relatarem que os GPI causam também “desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 33).

Corroborando, para essa questão dos Grandes Empreendimentos Sucroalcooleiros, temos que os Grandes Projetos abrangem os empreendimentos de grande porte que surgiram sob o discurso de contribuir para a implantação de infraestrutura e como forma de levar crescimento e progresso às regiões em que foram instalados.

Apoiado nos direcionamentos de Vainer e Araújo (1992) observa-se que esses empreendimentos sempre mobilizam “grande intensidade de elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.29).

Assim, é inegável que essas indústrias, mesmo que localizadas fisicamente em uma

pequena área, englobam e ocupam extensas áreas, afetando de diversas formas o meio no qual se inserem, com efeitos de cunho social, ambiental, político e, principalmente, econômico.

Segundo Vainer,

Os GPIs buscam atender simultaneamente a duas exigências: a da produção e reprodução das condições gerais da acumulação e a do ordenamento territorial. São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER, 1992, p. 34).

Fica evidente, segundo esses referenciais, que a interpretação de que o termo Grandes Empreendimentos pode ser aplicado, de maneira direta e própria aos Empreendimentos Sucroalcooleiros tão presentes no contexto da organização territorial do Triângulo Mineiro.

Sobre o real significado dessas implantações e modernizações realizadas pelos empreendimentos temos que observar suas consequências, como mencionado por Silva,

Sabemos que um projeto de modernização tem, antes de tudo, objetivos que não são os de desenvolver o lugar nem tampouco modernizar as pessoas. Ou nos enquadramos no processo, ou somos excluídos. E enquadrar aqui assume o sentido de servir ao processo, trabalhar para ele, comer o que ele manda. (SILVA, 2007, p.19).

É importante ressaltar que, não dissociamos os debates acerca da Agroindústria, dos Complexos ou Sistemas Agroindustriais para os entendimentos dos Empreendimentos Sucroalcooleiros, uma vez que tais entendimentos, debates e contribuições de Müller (1981, 1982a, 1989), Kageyama et al (1987), Kageyama e Silva (1988), entre outros, são fundamentais para alicerçar e fundamentar ainda mais essas inter-relações.

Para Müller (1981), o Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro que se insere em um espaço econômico determinado, forma e necessita de um conjunto de atividades fortemente interdependentes. Na visão de Kageyama et al (1987), o Complexo Agroindustrial "remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao sistema global de acumulação" (KAGEYAMA et al, 1987, p.11). Portanto, o setor agrário é apreendido a partir da dinâmica conjunta da indústria para a agricultura.

O complexo agroindustrial, em específico o empreendimento sucroalcooleiro, deve ser entendido por meio de ações e processos que ultrapassam os limites municipais. Sua construção surge da atuação das relações entre trabalhador e capital, como também dos conflitos dos próprios capitais, nascidos da contradição de suas interações e da necessidade de coexistência de um e outro, formando assim a estrutura das territorialidades num complexo movimento de destruição, reconstrução, criação e recriação de territórios.

Além do mais, os GPI's, como os complexos sucroalcooleiros, são criados a partir de políticas de aplicação e difusão de créditos subsidiados, acessíveis, de certa forma, porém, altamente excludentes e seletivos, sendo privilegiados os grupos empresariais e grandes agricultores, conforme destaca Oliveira:

Ao criar uma política de concessão de créditos subsidiados, altamente seletiva e excludente, o Estado acabou privilegiando grandes proprietários e grupos empresariais, o que contribuiu para a constituição do Complexo Agroindustrial brasileiro e, particularmente, do CAI sucroalcooleiro. Desse modo, redefiniu as formas tradicionais de produção e deixou à margem, milhares de produtores rurais responsáveis pela produção de alimentos. (OLIVEIRA, 2003, p. 45).

Engendrando ainda nessas relações e efeitos Gonçalves diz:

A eficiência setorial de longo prazo na produção de matéria-prima para o complexo sucroalcooleiro, traz portanto embutido o germe concentracionista de terra e de renda. Concentra terra porque a obtenção de custos menores engendra a busca por agricultar áreas maiores maximizando lucros e reordenando a ocupação do solo direcionando as propriedades a se adequarem ao tamanho. (GONÇALVES, 1991, p. 111).

O que por vezes é incorporado e presente nas análises e estudos ligados aos Grandes Projetos de Investimentos. O Estado, por sua vez, regula e direciona o processo, apropriando-se de um discurso de garantir o desenvolvimento local e regional, mas submetem os moradores, proprietários de terra e trabalhadores de modo geral aos direcionamentos de expropriação do território, aos ditames do Capital. Isso representa uma total desordem das relações preexistentes e, ao mesmo tempo, garante uma nova ordem no campo, ou seja, a ordem imposta pelo sistema.

1.3.3 Os Riscos e Vulnerabilidades

É preciso entender o conceito de “risco” como um resultado de atividades sociais, o que por sua vez o materializa como uma possibilidade de efetivação de contraposições ao que está implantado, ou seja, o sentido de perigo ao que existe ou ao que foi construído pelas tarefas sociais. Nesse direcionamento Veyret nos permite compreende-lo como “[...] uma construção social. A percepção que os atores têm de algo que representa um perigo para eles próprios, para os outros e seus bens, contribui para construir o risco que não depende unicamente de fatores ou processos objetivos” (VEYRET, 2007, p. 23).

Entendemos assim que, os riscos são criados pelos grandes empreendimentos, em especial quando do processo de sua implantação, são regidos por uma necessidade do capital

em reproduzir seu modelo, tendo como direcionadores o aprimoramento e fortalecimento de grupos econômicos hegemônicos. Devemos perceber que os riscos na sociedade contemporânea estão relacionados diretamente ao desenvolvimento tecnológico, como assinalado por diferentes autores, que por sua vez são engendrados ao modelo econômico capitalista, que também é algo pertencente aos grandes projetos.

Devemos observar o risco segundo a perspectiva locacional, como mencionado por Veyret (2007), pois esse se manifesta nas relações com o espaço geográfico com o risco. Nesse caráter territorial os riscos, logicamente, estão aliados ao seu território de ação, que por sua vez são em grande parte onipresentes para o indivíduo, para a sociedade e, em especial, aos sujeitos que tomam decisões, como os políticos.

De acordo com November (2002), os riscos, em relação ao seu vínculo com o local, não importa a perspectiva na qual eles são abordados, se produzem dentro de um espaço geográfico, e mais precisamente, dentro de um território. Nessa medida o risco ou os riscos sempre serão territoriais.

Portanto, também devemos compreender que além do aspecto histórico que impulsiona a formação dos riscos na contemporaneidade, esses são materializados em um território, gerando espacialidades. Esse processo corrobora com o entendimento do risco como fenômeno dos Grandes Projetos de Investimentos (GPI) por estarem aliados a um território de ação e de representação como as comunidades camponesas.

É nesse aspecto que a busca pelo entendimento da territorialização do processo de construção da sociedade e do agronegócio sucroalcooleiro é importante, já que também se utilizam dessa categoria e muitas vezes ultrapassam os limites territoriais, formando territórios regidos pelo capital, separando as relações do espaço de administração com o capital, criando seu território de interesse.

Ainda segundo November, o risco é literalmente enraizado nos espaços por ser participante ativo das transformações territoriais, capaz de modificar áreas ao longo do tempo e, até mesmo, fazer-se parte integrante da paisagem que se estabelece. Devendo ver o risco como “um participante ativo transformações intrinsecamente territoriais, capaz de marcar algumas áreas ao longo do tempo e até mesmo ser legível em elemento da paisagem” (NOVEMBER, 2006, p.294).

García-Tornel (1997) também considera esse entendimento e, portanto, essa categoria geográfica para compreender os riscos. Pois, o autor ao estabelecer o “território potencial de risco”, como todo espaço que tem a possibilidade de sofrer o evento catastrófico, não importando o grau de intensidade coloca os grupos humanos em situações diversas de perigo,

ou seja, em graus diferentes de vulnerabilidade, porque o território precisa ser representado como habitado, vivido e apropriado.

É importante ressaltar que, esses territórios e suas construções, principalmente, para os setores canavieiros, surgem a partir da atuação das relações e conflitos entre o capital e o trabalho, muitas vezes tradicionais, como também a partir dos conflitos dos próprios capitais de concorrência. Isso acarreta na formação de estruturas de territorialidades dos grandes empreendimentos sucroalcooleiros, os quais desenvolvem/reconstroem os territórios antes de identidades e relações da terra para com a terra, para relações capitalistas produtivas e desligadas às atividades sociais clássicas.

Partindo desses posicionamentos, definiremos que os riscos, materializados pelos grandes empreendimentos, nascem ou são gerados como uma ameaça ao que é produzido e mantido costumeiramente, rompendo com os modos de viver e tornando vulneráveis as sociedades tradicionais.

Desse modo, Veyret (2007) menciona que, esses riscos, são a possibilidade de prejuízo às ameaças potenciais e/ou percepções que definem o comprometimento ao que está estabelecido, gerando assim uma vulnerabilidade. Nesse tocante, o autor define risco como “a representação de um perigo ou álea (reais ou supostos) que afetam os alvos e que constituem indicadores de vulnerabilidade” (VEYRET, 2007, p. 30).

A saber, vulnerabilidade deve ser compreendida como a fragilidade do sistema, processo ou atividade a áleas naturais ou tecnológicas. Veyret define em certo momento a vulnerabilidade como,

[...] estar fisicamente exposto a uma álea (natural ou outra), é apresentar certa fragilidade diante do sinistro [...]. É de igual modo, não ter em vista os meios disponíveis para enfrentar a crise que pode sobrevir [...]. Reduzir a vulnerabilidade não consiste em tentar reduzir a frequência da álea, o que é, em certos casos, totalmente impossível [...], mas em diminuir os efeitos possíveis da crise por meio do conhecimento dos processos e instalação de dispositivos adequados. (VEYRET, 2007, p. 43).

Ainda mais que, pessoas que vivem no meio de maior vulnerabilidade social, ou em outras palavras com uma fragilidade econômica, têm possibilidades maiores de sofrerem a materialização do risco. Nesse pensamento, haveria, então, uma espécie de diferenciação espacial do risco, porque esses não estão espalhados uniformemente sobre o território.

Isso é defendido por November, ao dizer que “populações que vivem no meio de maior vulnerabilidade social [...] existe uma espécie de diferenciação espacial do risco, porque os riscos não estão espalhados uniformemente sobre o território” (NOVEMBER, 2006, p.290, tradução nossa).

Portanto, entendemos que os Grandes Projetos de Investimentos (GPI), como o canavieiro, se mostram nesse processo como agentes causadores de riscos às sociedades estabelecidas, uma vez que se enquadram como riscos a manutenção dos territórios tradicionais. Enquanto que as populações tradicionais, ou melhor as sociedades de risco, se materializam como a representação da vulnerabilidade frente a chegada do capital.

Na fala de Veyret, ao analisar o “risco social” definimos que as sociedades tradicionais, estão sujeitas à “possibilidade de um acontecimento catastrófico para a coletividade humana, ou mais exatamente, como a probabilidade de ocorrência de um acontecimento cujas consequências poderiam ser nefastas para a sociedade” (VEYRET, 2007, p. 276-277), o que possibilitaria sua desterritorialização. Nessa perspectiva, temos os GPI, entre eles os empreendimentos canavieiros, como agentes que trazem riscos as comunidades, economias e setores locais clássicos.

Nessa perspectiva o risco deve ser compreendido como,

Ameaças e incertezas pertencem às condições gerais de existência humana; a semântica do risco está relacionada especificamente com o processo de modernização, no qual adquirem maior significado as decisões, as incertezas e a probabilidade. Está relacionada à tematização no presente de perigos futuros, percebidos como resultado da civilização. (MOTTA, 2009, p.385)

Além de que os riscos atuais podem ser compreendidos como produtos do estágio industrial de produção e efeitos secundários sistemáticos dos processos de modernização, algo inerente aos GPI. Uma vez que esses são produtos históricos e resultantes de ações e omissões humanas, bem como expressão do desenvolvimento das forças produtivas e do período técnico-científico-informacional, como definiu o período atual o geógrafo Milton Santos (1996).

Os riscos nesse processo são criados,

[...] por formas normativas sancionadas de atividades – como no caso dos jogos de azar ou esportes. Os mercados de investimentos representam facilmente o exemplo mais proeminente da vida social moderna. Todas as firmas de negócios [...] e todos os investidores, operam num ambiente onde cada um tem de prever os lances dos outros no sentido de maximizar os lucros. As incertezas envolvidas nas decisões de investimentos derivam em parte das dificuldades de antecipar eventos extrínsecos, tais como inovações tecnológicas, mas fazem também parte da natureza dos próprios mercados (GIDDENS, 1994, p. 130).

Dessa forma, os riscos nascem de políticas desenvolvimentistas, privadas ou públicas, por meio de projetos de investimentos e necessidades de mercado, mas afetam de maneira negativa, principalmente, as populações tradicionais locais, modificando seus modos de vida e de trabalho, em detrimento ao desenvolvimento do capital.

A expansão da atividade canavieira no Brasil, especificamente, no Pontal do Triângulo Mineiro, vem desencadeando a desterritorialização do campesinato e uma reterritorialização das estruturas produtivas, como dissemos anteriormente. A ação do grande capital, que consideramos como risco, se desloca de um lugar para outro, promove um processo de reterritorialização das estruturas que compõem o setor, como também das relações que configuravam o espaço desses territórios.

Todavia, mesmo que existam medidas de tratamento e mitigação do risco que é estabelecido, contribuindo ativamente para remodelar ações minimizadoras desses efeitos de ruptura nas tradições das populações, poderá haver resultados imprevisíveis. Pois, muitas vezes tentar sanar o risco que se estabelece em certos lugares, apesar de terem sido alvo de uma série de medidas, há possibilidades de serem gerados novos riscos às sociedades estabelecidas. Em outras palavras, a ação que deseja minimizar o risco contribui para destacar ou potencializar a presença de outros riscos (NOVEMBER, 2006).

Assim, mesmo que o capital desenvolva ações para minimizar os problemas e rupturas dos modos de trabalho e viver das sociedades tradicionais, essas não se tornaram eficazes, uma vez que podem gerar novos riscos às comunidades já afetadas.

1.3.4 As Comunidades

O campesinato é um conceito que se materializa na prática ajudando a compreender a realidade agrária brasileira, no entanto apenas ligado ao campo ideológico. O camponês reflete a história social em sentido amplo, além de possuir um significado político e de construção de pensamento científico.

Devemos entender o camponês a partir de sua condição como classe social pela sua capacidade de criação e recriação, por ser demonstrado como singularidade criada a partir da capacidade de produção social, conforme Oliveira.

Como classe sui generis do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine. (OLIVEIRA, 2006, p.16).

O campesinato não se trata de uma independência ao capitalista, pois há sujeição de renda, de produção, mas uma independência no modo de produção, possibilitando a sua recriação, existindo uma relativa autonomia campesina, mas também há sujeição desses sujeitos ao mercado capitalista, isso ocorre pela materialização da relação dialética entre o

tradicional e moderno.

Os campesinos surgem como manifestação de uma classe social definida ao longo de sua própria história pelas posições que ocupam no campo de lutas contra as ações do capital. Marques, corrobora ao afirmar que

A ordem social moderna é organizada pelo mercado e pelo princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. A relação dialética entre tradição e modernidade perpassa toda a cultura brasileira. Não há um destino pré-determinado para o campesinato na sociedade brasileira. O destino dessa classe social é definido ao longo de sua própria história pelas posições que ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária. (MARQUES, 2002, p.2)

Utilizando a lógica da teoria da modernização, o campesinato a fragiliza, desmascara, no momento em que demonstra que o acesso à técnica, às formas de produção não destroem a lógica camponesa, pelo contrário, percebe-se a sua recriação em outro contexto, com outras possibilidades, ou seja, seu fortalecimento e adequação ao processo.

Desse modo temos o campesinato como expressão contraditória de um modo de produção cujas ações não estão ligadas somente a produção de mercadoria, mas também a acumulação. Mesmo essa tendo sua produção ligada a uma base familiar e de reconhecimento de valor como menciona Marques:

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de forma de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao, descampesinamentos, ora sua reprodução enquanto camponês. (MARQUES, 2002, p.2).

É importante destacar que o conceito de campesinato é uma categoria atual e permanente na contemporaneidade, podendo ser entendido como uma classe social integrada às ações de forças sociais e econômicas do mundo contemporâneo. No Brasil essa classe se destaca pela força de trabalho familiar, e a forma como se articula com o mercado local e o mercado capitalista, levando em consideração as singularidades atreladas a totalidade da dinâmica de reprodução. Como confirma Marques,

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas em diferentes relações de trabalho e de acesso à terra [...]. Porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado como alternativa ao de camponês por seu caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. (MARQUES, 2002, p.3).

Sua relação com o mercado acontece de maneira distinta se comparado aos produtores capitalistas, devido à especificidade do modo de produção, pois ainda que parte da produção seja destinada ao mercado, esse sujeito, camponês, o faz para garantir melhores condições de

reprodução de sua família. Nesse sentido, Souza, reflete afirmando que,

A classificação do quão o camponês está ou não vinculado ao mercado para deixar de sê-lo (camponês) não tem sido teórico, pois não explica. Ou seja, o que interessa são as relações sociais estabelecidas, pois, como afirmado anteriormente, vinculado ao mercado ele sempre esteve. [...] Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado – sabemos que o mercado sempre vez parte da vida camponesa – esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida. (SOUZA, 2008, p.125)

A atividade camponesa não inverte as bases da acumulação ampliada. Mesmo sendo uma atividade baseada numa outra lógica de produção, permite a acumulação dos setores capitalistas, pois o excedente de renda gerado é possível de ser apropriado pelo capital, direta ou indiretamente.

Os camponeses também formam uma categoria política, desde que organizados de algum modo, que explicita as contradições do processo histórico, expressam uma identidade, valores e possibilidades de organização social, que foi materializada através de lutas. Tal organização social é fortalecida devido as especificidades da organização interna da unidade de produção, que os diferenciam dos outros trabalhadores rurais e urbanos, pois operam sob os princípios da força de trabalho familiar, manutenção dos meios de produção, reciprocidade e forma de produção, que objetiva a condição de vida e a reprodução de sua família. O campesinato brasileiro é a expressão permitida de outra forma de produção que não a capitalista sob determinada estrutura e certas formas de negação política.

O campesinato deve ser analisado a partir do contexto histórico em que está inserido e da estrutura de sociedade em que se reproduz. Esses fatores interferem nas formas de produção e na vida social. Dessa maneira, não se pode perder de vista que os sujeitos aqui tratados estão vinculados ao desenvolvimento desigual e combinado do capital; ao desenvolvimento ampliado de reprodução do capital; as políticas de colonização. Esse sujeito não é estranho/desconhecido ao capital, mas necessário para a sua reprodução.

Martins chamou a atenção para a forma contraditória que o capitalismo se reproduz, ressaltando que não é sempre necessário que as forças produtivas se desenvolvam nos estabelecimentos agrícolas, que os processos se industrializem ou que os trabalhadores tornem-se assalariados.

A produção não precisa se dar sob o modo de produção capitalista para que o capital se reproduza e se amplie. Em sua análise ainda chamou a atenção para a importância política que envolvia os conceitos acadêmicos e categorias sociais, dizendo que

[...] camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa

concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1985, p.22-23).

Assim baseado na teoria da acumulação primitiva desenvolvida por Luxemburgo, Martins analisou o capital e o campesinato a partir da realidade brasileira. Dessa forma, compreendeu a existência de uma classe camponesa subjugada e sujeitada, mas resistente, no processo histórico. Segundo o autor, o campesinato brasileiro é concebido, a princípio, as margens do sistema escravocrata, no qual a lógica da monocultura, do latifúndio e comércio exportador, construiu ideologicamente e materialmente a sua sujeição. Tendo por base tal concepção, Moura afirma que:

A extensão do capitalismo no campo não se dá simplesmente pelo advento de relações baseadas na compra e venda da força de trabalho – portanto, na expropriação dos meios de produção do camponês. Na verdade, o capitalismo se estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra. A renda territorial capitalizada vincula imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos da reprodução ampliada do capital e às leis do mercado. O camponês passa a se vincular ao movimento do capital, na condição de produtor de mercadorias ou mesmo de trabalhador para o capital industrial, mesmo que continue habitando sua parcela de terra. (MOURA, 1986, p.64-65)

Assim, segundo o que explica Oliveira,

O desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias; portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias. (OLIVEIRA, 1986, p.28).

Sendo assim, os ganhos se dão a partir do rendimento bruto, no qual se avalia a satisfação das necessidades da família, relacionados no aumento da produtividade do trabalho, sendo pouco relevante a variação dos ganhos monetários de renda. Dessa forma, a força de trabalho nas unidades camponesas é inerente a composição da família. A indisponibilidade de terra pode significar a necessidade de aumentar os ganhos familiares através de atividades não-agrícolas, como veremos na área pesquisada.

Inversamente a essa lógica e diferenciando das variáveis, na unidade capitalista a terra disponível e os meios de produção é que irão determinar o equilíbrio, na qual a força de trabalho será contratada conforme o potencial produtivo da unidade. Apesar de anunciado a proletarização camponesa com a nova reconfiguração mundial promovida pelo capital expansionista, com processos cada vez mais acelerados pela industrialização, com inserção e adentro do capital no campo, o descompasso no espaço agrário brasileiro, não

necessariamente provocaram a proletarização, mas processos mobilidade do trabalho desses sujeitos para outras regiões.

De acordo com Oliveira:

[...] a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, entretanto eles continuam lutando para conquista ao acesso às terras em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 1991, p.35).

A permanência camponesa é recriada a partir das condições e contextos que os trabalhadores e famílias se encontram, a possibilidade de recriação camponesa é real, fato concreto, resultado das contradições do capital no campo. Entendendo esses sujeitos sociais a partir dos processos complexos de (re)construção do território camponês, sendo esse território não apenas lugar de produção, mas também lugar de reprodução da vida.

Os camponeses se caracterizam principalmente, a partir de união, capacitação e formação, pelas relações de produção. Na economia camponesa destaca-se pelo trabalho familiar, pela economia de subsistência, pela propriedade familiar e controle da terra (expresso no direito a posse), ou seja, do controle dos meios de produção, além do planejamento e cálculo/tempo da produção, diferenciando dos não camponeses e das propriedades capitalistas.

A terra configura-se como o espaço da produção e da reprodução da vida. A resistência e a luta pela terra refletem as tentativas de enfrentamento aos projetos do capital (monopolização da produção e tentativas de territorialização).

[...] o eixo central que norteia a discussão é de produção camponesa, na sociedade capitalista, enquanto uma contradição desse modo de produção, que, por sua vez, se apropria do trabalho camponês, a fim de garantir, e mesmo ampliar, a produção e a reprodução do capital. (SOUZA, 2008, p.38).

Os elementos auxiliam a pensar a complexidade do espaço agrário de Itapagipe-MG, em especial a Comunidade Vila Coqueiros, a partir de sua totalidade e de suas particularidades, pois, como já colocado, o contexto analisado se dá partir de um desenvolvimento desigual e combinado do capital.

[...] o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações não-capitalista. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não-capitalista. (OLIVEIRA, 1991, p.11).

A terra e a atividade desenvolvida nela – reprodução do sustento, reprodução da vida –

é uma das maneiras de organização social do camponês, o qual produz nesse meio, produtos essenciais para sua própria sobrevivência, além dos benefícios produzidos para aqueles que os subordinam. Mas para que essa reprodução aconteça é também necessária a garantia da força de trabalho familiar, algo que fica distante pela ação dos agentes expropriadores canavieiros.

Martins (1996) afirma que para o camponês a terra é espaço de reprodução da vida, é a terra de trabalho, o meio de produção que permite sua realização material, ou seja, é a base territorial de garantia de sua sobrevivência e não apenas mercadoria. Porém numa sociedade desigual o que acontece é a apropriação dos meios de produção dessa classe social e a desvalorização da mesma.

Sobre esse aspecto Moura explica que:

O campesinato é sempre um pólo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos de terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro. (MOURA, 1986, p.10)

Portanto entendemos que o campesinato é distinto do modo de produção capitalista devido sua forma de produzir e das relações de trabalho estabelecidos na unidade produtiva. Porém quando se estabelecem as relações externas esse é, muitas vezes, subordinado às condições e às necessidades do mercado capitalista.

O campesinato representa nessa luta pela sobrevivência e permanência no sistema capitalista, como defendido por Marques:

O campesinato é uma classe social [...] que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada. Ela é caracterizada por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza. (MARQUES, 2001, p.1).

É possível observar, dessa forma, que o campesinato ao mesmo tempo em que se subordina ao capital, se mantém nas possibilidades de reprodução não-capitalistas, se organizando e tem seus pilares calcados externamente à lógica do capital.

A consolidação global do sistema capitalista de produção, adicionado a organização do trabalho e a busca pela apropriação dos meios de produção, resultando no controle do mercado, pode-se perceber que [...] o camponês, adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem do capital. [...] o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não extingue. (MOURA, 1986, p. 18-19).

Portanto, o camponês se adapta às demandas do capital, sem perder de vista os

princípios básicos de sua reprodução, porém entendendo que sua relação com o capital se faz necessária para a garantia de sua sobrevivência, a exemplo de sua ligação com o mercado. O capitalismo tem suas bases firmadas na ideologia da igualdade, na qual o parâmetro é o mercado, Moura conceitua o mercado dizendo que

Seu conteúdo transcende a realidade física do dinheiro como mediador privilegiado das transações mercantis. O mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionado por novas lógicas de produção, que consiste basicamente na transformação da terra e da própria força de trabalho do camponês também em mercadoria, como ocorre nas formações capitalistas. (MOURA, 1986, p.11-12).

Porém, a expropriação do camponês,

[...] seja através da apropriação de parte do que produz, sob forma de tributos entregue ao dono da terra, seja através dos preços depreciados que o comerciante comprador de sua colheita impõe, ou ainda pela expropriação de sua terra pelo grande proprietário. (MOURA, 1986, p.14).

Apesar de o capital ter como objetivo a subordinação do trabalhador e o controle dos meios de produção, ele também se reproduz nos processos não-capitalistas de produção. Desta forma, há interesses por meio do capital nas relações não-capitalistas. Sobretudo porque,

A utilização dessas relações de trabalho não-capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. (OLIVEIRA, 1991, p.18).

O camponês em comunidade é percebido como grupo que reside em uma área, como a Vila Coqueiros, compartilhando aspectos culturais e modos de vida. Esses, são conscientes do fato de que compartilham certa unidade e que podem atuar coletivamente em busca de um objetivo ou de uma meta.

Do ponto de vista de uma análise que difere o conceito de Comunidade e Sociedade, as reflexões de Buber (1987) abordam a obra do sociólogo alemão Ferdinand Toennies (*Gemeinschaft*; *Gesellschaft*), a qual evidencia que a principal diferença entre Comunidade (*Gemeinschaft*) e Sociedade ou Associação (*Gesellschaft*) está na existência de dois tipos de vontade: a primeira que é integral, baseada em harmonia e laços sanguíneos; e a segunda racional, cuja lei do mercado domina. Para Toennies, a Comunidade foi historicamente substituída pela Sociedade.

No entanto, Buber rejeita esse fatalismo histórico de Toennies, cuja Comunidade não mais existe. Sua abordagem trata-se, pois, de uma concepção que Comunidades baseadas em laços sanguíneos e seguidores de tradições são apenas um dos tipos de Comunidade, que ele denomina de a antiga Comunidade. Nesse sentido, a sociedade, regulada pelo princípio da

racionalidade, origina uma nova Comunidade, que não seja baseada em ligações consanguíneas.

Para o sociólogo Florentan Fernandes (1973), a Comunidade, historicamente, era uma expressão baseada na unidade da vida em comum de um povo. Porém, essa vida em comum sofreu profundas transformações,

[...] em face da crescente mecanização da vida, no provincialismo nacional e cultural, da segmentação mais completa da vida e da divisão mais minuciosa do trabalho [...] Na transição de um tipo de organização social baseada em parentesco, status e imperfeita divisão de trabalho, para um tipo de organização social caracterizada por célebre desenvolvimento tecnológico, mobilidade, aparecimento de grupos com interesses especiais e por um controle social formal, a comunidade adquiriu novo sentido e pôs a descoberto novos problemas. (FERNANDES, 1973, p. 86).

A Comunidade tradicional, nesse sentido, sofreu influências da sociedade, que está no contraste entre o parentesco e o território, entre sentimentos e interesses, entre status e contratos e entre costumes e leis. Buber (1987) utiliza-se desses argumentos para ressaltar a diferença entre Comunidade e Sociedade, para isso denuncia sobre a educação comunitária, a qual ressalta que é concebida em termos de um adestramento dos sujeitos para cumprir seu papel na sociedade, no Estado, no partido ou em qualquer forma de organização social.

Fernandes (1973) ressalta que Comunidade é essencialmente ligada ao solo, no sentido de que os indivíduos vivem permanentemente numa dada área, têm consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar e funcionam conjuntamente nos princípios da vida. A relação é considerada sempre em relação ao meio físico.

Essa concepção é corroborada por Buber (1987) que conceitua Comunidade por uma ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho, costumes e fé comum. Para o autor, Comunidade e personalidade são vistos como conceitos polares, e são definidos um em função do outro, como uma associação orgânica de personalidades definidas a partir do relacionamento.

O espaço geográfico, nesse sentido, caracterizado pela Comunidade, em diferentes tempos, reflete as concepções que influenciam o pensar e o agir da sociedade, deixando-se revelar pelas formas assumidas por seus objetos geográficos, sendo estes expressões da cultura, da economia e da política. Portanto, o espaço geográfico transcende a concepção de união entre os fatores naturais e artificiais, para tornar-se espaço social. (SANTOS, 1985).

É válido lembrar que no começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar da natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Para Santos (1994) organizando a produção,

organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. No entanto, pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: “as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo”. (SANTOS, 1994, p. 18).

O espaço só pode ser entendido a partir da relação entre as necessidades humanas e os recursos naturais que estabelece e cria e recria usos da terra. Os homens, ao se apropriarem da natureza, o fazem de acordo com determinadas formas de produção, e formam distintos territórios. Se o espaço é produzido a partir das relações sociais de produção, ele não é diminuído ou suplantado, mas sim transformado na medida em que se renovam os instrumentos e as relações de produção. Por isso o espaço, ao mesmo tempo em que é produto da relação do homem com o meio, também expressa relações de poder e essas constituem territórios.

As Comunidades Camponesas tinham, em outros tempos, meios de uso da terra conforme os interesses da coletividade. Wood (2001) afirma que entre os séculos XVI e XVII houve uma pressão contínua para a extinção das terras comunais, ou seja, para transformar a terra comunal em particular, em propriedade privada. Assim, as relações sociais de produção e de trabalho passam a ser submetidas aos padrões da acumulação, da competição e do lucro, que modificam as relações de propriedade na Inglaterra.

Acerca da origem do capitalismo, Wood (2001) afirma a tese de que o capitalismo surge no campo inglês no século XVII, e argumenta que a França permanecia um país de camponeses proprietários. Na Inglaterra a terra estava concentrada em poucas mãos e a massa dos sem-propriedade estava crescendo rapidamente. Enquanto a França ainda seguia as práticas camponesas tradicionais (não utilizava a ética do melhoramento), os fazendeiros ingleses estavam respondendo aos imperativos da competição e da maximização do lucro mediante o estímulo aos arrendamentos.

O melhoramento significou algo mais do que novos métodos e técnicas de cultivo. Significou novas formas e concepções de propriedade. Isso implicou na expropriação de camponeses através dos cercamentos que representou a privatização das terras comunais, o que desencadeou conflitos na Inglaterra e revoltas por causa dos cercamentos. Expulsos pelos cercamentos, essas populações foram para as áreas urbanas em crescimento, servindo como força de trabalho para as atividades nas fábricas. Assim, esse processo deve ser compreendido enquanto novas relações entre as classes e, consequentemente, a produção de diferentes territórios marcados pela exploração. Sobre o desenvolvimento do capitalismo Luxemburgo

(1985) afirma que,

[...] o capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em meio social não-capitalista. Nos países da Europa ocidental ele se desenvolve inicialmente no meio feudal, o que lhe comunica sua forma primitiva [...] após a queda do feudalismo, terá por ambiente o meio camponês-artesanal, ou seja, o meio da produção simples, de cunho mercantil, seja agrícola, seja artesanal [...] É esse o meio em que prossegue a marcha do processo capitalista de acumulação (LUXEMBURGO, 1985, p. 253).

Luxemburgo (1985) afirma que para se desenvolver o capitalismo necessita de um ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Necessita-se de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia, delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. É necessário no sistema capitalista a presença do campesinato, caso contrário chegaria ao seu fim. E é a partir daí que se pode justificar a presença (do campesinato) nos dias atuais, inclusive integrando-se e/ou sendo útil ao sistema.

Do ponto de vista da expansão territorial, as transformações que ocorreram/ocorrem nas Comunidades Camponesas podem ser analisadas a partir da modernidade, que possui dois sentidos principais: um que envolve a infraestrutura econômica, a base técnica e os meios de produção; e outro que envolve os aspectos políticos e ideológicos. A modernidade, nesse sentido, é abrangente, já que está relacionada a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção, mas também na estrutura econômica, política e cultural de um território. Nesse sentido, a modernidade é a era da racionalidade, da tecnocracia e, portanto, do controle social. (HAESBAERT, 2004).

Outro conceito que iremos utilizar é o de desenvolvimento, que representa a síntese da dominação da natureza, e também da natureza humana, pois nos afasta da natureza e nos coloca diante de constructos humanos. Portanto, a ação do desenvolvimento nas Comunidades Camponesas tem o intuito de negar os saberes de homens e mulheres cujos territórios representam vida e construir territórios marcados pelo poder, impondo novas formas de trabalho, valores e relações sociais.

1.3.5 Agronegócio canavieiro e a “Agro-sucro-energia”

A agroindústria canavieira caracteriza-se como uma das mais destacadas e importantes atividades produtivas no âmbito da agropecuária brasileira. Esses empreendimentos envolvem diferencialmente um conjunto de sujeitos sociais numa cadeia produtiva que movimenta

inúmeras atividades laborativas, grandes volumes de negócios e, consequentemente, vantagens comparativas adicionais para os empresários.

Nessa medida, a expansão de empreendimentos sucroalcooleiros no território, como o que ocorre no Pontal do Triângulo, deve ser entendida como uma forma de controle do território pelo capital canavieiro e a monopolização das áreas produtoras de cana-de-açúcar. A expansão histórica recente das unidades produtoras nas diversas regiões brasileiras nos remete a reforçar o pensar de uma máxima eficiência da estrutura corporativa em prol da reprodução do capital.

O modelo da agricultura capitalista, como o sucroalcooleiro, deseja para sua reprodução modernizar e/ou industrializar o campo, como uma tentativa de ocultar seu caráter concentrador, predador e excludente. Domingues, sobre essas dinâmicas, ressalta a formação e geração de diversos impactos do capital sucroalcooleiro, dizendo:

[...] as ações estabelecem uma lógica perversa que provocam uma série de impactos negativos, como a degradação ambiental; a expulsão das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais; a instabilidade na soberania alimentar; o atraso na demarcação de terras indígenas, entre outros. (DOMINGUES, 2010, p. 65)

Fator corroborado por Vieira ao mencionar que,

Os principais impactos negativos causados pela expansão do setor no país referem-se à concentração fundiária e de renda, à desnacionalização do território, à submissão ao mercado neoliberal, ao uso da força de trabalho e à segurança alimentar. Acrescente-se ainda a perspectiva de que, brevemente, o emprego de variedades transgênicas deve se tornar realidade. Os prejuízos ambientais são devastadores, destacando-se a redução da biodiversidade, a degradação e poluição do solo, poluição do ar e das águas. (VIEIRA, 2005, p. 24).

Nessa medida percebemos que o agronegócio canavieiro articula entre formas de produção distintas, latifúndios, pequenas propriedades e produção industrial, estabelecendo novos elos de interesse comum para a reprodução do capital, mas gera diversos e diferentes impactos sobre o território local.

Portanto, as transformações agrícolas que a atividade canavieira ocasiona, nos municípios em que se instala são variadas, entre elas temos a concentração de terras e a monocultura produtiva – como a cana-de-açúcar plantada para os grandes empreendimentos, tal como é apresentado pelo estudo da Comissão Pastoral da Terra Seção Nordeste.

A expansão do monocultivo da cana-de-açúcar no Brasil é devastador como qualquer outro monocultivo. Esse modelo de agricultura que o País carrega desde o período colonial, que se baseia na concentração da terra e na produção agrícola para exportação, cai como uma luva para quem quer acumular capital a custa dos nossos recursos naturais, dos recursos públicos e do nosso povo. (PLÁCIO JR, 2008).

Vale, portanto ressaltar, que os empreendimentos canavieiros nos mostra duas facetas

durante sua reprodução para o capital. A primeira seria a modernização da agricultura, elevação da produtividade, enfim dinamização da realidade produtiva local, englobando, portanto todos os aspectos positivos. A segunda faceta abarca os aspectos negativos, responsáveis pelo esgotamento da fertilidade natural das terras, quando as empresas vão à busca de novas áreas de arrendamento e/ou parceria, inclusive de pequenos proprietários, quando não o excluem do produzir e viver na terra. Isso sem mencionar ainda as questões ambientais diretas como a contaminação e destruição de mananciais e cursos d'água, aberturas de novas áreas, entre outros.

A questão social do trabalho, temos outro determinante nos empreendimentos sucroalcooleiros, ele seria a geração de empregos diretos e indiretos que se constitui em mais uma falsa afirmação, pois além da baixa remuneração que são oferecidas aos trabalhadores fabris e do canavieiro, os postos de trabalho gerados pelo mesmo estão muito aquém, se comparados com os empregos gerados pela grande, média e principalmente a pequena propriedade.

Além do mais esse capital então surge como expropriador do território na medida em que subjuga aos direcionamentos do capital a realidade produtiva local. Conforme destaca Martins, a dinâmica do capital agroindustrial favorece a expropriação de terras “uma vez que estamos diante de um amplo processo de expropriação de agricultores por conta das grandes empresas capitalistas [...] A expulsão atinge não só posseiros, mas também arrendatários, parceiros e agricultores familiares” (MARTINS, 1991, p. 78).

Ressaltando, segundo Martins, a expropriação é a instauração do divórcio ou separação entre o trabalhador e as coisas necessárias para trabalhar, como a terra, as ferramentas, as máquinas e as matérias-primas, sendo a primeira condição e o “primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo” (MARTINS, 1991, p. 78). A separação ou o divórcio é o que tecnicamente se chama de expropriação, pois o trabalhador “perde o que lhe é próprio, perde a propriedade de seus instrumentos de trabalho” (MARTINS, 1991, p. 94). Portanto, se quiser laborar, o trabalhador terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista que é quem tem agora os instrumentos de trabalho.

Realidade que resulta também em populações rurais subjugadas pelos empreendimentos sucroalcooleiros, expulsas do campo pela implantação de grandes lavouras monocultoras e agroindústrias. Principalmente quando discutidos os reflexos da modernização e mecanização do campo, e adoção de práticas que envolvem um número menor de empregados. (SILVA, 1996).

Como resultado disso, como aponta D’Incao (1979), os trabalhadores desempregados

do campo, acabam se transferindo, ou empurradas, com suas famílias para as cidades, gerando no trabalhador que sempre trabalhou na lavoura ou no trato com o gado uma dificuldade em se adaptar às atividades urbanas, restando-lhe a opção de trabalhar como “volante”, morar na cidade que se desloca todos os dias para o local de trabalho, o campo, vinculados direto muitas vezes aos empreendimentos que os expropriaram.

Além do mais, as atividades que se observam nas cidades não são opostas às desenvolvidas no campo, mas sim, complementares as unidades canavieiras. “A região urbana tem sua unidade devido, sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. [...]” (BERNARDELLI, 2006, p.45). Sendo essa também é uma das maiores receitas geradas na dinâmica econômica das cidades, mostrando, portanto, uma submissão notadamente também da economia dos pequenos municípios.

A saber, o setor sucroenergético, formado pelos empreendimentos sucroalcooleiros, se organiza basicamente em três estágios na sua implantação: plantação e cultivo da cana; produção do açúcar, álcool e energia elétrica; comercialização do produto final. Algumas empresas sediadas no Pontal do Triângulo Mineiro atuam em todos os estágios, mas a maioria se utiliza de parcerias e contratos de longo prazo, principalmente, para as atividades de fornecimento de cana-de-açúcar e comercialização, mantendo o seu foco na produção do açúcar, álcool e energia elétrica.

O sistema agroindustrial da cana-de-açúcar é complexo, pois as usinas produtoras dependem de fornecedores de cana e de bens de capital, sendo os produtos, álcool, açúcar e energia elétrica, repassados para distribuidores de combustíveis, distribuidores de energia elétrica, indústria de alimentos, atacado e varejo, e *tradings* exportadoras.

Para Hauguenauer e Prochnik (2000), no estudo das cadeias produtivas, é possível gerar uma visão integrada de setores que trabalham de forma inter-relacionada. Ao se trabalhar em um nível intersetorial, análise de agrupamentos dá especial relevância às diferentes formas de interdependência entre os setores.

A cadeia produtiva sucroalcooleira defendida por Neves e Waack (1998), apresenta um fluxograma da cadeia identificando as etapas do processo produtivo, desde insumos, produtos e subprodutos e distribuição, conforme apresentado na Figura 1. Importantes para entender os diferentes territórios que são abarcados, criados, incorporados e excluídos ao processo produtivo dos grandes empreendimentos sucroalcooleiros.

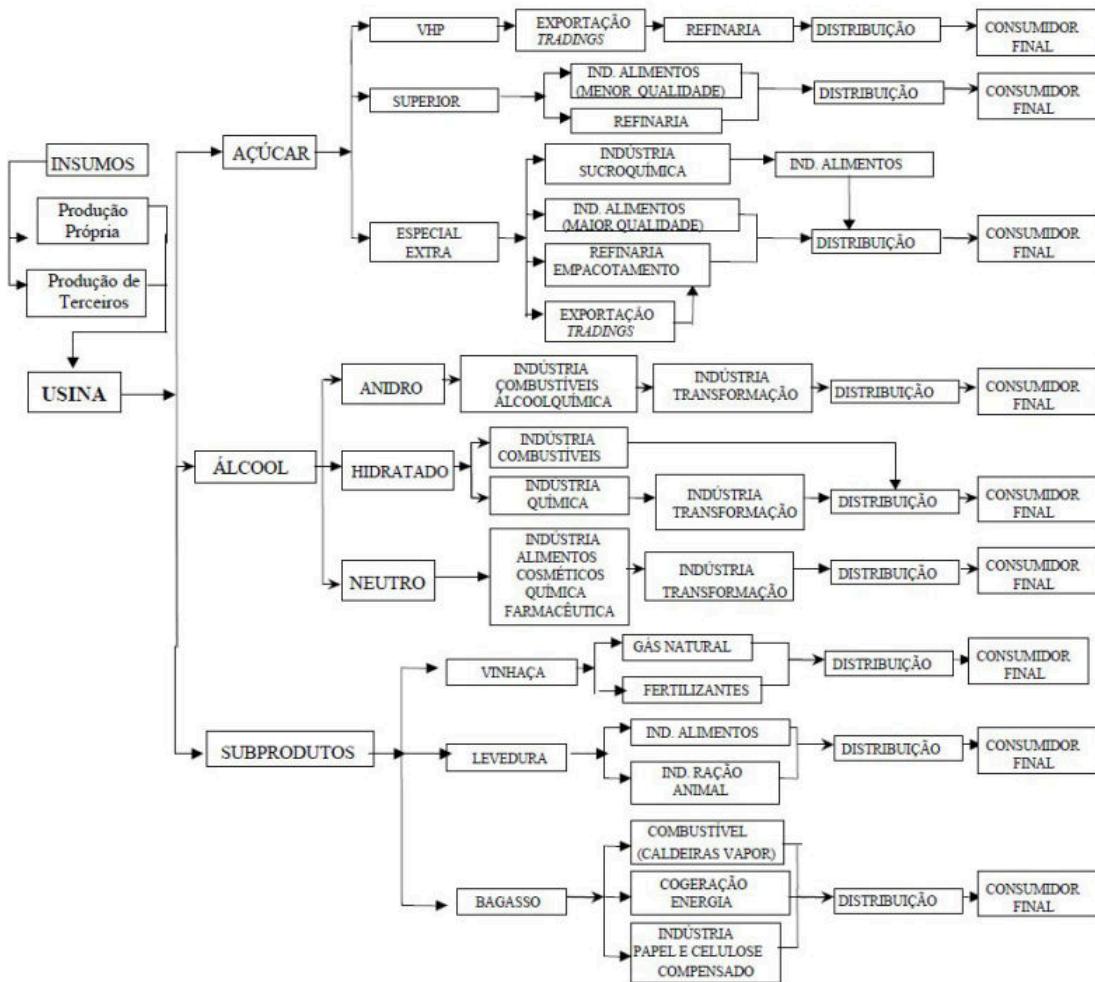


Figura 1 – Cadeia Produtiva da cana-de-açúcar no Brasil

Fonte: WAACK; NEVES, 1998

Segundo estudiosos da dinâmica capitalista sucroalcooleira, o Sistema de produção e mercado de cana-de-açúcar possui características peculiares que requerem planejamento de longo prazo, pois a cultura é de ciclo longo e sazonal, comercialização de curto prazo, pericibilidade por não ser um produto armazenável, com época certa para ser colhida e dificuldade para ser transportada a longas distâncias. O custo de transporte que inviabiliza longas distâncias restringindo seu mercado traz a tona a questão do apoderamento local da produção para esse setor.

As especificidades de ativos envolvidos na transação da cana-de-açúcar são altas nos aspectos locacional (distância entre produtor e usina), físico (moendas de cana, tanques de armazenamento de álcool) e temporal (pericibilidade da cana e problemas de concentração do fornecimento de cana em determinadas épocas). Com estas características, as formas mais eficientes de transação da cana-de-açúcar entre produtores e usinas são (WAACK; NEVES, 1998):

- 1) as usinas que são donas das terras onde se planta cana através de sua estrutura gerencial, sob o seu comando decisório, caracterizando integração vertical.
- 2) arrendamentos de terras de produtores por usinas, constituindo cana onde a usina tem controle total, mas não é dona dos ativos envolvidos na produção (terras).
- 3) produtores especializados: estes são os produtores de cana, especializados na atividade de produção (não realizam esmagamento), estando ligados “contratualmente” às usinas.

Essa estrutura de produção do setor sucroalcooleiro apresenta variação de região para região, mas geralmente as usinas não ficam totalmente dependentes de produtores especializados, atuam como detentoras de terras ou arrendatários, assim garantindo maior controle na produção, garantindo o abastecimento de matéria-prima.

A partir da observância dessa dinâmica temos então a formação e reestruturação dos territórios dos empreendimentos sucroalcooleiros aos quais se apropriam de áreas para potencializar sua prática capitalista e reproduzir as bases necessárias para a sua autorregulação, inicialmente.

As transformações agrícolas que a atividade canavieira ocasiona, nos municípios em que se instala são variadas, entre elas temos a concentração de terras e a monocultura produtiva, tal como é apresentado pelo estudo da Comissão Pastoral da Terra Seção Nordeste.

A expansão do monocultivo da cana-de-açúcar no Brasil é devastador como qualquer outro monocultivo. Esse modelo de agricultura que o País carrega desde o período colonial, que se baseia na concentração da terra e na produção agrícola para exportação, cai como uma luva para quem quer acumular capital a custa dos nossos recursos naturais, dos recursos públicos e do nosso povo. (PLÁCIO JR, 2008).

Uma questão importante, mas que ainda não foi possível precisar empiricamente, porém constatar nas argumentações e reflexões analisadas são os reais efeitos sobre as áreas de cultivos de alimentos e mesmo a concentração fundiária. No entanto, a compra de terras e o arrendamento são fortes indícios desse processo nos municípios da região do Pontal do Triângulo Mineiro.

Temos nesse momento o território sujeitado a uma nova forma de produzir, onde o monopólio das terras, através da propriedade privada e/ou do arrendamento, passa a desempenhar um papel preponderante de deterioração da renda fundiária, que é a lógica da racionalidade econômica capitalista no âmbito da agricultura de base empresarial empregada pelos empreendimentos sucroalcooleiros.

É necessário compreender que esta concentração fundiária é inerente ao modelo de operação do agronegócio canavieiro, o que representa dizer que o capital produtivo só investe

no campo para remunerar o seu investimento, ou melhor, reproduzi-lo de forma ampliada, ao contrário do camponês, que cultiva na terra para retirar dela a sua subsistência e a de sua família. O que gera a discussão da concentração fundiária, como também o debate que envolve a dualidade existente entre a expansão da monocultura canavieira e a produção dos alimentos para o mercado interno.

Portanto, efeitos são gerados nessa realidade produtiva capitalista. É possível definir três principais universos de efeitos reais dos empreendimentos sucroalcooleiros, sendo eles: 1) Na produção de alimento: deslocamento e expropriação; 2) Na relação de trabalho: condições e sobrevivência; 3) Ao Ambiente: recursos e sustentabilidade. Ressaltando que tais efeitos englobam territorialidades, dimensões de sobrevivência e conflitos de capital.

Assim, entendemos que o espaço agrário local foi drasticamente afetado. Os resultados mais concretos e empiricamente verificáveis são, num primeiro momento, o predomínio de uma nova cultura na paisagem, o que significa a destruição de usos que prevaleceram no período anterior a implementação da atividade canavieira no Pontal do Triângulo Mineiro.

E não é difícil de constatar que esta substituição foi orientada pela rentabilidade, posto que os cultivos alimentares, via de regra, apresentam margem de lucro incompatíveis com as taxas médias de lucro perseguidas pelo agronegócio, o que as tornam momentaneamente inviáveis para a agricultura de base empresarial.

Não se pode esquecer ainda o risco que a expansão da lavoura canavieira produz no aumento dos custos de produção de várias culturas que estão ao redor da sua expansão. Esses riscos são refletidos não somente no aumento do valor e do aluguel da terra, mas também na regulação dos preços do frete, da força-de-trabalho e consecutivo aumento do valor desta mercadoria, assim como o aumento nos custos relativos a hora trabalhada pelas máquinas, que passam a operar tendo como marco regulatório os valores comparativos pagos pelos empreendimentos canavieiros, expropriando a produção e realidade de vida camponês local.

Trata-se, na verdade, da conversão destes municípios, principalmente, os menores, em apenas base territorial da produção sucroalcooleira, da qual o agronegócio passa a exercer um domínio senhorial sobre as terras e sobre os trabalhadores. O Estado na sua representação local cria e recria as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital que territorializa estas porções espaciais.

Isto porque, apesar das plantações e/ou da agroindústria se localizar normalmente em municípios de pequeno porte, os centros de tomada de decisões estão fora das suas fronteiras, estando as sedes sociais destas agroindústrias, geralmente, localizadas em outros estados do país, excetuando as agroindustriais da região.

Nessa premissa Souza destaca que,

[...] a canavicultura de base empresarial é uma atividade que concentra terras tanto do ponto de vista quantitativo, quanto espacial, fato que justifica sua territorialização de forma concentrada no entorno da agroindústria, por razões de ordem da racionalidade econômica capitalista. [...] Ora, esta concentração espacial, aliada a subordinação massiva de todos os fatores de produção existentes no local, dificulta a diversidade econômica (SOUZA, 2010, p.194)

Como força produtiva local, os empreendimentos sucroalcooleiros, após desencadearem a apropriação dos territórios produtivos culturais locais, geram e, automaticamente, recriam a subordinação local para com este processo de exploração, o que por vezes pode significar a única possibilidade de setor de trabalho para sustentar sua família.

Assim, sem acesso à terra, para o trabalho e vida, essa massa de trabalhadores expropriados, agora nas cidades, passam a disputar as escassas vagas disponíveis em serviços urbanos. Somando a isso o fato de não terem, a qualificação necessária para tais funções, o que os obriga a se subjugarem ao trabalho disponível, quando existem, sob quaisquer condições.

Nessa perspectiva temos nos empreendimentos sucroalcooleiros que se instalaram, uma contradição produtiva e expropriatória do campo, a mercê dos direcionamentos e subjugações do capital, que continuam a se ampliar durante anos, já que em seu entorno ocorre uma elevação da apropriação do território.

Ressaltando a questão da contradição gerada nos sistemas produtivos desses grandes empreendimentos remetemos a Silva,

[...] um processo amplamente contraditório se instaura no lugar. Produzimos o que não consumimos e consumimos o que não produzimos. Parece irracional e, de fato, o é, principalmente porque as cifras da fome se comparadas às cifras da produção nos fazem parecer inúteis. As modernas tecnologias que fazem crescer, enormemente, a produção também elucidam o disparate entre aqueles que detêm o poder e os que acabam à sua mercê (SILVA, 2007, p.19).

Alguns poderiam dizer que esse processo trouxe o desenvolvimento econômico a realidade local, mas temos que entender, apoiado na questão da realidade de vida do camponês, o qual antes de excluído, expropriado pelo capital da cana-de-açúcar, tem valores, identidades e pertencimentos ao território. Sobre isso Silva relata que

As transformações no campo e na cidade com objetivo de produzir novos produtos acarretam drásticas transformações do simbólico, algo, talvez, importante apenas no local e sem sentido fora do seu contexto. Algo muitas vezes rotulado pelo outro como atraso de vida, primitivismo, necessitado de se modernizar. Mas algo que, no interior da sociedade que o vive, representa a sua identidade (SILVA, 2007, p.19).

Portanto, o território também imaterial é (re-des)construído com as dinâmicas de

implantação e ampliação dos empreendimentos sucroalcooleiros. Todavia, ressaltamos que, mesmo frente a isso esses valores antes tradicionais, mesmo desterritorializados, ainda se manifestam, reformulados e estando presentes em parte do território, residindo na manifestação do campo no interior da cidade e/ou até mesmo em unidades/comunidades camponesas ilhadas nos mares de canas.

Essa dinâmica, assim como os riscos e vulnerabilidades causados pela expansão canavieira são percebidos no Pontal do Triângulo em especial no entorno da área de estudo, e nos fazem pensar ainda qual é o perfil, histórico e elementos sociais e econômicos dos sujeitos envolvidos na atividade produtiva da cana-de-açúcar, e se esses estão ligados diretamente na tentativa de (re)definição das dinâmicas sociais tradicionais

CAPÍTULO 2 – RURALIDADES E URBANIDADES NA COMUNIDADE VILA COQUEIROS

2.1 HISTÓRICO

2.1.1 Histórico Municipal: dos primeiros habitantes à emancipação

Os primeiros registros históricos da região onde está o município de Itapagipe-MG, datam de 1880, com a doação realizada por famílias da região para o distrito sede até então de Frutal-MG, conforme é mencionado em documentos locais, como podemos observar:

[...]Inicialmente com o nome de Lageado, e depois Itapagipe, [...] as terras pertencentes ao município foram doadas em 1880, pelos senhores Vicente Joaquim da Silva com quinze mil réis (15\$000) e José Martins Assuda com quinze mil réis (15\$000), Alexandre Alves Pereira com doze mil réis (12\$000) [...] Vicente Joaquim da Silva foi o doador da maior parte das terras, ou seja, toda sua propriedade denominada fazenda Lageado. (ITAPAGIPE, 1993, p.21).

Anterior a esses agricultores especula-se que a região foi moradia de grupos indígenas, que foi noticiado e constam em informações documentais apenas a existência de peças de cerâmica e outros objetos. “sabe-se, através de peças de cerâmica e outras objetos que foram encontrados no solo do município. Porém, não foram deixados documentos ou outros tipos de indícios que possam comprovar a veracidade desta suposta passagem” (ITAPAGIPE, 1993, p.21). Em uma das falas dos entrevistados¹, residente antigo da região, foi mencionado também um comentário sobre esse aspecto ao qual o entrevistado disse “*meu avô contava que quando criança ele achava potes enterrados perto do córrego, mas ali não morava ninguém, [...] o pai dele dizia que era de índios*” (E03, 2015-2016).

Isso se confirma com os relatos verificados em documentos locais, que um dos donos de terras mais antigos da região, Antônio Gomes Sobreiro, “teve dois filhos com uma mulher índia pega na região, ao qual não se sabe o nome, nem a tribo de origem. Mas esses dois filhos vieram morar nesta região que na época era sertão e, onde hoje, existem muitos descendentes” (ITAPAGIPE, 1993, p.27).

¹ Os relatos das entrevistas que se seguem no estudo, são resultados dos trabalhos de campo realizado no período de fevereiro de 2015 a outubro de 2016, tanto na área de estudo, Vila Coqueiros, como cidades próximas, quando tivemos a oportunidade de conversar com moradores, agricultores e segmentos de representação sobre suas realidade perante o avanço da atividade canavieira no território.

Todavia, anterior a 1880, conforme documentos transcritos por famílias da região, os primeiros agrupamentos humanos na região do atual município de Itapagipe, constantes no Arquivo Público do Município, indicam que os primeiros habitantes fixaram na região nomeada de Serra da Moeda, distante a 12km do atual distrito sede, em 1830. Nos documentos transcritos, consta que “Clementino da Costa Silva foi o escrivão particular que passou a escritura de compra e venda da Fazenda Serra da Moeda em 1830” (ITAPAGIPE, 1993, p.22).

De forma geral segundo a Base de Dados do IBGE (2015) sobre as cidades consta que,

Os primeiros habitantes não índios dessa terra instalaram-se na região conhecida como Serra da Moeda. Mas, com a doação da fazenda Lageado a Santo Antônio, uma igreja foi erguida às margens do córrego Lageado e, ali, em volta da capela, começaram a surgir as primeiras casas que dariam origem ao povoado de Santo Antônio do Lageado, hoje Itapagipe. Isso atraiu também ex escravos africanos, europeus, fora os índios que já por aqui viviam. Dessa mistura, surgiu Itapagipe, cujo povo é carregado de traços e costumes multirraciais. (IBGE-CIDADES, 2015).

Na região da Serra da Moeda houve um começo de patrimônio, onde chegaram a construir uma pequena capela para as atividades religiosas, lugar que era considerado o centro da região, mas tudo foi abandonado, conforme documentos do acervo local, e as atividades religiosas foram deslocadas para a Fazenda Lageado, “Não se sabe os motivos pelos quais os padres abandonaram tudo aquilo, vindo a se fixar na fazenda Lageado. Deduz-se que seja porque foi onde receberam doações das terras para a construção da capela de Santo Antônio” (ITAPAGIPE, 1993, p.22).

Muitas famílias se instalaram na região para possuir terras, que muitas vezes são doadas pelos seus pais que possuíam a posse das terras que hoje formam o município, outras pela qualidade das terras regionais, “deduzem-se que seja por causa da boa qualidade das terras, pela grande quantidade de água encontrada e pelo clima” (ITAPAGIPE, 1993, p.23), ou mesmo por conflitos familiares, “algumas famílias vieram para fugir de brigas entre familiares chegando mesmo a mudar suas assinaturas, para que não fossem encontradas” (ITAPAGIPE, 1993, p.23).

Por volta de 1850, chega, à região onde hoje está o município, o desbravador Vicente Joaquim da Silva. Atraído pelas planícies às margens do rio Grande e pela qualidade da terra, ele ali se instala e funda uma fazenda. Em 1880, chegou Antônio Gomes Sobreiro, “casado” com uma índia caiapó cujo nome não é conhecido, que veio para cá atraído pela fertilidade do solo, relevo plano e abundância de água. (IBGE CIDADES, 2015).

De acordo com relatos dos entrevistados foi mencionado: “os primeiros habitantes vieram pelas terras virgens e baratas, tanto é que minha família veio de [...] interior de

Minas para crescer” (E03, 2015-2016). Isso é confirmado nos documentos locais que mencionam ainda que “atraídos pelo bom preço e pela boa qualidade das terras, vieram para cá imigrantes de outras regiões, tais como: São Paulo, Mato Grosso, Bahia, São Roque de Minas, São João Del Rei, Franca, Itapecerica, Arraial de Curvelo, etc” (ITAPAGIPE, 1993, p.28).

Os primeiros registros de imigrantes estrangeiros são da década de 1920, Famílias Portuguesas se instalaram na região, seguidos em 1939 de famílias de Alemães, “refugiando-se aqui da 2^a Guerra Mundial” (ITAPAGIPE, 1993, p.29), como também de Italianos, Turcos e Africanos, que diretamente iniciaram as atividades comerciais.

As primeiras atividades industriais eram “o tear, serraria e marcenaria, sapataria, curtume, fábrica de peças de cerâmica, olarias, engenhos (aguardente e rapadura), desnatadeira de leite e industrialização do fumo” (ITAPAGIPE, 1993, p.34), todas para atendimento as necessidades não produzidas pelos moradores na região.

O primeiro nome do povoado foi “Patrimônio do Santo Antônio do Lageado”, visto que as terras doadas em 1880, foram à Santo Antônio e a fazenda doada se chamava Lageado. Isso culmina com a construção, no final dessa mesma década da doação, da capela de Santo Antônio, “no ano de 1888, o padre Guilherme Van de Sandt iniciou a construção da capela de Santo Antônio, a qual foi terminada, posteriormente, pelo padre José Alves de Araújo, juntamente com a casa paroquial.” (ITAPAGIPE, 1993, p.37).

Em 1891 e 1892 foi criado o Patrimônio Lageado, com a colaboração de residentes locais, em 1913, foi realizada a divisão e a consolidação do patrimônio, sendo tal divisão feita por profissionais agrimensores. Esse processo possibilitou o Lageado ser elevado à categoria de Distrito. Isso acarretou na nomeação pelo Decreto-Lei 148, de 17/12/1938 do “Distrito do Lageado” integrado ao município de Frutal-MG.

[...] foi criado o Patrimônio do Lageado em 1892 pelo Reverendíssimo Padre Guilherme Van de Sandt, superior da casa do então Campo Belo do Prata e Vigário da Freguesia. [...] Em 1893, o padre Guilherme tomou posse do terreno doado para o Patrimônio do Lageado. Desde então começou a pregar a Religião católica e incentivar a reunião dos fiéis para um local de orações e celebração da Santa Missa para os moradores espalhados pelas fazendas da região. (ITAPAGIPE, 1993, p.40)

Logo em seguida, ainda no final da década de 1930, a promotoria de justiça de Frutal, fez a modificação do nome Lageado para Itapagipe. Esse fato foi justificado pelo promotor que argumentou que o novo nome “dignifica ‘pedra dura’, em tupi-guarani, lembrando que o Distrito do Lageado possuía uma aglomeração de pedras” (ITAPAGIPE, 1993, p.38).

Em decorrência da fragilidade social do Distrito, que passa a ser nomeado de

Itapagipe, surge o interesse da emancipação. Uma das tentativas foi o envio de cartas ao poder legislativo do estado mineiro, ao qual uma dessas apresentou e despertou o interesse pela ação, como podemos verificar.

Dr. Mauro Berling mantinha grande amizade com Ramiro Souza Pinto e quanto mudou-se para Belo horizonte, influenciou-o, através de uma carta, a conseguir a emancipação política de Itapagipe, pois estava na hora certa.[...] oportunidade essa que não podia ser perdida na ocasião. Foram angariados fundos para que a emancipação se concretizasse. (ITAPAGIPE, 1993, p.39).

O resultado dessas ações ocorreu em 27 de dezembro de 1948, quando Itapagipe foi elevada à categoria de Município sendo oficialmente instalado nos termos da Lei nº 336, em 01 de janeiro de 1949, quando foi nomeado um intendente para exercício das funções de Prefeito até as primeiras eleições que se seguiriam. Em 06 de março de 1949, foi eleito o primeiro prefeito, Alonso de Moraes Andrade, apresentado na Figura 2, empossado na presença da Câmara Municipal.



Figura 2 – Fotografia do 1º Prefeito de Itapagipe – Sr. Alonso de Moraes Andrade

Fonte: ITAPAGIPE, 2015

Como representação da formação do município foi idealizado seu escudo, conforme Figura 3, juntamente à bandeira, de forma a representar a realidade e os anseios do município. O seu brasão significa, portanto,

Ao centro, dentro de um triângulo, por fazermos parte do Triângulo Mineiro, às margens do Rio Grande, algumas vacas representando a principal produção do Município que é a pecuária. E, em cima de fora, um chapéu, recordando o boiadeiro,

o vaqueiro. [...] lembrando: o rio, o barco o barqueiro, na parte superior: A espingarda, o pássaro, e menores produções, como a caça e a pesca. [...] Dos lados do brasão o arroz e o milho também de grande produção em nosso município. [...] Em baixo uma faixa com a data histórica 27 de Dezembro de 1948, emancipação de nosso Município. [...] Em cima, uma coroa representando a grandeza [...] não só pela sua extensão, mas pelo dinamismo e entusiasmo para o seu progresso. (ITAPAGIPE, 1993, p.53).



Figura 3 – Escudo do Município de Itapagipe

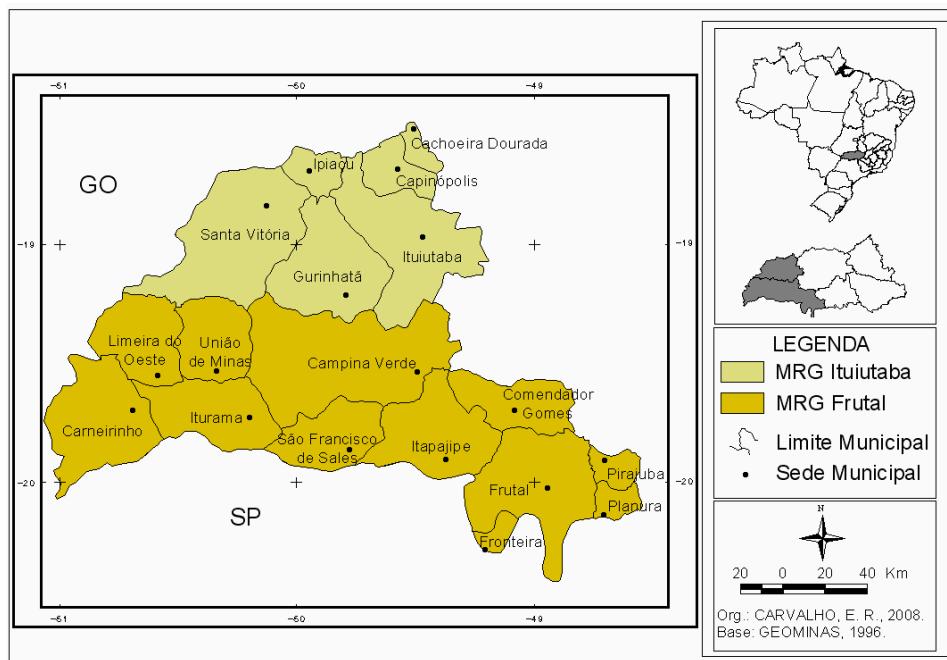
Fonte: ITAPAGIPE, 1993

Sua população em 2010 era de 13.656 habitantes (IBGE, 2010), possuindo uma densidade demográfica de 7,58 hab/Km², sendo o município de Itapagipe parte integrante da Mesorregião do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, de acordo com o Mapa 1, situada na fronteira de Minas Gerais com São Paulo, separando-se deste último Estado pelo Rio Grande. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal em 2000 foi avaliado em 0,788 (PNDU, 2000), considerado alto para a região segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).



Mapa 1 – Mapa político de localização de Itapagipe na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Fonte: LACAR-UFU, 2015



Mapa 2 – Pontal do Triângulo Mineiro: Mesorregiões Geográficas de Frutal e Iturama

Devemos esclarecer que o Pontal do Triângulo Mineiro, de acordo com o Mapa 2, é compreendido por duas Microrregiões Geográficas – MRG (IBGE, 2008), a MRG de Frutal – engloba os municípios de Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Planura, Pirajuba, São Francisco de Sales e União de Minas – e a MRG de Ituiutaba – formado pelos municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhata, Ipiaçu, Ituiutaba e Santa Vitória. O Município é banhado ao sul pelo Rio Grande, a Oeste e ao Norte pelo Rio Verde e ao Leste pelo Ribeirão São Mateus, região que tem ganhado atenção do capital canavieiro pelo grande potencial produtivo e por estar localizado em uma região de desenvolvimento econômico e centros próximos de futura envergadura.

O Município de Itapagipe abrange uma extensão territorial de 1.802,4Km², dos quais por volta de 107 km², estão submersos pelo lago da barragem da Usina Hidroelétrica de Águas Vermelhas, concessionária da Companhia Energética de São Paulo – CESP.

No Vale do Ribeirão São Mateus, a faixa de basalto prolonga-se para o Norte até as proximidades da Fazenda Queiroba. Outra faixa de afloramento de basalto corre ao longo de todo curso do Rio Verde. Arenitos finos de coloração vermelha de Formação Bauru, afloram na porção central do Município. Nas demais predomina uma cobertura dotada do Terciário. As camadas encontram-se estratificadas em posição sub horizontal.

Nas antigas regiões de matas e em algumas de cerrados, áreas de ocorrência de rochas basálticas, desenvolveram-se latossolos roxos (terra-roxa estruturada), caracterizados pela boa fertilidade natural.

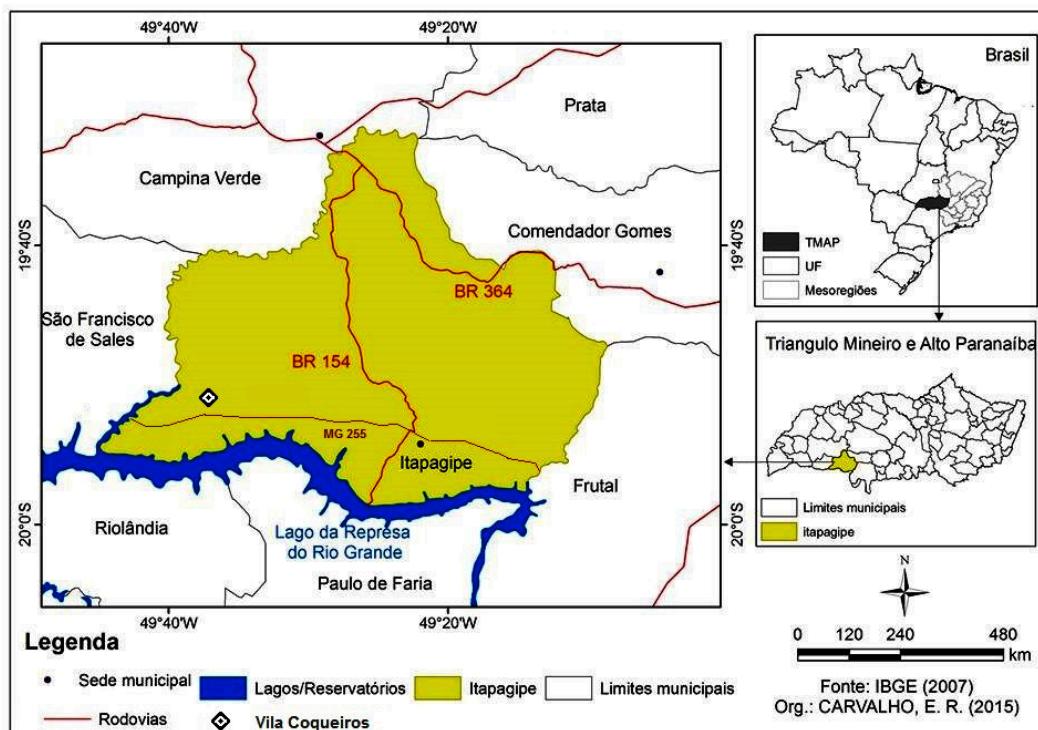
As altitudes médias são de 420m, sendo a região morfo estruturada como parte do Planalto Ocidental Paulista, com domínio de Relevos Modelados de Rochas Sedimentares. Os topos possuem variação entre 605m e 702m, localizados nas áreas da Serra do Talhado e Serra da Moeda, ponto mais elevado.

A rede de drenagem está associada a Bacia do Rio Grande, ocorrendo, com a construção da represa de Águas Vermelhas, o alagamento parcial de parte do Vale do Rio Grande. Um dos rios importantes é o Rio Verde, ao qual seu leito forma os limites entre os Municípios vizinhos de São Francisco Sales e Campina Verde. Outros cursos d'água menores, afluentes também citados, são importantes para as atividades humanas e econômicas locais, com destaque aos Ribeirões Fortaleza e São Mateus.

2.1.2 Histórico, localização e caracterização da Vila Coqueiros

A comunidade camponesa Vila Coqueiros, apresentada no Mapa 3, em Itapagipe inicia sua história, posterior ao reconhecimento de Itapagipe como município, por volta de 1954, pela ação do fazendeiro Cezário e sua esposa Minervina, falecidos, motivados pela necessidade de criação de residências para as famílias carentes de trabalhadores das fazendas da região, iniciaram a busca de uma área para criação de uma vila de trabalhadores rurais.

No ano de 1954, um fazendeiro que se chamava Cezário Borges de Araújo e sua esposa Da. Minervina Francisca de Queiroz, ambos deste município, sentindo que muitas famílias de baixa renda necessitavam de um lugar para fixar sua moradia. Neste ano, propôs à compra a proprietária Da. Norberta e passou a ser o novo dono desta fazenda. [...] em uma área de 10 hectares. (ITAPAGIPE, 1993, p.103).



Assim, após adquirirem uma fazenda, na atual área da Vila Coqueiros, o Sr. Cezário e sua esposa passaram a oferecer área para quem desejasse se instalar em um terreno, o escriturando-o, sendo o primeiro habitante o Sr. Antônio Alves Ferreira, falecido em 1987, que construiu sua casa de pau-a-pique, “outras pessoas vinham construir casas e aos poucos foram aglomerando e formando um pequeno povoado” (ITAPAGIPE, 1993, p.103).

As primeiras edificações comerciais foram abertas ao longo dos anos seguintes sendo

que “o primeiro armazém foi do proprietário Sr. Antônio Gomes de Morais, nele as pessoas se reuniam nos finais de semana” (ITAPAGIPE, 1993, p.103). Mas somente em 1968, foi construída a 1^a Escola Municipal “Alonso de Morais Andrade” de 1^a a 4^a [...] do Ensino Fundamental, em um terreno doado ao município pelo Sr. Cezário.

Observando o crescimento da comunidade em 1972, o então prefeito Jerônimo Amorim, comprou com verbas municipais, a fazenda onde estava inclusa a Vila Coqueiros, com exceção dos terrenos vendidos e escriturados anteriormente a esse ano e o terreno doado a paróquia de Santo Antônio de Itapagipe, para a construção de uma Igreja. Isso pode ser verificado em documentos locais onde é mencionado que “[...] Em 1972, o Prefeito Jerônimo Amorim comprou esta fazenda do Sr. Cezário e ela passou a pertencer à Prefeitura, isto é, menos os terrenos vendidos anteriormente e um quarteirão que ele havia doado para construir a Igreja de Nossa Senhora Aparecida” (ITAPAGIPE, 1993, p.103).

Moradores antigos relatam que no decorrer da década de 1970 foi marcado por transformações para a comunidade, com isso ocorre a chegada da energia elétrica, um desses moradores mencionou que “*o povo conta que muitos trabalhadores das fazendas queriam um terreno pra morar, mas sem luz num dava [...] então os fazendeiros e o prefeito mandaram a luz prá cá [...] ai tudo mudo*” (E07, 2015-2016), outro destacou que “*foi uma benção a luz pra gente trabalhar rápido nosso arroz*” (E04, 2015-2016).

Segundo dados locais com ajuda financeira de moradores, fazendeiros e prefeitura foi possível o estabelecimento de energia elétrica na comunidade, como podemos observar na citação a seguir,

Sobre a administração do prefeito Ivaldo Paula de Vasconcelos, a prefeitura só ajudou com metade da verba; o restante foram os próprios moradores e fazendeiros vizinhos que ajudaram a pagar. Foi inaugurada em 1976 a rede de energia que beneficiou muitos moradores pois colocaram beneficiadora de arroz, açougue, sorveteria e serraria. (ITAPAGIPE, 1993, p.104).

Ainda nessa década, foi construído o cemitério local, em decorrência da dificuldade de transporte ao cemitério mais próximo que é no distrito sede, pois, conforme se constata no depoimento a seguir “Em 1979, [...] a população de Vila Coqueiros venceu mais uma dificuldade, com a construção do Cemitério, porque quando alguém morria, tinha de levar [...] muito distante da vila” (ITAPAGIPE, 1993, p.104). Ocorreu também a inauguração de um Posto de Saúde na comunidade “atendidos pelo médico pago pela Prefeitura” (ITAPAGIPE, 1993, p.104), hoje o município é responsável pelo deslocamento de pacientes, quando necessário o atendimento médico, para a sede.

Demais marcos podem ser observados no quadro resumo que mencionam a abertura de

postos de correio, telefônicos, melhoria das estruturas locais e ampliações ligadas a escola local, como observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Histórico de ações e infraestruturas na Comunidade Camponesa Vila Coqueiros

AÇÕES	ANO	ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Aquisição da fazenda onde se localiza a Vila Coqueiros	1954	Aquisição da área onde se localiza a comunidade	Em uso
Primeira edificação/habitante	1956	Antônio Alves constrói sua casa de pau-a-pique	Desativado
Primeiro Armazém	1956	Comércio de produtos em geral	Desativado
Construção e Entrega da Escola Municipal “Alonso de Morais Andrade”	1968	Oferta de 1 ^a a 4 ^a Séries do Ensino Fundamental	Em uso
Aquisição do município da área e entorno da comunidade	1972	O prefeito realiza a aquisição da área particular.	Em uso
Acesso a energia elétrica	1976	Oferta de energia para a comunidade	Em uso
Construção e Inauguração do Cemitério Local	1979	Oferecendo local para descanso dos falecidos	Em uso
Inauguração de Posto de Saúde	1979	Atendimentos periódicos, mas não emergenciais	Em uso
Ampliação do prédio escolar	1982	Criação de novas salas, banheiros, cantina, pátio, área administrativa e cozinha.	Em uso
Inauguração do Posto Telefônico	1985	Serviço ofertado de telefonia a comunidade	Desativado
Extensão de séries à todo Ensino Fundamental	1989	Inclusão e oferta de todos os anos do Ensino Fundamental	Em uso
Inauguração da Igreja Nossa Senhora Aparecida	1991	Celebração de missa semanalmente	Em uso
Inauguração da Praça “João Naves”	1992	Área de Lazer para a comunidade	Em uso
Atendimento odontológico	1992	Três dentistas oferecem atendimento	Desativado
Construção e Entrega de Quadra poliesportiva	1992	Área oferecida a comunidade	Em uso (Escola e Comunidade)
Inauguração de Poço Artesiano comunitário	1992	Fornecimento de água a população	Em uso
Entrega centro comunitário anexo a Igreja	1993	Local para atividades comunitárias rurais	Uso parcial
Construção e entrega do banheiro público municipal	1999	Sanitários masculino e feminino são entregues	Em uso
Reforma do campo de futebol da Vila Coqueiros	1999	Ampliação da área de Lazer para a comunidade	Em uso
Ampliação das salas da Escola da vila	2006	Entrega de duas novas salas a escola	Em uso
Pavimentação da quadra da praça	2008	Pavimentação das vias no entorno da praça	Em uso
Criação de rede de esgoto no entorno da praça	2008	Nas vias pavimentadas foram construídas rede de esgoto	Em uso
Ampliação do sistema de abastecimento de água	2008	Construção de um reservatório e novo poço	Em uso
Cobertura e reforma da quadra municipal	2010	Melhoria da estrutura e cobertura da mesma	Em uso
Construção da nova biblioteca da Escola municipal local	2013	Expansão e modo de homenagear uma moradora de ação local	Em uso

Fonte: ITAPAGIPE, 1993, 2015

Org.: CARVALHO, 2015.

É importante destacar que, de acordo com informações documentais do município, em 1993 a Vila Coqueiros contava com 85 casas comerciais e residenciais, com diferentes tipos de habitações, como as americanas, meia água e pau-a-pique, sua população no ano foi estimada em 300 habitantes (ITAPAGIPE, 1993).

Atualmente, como se mostra pela figura 4, a comunidade é composta por 73 domicílios, a maioria domiciliada (65) e outros oito (08) abandonados. Correspondendo sua população residente em 2015 a 234 pessoas na comunidade, entre adultos, jovens e idosos. Informações obtidas junto aos próprios moradores e o poder público do distrito sede, Itapagipe-MG.



Figura 4 – Imagem de Satélite Comunidade Vila dos Coqueiros, Itapagipe-MG

Fonte: GOOGLEMAPS, 2014

Em relatos de moradores foi atestado que devido a uma boa presença do poder municipal nas esferas da saúde e da educação, a maioria dos elementos ligados à sociabilidade, sobretudo os aspectos infraestruturais como gestão das moradias, condições de saneamento básico e atividades culturais, é gerenciada pelo poder municipal, com poucas ações de pessoas e empresas particulares no desenvolvimento de momentos festivos.

Sobre isso uma moradora antiga mencionou que

Nos anos que estou aqui ví muito mudar e o prefeito [...] junto com o vereador [...] trazer o que a gente precisava [...] com a graça de Deus eles escuta o que nós fala e manda o que precisa [...] precisamos de mais coisas, como lá em casa, mas quem não está precisando [...] eu fico é vendo uns criticar e outros reclamar; mas o prefeito tem feito muita coisa boa pra nós. (E36, 2015-2016).

É percebido visualmente que as edificações da comunidade, como apresentado nas Figuras 5 e 6, são muito diferentes umas das outras com a presença de domicílios sendo construídos de acordo com o recurso financeiro, interesse e possibilidade de cada um dos moradores.

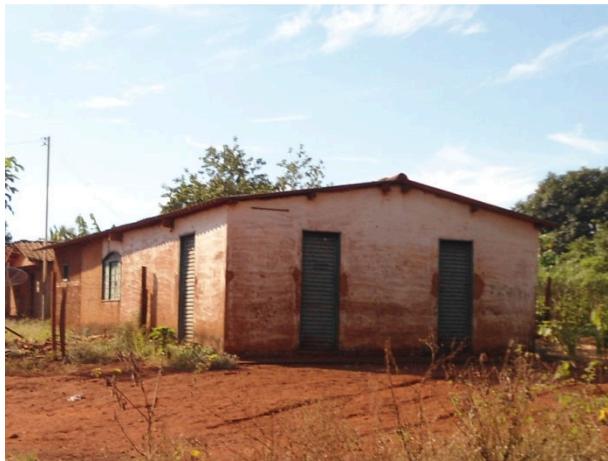


Figura 5 – Residências na Comunidade

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 6 – Residências na Comunidade

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Um fato que chama a atenção é que os terrenos são públicos ou seja, o local de moradia e construção de cada residência é de posse do município não sendo atribuída a posse dos terrenos aos seus moradores. Mesmo assim, caso alguém queira residir na comunidade deve procurar a prefeitura que por sua vez irá processar o pedido, designar um lote e autorizar a construção, mas não repassará escritura sobre a área.

Como a comunidade está a uma distância de 32km da sede municipal, seu acesso ocorre seguindo durante 28km no sentido Itapagipe-MG a São Francisco Sales-MG, pela rodovia MG255, como mostra a Figura 7, que é pavimentada, quando então chega-se em um confluência a direita, segue-se 5km de estrada de chão batido, como visto na Figura 8, até a área da vila. De modo geral o acesso é considerado fácil, mas ocorre a ausência de transporte público, municipal ou estadual direto entre a comunidade e a sede municipal.

Para deslocamento a comunidade deve seguir com veículo próprio, carona de moradores ou se deslocar até a rodovia MG255 onde existe um ponto de parada de ônibus de veículos intermunicipais que fazem o trajeto Iturama-MG à Uberaba-MG, passando pelas cidades que se seguem nesse percurso. A comunidade conta com transporte escolar, como o ilustrado na Figura 9, e do veículo de saúde do município, que diariamente realizam o

transporte de alunos ou pessoas que realizam atendimentos médicos mais complexos na sede municipal.



Figura 7 – Rodovia MG255

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 8 – Via de acesso não pavimentada da

comunidade

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 9 – Ônibus de transporte escolar dos alunos residentes na comunidade e entorno

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

A comunidade dispõe atualmente de uma escola pública de ensino fundamental, conforme Figura 10, um centro recreativo anexo à Igreja católica local, representado na Figura 11, com auditório público destinado a atividades culturais da comunidade, e quatro entidades religiosas, das quais uma é católica e três são protestantes, uma praça e um campo de futebol, de acordo com as Figuras 12 e 13, além de pequenos comércios varejistas, como bares e pequenos mercados, indicados nas Figuras 14 e 15.



Figura 10 – Escola Municipal
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 11 – Igreja Nossa Senhora Aparecida
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 12 – Praça “João Naves”
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 13 – Campo de Futebol
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 14 – Comércio de Bebidas localizado na Praça da Comunidade
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 15 – Depósito Comercial localizado em frente à Praça da Comunidade
Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Somente as áreas do entorno da praça possuem asfalto, como as ilustradas nas Figuras 16 e 17, com rede de esgoto, conforme a placa indicativa na Figura 18, no restante da vila as vias são desprovidas de calçamento ou pavimentação, como observado na Figura 19 e é comum a presença de fossa negra em cada uma das residências.



Figura 16 – Via Asfaltada no entorno da Praça
“João Naves”

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 17 – Via Asfaltada no entorno da Praça
“João Naves”

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 18 – Placa de entrega da pavimentação
e rede de esgoto

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 19 – Vias sem calçamento ou
pavimentação

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

As pessoas residentes na vila contam com rede elétrica em todas suas edificações, acessibilidade telefônica pública, como também particular, acesso a rede de água por meio de dois poços artesianos que abastecem um reservatório local, como indicados respectivamente nas Figuras 20, 21, 22 e 23.



Figura 20 – Rede de energia
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 21 – Pontos de telefonia pública
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 22 – 1º Poço Artesiano
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 23 – Reservatório de Água Municipal
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 24 – Caçamba para depósito e
recolhimento de resíduos
Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 25 – Local de descarte de resíduos
Fonte: Trabalho de Campo, 2014

A coleta de lixo ocorre com a instalação de caçambas em pontos estratégicos da comunidade, de acordo com a Figura 24, ação que é paga pelo poder municipal, todavia com o recolhimento das caçambas e seu não oferecimento em algumas épocas do ano, em decorrência das renovações dos contratos, o lixo é jogado a céu aberto em uma esquinas de via mais distante, visualizada na Figura 25, que por sua vez serve de depósito de resíduos comum dos moradores.

A comunidade conta ainda a sua disposição alguns outros equipamentos públicos como o cemitério da Vila Coqueiros, observada na Figura 26 e 27, banheiro público, indicado na figura 28, para atender moradores e visitantes durante as atividades festivas públicas e no dia a dia, um posto de saúde, conforme Figura 29, para atendimentos periódicos do médico que semanalmente vai até a comunidade, mas sem ações mais elaboradas ou atendimento de urgência ou emergência, sendo esses casos enviados para a sede municipal.



Figura 26 – Portão de acesso do cemitério

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 27 – Vista interna do cemitério da Vila

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 28 – Banheiro Público na Praça

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 29 – Posto de Saúde

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Essas características infraestruturais poderiam ser observadas como melhorias em relação à qualidade de vida das pessoas da comunidade, já que as estruturas urbanas presentes no rural comumente são tratadas como um dos principais indicadores de melhoria na qualidade de vida.

Mesmo reconhecendo que as áreas urbanas em geral apresentam infraestrutura superior às áreas rurais, devemos tomar cuidado com generalizações. Em diversos casos, a oferta de serviços públicos em áreas rurais, como a Vila Coqueiros, pode parecer superar o que é oferecido para grande parte das populações dos centros urbanos, contribuindo para diminuir a ênfase dicotômica entre o rural e o urbano.

A cerca disso Mingione e Pugliese mencionam,

Os destinatários dos serviços de bem-estar social, sejam eles camponeses pobres, trabalhadores rurais ou pobres das cidades, estão submetidos a jogos e processos políticos em que tanto a dicotomia urbano/rural como a divisão entre os diferentes sectores econômicos se diluem para dar lugar a outras lógicas. A distribuição geográfica de serviços de bem-estar social relativamente eficientes não coincide com o mapa representativo da dicotomia urbano/rural. Contrariamente a um preconceito bastante difundido, nem sempre as áreas rurais são esquecidas e prejudicadas nos sistemas de bem-estar, como nem sempre as áreas urbanas são eficientes e privilegiadas. (MINGIONE; PUGLIESE, 1987, p.89).

Portanto, devemos entender que a Vila Coqueiros, foge do padrão de total esquecimento para com o poder público municipal, pois mesmo que ainda precária em alguns pontos as infraestruturas urbanas, são disponibilizadas em sua área, mas não deixando de eliminar também suas representações camponesas de trabalho e vida.

2.2 COMUNIDADE CONSTRUÍDA (NARRATIVAS)

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tem sido palco de novos investimentos do setor sucroalcooleiro principalmente nos últimos 15 anos, por parte de grupos econômicos de outras regiões do país frente aos interesses de ampliação da produção de açúcar e álcool para fins de exportação e atendimento do mercado interno do estado de Minas Gerais. Embora o desenvolvimento dessa atividade gere riscos a manutenção e ao desenvolvimento de outras atividades agrícolas, os empreendimentos continuam a ser criados e incentivados no Triângulo Mineiro passando a concentrar importante produção canavieira no período recente.

As compreensões dessas mudanças podem ser mais bem entendidas, quando apresentarmos, em capítulos posteriores, a região canavieira do Pontal do Triângulo Mineiro,

somente destacando que nela a atividade foi estruturada ainda na década de 1990, concentrando quase 60% da produção canavieira estadual, contexto onde se localiza a área de estudo.

Temporalmente, analisando as comunidades rurais camponesas, percebemos que elas vêm sofrendo intensas alterações em seu espaço com as investidas do capital globalizado, principalmente, no que se refere à economia, desde meados da década de 1970 do século XX. A Vila Coqueiros é uma realidade próxima, mas modelada também segundo as histórias de vidas individuais e comunitárias, tendo a ação de agentes externos, como o poder público ou empreendimentos do capital.

Em relatos dos moradores isso é confirmado, quando um dos entrevistados na pesquisa menciona o acesso a alguns recursos e produtos industrializados alimentícios que anteriormente, quando viviam nas fazendas eles não tinham acesso, ele menciona que “*nois sempre trabalhô na terra ela foi o sustento da minha família [...] mas pra cá eu tinha acesso as coisas melhores, podia comprar um refrigerante, uma cerveja, um biscoito [...] isso nois num encontra fácil na roça, vive é de quitanda que nois comi*” (E07, 2015-2016).

Outro morador ainda, quando contava sua história de vida e vinda para a comunidade, identifica que sua realidade e da comunidade foi formada e possibilitou uma estrutura melhor de vida, ao relatar que,

[...] sempre agente ia prá cidade, mas eu não gostava de ficar lá não, é muita bagunça e barulhento, [...] a única coisa boa é ter as coisas que agente precisa e não produz [...] foi uma benção conseguir um lugar aqui na comunidade [...] agora eu podia ter as coisas igual a que via na cidade [...] tenho minha casinha na praça e se eu quiser posso pedir as coisas que trazem aqui pra vim (E4, 2015-2016).

Percebemos com esses dois exemplos, de diferentes relatos, que a comunidade possui, para alguns, um certo acesso aos benefícios que o local pode oferecer, uma vez que no campo eles não poderiam ter os recursos e estruturas econômicos que mesmo reduzidos a vila ainda oferece para seus habitantes.

Foi constatado, também, em nossas investigações que a realidade da comunidade, ainda está ligada, mesmo que indiretamente a economia convencional, com a venda de produtos cultivados e produzidos em suas áreas particulares, porque ali moradores exercem o seu trabalho, mas o apego ao lugar deve ser ressaltado como presente.

Isso é a materialização da dinâmica simbólica do sujeito com o território, ao qual Haesbaert (1999) menciona dizendo que, “os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz uso de fronteiras

territoriais para se fortalecer)". (HAESBAERT, 1999, p. 171)

O apego ao território é uma forma de manter viva a memória de um grupo, de reviver os seus mitos e ideologias e de reforçar sua identidade de modo que, o pouco domínio sobre esta parcela do espaço ou a perda do mesmo torna-se uma ameaça ao “existir” do grupo.

Um dos moradores antigos da comunidade, proprietário de um dos comércios locais, relata diretamente que a comunidade é sua vida e que é ali que eles querem passar o restante de suas vidas, tanto é que o entrevistado mencionou: “*eu não nasci na vila mas aqui eu trabalho, é aqui que criei meus filhos e dei sustento pra eles [...] eu quero é ficar aqui e ajudar no que eu posso o povo [...] num sei se meus filhos vão querer, porque um deles tão espalhados por ai, mas quero é ficar aqui na comunidade até o fim*” (E05, 2015-2016).

Na mesma corrente de pensamento outros moradores mencionaram que querem ser enterrados no cemitério local porque viveu na comunidade toda a vida, um deles disse que: “*meu avô tá ali enterrado, meu pai também eu só tó esperando minha hora pra ir pra lá [...] escolhi até o local que vão me colocar*” (E03, 2015-2016).

É notório que o apego ao lugar, principalmente para os moradores mais antigos, é um dos fatores que estabelece a realidade da comunidade, pois ela motiva ações para a permanência da comunidade e sua legitimação como uma unidade onde existem pessoas que vivem, estabelecem territorialidades e criam laços, até mesmo afetivos, com o lugar.

Sobre isso, Alves enfatiza que a terra constitui-se o aspecto primordial da relação entre os indivíduos e o lugar, pois é o principal meio de trabalho e sobrevivência da família, e nesse aspecto a vila se materializa como símbolo de vida.

A terra é considerada a base material da existência da família, seja pela fixação desta no lugar, seja pela possibilidade de sua reprodução social advinda da comercialização de algum produto e pelo autoconsumo, pela liberdade de não ter patrão, de não ser assalariado (ALVES, 2004, p. 209).

Por outro lado também, fomos informados e presenciamos a existência de moradores que estão estabelecidos na comunidade somente pelas relações trabalhistas em seu entorno. É o caso de alguns moradores que trabalham nas poucas fazendas “tradicionais” locais de criação de gado. Isso foi confirmado principalmente nas falas, de certa forma críticas, de alguns moradores tradicionais da comunidade. Tanto é que ele relatou que,

[...] tem gente que mora aqui com a gente faz pouco tempo, um deles estão em uma casa [...] e vão todo dia prá fazenda do deputado trabalhar na lida de lá [...] mas eles só tão aqui porque é perto para trabalhar senão eles estavam na cidade [...] eles falam mal da gente mas tão aqui vivendo e comendo do nosso lado [...] acho que se tá morando na vila tem que querer morar aqui senão vai embora igual uns já fez (E05, 2015-2016).

Outro morador mencionou ainda que, “*o povo novo na vila é muito bagunceiro, fica colocando som alto [...] final de semana que eles tão de folga da fazenda eles fica aqui é enchendo a orelha da gente [...] ainda acha que manda em muita coisa aqui*” (E07, 2015-2016), percebemos então uma ruptura entre alguns moradores que residem a mais tempo, e que de certa forma deixam claro sua relação de apropriação da comunidade, e os moradores mais novos que aparentemente estabelecem apenas com a comunidade relações de moradia e sem apego ao lugar.

De acordo com esses relatos e observações realizadas, foi possível identificarmos basicamente três grupos de “motivações” para a configuração populacional da comunidade:

- Moradores com apego por relações com o lugar: A comunidade é o local de morada, trabalho e vida desses sujeitos;
- Moradores que se beneficiam do acesso a recursos e infraestruturas: A comunidade é o local de moradia e acesso a recursos;
- Moradores que se estabelecem apenas pelo trabalho na região sem apego ao lugar: A comunidade é o local de pousada e descanso, mas não existe o apego às relações comunitárias.

Outro fato que chama a atenção é que as relações como comunidade são mantidas por seus moradores através de laços religiosos e familiares. Pensando no aspecto religioso, as Igrejas locais, são as unidades que associam diferentes moradores. É por meio do grupo religioso que as ações ajuda se materializam, tanto é que esses grupos religiosos, tma'bme formados por parentesco, vizinhança e afinidade, ajudam a aumentar a capacidade de adaptação das famílias, uma vez que os moradores costumam recorrer aos que estão próximos em caso de necessidade, além de trocarem experiências e conhecimento sobre a produção agrícola e culturais.

Segundo Coelho (1999) a religião exerce papel nuclear e as festas religiosas que são organizadas por esse grupos aparecem como complemento das atividades, como memória e lembrança dos acontecimentos vivenciados pela comunidade. O autor afirma que

Se o mundo da produção, da sobrevivência, lhes impõe uma vigilância para o resguardo da tradição, o mundo das festas, da celebração é por excelência o terreno da autonomia absoluta. Mais que isso, o curso da investigação demonstrou-me que a religião é o lócus através do qual pude captar a resistência na sua forma mais real e expressiva (COELHO, 1999, p. 286).

Sobre esse aspecto um dos entrevistados relata que:

Nossa comunidade tem vários grupos, todos ligados as suas igrejas [...] nossa, por exemplo, se reúne quatro dias da semana [...] é lá que oramos, refletimos e fazemos nossas atividades [...] se precisamos ajudar um colega na colheita, na limpeza de

um lote, com donativos ou outra coisa nós juntamos e fazemos algo (E01, 2015-2016)

A religiosidade é apresentada com papel preponderante, pois as relações simbólicas manifestadas e desenvolvidas pelas comunidades rurais são resultadas da própria construção da identidade social dos grupos ao longo de sua história (BOURDIEU, 2001).

Em outro relato esse aspecto, dos grupos religiosos, é destacado como um ponto negativo, porque gera uma ruptura entre os moradores que vivem na comunidade “*tem gente aqui na vila que só fica com seu grupo [...] isso é ruim porque se nós precisa pedir algo pra melhorar para vila na prefeitura ou com um político que vem parece que o cara fica é achando ruim*” (E04, 2015-2016).

Todavia, percebemos que o isolamento de alguns grupos religiosos é fator que gera uma ruptura na associação entre seus moradores para um bem maior, voltado para as necessidades e anseios comunitários. Portanto, percebe-se que os interesses individuais de pequenos grupos religiosos são colocados como prioridades, o que gera uma ruptura local de coletividade.

Quanto às relações familiares que mencionamos anteriormente percebemos que muitas das famílias que estão estabelecidas na comunidade possuem laços familiares, ou seja, muitos moradores são parentes com relações de 1º a 3º grau, isso ocasiona em alguns casos uma associação familiar e também conflitos. Existem relatos de alguns grupos familiares que possuem rixas com outros grupos. Sobre isso um morador mencionou que “*tem gente aqui que não olha pra cara do outro [...] é coisa antiga da família deles [...] têm gente que levou até tiro por conta disso [...] é por isso que cada um fica no seu canto*” (E05, 2015-2016).

A unidade familiar é uma das formas de consolidação comunitária, pois percebemos que esses consideram a família segundo a ideia de Mioto (1997), que a estabelece como “um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas, ou não, por laços consanguíneos” (MIOTO, 1997, p.120); ou ainda, como destaca a autora: “estamos diante de uma família quando encontramos um espaço constituído de pessoas que se empenhem umas com as outras, de modo contínuo, estável e não-casual [...] quando subsiste um empenho real entre as diversas gerações” (MIOTO, 2004, p. 14-15).

Todavia, é possível constatar que pela presença de diferentes grupos familiares locais, onde uns possuem boas relações com outros, os interesses individuais ou familiares muitas vezes irão ser colocados em prioridade do que uma necessidade geral local.

Os reflexos dessas rupturas integrativas entre os moradores da comunidade são

sentidos quando na realização de festejos locais onde moradores que não possuem relações religiosas ou familiares com os grupos organizadores dos festejos não participam das atividades realizadas.

Em julho de 2015, em um dos trabalhos de campo, foi possível acompanhar um festejo nomeado de “Arraiá da Escoque” realizado e organizado na Escola Municipal da Comunidade, como parte dos Festejos Juninos, representados nas Figuras 30 e 31, que é uma tradição católica que muitos moradores, que possuem relações religiosos diferentes, não participaram, como também moradores contrários aos seus organizadores, em parte pelas poucas relações familiares, deixaram de estar presentes.



Figura 30 – Ornamentação do Arraiá da Escoque – Escola da Vila Coqueiros

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 31 – Famílias reunidas no Arraiá da Escoque

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 32 – Centro de Eventos anexo a Igreja de Nossa Senhora Aparecida

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Todavia, pela necessidade geral, em alguns casos, a comunidade também se reúne para tomada de decisões, ações ou reivindicações para a comunidade que se juguem importantes. Esses momentos normalmente acontecem em um centro de eventos anexo a Igreja católica local, espaço amplo e utilizado também por outros grupos religiosos, de acordo com a Figura 32.

Na fala de um de nossos entrevistados ele comenta que, “*temos um local onde poderíamos conversar e decidir muita coisa para nossa vila [...] nós já reunimos muito antigamente, hoje é só quando acontece algo importante*” (E01, 2015-2016). Portanto é notório que somente quando existe a necessidade de ruptura de posicionamentos religiosos ou familiares para tomadas de decisões é que a vila materializa ações associativas e propriamente comunitárias.

A partir de um olhar para os modos de vida dos moradores, percebemos as cooperações familiares, que muitas pessoas se estabelecem ali pela acessibilidade de uma moradia. No decorrer dos trabalhos de campo pela comunidade vimos que a maioria de seus moradores construiu a parte de suas residências de acordo com suas possibilidades, mas todas foram possíveis pelo acesso gratuito a um terreno da prefeitura que normalmente tem 20mX40m, mas em alguns casos chega a ter 23mX50m.

Esse espaço para um loteamento é considerado até elevado para o município, que em sua área sede tem média de 10mX20m, porém na Vila Coqueiros foi redimensionado para que os moradores tivessem além de um local para moradia, um espaço para desenvolvimento de pequenas atividades locais. Sendo os aspectos rurais na comunidade explorados mais profundamente adiante em nosso trabalho.

Um dos entrevistados da pesquisa faz o seguinte comentário:

[...] quando vim para cá primeiro fiquei na casa de um amigo da cidade, mas ele disse que no Coqueiro estavam dando terreno de graça para morar [...] mas ia ter que morar lá e não só passear [...] ia ter que produzir porque eles quer dar um terreno pra ser usado [...] de vez em quando um povo da prefeitura vem aqui e fica olhando nossa hora e nossa galinha, acho que eles estão vendendo isso (E02, 2015-2016).

Outro ainda sobre isso pronuncia que seu pai morava ali a algum tempo e quando ele foi embora para um centro urbano maior, em busca de acesso melhor a saúde, a casa ficou para ele, mas com medo de perder o lote e a residência esse mantinha uma pequena criação ao fundo da residência. Nas palavras do entrevistado: “*meu pai foi embora e eu fiquei porque trabalho aqui perto na roça [...] eu crio umas galinhas aqui, mas é porque meu pai sempre*

disse que se a gente não criar nada podia perder a casa, ai eu continuo, mas até que gosto” (E06, 2015-2016).

Assim, um atrativo para os moradores que se fixaram e até mesmo uma propaganda para outros que venham a residir na comunidade é a facilidade para acesso ao lote, que é entregue pelo município a quem se interessar. Esse aspecto possibilitou que entendêssemos o porquê que os habitantes da comunidade são de classe mais humilde, pois uma das maiores dificuldades de populações carentes é o acesso à moradia, e a dinâmica realizada é um atrativo de certa forma facilitando o acesso a possuir um bem imóvel.

Em nossas observações constatamos que cerca de 80%, são pessoas carentes que tem na comunidade o único e possível meio de acesso para uma moradia, que não seria integrada aos programas de acesso a moradia do governo pela falta de entendimento, instrução ou não atendiam os pré-requisitos para serem atendidas.

Dos seus moradores, 50% são pessoas acima dos 35 anos, (dados confirmados com a contagem populacional municipal e na secretaria municipal de saúde – entrevistas), a quantidades de idosos chama a atenção sendo de 35% (dados confirmados na secretaria municipal de saúde – entrevistas). Isso demonstra um envelhecimento da população moradora na comunidade, o que por sua vez a estabelece em alguns casos como última residência de vida para alguns.

O número de jovens residentes na comunidade tende a diminuir pela saída de muito para estudar na sede do município e trabalhar em atividades não agrícolas em centros urbanos, o que estabelece uma ruptura nos laços de pertencimento desses jovens ao local de criação.

2.3 RURALIDADES E URBANIDADES EM VILA DOS COQUEIROS

2.3.1 Rural, Ruralidades, Novo Rural e Novas Ruralidades

Classicamente e basicamente, não se utilizava o termo ruralidade, mas sim a categoria rural na defesa desse pensamento temos Lefèvre (1970) e Mendras (1969) que estabelecem uma dimensão ontológica do rural, em contradição a Redfield (1956) e Rambaud (1969) que apresentam uma dimensão metodológica da categoria rural. Todavia esses autores comungam que a categoria rural não tenderá a ser utilizada como algo que qualifica um espaço, mas sim como qualidade de relações sociais no e do mesmo.

Candiotto e Corrêa argumentam que o espaço rural é marcado por territorialidade

intensa, essas seriam as ruralidades, que nos permitem afirmá-la como um espaço de representações. Sobre o espaço rural os autores mencionam que,

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e na recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa. (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 216).

Definir o rural e as ruralidades é visitar o desenvolvimento das contradições e complementaridades entre campo-cidade e/ou rural-urbano, ou seja, é compreender as manifestações que estão associadas aos territórios de vida, trabalho, economia, política e ambiente dessas categorias.

Em princípio devemos entender as ruralidades como manifestações dos modos de relacionar e existir no rural. Não é entendê-lo como estático, mas sim como identidades em constante fluidez, uma vez que no espaço rural, podem coexistir simultaneamente múltiplas ruralidades. De acordo com Ferreira, a “ruralidade é um conjunto de representações que fazem valer tais papéis, neles integrando identidades rurais em transformação” (2002), contrapondo ao conceito do *continuum* de Graziano da Silva (1997).

As ruralidades são então materializações de significado e projeto de vida das pessoas. Indo além é traduzi-lo em “um rural que se define não pela agricultura, mas com a agricultura” (LAMARCHE, 2000, p.4), em síntese um espaço rural onde são realizadas atividades, criando pertencimento, que por sua vez forma-se como território vivenciado.

É importante destacar que essas ruralidades na sociedade contemporânea, em decorrência do processo de modernização do campo, expropriação das atividades tradicionais, movimentos de resistência e adaptação dos modos de produzir e viver ganham novas facetas, essas por sua vez, no campo geográfico.

Nessa perspectiva, Carneiro define ruralidade como “um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (CARNEIRO, 1998, p. 8). De acordo com essa autora, isso tende a acarretar dois movimentos opostos, um em direção a reapropriação de elementos da cultura local, e outro, que culmina na apropriação de elementos da cultura urbana.

Aprofundando isso, podemos remeter a Candiotto e Corrêa (2008), que mesmo definindo a ruralidade como materialização das atividades no campo, apontam para o fato de que essa possui duas correntes de interpretação. A primeira estabelece como um processo de valorização do rural, criado por instituições que a defendem como discurso da redução da pobreza e desigualdades sociais. Corrente que aparentemente está implícito nas

relações capitalistas, através de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural.

Nessa perspectiva, de acordo com Candiotti e Corrêa,

[...] a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma ideia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.232).

Na segunda corrente, as ruralidades seriam formadas por objetos, ações e representações características do rural, com destaque para os aspectos e identidades rurais dos indivíduos e grupos (MOREIRA, 2005). Ou seja, as ruralidades são construídas, sobretudo de forma endógena, como realidade empírica desenvolvida nas articulações entre as noções de rural e de identidade social.

Na visão de Silva (1997) a inserção de novas atividades econômicas como as atividades não agrícolas, vem conduzindo o “novo rural” a uma urbanização física de sua paisagem e a presença de novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda tendo como origem as espacialidades urbanas,

Neste sentido Moreira, escreve:

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolve a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural). (MOREIRA, 2005, p 132)

Percebemos então que, nessa dinâmica rural tem-se anexado novas atividades as quais são denominadas de complementar às atividades agrícolas no campo, sendo elas, portanto de caráter não agrícola, com o objetivo de incrementar a renda das famílias que ali vivem. Tal atitude é identificada como estratégias que revelam a presença crescente da pluriatividade entre as famílias.

2.3.2 As Ruralidades na Vila Coqueiros

A inserção de novas atividades econômicas no campo, sobretudo as não agrícolas, conduz para o que chamamos de novo rural (SILVA, 2001), nas suas palavras:

As novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural

brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc.). (SILVA, 2001, p. 44).

Ao observarmos o Quadro 3, podemos verificar que a dinâmica do novo rural para o autor é desencadeada dentro de quatro subconjuntos, que por sua vez terão englobado diferentes atividades e produções, que, consequentemente, gerarão novas estruturas produtivas necessárias para sua existência.

Quadro 3 – Características do novo rural segundo Graziano da Silva

SUBCONJUNTO	CARACTERÍSTICAS	MATERIALIZAÇÃO
Agropecuária moderna	- Agroindústrias; - Desenvolvida.	Complexos agroindustriais
Atividades de subsistência	- Rudimentares; - Trabalhadores sem nada/excluídos.	Pequena propriedade
Atividades não agrícolas	- Ligadas ao lazer e moradia; - Atividades industriais; - Prestação de serviços.	Média e pequena propriedade
“Novas” atividades agropecuárias	- Voltadas a um mercado menor e específico; - Altamente valorizado.	Média propriedade

Fonte: SILVA; 1997

Org: CARVALHO; 2014

Essa dinâmica é materializada a partir de fenômenos como a urbanização física do rural e a adoção ou mudanças das formas de produzir, viver e trabalhar. O nome comumente dado a esse processo é rurbano, como referência à urbanização do rural, apresentado por José Graziano da Silva em suas obras.

Na comunidade Vila dos Coqueiros percebemos essas manifestações da urbanização, como mencionado na criação das infra estruturas básicas em centros urbanos, como asfalto, água potável, rede de esgoto, eletrificação, acesso a educação e saúde na localidade, entre outros processos.

Milton Santos chama a atenção a constante modernização e tonificação da agricultura

como um aspecto que aproxima o campo da cidade, pois, “nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes” (SANTOS, 1996, p. 227), atribuindo maior relevância à cidade como condicionante das transformações socioespaciais no meio rural. Nesse sentido, além de a cidade ter um papel relevante no tipo de produção agrícola, pela demanda que essa estabelece, ela, por possuir e estabelecer as técnicas disponíveis, influencia nas formas como o trabalho, a produção e a comercialização no meio rural devam ocorrer.

Isso é um fenômeno que verificamos na comunidade uma vez que muitos dos pequenos agricultores que cultivam em seus terrenos na comunidade ou mesmo em áreas agrícolas próximas a Vila produzem alguns bens que são repassados e vendidos na cidade, por comerciantes que os tem como fornecedores de produtos rurais.

Sobre esse aspecto Milton Santos destaca ainda que,

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. (SANTOS, 1996, p. 242).

Ianni (1996), pensando no momento da globalização e prevalência do capital, sobre as atividades tradicionais, destaca a dissolução do mundo agrário contemporâneo e a incorporação da urbanização como modo de vida. Pois, para o autor, o

[...] desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo, ocorre uma crescente e generalizada transformação das condições de vida e trabalho no mundo rural. [...] a tecnicização, maquinização e quimificação dos processos de trabalho e produção no mundo rural expressam o industrialismo e o urbanismo. (IANNI, 1996, p. 16-17).

As ações e realidade urbanas verificadas na comunidade são um atrativo e colocadas como uma dos fatores de elevação da importância local, que antes estavam vinculadas como uma localidade de materialização e valorização da vida rural.

De acordo com João Rua (2002 e 2005), que estabelece o conceito de urbanidades, esse como movimento de oposição das ruralidades, ressalta a entrada de valores urbanos no espaço rural. De forma que, o capitalismo integra sem homogeneizar, de modo que o rural não está sendo destruído pela urbanização homogeneizadora, o que se estabelece são novas formas de viver no rural, mas utilizando os modos de vida urbanos. Ou seja, o que ocorre é a incorporação de hábitos de consumo urbanos no meio rural, não gerando a existência de uma urbanização física no espaço rural, o que se define pela geração de novas territorialidades, que levariam a ruralidades e urbanidades vinculadas à dimensão cultural.

A autora Wanderley também cria considerações importantes sobre esse aspecto, pois na visão da mesma, “a afirmação da permanência do rural como espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se levam em conta às representações sociais a respeito do meio rural” (WANDERLEY, 2002, p. 41). Isso permite pensar que a autora é contra a ideia de urbanização física do espaço rural, porém leva em consideração que o campo está cada vez mais condicionado aos interesses e à racionalidade técnica, concebidas e controladas nas cidades, aspecto que percebemos também na comunidade em análise.

Mesmo assim percebemos que a herança local e as tradições produtivas do campo ainda se fazem presentes, com a presença ao fundo de cada um dos lotes na comunidade de pequenas atividades agrícolas como a criação de animais ou algum tipo de hortaliças, como retratados respectivamente nas Figuras 33 e 34.



Figura 33 – Pequena Criação de Animais ao fundo das residências da vila

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 34 – Pequena Horta ao fundo das residências da vila

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

O crescimento de atividades urbanas no espaço rural, apesar de poder ser originário das estratégias de sobrevivência dos próprios agricultores, está vinculado ao interesse da sociedade urbana por paisagens, atividades, produtos e manifestações culturais representativos do espaço rural, e à influência de valores urbanos sobre a população rural, principalmente nos jovens.

2.3.3 As Urbanidades na Vila Coqueiros

Devemos pensar que, “o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (SILVA, 1999, p.01). Logo, o uso das tecnologias no campo, a influência da mídia, a idealização de uma vida melhor consiste em exemplo de urbanidade que envolve os habitantes do meio rural.

Nesse caminho o campo acaba recebendo influências da cidade e do modo de vida urbano, ou seja, a vida rural levará a marca da urbanidade, à medida que sofre influência das cidades através do contato, da comunicação e pelos investimentos efetuados por agentes urbanos no campo.

Na Vila Coqueiros isso é percebido nas falas dos entrevistados, como mencionamos no aspecto histórico de fixação de alguns moradores na comunidade. O acesso a melhorias que somente seriam possíveis no meio urbano atraem e incentivam as populações que viviam no campo a se deslocarem para o viver na comunidade. Muitas vezes motivados e desejosos por um conforto que somente seria possível ao viver em um centro urbano.

Um dos entrevistados mencionou que:

Viver na comunidade é uma benção [...] ela nos dá muita coisa importante que a cidade tem, principalmente luz, asfalto, escola, saúde sem falar o pessoal daqui [...] você pode contar um com o outro e não fica isolado [...] estou feliz em ter meu cantinho como se fosse na cidade e o bom é que aqui temos tudo que tem lá (E04, 2015-2016).

No entanto, as mudanças no campo acondicionam transformações mais amplas na sociedade brasileira, que marcam as últimas duas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem, como um novo rural. Trazendo sentidos para o espaço rural, e novas qualidades para uma nova relação entre o espaço urbano e o rural.

Ao analisar as urbanidades no rural, Rua (2005) chama de urbanidades no rural a industrialização do (e no) campo e a própria agricultura. Porém, para que o acesso aos bens de consumo seja efetivado, o capitalismo expande, proporcionando meios para que os espaços considerados rústicos, atrasado, de grande parte de analfabetos e ausentes de serviços coletivos tenham acessos a essas novas tecnologias.

Na comunidade Vila dos Coqueiros a instalação, nas proximidades, de uma indústria canavieira estabeleceu essa transformação. A Usina Itapagipe, demonstrada na Figura 35, se estabelece para a comunidade como um momento de transformação de um mundo somente

rural, onde as atividades estavam ligadas a produzir somente pela lida no campo, para um universo de relações capitalistas antes não estabelecidas no entorno da comunidade.



Figura 35 – Usina Itapagipe

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Candiotto e Corrêa (2008) fazem referência à urbanização física do rural, mostrada por Graziano da Silva por meio do conceito de “rurbano”, com a inserção de novas atividades no campo, sobretudo as não agrícolas, as quais proporcionam no meio rural novas funções. Exemplo disso são as atividades de lazer, como o turismo em área rural, a inserção das “segundas residências” e aposentadorias rurais.

Para a comunidade a possibilidade de trabalhar na usina trouxe a alguns de seus moradores a oportunidade de aumento da renda, para os que conseguem se relacionar por meio do trabalho assalariado com a usina é notório que o abandono das formas tradicionais locais de trabalho e renda seja atrativo e benéfico.

Um dos entrevistados menciona que “*com a usina pude deixar de trabalhar nas roças daqui, ela me deu estabilidade e dinheiro todo início de mês no dia certo na minha conta, isso foi o melhor*” (E02, 2015-2016). Por outro lado, os riscos e vulnerabilidades geradas pela chegada desse capital, fator que aprofundaremos mais adiante no quarto capítulo, não são mencionados e percebidos nessas argumentações.

A literatura destaca que há um movimento de expansão física e de expansão “ideológica” dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam “novo rural” que, cada vez mais, se distancia do predominantemente agrícola. Mas não podemos descartar hábitos mais voltados a uma vida tipicamente rural, com uma comida típica, uma linguagem própria, com utensílios marcadamente rurais, como as cuias de cabaças, os colchões de palha, a água da bica, o fogão a lenha, a lamparina à querosene ou o candeeiro, as plantas medicinais e muito mais, ainda resistem nesse processo, pois aos seus sujeitos as manifestações resilientes de se camponês ainda persistem.

Deste modo, entende-se que atualmente as atividades produtivas agrícolas clássicas,

como demonstradas nas Figura 36 e 37, em alguns lugares não são mais suficientes para a renda e ocupações das famílias rurais. Além disso, compreendesse que o papel da diversificação do meio rural consiste numa tarefa a qual envolve uma série de fatores que abarcam as esferas socioeconômicas, ambientais e culturais do espaço que abrange as atividades não agrícolas.



Figura 36 – Lavoura de Abacaxi – Antiga produção no entorno da comunidade
Fonte: Trabalho de Campo, 2015

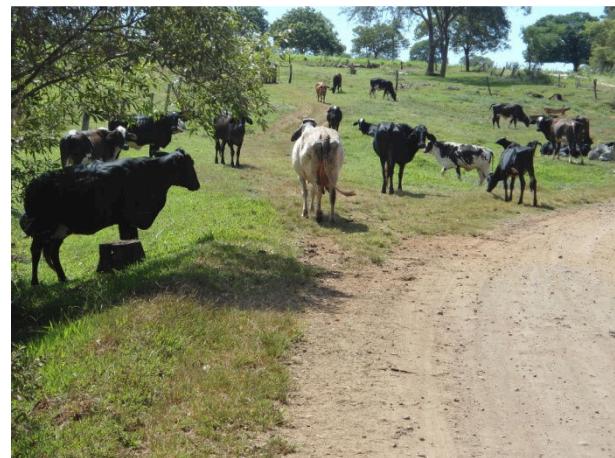


Figura 37 – Criação de Gado – Antiga atividade no entorno da comunidade
Fonte: Trabalho de Campo, 2015

O tradicional recorte rural/urbano passa a ser de difícil constatação com a pluriatividade, que mescla atividades não agrícolas (a maioria de “caráter” urbano) e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização etc), que podem levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar; políticas de redução das áreas cultivadas, onde tecnologias são incorporadas - área menor com mais produtividade; novas atividades surgem no campo, antes exclusivas da cidade; a localização de fábricas no campo: a difusão de trabalho industrial no campo (trabalho a domicílio); a unidade familiar tornando-se cada vez mais distinta da unidade de produção e marcando o momento presente do mercado de trabalho rural.

Procura-se cada vez mais trabalhar fora da unidade produtiva, quando membros da família dedicam-se à prestação de serviços (tratorista, frentista, comerciário, bancário, veterinário, piloto agrícola etc); estabelece-se uma estratégia de não-fragmentação da terra, aceita por alguns membros da família, em troca de outras vantagens (estudo, liberação para trabalhar na cidade, por exemplo). Essa caracterização da chamada pluriatividade marca uma

nova relação com a terra. Define, ainda, uma estratégia de resistência para permitir à família nela permanecer. Graças à pluriatividade, as funções familiares, ultrapassam em muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações. Para nós, a pluriatividade se integra a uma série de “urbanidades no rural”.

Schneider define a pluriatividade como um,

[...] fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias. (SCHNEIDER, 2003, p. 91-92).

Assim, percebemos ainda a permanência e resistência das integrações camponesas com as práticas capitalistas. Famílias que mesmo tendo pessoas trabalhando na Usina mantêm e estabelecem relações produtivas locais tradicionais, como a produção de doces, quitandas, queijos, e contemporâneas como venda de refrescantes gelados ou congelados, como apresentado nas Figuras 38 e 39.



Figura 38 – Placa de venda de queijos afixada em uma entrada lateral de uma residência na Comunidade Vila Coqueiros

Fonte: Trabalho de Campo, 2015



Figura 39 – Placa de venda de refresco gelado afixada na entrada de uma residência na Comunidade Vila Coqueiros

Fonte: Trabalho de Campo, 2015

Nesse momento verificamos na comunidade a realidade das famílias de agricultores e trabalhadores que necessitam diversificar suas atividades como forma de garantir sua permanência no rural. Isto, confronta o movimento de modernização rural e o avanço de uma

agricultura capitalista marcada pelas terras de produção monocultoras, pelos complexos agroindustriais que expulsa e expropria o pequeno agricultor daquilo que lhe é mais soberano a sua sobrevivência. Para Oliveira (2003), o modo capitalista de produção sendo contraditório permite a produção reprodução no campo de relações não capitalistas, mesmo de maneira precária.

CAPÍTULO 3 - DINÂMICA DA CANA DE AÇÚCAR NA REGIÃO

Pensar a realidade canavieira no Pontal do Triângulo Mineiro é remeter ao entendimento de que no Brasil a agroindústria canavieira se constitui como uma das atividades econômicas mais antigas, e que atualmente tornou-se elemento de maior atenção e tema de muitos debates, devido à possibilidade do país vir a ser um grande exportador de etanol de cana e, também, sobre os desdobramentos prováveis decorrentes do aumento da produção. Um destes desdobramentos refere-se ao avanço da plantação de cana-de-açúcar, que promove uma concentração da produção nas mãos de usineiros, como comentado anteriormente.

Nesse tocante a região de estudo tem sido observada como uma nova tendência espacial de ampliação da expansão do cultivo da cana-de-açúcar nos pouco mais de dez anos (2004 a 2016), em consequência da ampliação das fronteiras agrícolas da monocultura canavieira, que parte do Estado de São Paulo em direção a Minas Gerais, com o estabelecimento de novas usinas, ampliações de outras e criação de novas áreas monocultoras de cana.

Em parte essa ampliação está ligada pelas políticas de elevação do uso do álcool como combustível e a co-geração de energia. A cerca da ampliação de unidades locadas em Minas Gerais, para a produção principal de álcool, temos uma análise da conjuntura das políticas para o setor, ao mencionar que “a corrida para ampliar unidades e construir novas usinas é movida por decisões da iniciativa privada, convicta de que o álcool terá, a partir de agora, um papel cada vez mais importante como combustível, no Brasil e no mundo” (BIODIESEL 2010), o que reforça, assim, o papel ampliatório do seguimento.

Reforça-se que a região está locada em um território considerado um polígono do agronegócio alcool-sucro-energético, como menciona.

Especialmente nessa região, tem-se acompanhado o fortalecimento de áreas tradicionais pela cultura de cana-de-açúcar. Reconhecidamente, a região possui infraestrutura favorável à expansão agrícola pela sua logística de transportes para o escoamento da produção, pelas rodovias e portos exportadores interligando os principais centros industriais e de fronteira agrícola do país. (FREITAS; CLEPS JÚNIOR, 2012, p.169).

Verifica-se, portanto uma mudança estrutural na matriz energética valorizando a atividade canavieira como um dos pilares para a geração energética, seja pelo álcool ou pela energia elétrica produzida, que por vezes ocasiona recentemente no Pontal do Triângulo

Mineiro, o acréscimo do valor da terra, principalmente, onde ocorre a demarcação de novas áreas para o plantio de cana-de-açúcar.

Essa conjuntura tem sido motivada sobretudo por fatores como o que ocorrem a partir de 2005 em que os direcionamentos e Políticas Públicas para o setor, contam como principal financiador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao qual esses investimentos no complexo sucroenergético foram decisivos para essa nova configuração territorial em Minas Gerais.

O Pontal do Triângulo Mineiro possui fatores que incentivam o processo de construção e recriação do capital sucroalcooleiro localmente, mas esses estão centrados num fator escalonado e contínuo de apropriação do território. Todavia, podemos enumerar alguns dos pontos fundamentais à ampliação dos empreendimentos regionalmente:

- 1) Existência de milhares de hectares de terra com possibilidade de exploração imediata;
- 2) Possibilidade de ocupação de grandes faixas em áreas ligadas a atividade agropecuárias tradicionais;
- 3) Redução dos custos logísticos com o aproveitamento da infra-estrutura existente (como rodovias e ferrovias);
- 4) Topografia com relevo plano a suavemente ondulado (favorecendo o uso intensivo de mecanização);
- 5) Preços da terra mais inferiores às áreas de maior produção de açúcar e álcool, como as de São Paulo;
- 6) Proximidade dos centros consumidores e/ou canais de escoamento para exportação;
- 7) Incentivos fiscais locais.

Só em Minas Gerais, segundo diversas fontes, nos últimos quatro anos (2012 a 2016), os canaviais avançaram sobre mais de 70% dos municípios no Estado. Fator que pode ser constatado na fala de Vieira,

Minas Gerais já tem 0,5% do território com cana, dos quais 70% se encontram na região do Triângulo Mineiro. Nesta região é tão nítida quanto preocupante a mudança que se observa na paisagem rural, onde extensos canaviais ocupam, indistintamente, terras de camponeses, áreas de produção de grãos e antigas fazendas de gado [...] últimos oito anos a área de monocultivos de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro aumentou em 129,44% (VIEIRA, 1999. p. 391)

No Triângulo Mineiro concentra-se um potencial de expansão e criação de novos empreendimentos. Os municípios de Uberaba, Conceição das Alagoas, Canápolis, Frutal e Ituiutaba concentram, por sua vez, a maior parcela da produção de cana do estado, pois,

colhem anualmente mais de 34,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar para beneficiamento nos empreendimentos sucroalcooleiros onde a concentração fundiária é elevada.

É necessário ressaltar que esta concentração fundiária é inerente ao modelo de operação do agronegócio canavieiro, o que representa dizer que o capital produtivo só investe no campo para remunerar o seu capital ali investido, ou melhor, reproduzi-lo de forma ampliada, ao contrário do camponês, que cultiva na terra para retirar dela a sua subsistência e a de sua família. O que gera a discussão da concentração fundiária, como também o debate que envolve a dualidade existente entre a expansão da monocultura canavieira e a produção dos alimentos para o mercado interno.

Outro fator que corroborou a para o fortalecimento regional da atividade dos empreendimentos sucroalcooleiros foi a formação do Arranjo Produtivo Local (APL) do Etanol na região do Triângulo Mineiro, programa cujo objetivo é apoiar a produção de agrocombustível na região e alicerçar também a geração de energia, resultando na última década um aceleramento no processo expansionista empresarial do seguimento sucroenergético.

A afirmação acima pode ser também constatada em entrevista do pesquisador João Humberto Camelini ao Instituto Humanas Unisinos, em uma reportagem, que ao ser indagado em 2011, se a plantação de cana-de-açúcar está se expandindo para outras regiões do país, defendeu que é uma realidade, destacando entre as principais o Triângulo Mineiro, ao mencionar:

Sim. Ao que tudo indica a expansão do setor vem seguindo a lógica [...] que identificou o cerrado como foco da ocupação. O Triângulo Mineiro, norte do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul também vêm se tornando alvos dos investimentos. É importante salientar que o cerrado, do ponto de vista das empresas, é a opção mais interessante de expansão no momento. (IHU ONLINE, 2011).

Não se pode esquecer ainda do impacto que a expansão da lavoura canavieira produz no aumento dos custos de produção de várias culturas que estão no entorno da sua expansão, refletidos não somente no aumento do valor e do aluguel da terra, mas também na regulação dos preços do frete, disponibilidade da força-de-trabalho e consecutivo aumento do valor desta mercadoria. Assim como o aumento nos custos relativos à hora trabalhada pelas máquinas, que passam a operar tendo como marco regulatório os valores comparativos pagos pelos empreendimentos canavieiros, expropriando a produção e realidade de vida do camponês local.

Esse processo trata-se na verdade da conversão destes municípios, principalmente os menores, em apenas base territorial da produção sucroalcooleira, da qual o agronegócio passa

a exercer um domínio político e econômico sobre as terras, sobre os trabalhadores, o Estado na sua representação local, enfim, cria e recria as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital que territorializa estas porções espaciais.

Vale ressaltar que é na cidade que se tem registrado intensas transformações, desencadeadas pelos grandes empreendimentos. Logicamente, esses efeitos têm sido verificados nos menores centros urbanos, como o aumento da população urbana devido aos trabalhadores especializados para a produção que vão desde trabalhadores ligados ao corte até o setor administrativo empresarial.

Esses se estabelecem na cidade para trabalhar nas usinas da região, mas são também consumidores, o que tem provocado um acentuado crescimento da economia proporcionado por uma maior circulação de capital. Todavia também uma ruptura econômica dos empreendimentos que se estabeleceram pela produção convencional do campo, como pequenos sacolões e armazéns, que agora dão lugar a empresas que logicamente tem um maior grau de desenvolvimento, comércio e capital.

Num outro ponto ainda ligado a questão dos novos sujeitos para o trabalho nos empreendimentos sucroalcooleiros, tem-se o crescimento e necessidade de atividades mais qualificadas, como a implantação de cursos técnicos para capacitação de trabalhadores em atividades como operação de máquinas; abertura de cursos superiores voltados para o setor sucroalcooleiro; além da introdução de novos costumes e modos de vida. O que gera por sua vez uma visão de benefícios trazidos e desencadeados pela ampliação dos grandes empreendimentos do agronegócio da cana.

Com essas perspectivas apresenta-se a seguir como se realizaram a dinâmica da expansão canavieira no Pontal do Triângulo Mineiro no período recente, suas relações e processos que culminaram na expansão sobre comunidades camponesas, como na área em estudo, estabelecendo assim um cenário de efeitos locais tanto nos modos de trabalho quanto de vida dos sujeitos que nesse território se estabeleceram.

3.1 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA EXPANSÃO CANAVIEIRA

Entender a formação do setor canavieiro remete a necessidade de analisar as modificações estruturais do país, em relação ao setor sucroalcooleiro e à formação dos capitais de incentivo para o setor. Uma vez que houve diferentes períodos de reestruturação nas políticas e ações do Governo para o aprimoramento dessa atividade, conforme se mostra pelo Quadro 4.

Quadro 4 – Principais fases da agroindústria canavieira no Brasil

PERÍODO	EVENTOS	AÇÕES	RESULTADOS
1900/29	Disputa internacional pelo mercado açucareiro	Abertura de capital a fábricas nacionais e estrangeiras. Modernização das pequenas destilarias em fábricas	Aumento produtivo de açúcar e álcool. Maior qualidade dos produtos. Abertura e melhoria das pequenas fábricas
1929/33	Crise Mundial/Superprodução de açúcar. Litígios Internos	Criação do IAA	Controle da produção e estabilização dos preços
1939/45	II Guerra Mundial e problemas com o abastecimento de gasolina e açúcar, em SP	Incentivo ao “álcool-motor”	Aumento da produção Centro-Sul
1959/62	Revolução cubana. Problemas Sociais no NE	Tentativa de modernização da produção NE	Exportação para o EUA. Crescimento da produção Centro-Sul
1968/71	Alto Preço internacional, otimismo sobre a falta de açúcar no mercado mundial	Modernização da agroindústria	Expansão da produção Centro-Sul
1974/75	Queda dos preços mundiais do açúcar. Primeiro choque do petróleo	PLANALSUCAR PROALCOOL	Crescimento da produção do álcool anidro e Estabilização da produção do açúcar
1979/83	Segundo choque. Estimativa quanto ao esgotamento do petróleo	Reforço PROALCOOL	Crescimento da produção de álcool hidratado
1985/89	Reversão preços do petróleo, crise financeira pública e falta de álcool.	Investimentos na produção nacional de petróleo	Quebra da confiança no álcool combustível
1990/00	Extinção do IAA. Superprodução do álcool, Reestruturação produtiva, questão social e ambiental	Medidas paliativas. Ações dos governos estaduais e municipais. Criação do CIMA e do CONSECANA	Preços e mercados instáveis.
2001/07	Aumento do Consumo Internacional de etanol. Crescimento na produção de veículos biocombustíveis. Aumento na demanda por etanol e combustíveis renováveis. Plano Nacional de Agroenergia	Investimentos para expansão da atividade. Financiamentos (BID, BNDES e BDMG). Implementação de ações para o uso de combustíveis renováveis	Aumento no número de unidades sucroalcooleiras. Crescimento da área plantada e colhida. Crescimento da produção de álcool hidratado.
2008/10	Crise Mundial, Crise do setor sucroalcooleiro, Baixa na oferta do Etanol	Parcial Redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados. Cessaram os investimentos no setor	Produção voltada à exportação de açúcar. Produção energética. Internacionalização do setor. Expansão comprometida.
2011/12	Crise do setor de negócios	Aquisições e fusões de grupos do setor. Problemas climáticos nas lavouras.	Queda da área plantada e colhida. Queda da produção de álcool hidratado. Elevação dos Preços do Etanol.
Após 2013	Nova crise mundial. Pacote nacional de estímulo às usinas. Condições climáticas adversas.	Imposto Sobre Produtos Industrializados. Baixos créditos financeiros para o setor. Deficit tributários.	Fechamento de unidades produtivas. Abandono de áreas plantadas. Não pagamento dos fornecedores.

Fonte: VIAN; BELIK, 2003.

Re-Org.: CARVALHO, 2016.

De forma geral, esse processo se inicia em princípios do século XX, com o acirramento de disputas internacionais pelo mercado açucareiro, acarretando a abertura de

capitais e fábricas nacionais e estrangeiras, como também a modernização das pequenas destilarias, que existiam desde o período colonial, quando a atividade canavieira se estabelece, levando ao aumento produtivo de açúcar e álcool. Passando, em seguida, pela criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), com o objetivo de controle da produção nacional, que se estendeu até a década de 1970, quando ocorre a criação dos programas nacionais que beneficiaram o setor sucroalcooleiro. Programas estes que ocasionaram o crescimento da produção de álcool anidro e hidratado, utilizados também como aditivo de combustível e como combustível, respectivamente.

Novos direcionamentos produtivos da atividade foram tomados, diante do processo de crise produtiva do setor, resultante da extinção da regulação do Estado frente à produção. Fator este que desencadeou um processo de reestruturação do setor que, no início do século XXI, vem-se consolidando mediante o crescimento internacional do etanol, dos carros bicompostíveis e dos fundos de investimentos nacionais e internacionais para o setor. Aspectos que podem ser compreendidos historicamente em três momentos bem distintos do setor, que se seguem.

3.1.1 A atividade do início do século XX ao final da década de 1950

Para entender melhor esse processo, remetemo-nos, brevemente, ao período da conquista portuguesa, quando se inicia, de acordo com Andrade (1994), o processo de criação do setor, pelos usineiros. No final do século XIX, a produção do açúcar já era difícil, em decorrência dos elevados custos de produção e da qualidade inferior do produto, em comparação aos produzidos por outros mercados. Nesse contexto, o Governo Imperial iniciou um processo de modernização das fábricas, atribuindo às empresas, nacionais e estrangeiras, a autorização para a produção de açúcar. Iniciou-se, assim, um período de criação de diversas fábricas e destilarias de álcool. Nesse processo, os políticos nacionais fizeram intervenções estatais, com o objetivo de melhoria tecnológica e social para o setor.

Sobre essa questão, Andrade destaca que,

[...] tecnologicamente, substituiu os velhos bangüês por fábricas modernas que produzissem o açúcar cristal ou demerara, com melhor apresentação que o açúcar mascavo e capacitado a concorrer com o açúcar das Antilhas e da Insulíndia, os chamados Engenhos Centrais; social, procurando separar a atividade agrícola da industrial, mediante a determinação de que os Engenhos Centrais não desenvolvessem atividades agrícolas, limitando-se a industrializar a cana vendida pelos fornecedores, antigos banguezeiros que abriam mão de sua atividade industrial. Proibiu-se que os engenhos centrais utilizassem a força de trabalho

escravo, e isso contribuiu de forma lenta para levar o país à abolição. (ANDRADE, 1994, p. 37).

Nessa época, muitas usinas, de médio e pequeno porte, formaram-se nas regiões dos Engenhos Centrais de Pernambuco, como também em outras regiões do Brasil como em Minas Gerais. Grande parte destas foram construídas por senhores de engenho, enriquecidos com a atividade agroindustrial, e ricos comerciantes de açúcar, que possuíam capital para a melhoria das fábricas existentes. Porém, muitas usinas não conseguiam matéria-prima, regularmente, para abastecer as unidades, possibilitando a produção. Isso ocorreria porque a grande maioria dos fornecedores de cana-de-açúcar eram independentes, e quase não conseguiam produzir para a demanda existente, acarretando o fechamento de diversas fábricas, como também o endividamento de seus donos, que vendiam as unidades para os franceses e holandeses.

Mesmo com o panorama desfavorável, alguns usineiros, integrantes do setor político do país, não passaram por dificuldades, como outros, mediante os financiamentos que eram proporcionados a eles pelos Governos Estaduais e Federal, mantendo suas usinas, mesmo que economicamente inviáveis, sendo esse capital de auxílio dado como fundo perdido.

As usinas que conseguiam se manter ainda eram muito pequenas, produzindo pouca quantidade de açúcar, e em alguns casos tinham uma baixa produção de aguardente e álcool hidratado. Somente na década de 1920 o álcool hidratado, considerado subproduto da cana-de-açúcar, começou a ser usado como combustível; e apenas em 1930 passou-se a produzir o álcool anidro, para misturar com a gasolina, como combustível.

Como destacado, a grande maioria das usinas era de pequeno porte, além de construídas muito próximas umas das outras, e as áreas produtoras de cana de açúcar eram disputadas, tornando-se propriedades daqueles que pagassem o melhor preço. Dessa forma, foram aplicados capitais voltados para a aquisição de propriedades, para o plantio de cana e construção/ampliação da malha ferroviária, que possibilitava o transporte e fluxo de produção. Em decorrência de quedas constantes dos preços do açúcar, internacionalmente, muitos usineiros passaram a se organizar em associações e cooperativas regionais, para disputar de forma mais coesa o mercado interno.

Esse mecanismo de substituição do mercado internacional pelo nacional limitou o desenvolvimento das áreas açucareiras do Nordeste, favorecendo a expansão da agroindústria canavieira para as regiões do Centro-Sul, especificamente os estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e até mesmo de Minas Gerais.

Um exemplo disso é a antiga unidade produtora Mendonça, atual Usina Mendonça,

localizada na cidade de Conquista, em Minas Gerais. Essa fábrica foi criada, com investimentos federais, pelo Major Leopoldo Ferreira, em 1904, mas a unidade somente produzia pequena quantidade de açúcar, para abastecimento da região. Somente em 1922, em decorrência desses investimentos, essa unidade passa a produzir maior quantidade de açúcar. Esse produto era o açúcar moreno e turbinado, considerado um tipo de açúcar purificado, de grãos finos, com coloração marrom clara, sem desenvolvimento de tratamento de branqueamento. Mas, de qualquer forma, o maior fluxo produtivo ocorre no estado de São Paulo, conforme destaca Guercio:

Com o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, o açúcar brasileiro produzido no nordeste, especialmente em Pernambuco, deixa de ser exportado. Concomitantemente, há o aumento da produção açucareira no Estado de São Paulo que sai de 400.000 sacas produzidas em 1915 para mais de um milhão de sacas em 1929. (GUERCIO, 2001, p. 78).

Dessa forma, a participação dos estados nordestinos é ameaçada, no mercado interno de açúcar do Brasil, pelos do Centro-Sul. Porém, todos sofrem com a crise de 1929, que afetaria a economia açucareira do Brasil, embora de forma menor que a economia cafeeira, que não mais superaria a do açúcar, nos mercados externo e interno. A partir desse momento, ocorre um processo de intervenção do Governo frente às atividades econômicas; reduziu-se a autonomia dos estados nas decisões, formalizando-se uma política centralizadora.

Entendia o governo da época que, se deixasse a economia açucareira sob o funcionamento livre do mercado, poderia ocorrer um deslocamento das usinas de Pernambuco, Sergipe, Alagoas para São Paulo, o que provocaria, além de uma grande desordem dessa economia com superproduções e descontroles de preços, a miserabilização daqueles estados e a formação de possíveis focos de agitação que anulariam os benefícios que, aparentemente, teriam os estados sulistas. (QUEDA, 1972, p. 61).

Nesse momento foram estabelecidas, por decretos governamentais, quotas estaduais e limites de produção por usina. Dentre estes destaca-se o Decreto nº.22.789, de 1/7/1933, que criou o IAA, o qual gerenciaria as tomadas de decisões para a solução da crise açucareira. Ressaltamos que, nesse processo, as indústrias de álcool ficaram atreladas à indústria açucareira. Dessa forma, o Instituto foi criado “com o objetivo de dirigir, intervir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool do país” (BRAY;FERREIRA; RUAS, 2000, p. 14).

Esse órgão passou a estimular a modernização das áreas industriais do setor, com a criação de destilarias e subsidiando a compra de maquinários para as usinas em funcionamento, objetivando incentivar a produção de álcool anidro. Isto ocorreu porque o IAA possuía plenos poderes para atuar no controle e direcionamento das políticas do setor

sucroalcooleiro nacional, focando suas ações na produção de açúcar e álcool, principalmente o anidro.

O órgão, também, por meio de resoluções e decretos, definiu critérios reguladores na produção das safras, conforme destaca Ruas.

[...] quando da ocorrência de superprodução, o principal instrumento utilizado para controlá-la foi o sistema de cotas. Com a distribuição das cotas, o IAA tentou manter estabilizada a produção açucareira brasileira e manter os privilégios em regiões do Brasil. Um dos fatores que permitiu esta política é que o IAA possuía o monopólio da exportação de açúcar e estipulava as quantidades mensais que cada usina podia comercializar no mercado interno. (RUAS, 1996, p. 45).

Dessa forma, “esses chamados efeitos contraditórios da ação do Instituto do Açúcar e do Álcool favoreceram o desenvolvimento da agroindústria açucareira da região Centro-Sul, especialmente a de São Paulo” (GUERCIO, 2001, p. 81). Destacamos que as primeiras destilarias foram instaladas em Piracicaba, no estado de São Paulo, em Campos, estado do Rio de Janeiro, e em Ponte Nova, Minas Gerais, sendo que esta última está, atualmente, fechada. Guercio destaca também que:

Outro fenômeno da época foi a 2ª Guerra Mundial que impôs graves restrições à importação de produtos manufaturados, estimulando a indústria nacional, o que foi bastante positivo. Com a desorganização dos transportes marítimos e agressões a navios na própria costa brasileira, o governo foi pressionado a autorizar que o Estado de São Paulo fornecesse açúcar aos Estados vizinhos como Goiás, Mato Grosso e Paraná, produtos esses transportados por ferrovias e rodovias já existentes. (GUERCIO, 2001, p. 81).

Assim, a região Centro-Sul do país concentrou indústrias, mediante a sua aproximação com mercados carentes de produtos e os indispensáveis créditos para o setor, criando e possibilitando a formação de usinas de maior porte, em comparação às que existiam, além de passar a direcionar grandes extensões de terras para o cultivo da cana-de-açúcar, que seriam utilizadas no sistema de produção.

Em relação a essa questão, o Estado intervém, por intermédio do Decreto Lei nº. 3.855, de 21 de outubro de 1941, que cria o Estatuto da Lavoura Canavieira. “Este Estatuto visava amparar, no Norte e Nordeste, os fornecedores de cana-de-açúcar na sua luta contra a expansão das propriedades das usinas, da mesma forma que ocorria nos campos canavieiros do Rio de Janeiro” (GUERCIO, 2001, p. 83). Em geral, o estatuto estabelecia que o mínimo de 50% da cana utilizada pela usina deveria ser proveniente de fornecedores autônomos, tentando diminuir ou acabar com os núcleos de tensões sociais, protegendo a pequena e média propriedade rural, que via no fornecimento de cana-de-açúcar para as unidades sucroalcooleiras uma possibilidade importante de obtenção de renda.

Em grande parte das regiões sucroalcooleiras, como em Minas Gerais, as ações foram cumpridas, porém, em São Paulo, a figura do fornecedor, o chamado colono, havia sido abarcada pelas usinas, e estas não poderiam trabalhar de acordo com as normas estipuladas pelo decreto, uma vez que os colonos trabalhavam sob diversas formas, como o contrato de empreitada com a usina, fazendo o trato das lavouras da própria usina ou das canas por ela plantadas ou, ainda, trabalhando em suas próprias terras, de acordo com a sua capacidade e de suas famílias em desenvolver o trabalho. O decreto considerava o colono um proprietário rural, não podendo ser vinculado à usina como funcionário, apenas como fornecedor. Porém, o trabalho dos colonos era necessário, mediante a estrutura em que se encontravam as lavouras canavieiras paulistas, em estado inicial de mecanização agrícola.

De qualquer forma, as ações do Estado focavam uma melhor distribuição de renda no setor, favorecendo fornecedores e trabalhadores e minimizando a sazonalidade da produção da cana-de-açúcar por parte dos fornecedores, uma vez que estes só cultivavam cana-de-açúcar quando os preços estavam em alta; quando deixavam de produzir, ocorria aumento dos preços do produto, no mercado.

[...] com a estabilização dos preços – decorrência da ação do Estado – começariam a surgir aquelas condições indispensáveis ao crescimento da área plantada com cana. E, assim, enquanto as usinas cuidariam do desenvolvimento do seu setor industrial carreando para ele os recursos disponíveis e necessários, a matéria-prima requerida para essa expansão seria dividida entre plantadores independentes e as próprias usinas. (QUEDA, 1972, p. 126).

Outra modificação, no setor, não tão representativa, ocorreu com o surgimento de grupos favoráveis à eliminação da importação da gasolina, mediante as dificuldades de importação do produto, no período da Segunda Guerra Mundial, que influenciou no aumento do consumo do álcool. Mas tal proposta não se mostrava viável, dados os problemas que seriam gerados nas relações, tanto econômicas como políticas, com países importadores.

Para demonstrar a evolução produtiva, durante o período da guerra, remetemo-nos a Selani.

[...] no ano de 1939 funcionavam no Brasil 31 destilarias para a produção de álcool anidro carburante, com a capacidade de produzir quase 500.000 litros/dia, sendo que em 1941, esse número aumenta para 44 destilarias, com capacidade para produzir mais de 600.000 litros/dia, e em 1942 a produção do álcool anidro já alcançava quase 800.000 litros/dia, correspondendo a mais de 50% da produção alcooleira nacional. Essas destilarias concentravam-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. (SELANI, 2005, p. 125).

Nesse contexto, observa-se um aumento na produção de álcool anidro e, consequentemente, uma diminuição da produção do açúcar. Esse fator determinou a criação

de várias usinas de açúcar no Centro-Sul, com a abertura de quotas de produção açúcar por área territorial. Ocorre, assim, uma reformulação da soberania da produção sucroalcooleira, do Nordeste para áreas do Centro-Sul, e quebra das cotas de produção, ficando a cargo dos usineiros a regulação de sua produção.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, gradativamente, a mistura de gasolina e álcool anidro, utilizada nos combustíveis, foi diminuída. Assim, de altamente valorizado, o álcool anidro voltou a ocupar seu posto de produto vendido em farmácias, armazéns e mercearias.

A década de 1950 foi marcada por um crescimento da agroindústria sucroalcooleira, mediante demanda interna de açúcar e de álcool, como também devido ao processo de urbanização e crescimento industrial, resultado do processo de modernização da agricultura, no Brasil.

Esse processo ocorreu com o advento da Revolução Verde, ideia fundada basicamente, sobre os princípios de aumento da produtividade, pelo uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização. Deu-se, efetivamente, na década de 1960, uma vez que as importações dos meios de produção mais avançados, para a agricultura, ocorreram, descentralizadas, na década de 1950.

A partir de meados da década de 1950 o aprofundamento do processo de industrialização – decorrente da progressiva internacionalização da economia – associada à crescente urbanização do país, redundaram na inviabilização do modelo agrícola extensivo, já que a forma tradicional de produzir no campo revelava seus limites, que não eram superados de todo o avanço da fronteira. (AVELINO JUNIOR, 1994, p. 29).

Segundo Almeida, a ideologia da modernização parte dos seguintes princípios:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o consequente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplô movimento de especialização da produção, da dependência à montante e a jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. (ALMEIDA, 1997, p. 39).

3.1.2 O fortalecimento da atividade da década de 1960 a 1980

O decorrer da década de 1960 foi marcada pela implantação e difusão, nacionalmente, de um setor industrial voltado para a produção de insumos e equipamentos para a agricultura.

Almejava-se passar de uma agricultura especificamente tradicional, que dependia da natureza e de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada, com a potencialização da atividade agrícola, desenvolvida pela modernização da agricultura.

Sobre as principais transformações ocorridas no campo, a partir da segunda metade da década de 1960, Gonçalves Neto destaca:

É interessante notar que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos de 1960, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensivas em mão-de-obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109).

De forma geral, com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, e a criação, pelo Governo, do Grupo Executivo de Crédito Rural, anos antes, passaram a ser desenvolvidas providências para a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural. Diniz destaca o SNCR que

[...] surgia vinculado à ideia da necessidade de se promover programas de aumento da produção e melhoria da produtividade, não necessariamente visando ao lucro e nem subordinado às normas que regem as operações típicas de crédito bancário. (DINIZ, 2003, p. 97).

Portanto, o SNCR seria uma forma menos difícil para obtenção de capital, voltado, para o aprimoramento e desenvolvimento técnico das atividades rurais. Para Martine,

[...] o crédito rural subsidiado constituiu um instrumento de articulação e convergência entre os seguintes atores sociais: os proprietários rurais/burguesia agrária, o grande capital com interesses na agricultura (destacando-se os ramos industriais fornecedores e processadores da produção agrícola – a montante e a jusante), os capitais de origem urbana preocupados com a aplicação de capital produtivo na agricultura e com a especulação de terras, os bancos e o Estado. (MARTINE, 1987, p. 22-23).

As maiores transformações que resultaram no desenvolvimento e modernização do campo ocorreram durante a década de 1970, respondendo às necessidades produtivas de mão-de-obra e produção de matéria-prima para o setor industrial urbano. Piquet e Ribeiro ressaltam que

[...] essa mudança na forma de produzir, em que os meios de produção tradicionais – terra e trabalho – tornam-se insuficientes para assegurar uma atividade até então caracterizada pelo seu primitivismo e pelo seu atraso na divisão social do trabalho,

torna-se possível pela internalização, ao longo dos anos do milagre, do setor de bens de capital e insumos para a agricultura. (PIQUET; RIBEIRO, 1991, p. 73).

Sobre as mudanças decorridas, Gonçalves Neto relata:

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 78).

Dessa forma, durante a década de 1970, ocorreu uma marcante reestruturação dos sistemas de produção do setor, posto a crise do petróleo, que se estabelece em 1974, sendo então criados planos, destacados posteriormente neste estudo, que incentivaram a formação, incorporação e relocação das unidades de produção de açúcar e álcool. Além da revogação de vários dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, ocorreu uma grande expansão do monopólio das agroindústrias do setor e, consequentemente, a modernização de equipamentos industriais, concessão para a compra de terras, difusão da mecanização, implementos agrícolas e insumos, para melhoria das unidades sucroalcooleiras.

Sobre isso Bourscheid destaca,

Durante a chamada crise do petróleo no início da década de 70, a guerra do Oriente Médio deixou o mundo à beira de um colapso energético. Inclusive o Brasil, que na época importava mais de 50% de suas necessidades de petróleo, ficou à mercê do que acontecesse. Passando o susto, estrategistas brasileiros concluíram que o álcool hidratado poderia cobrir a diferença entre o petróleo nacional e a necessidade de combustíveis líquidos, [...] era usado como aditivo à gasolina, em torno de 20%, com a finalidade de consumir o excedente de álcool das usinas. (BOURSCHEID, 1988, p. 67).

Assim, é implementado um conjunto de programas e planos, em especial o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) e o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). Estes passaram a necessitar de maiores áreas para a produção de cana-de-açúcar, ocorrendo assim uma substituição dos espaços rurais onde se produzia alimento e ampliação/criação de novas áreas para as atividades deslocadas, ampliando-se a fronteira agrícola para as áreas centrais do Brasil.

Sobre esse período de novas propostas do setor energético, Baer destaca:

[...] a produção de cana-de-açúcar, em especial, começou a se expandir extraordinariamente em 1977 com a criação do PROALCOOL, um programa do governo federal destinado a promover a produção de álcool de cana-de-açúcar como substituto do petróleo. (BAER, 2002, p. 378).

Durante a década de 1980, resultante ainda da crise ocasionada pelo petróleo, o Governo retém políticas empregadas aos setores da economia. Não diferente, o setor sucroalcooleiro também passa por reestruturações de investimentos, como diminuição dos empréstimos subsidiados, da garantia demercado e a da estabilização dos preços. Tanto que, entre 1979 e 1984, o crédito rural, o SNCR, foi reduzido de 95 para 35 bilhões de reais.

Essas mudanças, em relação ao crédito rural, objetivavam responder às dificuldades de manutenção do padrão de financiamento, calcadas nos depósitos à vista e nos recursos provenientes do Tesouro Nacional. Além disso, buscava-se responder às críticas de que os recursos aplicados concentravam-se em pequena parcela dos produtores e em alguns setores, como o sucroalcooleiro.

Dessa forma, a regularização criada pelo IAA na economia canavieira, por meio de subsídios, perdão de dívidas, incentivos à produção, entre outros, foi retirada, no final da década de 1980, visto o favorecimento que a atividade sucroalcooleira possuía em comparação às outras atividades econômicas, que atravessavam igual redução econômica.

Nesse período, devemos destacar que uma modelação econômica, mediante a produção de álcool hidratado como combustível, ocorreu em três processos interligados. O primeiro reside na intensificação, por parte das agroindústrias canavieiras, na produção de álcool hidratado. O segundo está ligado ao Estado, com a compra da produção, por parte deste, com intermediação da Petrobrás. O terceiro foi voltado à indústria de máquinas e equipamentos, tanto para as agroindústrias canavieiras como para as indústrias automobilísticas, uma vez que existia a possibilidade de expansão do mercado consumidor desse produto. Dessa forma, entre 1983 e 1988, as medidas adotadas surtiram resultado, desencadeando a expansão na venda de carros a álcool.

O cenário de crise do setor produtivo de álcool se iniciaria em 1986, quando ocorreu a redução dos preços do petróleo internacional, além de que os planos econômicos do Governo passaram a priorizar o controle da inflação, suspendendo assim os financiamentos governamentais para o setor. Mediante agradativa redução na produção do álcool como combustível, houve diminuição da compra, produção e uso dos carros a álcool, e o açúcar passou a ocupar uma participação cada vez maior na utilização da cana-de-açúcar.

Em 1986, os créditos rurais tinham passado a ser delineados pelo Orçamento Fiscal da União, que eliminou as possibilidades de gastos além do limite e os possíveis desvios, que poderiam existir. A dificuldade em criar um sistema de captação de recursos, capaz de se adequar às necessidades de financiamento, provocou certo estrangulamento do crédito, na primeira metade da década de 1990, principalmente para o setor sucroalcooleiro.

3.1.3 A queda do setor sucroalcooleiro e a retomada no início do novo século

Ainda sobre os problemas ocorridos no período, no tocante a esse contexto, Baer destaca que

[...] o governo adotou uma política de preços mínimos que tinha por objetivo um sistema de incentivos compatível com projeções de demanda futura para vários produtos agrícolas. Além disso, o governo instituiu uma política de estoques reguladores que complementou as políticas de preços [...] Mudanças institucionais que visavam à eliminação de monopólios agrícolas estatais, especialmente de açúcar, álcool, café e trigo. (BAER, 2002, p. 393).

Esse fato pode ser verificado se nos remetemos a outro problema que foi gerado, o acúmulo dos estoques de açúcar, que passou a existir, no início da década de 1990, mesmo com o aumento considerável do consumo desse produto.

O mercado para os principais produtos do setor sucroalcooleiro – açúcar e álcool – entra na década de 90 com dificuldades, principalmente no mercado externo, pois durante a referida década houve um acúmulo de grandes estoques de açúcar, questão agravada com a crise asiática, fazendo com que os preços caíssem a nível incompatível com os custos da produção. (SOARES, 2003, p. 51).

Dessa forma, as políticas direcionadas pelo IAA perduraram até 1990, quando este foi extinto e as atribuições a ele destinadas foram repassadas para a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), ligada à Presidência da República, que manteve algumas políticas de controle, observação e intervenção nas dinâmicas ligadas ao setor sucroalcooleiro, mas nada que favorecesse demasiadamente o setor.

Em 1992, ocorreu a transformação da Secretaria de Desenvolvimento Regional para Ministério da Integração Nacional, porém os encargos do setor estudado não foram modificados. A partir da década de 1990, com a extinção do IAA, o setor sucroalcooleiro sentiu-se desamparado, mediante a diminuição das políticas que beneficiavam o setor, uma vez que, anteriormente, procurou-se estimular a atividade garantindo preços para os produtores e aumento da produção.

As medidas tomadas com a desregulamentação do setor ocorreram, inicialmente, a partir da extinção das barreiras institucionais à abertura de novas firmas na produção e comercialização de açúcar. Posteriormente, o que contribuiu foi a eliminação dos tributos sobre as exportações, liberação dos preços do álcool anidro e do açúcar cristal.

Vian e Belik (2003) analisam que, com a abertura do mercado brasileiro, a partir da década de 1990, as agroindústrias canavieiras adotaram medidas estratégicas

distintas, tais como: novas formas de organização e administração da produção; a diversificação na produção dos tipos de açúcar, como o orgânico e líquido, reutilização e comercialização dos subprodutos da cana, como o bagaço para cogeração de energia elétrica. Com isso, parte das usinas buscou o aprimoramento e seu balanço energético no intuito de gerar excedentes de energia para o mercado.

As estratégias adotadas envolveram também a esfera competitiva, já que após 2000 atravessamos um processo de concentração por meio das fusões e aquisições de empresas com a participação de capital estrangeiro no setor. Trata-se de uma redefinição da estrutura de produção de mercado, que induziu o desenvolvimento de grupos econômicos no setor agroindustrial canavieiro.

Até 2001, ocorreram diversas mudanças na nomenclatura do Ministério responsável pelo setor, o que por sua vez demonstra uma mudança no foco e atribuição de medidas para alterar e dinamizar as ações do seguimento; mesmo assim mais recentemente os direcionamentos, atribuições e encargos sucroalcooleiros, do extinto IAA, foram retomados e passaram a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), principalmente a partir de 2006 com a implementação de políticas particulares para o setor agroenergético, que teria o setor sucroalcooleiro como um dos pilares estruturantes.

Nesse momento novos direcionamentos produtivos da atividade foram tomados, frente ao processo de crise produtiva do setor, resultante da extinção da regulação do Estado frente à produção. Fator este que desencadeou um processo de reestruturação do setor que, no início do século XXI, vem-se consolidando mediante o crescimento internacional do etanol, dos carros bicompostíveis e dos fundos de investimentos nacionais e internacionais para o setor.

O governo federal publicou no ano de 2005 as Diretrizes de Política de Agroenergia para o período de 2006 a 2011, organizadas por uma equipe interministerial que estabeleceu diretrizes como o desenvolvimento da produção agroenergia, associação a produção alimentar e proporcionar uma autonomia energética. Essas diretrizes, como outras, foram englobadas em 2006 ao Plano Nacional de Agroenergia, que em geral pretendia tornar o agronegócio brasileiro mais competitivo no seguimento energético, e o setor canavieiro seria um dos principais caminhos.

Com o estabelecimento da política de biocompostíveis em 2005, havia a perspectiva de exportar o álcool do processamento da cana para um número crescente de países que optavam por acrescentar os biocompostíveis em suas matrizes energéticas, principalmente os Estados Unidos e a Europa. Em resposta a esses fortes estímulos de demanda, a produção de cana-de-açúcar passou por um significativo incremento na primeira década do século XXI,

fundamentalmente no período compreendido entre os ciclos de 2001/2002 e 2008/2009, ano da crise econômica mundial. Entre os resultados desse momento estão, a partir de 2009/2010, até a safra 2012/2013, a ocorrência de uma ruptura com o ritmo de crescimento, onde a produção passou a variar negativamente em 1% ao ano.

Após a crise financeira global de 2008, os investimentos no setor cessaram e a expansão dos canaviais foi comprometida, em especial pela redução rápida do crédito, que era abundante até então. Como resultado, grande parte das empresas encontrava-se altamente endividada, cenário que foi potencializado pelo aumento da oferta mundial de açúcar.

O setor passou a experimentar um forte movimento de fusões e aquisições, ao mesmo tempo que parte da capacidade de moagem passou para empresas multinacionais, fatores que modificaram de forma importante o seu perfil. Além disso, algumas das empresas que fizeram aquisições de grupos altamente endividados foram surpreendidas com uma sequência de safras com sérios problemas climáticos. Soma-se ao cenário desfavorável a política de defasagem do preço da gasolina praticada pelo governo federal em relação ao mercado internacional, o que levou à desativação e falência de um grande número de usinas.

A continuidade do crescimento das vendas de carros Flex Fuel e da demanda mundial pelo açúcar oferecem ao setor um horizonte de recuperação no longo prazo, mas que deve passar por ajustes nos próximos anos, incluindo a necessidade da revisão das políticas governamentais.

3.2 A EXPANSÃO CANAVIEIRA NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

3.2.1 Fatores Históricos da Ocupação Produtiva do Triângulo Mineiro

A ocupação produtiva do Pontal do Triângulo foi desencadeada, principalmente, a partir de 1970, com a implementação da chamada Revolução Verde, com o início do processo de ocupação do cerrado brasileiro região mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Nesse período, intensificou-se a produção de cana-de-açúcar, bastante incentivada, no decorrer da década de 1970 (GARLIPP; ORTEGA, 1998), pelos programas de incentivo à sua expansão, para a região Centro-Sul. Entretanto, frente ao desenvolvimento agrícola do cerrado para outras atividades, como a de grãos, a atividade canavieira não foi tão expressiva, sendo criadas poucas unidades sucroalcooleiras no estado de Minas Gerais, quando comparados à realidade de São Paulo.

Em relação a esse momento histórico, Pessôa, destaca que “a implantação da agricultura em bases empresariais e o desenvolvimento de programas, envolvendo um número razoável de ministérios, constituem a preocupação básica desta nova etapa de governo no Brasil (governo Médici: 03/10/69 a 15/03/74)” (PESSÔA, 1988, p.36).

Segundo Curi (1997), dentre as diversas ações políticas para a implementação da modernização do setor agrícola mineiro, ocorreram diversos programas de incorporação de terras, até então baratas, do cerrado. Sobre isso, Pessôa destaca a criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), atuante entre 1972 e 1974: “são criados o PRODOESTE, o PROVALE e o PROTERRA.” (PESSÔA, 1988, p. 36); além do II PND, no governo do General Ernesto Geisel (1974 e 1979), que adota “esforços de modernizar e de dotar de bases empresarial o setor agropecuário, principalmente no Centro-Sul” (PESSÔA, 1988, p. 39).

Lembramos também que, de acordo com Pessôa, os focos eram “atrair [...] a ação do capital estrangeiro para a implantação das empresas agropecuárias e alguns acordos são firmados nessa época, como é o caso do Programa e Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)” (PESSÔA, 1988, p. 43) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).

Porém, de forma geral, as políticas de crescimento econômico tornaram-se muito contraditórias, pois “crescimento econômico significa maior acumulação de capital e sua consequente centralização em mãos de uma minoria” (PESSÔA, 1988, p. 48). É nesse quadro que se dá a ocupação do cerrado, em moldes empresariais, no final da década de 1970, sendo esta baseada no II PND.

Assim, ainda segundo Pessôa, as agriculturas, no cerrado, foram pautadas em dois processos:

O primeiro, de expansão da fronteira das áreas efetivamente ocupadas com atividades agropecuárias, vinculado a dois aspectos de ocupação da terra: um com base em grande empresas rurais, favorecidas pelos incentivos fiscais e outro, com base em colonização oficial ou particular, ligada a pequenas propriedades. [...] Quanto ao segundo processo, ou seja, o de incorporação de nova tecnologia de produção na agricultura de áreas já efetivamente ocupadas, tem como objetivo o aumento da produção e da produtividade e a diversificação de cultivos. (PESSÔA, 1988, p. 48).

Desse modo, foram concedidos financiamentos governamentais durante as décadas de 1960-1980, acarretando, entre outras ações, a concessão de crédito rural subsidiado para aquisição de máquinas, equipamentos e fertilizantes agrícolas, para o trato da terra, a estabilização dos preços mínimos de garantia para os produtos cultivados, além da implementação de ações voltadas para pesquisa, para melhoria das áreas cultivadas e

assistência técnica.

Diversas regiões mineiras foram contempladas pelo pacote modernizador da agricultura, mas estas se apresentavam, ainda, pontuais, dentro do território mineiro, configurando então uma modernização parcial e heterogênea, envolvendo produtores migrantes de regiões de agricultura mais desenvolvidas, como Paraná e Rio Grande do Sul, que estavam habituados com técnicas capitalistas de produção e dispostos a se endividarem com o uso do crédito oficial.

Esses produtores se especializaram na produção de *commodities*, como a soja, e competiram vantajosamente com os produtores da própria região, principalmente os localizados na região noroeste de Minas. Por outro lado, os produtores mineiros possuíam um perfil contrário à lógica do capitalismo moderno, não se enquadrando nos propósitos estabelecidos para obtenção dos créditos e incentivos, no intuito de modernizarem as atividades que desenvolviam, ficando à margem do processo de modernização.

Para que se pudesse contrapor as desigualdades socioespaciais, foram criados programas para o estímulo à pequena produção, como os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). Porém, esses programas não alcançaram os objetivos iniciais propostos a esses agricultores, que eram constituídos por pequenos e médios proprietários, localizados em regiões que não eram de cerrado. Estes mantiveram suas atividades de produtos agropecuários voltados, exclusivamente, para o abastecimento do mercado interno do estado, com o uso de técnicas tradicionais de cultivo de arroz, feijão, milho, entre outros.

Nesse momento, as atividades que mais se desenvolviam, no estado, eram a produção de grãos e a pecuária, de corte e leiteira, uma vez que os maiores incentivos produtivos para a atividade canavieira eram difundidos e centrados no estado de São Paulo, a partir dos incentivos produtivos da cadeia sucroalcooleira, com a difusão do PROALCOOL e PROAÇÚCAR.

Na década de 1990, cresceu a importância de Minas Gerais no Brasil, mesmo que ainda de forma moderada, na produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. Segundo dados da União da Agroindústria Canavieira Paulista (UNICA), a produção de cana-de-açúcar nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais aumentou, enquanto que, nos dois principais estados produtores da região Nordeste, ocorreu uma retração, naquela década.

Então, a partir da década de 1990, ocorre o crescimento da produção de cana-de-açúcar, em Minas Gerais, acompanhado por uma concentração maior nas mesorregiões geográficas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas, sendo estas, atualmente, as principais regiões produtoras de cana-de-açúcar.

Com isso se estabelece na região do Pontal do Triângulo Mineiro, com o processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar, um movimento de reocupação, redefinição e revalorização dos espaços já ocupados por produtores tradicionais do cerrado, bem como desarticulações de modos de vida fortemente vinculados aos seus respectivos territórios.

Os usineiros, como ferramentas de ocupação e instalação de Grandes Projetos de Investimentos, mediante os interesses do capital sucroalcooleiro, passam então a usar do arrendamento para expandir a área cultivada sem a necessidade de retenção de capital na compra de terra. Dessa maneira, nos custos de produção do álcool e açúcar, a renda da terra é um elemento socioeconômico importante e tem levado esses empreendimentos a aplicar mais recursos financeiros em equipamentos e insumos agrícolas, promovendo o desenvolvimento desta monocultura em condições de produção mais favoráveis ou, como dizem os próprios sujeitos desse processo, uma agricultura de precisão.

Em busca de áreas agrícolas para formar as lavouras, as usinas sucroalcooleiras arrendam terras, independente do tamanho da propriedade. Contudo, esse processo foi ou vem sendo terceirizado pelas usinas, criando a figura do fornecedor de cana-de-açúcar. Esse tipo de produtor rural também incorpora alta tecnologia, pois necessita melhorar a terra, e, age investindo no manejo do solo, diminuindo o risco da baixa produtividade, atendendo com isso as imposições das usinas.

Dependendo dos contratos envolvendo a terra, os rendimentos são depositados nas contas dos proprietários, a partir das instituições financeiras. Nessa condição, os discursos das pessoas que arrendam as suas propriedades, pelo menos no início, são essencialmente otimistas, pois esses contratos lhes garantem que, ao final de cada mês, o valor do arrendamento será depositado em suas contas bancárias. No entanto, essa situação não esconde a insatisfação dos produtores, principalmente quando isso lhes custa o afastamento do meio onde era fundamental o envolvimento com a terra. Passando a não precisar se preocupar com assuntos relacionados ao plantio, colheita, ou seja, o uso do solo, da propriedade, do lugar, do território. Os contratos entre as partes são de, aproximadamente, sete anos, chegando, em alguns casos, a onze, e em sua grande maioria estão sujeitos a renovação obrigatória quando constatada a eficiência produtiva do solo.

Além disso, a instalação das usinas traz diversas mudanças aos municípios e comunidades próximas as Usinas, como o emprego de mão-de-obra, o crescimento da economia local devido à grande movimentação do comércio e a valorização imobiliária. Porém, apresenta aspectos negativos, tais como o aumento da violência, prostituição e o sucateamento/precarização dos serviços públicos oferecidos à população, principalmente,

saúde, educação e segurança, sem mencionar ainda os processos de ruptura dos modos tradicionais de vida camponeses dos sujeitos afetados, fatores esses que abordaremos mais adiante nos efeitos e vulnerabilidades decorrentes da instalação dos Grandes Projetos de Investimentos.

3.2.2 A formação da Base Canavieira no Triângulo Mineiro

Acredita-se que as mudanças desencadeadas, a partir dos anos 1980 e, sobretudo dos anos 1990, com a implementação de políticas neoliberais, desregulamentação e reestruturação produtiva, tenham contribuído para que o capital agroindustrial canavieiro apresentasse a dinâmica que vimos no final do século XX.

A partir de 2000, a mobilidade territorial do capital em direção a vários estados do Centro-Sul, conforme, a Figura 40, como os estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, porção norte do Paraná e do Espírito Santo, como também a leste de Minas Gerais, especialmente o Triângulo Mineiro, com investimentos massivos de usineiros nordestinos, vem alterando profundamente a geografia do campo.

Nesse contexto,

[...] a agricultura camponesa, a pecuária extensiva e até mesmo áreas destinadas à produção de grãos (soja, milho, sorgo, que já tinham alterado a configuração geográfica do campo anteriormente) estão cedendo espaço para a cana-de-açúcar, que constitui extensos “tapetes verdes” na paisagem das várias porções onde se expande.. (OLIVEIRA, 2010, p. 93).

Esse fenômeno provoca transformações espaciais, altera o padrão de produção-acumulação e implementa novas ações valorativas no território, que por sua vez estão associadas, em primeira instância, ao fato de que os grupos mais tradicionais e capitalizados, decidiram direcionar parte do capital acumulado para outros estados e regiões, sobretudo do Centro-Sul, em nosso recorte particularmente no Pontal do Triângulo Mineiro. Isso tem ocorrido por meio da aquisição de terras e implantação de novas unidades fabris, da aquisição de unidades já implantadas ou da transplantação de unidades de propriedade dos mesmos nos estados de origem.

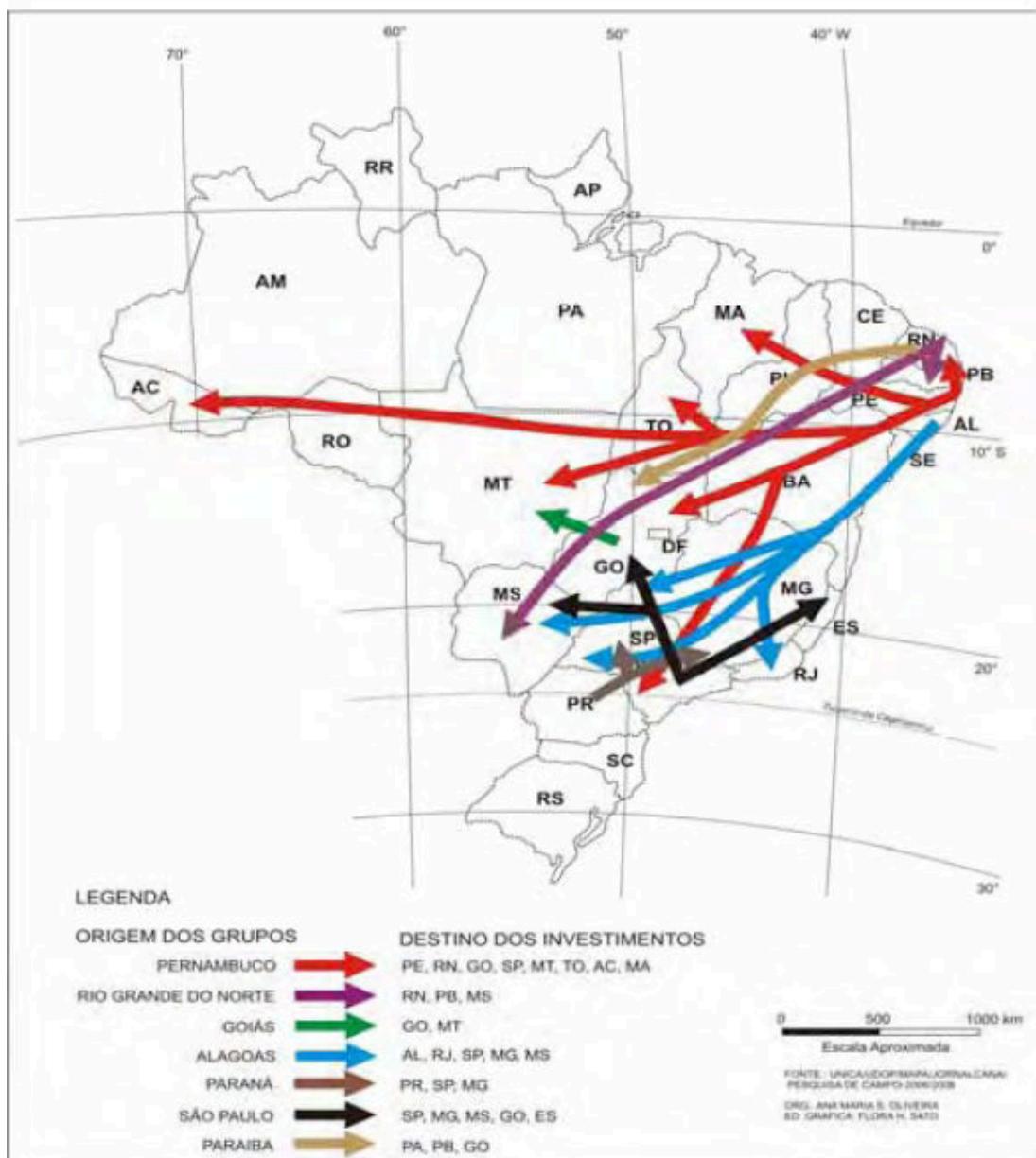


Figura 40 – Movimento do Capital Canavieiro no Brasil
Fonte: OLIVEIRA, 2009.

Dentre os novos capitais na Região do Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba, os maiores investimentos, em instalação de novas unidades são de grupos econômicos originários do Nordeste brasileiro e paulista, como apresentado no Quadro 5. Esses grupos foram formados com o desenvolvimento dos programas PROALCOOL e PROAÇUCAR, nas décadas de 1970 e 1990, e subsídios implementados pelos planos de investimentos federais e estaduais para o setor. É importante ressaltar que os empreendimentos que tiveram investimentos originados de grupos nordestinos, se destacaram em parte por possuírem experiência na atividade canavieira.

Quadro 5 – Minas Gerais: Origem dos grupos econômicos atuantes no setor sucroalcooleiro

GRUPOS ECONÔMICOS	ORIGEM DO GRUPO
João Lyra	Alagoas
José Pessoa	Alagoas
Tenório	Alagoas
Toledo	Alagoas
Tércio Wanderley	Alagoas
Carlos Lyra	Pernambuco
J. P. Queiroz	Pernambuco
Andrade	São Paulo
Balbo	São Paulo
Carolo Bortolo	São Paulo
Crystalsev	São Paulo
Emerson Fittipaldi	São Paulo
Irmãos Franceschi	São Paulo
Moema	São Paulo
Santelisa Vale	São Paulo
Santo Ângelo	São Paulo
Ferreira Lopes	S.I*
Adeco	Vilafranca del Penedés - Espanha
Bunge	Antuérpia - Bélgica
CNA	S.I.*

*S.I.: Sem informação

Org.: CARVALHO, 2015-16.

Sobre a expansão do setor sucroalcooleiro, em Minas Gerais, o então governador Aécio Neves, empossado durante o período de maior crescimento de unidades na região do estado de Minas Gerais, disse, em entrevista:

Queremos trazer para Minas a inteligência mundial do setor. Essa é a fronteira nova a ser desbravada. A próxima etapa do entendimento com o BID é a parceria com o BDMG. Além dos investimentos nas parcerias com o setor privado, vamos trazer novas tecnologias para que as pessoas de qualquer parte do mundo, quando falarem de etanol, se lembrem que existe um estado chamado Minas Gerais, no coração do Brasil, que tem a tecnologia mais avançada para o setor. (AGÊNCIA MINAS, 2008).

Esse anseio de crescimento e referência internacional para a atividade canavieira, em Minas Gerais, apresentado pelo governador, foi resultado de ações para a criação e desenvolvimento de uma estrutura que atendesse não somente à produção de açúcar e álcool, mas também de possíveis produtos gerados a partir da produção do etanol e do açúcar.

Portanto, na última década os principais grupos alagoanos e paulistas foram responsáveis pela compra ou montagem de várias unidades agroindustriais no estado de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2010). A seguir destacamos os principais grupos de negócios que ajudaram na formação da Base Canavieira no Triângulo Mineiro mediante seus investimentos

locais:

- **Grupo João Lyra:** Primeiro grupo a chegar à região ainda nos anos 1980, proprietários de unidades em Alagoas o grupo comprou naquela época a unidade Triálcool, em Canápolis/MG e em 2003, o grupo inaugurou uma segunda unidade em Minas Gerais, a Vale do Paranaíba;
- **Grupo Tércio Wanderley:** Proprietário da Usina Cururipe, maior usina do estado alagoano, em 1994 estala-se na região mineira, comprando uma destilaria em Iturama e em 1999 adquiriu a unidade Campo Florido, no município de Campo Florido/MG. O ano de 2005 marcou a operação da terceira unidade em Minas Gerais, em Limeira do Oeste/MG e em 2008 iniciou a produção na nova unidade em Carneirinho/MG;
- **Grupo Carlos Lyra:** proprietários de três unidades localizadas em Alagoas, em Minas Gerais é proprietária de outras duas unidades em Conceição das Alagoas/MG e Delta/MG.
- **Grupo João Tenório:** Proprietário de uma usina em Alagoas a Usina Triunfo, instalou seus empreendimentos nos municípios de Nova Ponte e Santa Juliana em Minas Gerais;
- **Grupo José Pessoa:** Um dos grupos tradicionais em Alagoas, em 1996 implantou em Fronteira/MG uma unidade a Sanagro – Santana Agroindustrial Ltda, atuando mais recentemente nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul;
- **Grupo Santelisa Vale:** Grupo paulista de investimentos que em parceria com a Companhia Nacional de Açúcar e Álcool, possuem diversas unidades com destaque para a locada no Triângulo Mineiro, a Ituiutaba Bioenergia Ltda, localizada no município de mesmo nome;
- **Grupo Moema:** Grupo paulista de representação, com mais de quatro unidades processadoras, a partir de 2004 inicia investimentos em Minas Gerais, com a construção e operação de unidades em Itapagipe/MG (Usina Itapagipe) e Frutal (Usina Frutal).

3.3 EXPANSÃO CANAVIEIRA NA ÁREA DE ESTUDO

3.3.1 Usina Itapagipe: Dinâmica Territorial Histórica

Efetivamente no Município de Itapagipe é iniciada a construção do Grande Projeto de Investimento, Usina Itapagipe Açúcar e Álcool Ltda, Figura 41 e 42, no final de 2004, com o investimento 136 milhões de reais pelo Grupo Moema. Com a efetivação do parque industrial no início de 2006. Todavia o processo de expansão canavieira foi anterior a esse momento, iniciado no final de 2003, com a contratação de arrendamentos e aquisição de terras por parte do grupo de negócios para que existisse, quando da conclusão da Usina, produto para o processamento inicial.



Figura 41 – Bunge Itapagipe
Fonte: BUNGE, 2016

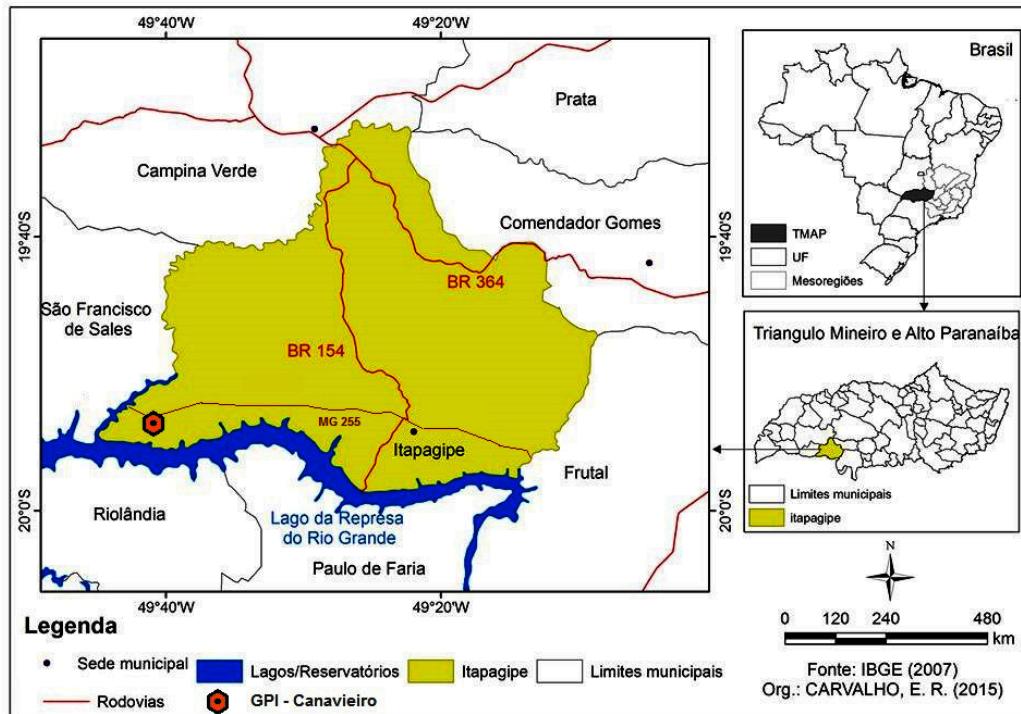


Figura 42 – Imagem de Satélite Usina Itapagipe, Itapagipe-MG
Fonte: GOOGLEMAPS, 2015

A instalação da unidade foi realizada pela assinatura de um protocolo de intenções no mesmo ano do início das obras com o secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas

Gerais na época, Wilson Nélio Brumer, e o presidente do grupo Moema, Maurílio Biagi Filho, ao qual foi acordado o recebimento de financiamento estadual para capital de giro e para investimentos fixos, com recursos administrados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O que possibilitou a aquisição de equipamentos industriais para a produção inicial de álcool, açúcar, co-geração e comercialização de energia elétrica.

Com isso, a Usina Itapagipe é construída na área da até então Fazenda Água Amarela Zona Rural, conforme Mapa 4, está 24km de distância de Itapagipe, e a 12 Km, do Município de São Francisco de Sales, estando nas proximidades da Comunidade Vila Coqueiros (10Km), foco de nosso estudo.



Mapa 4 – Itapagipe e localização GPI Canavieiro: Usina Itapagipe

Um dos representantes municipais entrevistados comentou, a chegada da unidade, dizendo que, “*a vinda da empresa foi fundamental para nosso município, ela propiciou o crescimento de diversos segmentos que aqui não existiam, tanto é que a comunidade passou a receber diversos investimentos do poder municipal, isso poderia não ocorrer com tanta força se não tivéssemos a empresa próxima a Vila Coqueiros*” (E21, 2015-2016), tanto é que em um relato, de outro representante do poder municipal local, foi dito que existia uma necessidade próximo da comunidade da instalação de alguma atividade que dinamizasse e modernizasse o entorno da mesma.

A representante entrevistada cida que,

Era uma das representantes da comunidade no momento em que existia a ideia de vinda para nosso município de uma usina de álcool, ainda não estava inserida na administração do município, mas reivindicava a vinda de empresas próximas em nossa comunidade, já que nossa comunidade merece desenvolver com a geração de emprego para os moradores da vila. (E19, 2015-2016)

Isso foi confirmado também por um dos representantes do setor produtivo municipal, ao apontar que até então a renda da terra era muito suprimida pelas ações de municípios que possuíam outras formas e incentivos produtivos. O representante do Sindicato Rural local relata,

Nós observamos bem a chegada da usina [...] como agricultor na época [...] era importante que pudéssemos diversificar a produção no campo, porque já estava difícil entregar apenas leite e concorrer com a produção de alguns produtos em Frutal [...] Entendemos que a usina é importante e deve ser vista como uma possibilidade de crescimento municipal [...] nunca tivemos tantos produtores tendo uma renda pela terra em que produz como hoje. (E24, 2015-2016)

É importante destacar que no momento de sua construção, ainda em 2005, o empreendimento possuía parte acionária de vários sócios, sendo a maioria 43,75% da *holding* TAGGIA, empresa portuguesa formada pelas empresas Taggia LII Consultoria e Participações e a Unipessoal LTDA, o restante distribuído entre diversos sócios, segundo os dados apresentados no Quadro 6. Portanto a unidade de Itapagipe idealizada pelo grupo Moema, possuía o controle produtivo e utilizava-se de capital de diferentes sócios investidores.

Quadro 6 – Participação Acionária da Usina Itapagipe durante sua implantação Fonte:

QUOTISTAS	PARTICIPAÇÃO (%)
TAGGIA (TaggiaLII – Consultoria e Participações e a Unipessoal LDA)	43,75
Orindiúva Participações Ltda	25,00
Maubísia Agricultura Ltda	12,50
Plínio Brotero Junqueira	7,50
Usina Moema Açúcar e Álcool Ltda	6,25
Alvaro Junqueira Franco	2,50
Clotilde Junqueira Franco Meirelles	2,50

Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016.

Org.: CARVALHO, 2016.

No início de 2006 a empresa americana Cargill, controladora da companhia de investimentos *Black River*, empresa que ingressou no mercado de produção de açúcar e álcool naquele mesmo ano, formando uma *joint venture* com a Canagril, realizou a compra de parte

acionária da Usina Itapagipe, pertencentes à TAGGIA (43,75%), assumindo então o controle produtivo da mesma, por possuir a maior parte das ações.

Em 2008, a Cargill e o grupo Moema, ampliaram a sociedade na usina Itapagipe investindo mais de R\$ 160 milhões. Porém o cenário não passa a ser favorável em decorrência dos problemas de endividamento da sociedade, causados não apenas pelos problemas na unidade de Itapagipe, mas também por outras parcerias em unidades no Estado de São Paulo que não geravam lucros esperados dentro do setor.

De acordo, com as análises realizadas em mídia impressa, por gerentes da SIAMIG, o setor canavieiro enfrentou um período de retração iniciado no ano de 2008, por muitas das empresas e grupos tendo prestações a quitar superiores aos rendimentos que possuíam. E relata que este quadro de estagnação e instabilidade tem origem na crise internacional, na política tributária de MinasGerais, na imprecisão e ausência de um padrão regulatório para introduzir os subprodutos dacana na matriz energética brasileira. Tudo indica que a conjuntura nacional é semelhante a da mineira.

Esse período é destacado por um dos entrevistados na pesquisa, ligado ao Sindicato Rural Local, como um período de incertezas e ameaças para os produtores que tinham investido na cana como forma de crescimento da renda da terra. O entrevistado aponta o seguinte: “[...] de 2007 a 2009 foi um período difícil para os nossos produtores, já que a usina passou a não saldar as dívidas e pagamentos dos arrendamentos realizados, além disso, muitos ficaram até sem receber pela cana que era enviada para lá” (E24, 2015-2016).

Sabe-se que a partir de então (2008) a conjuntura econômica mundial insinuava incertezas quanto à plena recuperação das crises no sistema financeiro mundial, intensificadas a partir de então. Tendo essas limitações rememoradas, entenderemos as negociações de venda das usinas do grupo Moema para a multinacional.

O grupo Moema, no ímpeto da tendência expansionista, instalou cerca de três usinas em menos de cinco anos na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Frutal, Itapagipe e Santa Juliana), o que pressupõe um montante elevado de recursos e de empréstimos contraídos. Entretanto, as perspectivas favoráveis foram restringidas pela posterior crise financeira mundial.

A crise, de 2008, desestabilizou o Grupo Moema e seus sócios que haviam adquirido financiamento também pelo Banco Mundial. Em virtude deste compromisso, a instituição realizava auditorias ambientais na esfera da segurança do trabalho e recursos humanos para verificação do cumprimento ou negligência das exigências impostas ao grupo Moema, estabelecidas como pré-requisito para grandes empréstimos.

Com a probabilidade do grupo não honrar os pagamentos dos empréstimos, os credores, como o Banco Mundial, exigiram que a cobertura dessa dívida fosse realizada à vista, eliminando o prazo acordado que se estendia entre cinco a dez anos. O grupo chegou ao ponto de retirar o capital de giro das usinas para quitar seu débito com os credores. Mas, ao realizar este procedimento, desestabilizou a operacionalidade de algumas atividades essenciais das usinas, tais como: a compra de insumos agrícolas, de óleo diesel (produto vendido somente à vista), a folha de pagamento de funcionários, pagamento de fornecedores de matéria-prima, pagamento de caldeiras, entre outros.

Esses processos geraram efeitos negativos em todo setor sucroenergético, de modo que as instituições financeiras bloquearam os recursos para grandes investimentos, sobretudo, para aqueles empresários e grupos que se encontravam comprometidos com empréstimos. Se muitos esperavam que o preço da cana-de-açúcar fosse deslanchar face à projeção expansionista, a crise gerou endividamento para esses empreendimentos. Com a incumbência de solucionar esses entraves e, como consequência das condições anteriores, a alternativa tomada por diversos grupos foi negociar a venda das agroindústrias canavieiras para a transnacional.

O resultado desse processo, para a Usina Itapagipe, culmina com a venda da Moema para a Bunge Ltda., no final de 2009, que passou a assumir o controle como também todos os dividendos que a ela eram acionadas por credores. Não tão obstante a Cargill realizou também a venda de sua parte acionária, em janeiro de 2010, dos 43,75% acionários que possuía na Itapagipe para a concorrente do segmento pelo valor de US\$ 240 milhões.

Isso remete ao processo de internacionalização do setor sucroenergético que de acordo com Benetti (2009) remonta ao ano de 2000, mais precisamente a partir da aquisição de uma empresa nacional pelo grupo francês Louis Dreyfus. Desse momento em diante, outros grupos passaram a investir no setor, como ADM (Estados Unidos); Ad ecoagro, de GeorgeSoros; Cargill (Estados Unidos); L. Noble (Cingapura), Dreyfus (França), Tereos (França); InfinityBio-Energy (Reino Unido) e Evergreen (Reino Unido).

Cabe ressaltar que a internacionalização foi realizada em diversas matrizes, além das fusões e aquisições, passou-se a abranger outros modos de organização de suas práticas econômicas, como as alianças e os acordos estratégicos na área da produção, *jointventures* do comércio da transferência de tecnologia e de pesquisa.

Pois, Benetti, menciona que ainda,

[...] é impressionante verificar a complexidade das relações econômicas que foram sendo estabelecidas entre os grupos estrangeiros, entre os grupos nacionais e entre os nacionais e os estrangeiros. Na realidade, formam um emaranhado tal

que se torna muito difícil conhecer todas as conexões envolvendo os protagonistas do processo, a real importância de cada um e, no caso dos acordos de cooperação formal, a que novas instituições correspondem [...]. (BENETTI, 2009, p.5).

A iniciativa da transnacional Bunge de investir no setor sucroenergético, com a aquisição acionária quase total da Usina Itapagipe, revela seu interesse na diversificação de atividades, que deve assegurar a expansão de seus capitais. Isso, com vistas ao promissor mercado mundial do açúcar e as perspectivas futuras quanto à adoção do etanol como combustível alternativo em nível planetário. Ainda que a incorporação de unidades agroindustriais canavieiras pela empresa transnacional esteja inscrita no processo de territorialização canavieira no período recente e se justifique a partir da prerrogativa da produção de energia renovável, vemos que o interesse maior converge na exportação de *commodities*.

Oliveira (2009) nos relembra que o mercado internacional, no qual se insere o setor sucroenergético, está regulado pelo açúcar não pelo etanol, distinguindo que o agrocombustível não é considerado uma *commodity* e sim o açúcar, fator que direcionaria um reordenamento produtivo voltado ao produto a partir de então.

Em relação à realidade local quando da aquisição da usina pela multinacional foi salientado por um dos entrevistados que,

O cenário local era de incerteza, a usina estava demitindo muitos funcionários, antes que a Bunge investisse no município [...] tivemos que repensar a forma de organizar a assistência municipal para atender as demandas de desempregados [...] pensamos que ao comprar parte da usina a Bunge iria fechar as portas da usina, isso seria trágico para a receita municipal, já que a empresa junto com a prefeitura são os maiores empregadores. (E27, 2015-2016).

Demonstrando portanto a incerteza que o processo gerou para todos os seguimentos da sociedade que possuíam relações econômicas diretas ou indiretas com o empreendimento.

3.3.2 Diagnóstico Local

A Usina Itapagipe, logo no primeiro ano de operação, safra de 2006/07, colheu mais de 650 mil toneladas de cana, ampliando em 50% a área plantada e logo na safra seguinte chegando a 12 milhectares. A cana colhida inicialmente foi destinada para a fabricação de álcool, que em seu início somou 67,394,557 milhões de litros, de acordo com dados coletados em Pesquisas de Campo.

Em 2015, observando o fechamento da safra 2014/15, a unidade produtiva chegou a processar mais de dois milhões de toneladas de cana. A usina possui capacidade instalada de

seis MW para geração de energia. A unidade passou recentemente a adotar normas de qualidade em suas operações e implementou os sistemas de gestão International Standards Organization (ISO). Seu parque industrial é certificado pela norma ISO 9001. A unidade é certificada pela Bonsucro, uma organização multilateral com foco na sustentabilidade social, ambiental e econômica da produção de cana. Também é qualificada pela Agência de Proteção Ambiental para exportar etanol para os EUA.

De acordo com a Tabela 1, é possível observar que a evolução da área cultivada foi muito acelerada até o ano de 2009, quando ocorre o processo de venda de maior parte das ações da indústria para a multinacional BUNGE, que por sua vez passa a investir em reforma dos canaviais já existentes e a realizar novos contratos de arrendamento, o que possibilitou até o ano de 2013 que a área cultivada, com diferentes espécies de cana, chegassem a quase 20 mil hectares no município de Itapagipe.

ANO	Soca (a)	Reformada (b)	Expansão (c)	Total (a+b+c)	Em Reforma (ha)	Total Cultivado (ha)
2006	0	0	2906	2906	0	2906
2007	2870	0	2423	5293	0	5293
2008	5268	0	3830	9098	26	9124
2009	9129	26	3475	12630	9	12639
2010	11979	9	1033	13021	287	13308
2011	12715	188	1127	14030	380	14410
2012	12930	275	1915	15120	1092	16212
2013	14159	915	3562	18636	1038	19674

Tabela 1 – Área disponível para colheita e em reforma em Itapagipe-MG (2006 – 2013)

Fonte: CANASAT/INPE, 2016.

Org.: CARVALHO, 2016.

A elaboração de um panorama gráfico dessas informações, apresentadas na Figura 43, permite observar que a área *reformada* em comparação as demais, como a de *soca*² que é utilizada na produção de forma imediata, *expansão*, que deve ter sua constituição física avaliada para envio ao processamento industrial e também a *em reforma*, somente será utilizada na safra seguinte, apresentou sempre quantidades inferiores, pelos baixos investimentos locais da multinacional que controla a unidade.

² Toda cana que já produziu pelo menos um corte.

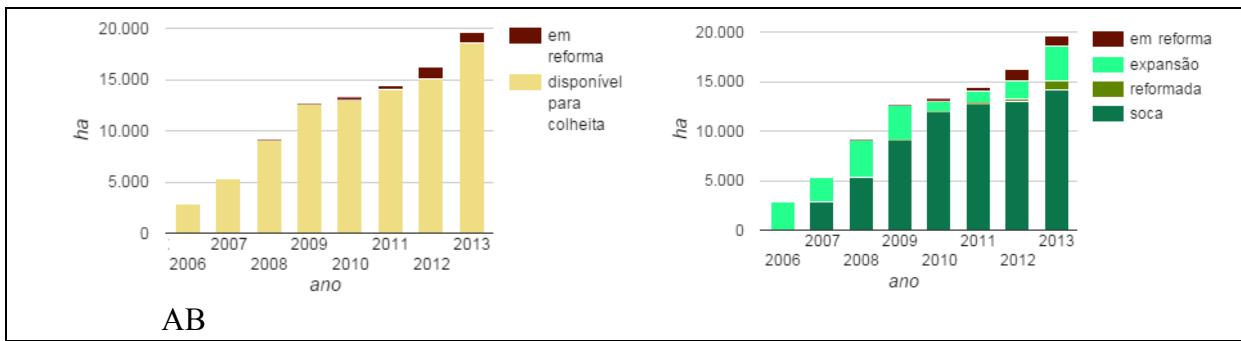


Figura 43 – Área cultivada com cana em Itapagipe-MG (2006 – 2013)

Fonte: CANASAT/INPE, 2016.

Org.: CARVALHO, 2016.

É importante destacar, conforme Figura 44, que visualmente é sensível uma ampliação nas áreas próximas a primeira área de plantio, o que revela o interesse de crescimento radial da área canavieira. Essas áreas onde se iniciaram a atividade eram de posse da unidade produtiva, para abastecimento e processamento de seu material, quando a unidade entrasse em funcionamento, as demais foram sendo incorporadas ao processo, por meio de arrendamento de áreas para plantio ou parcerias com agricultores, ajudaram a elevar a produção da unidade produtora.

Isso foi confirmado por meio de fala de entrevistados, representantes locais, residentes na comunidade e também agricultores do entorno da comunidade Vila Coqueiros próximo a unidade. Um entrevistado disse, *“fui procurado na época para vender a terra para um pessoal da usina [...] o preço que eles ofereceram era muito bom, mas fiquei ressabiado porque não tinha confiança neles [...] não vendi mas hoje arrendei 120ha para a usina”* (E20, 2015-2016). Um outro relatou:

“Eu morava na vila quando chegaram uns homens nuns carros brancos para almoçar ali na venda do Vô [...] ainda nem existia a usina [...] eles disseram que nós podíamos falar para quem quiser vender terra ali perto que eles comprava por um preço bom demais [...] já que eles queriam plantar cana para usina que ia ser construída” (E18, 2015-2016).

Mas uma preocupação que se apresentava era como os moradores seriam inseridos na produção, pois vários eram trabalhadores em fazendas próximas e outros possuíam lotes pequenos que talvez a usina não se interessasse na época. Sobre esses aspectos um representante local disse que foram realizadas conversas com os moradores a fim de mostrar como esses seriam inseridos nesse processo de chegada da unidade. A representante menciona que *“quando ocorreu a reunião na comunidade já era certa a vinda da usina, [...] foi conversado pelos representantes da Moema com nossos moradores foi que eles seriam empregados e que a empresa precisaria de todos.”* (E19, 2015-2016).

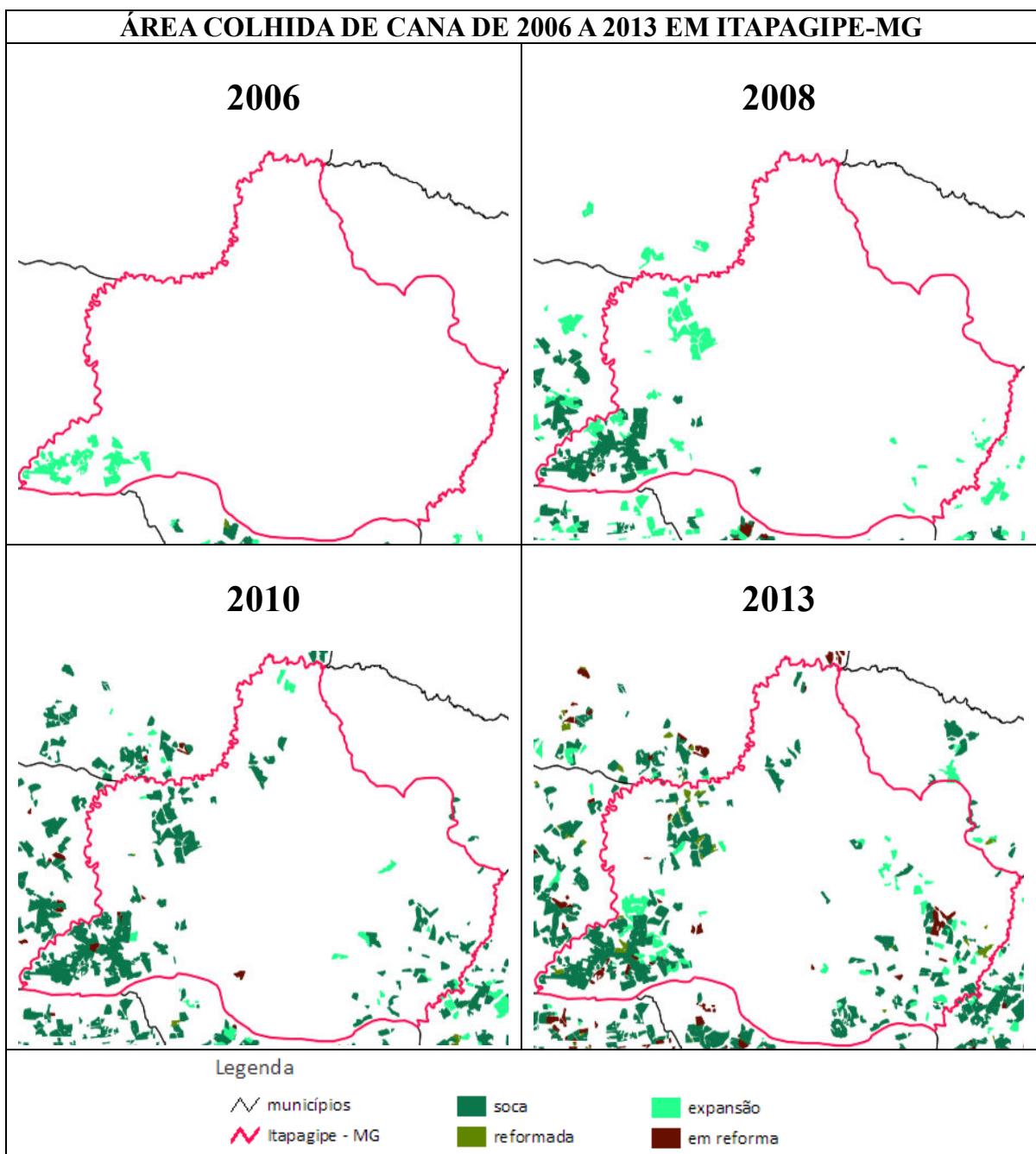


Figura 44 – Evolução da Área colhida de Cana de açúcar em Itapagipe-MG do período recente

Fonte: CANASAT/INPE, 2016.

Org.: CARVALHO, 2016.

Todavia o crescimento a partir de 2010, quando ocorre a aquisição da unidade pela multinacional do agronegócio, passa a ser voltado para regiões do município mais distantes do processamento industrial, desde que fosse permitido e possível o rápido escoamento da cana colhida em estradas pavimentadas ou vicinais. De acordo com essa espacialização a

concentração manteve-se nas proximidades da unidade, em um raio médio de 25 km da usina com fins de dinamizar a eficiência produtiva da cadeia produtiva canavieira que se processa.

Um dos assessores técnicos do Sindicato Rural local sobre isso reforça que

A unidade precisa produzir cana próxima a ela, isso porque quanto maior o tempo gasto para chegar o material para processamento, menor é o rendimento e qualidade do produto produzido [...] outro fator está ligado aos custos produtivos, temos que pensar que a logística é onerosa para a usina e um deslocamento maior que 30km torna muitas vezes o custo produtivo maior que o retorno final (E25, 2015-2016)

Ao estabelecermos esse panorama espacial da atividade canavieira em Itapagipe percebemos que até 2013, o município, possuía um percentual de cana de açúcar em seu território maior que 12% da área municipal, conforme Figura 45, sendo a maioria do território composta por pastos oriundos de atividades tradicionais como pastagens para gado leiteiro e de corte.

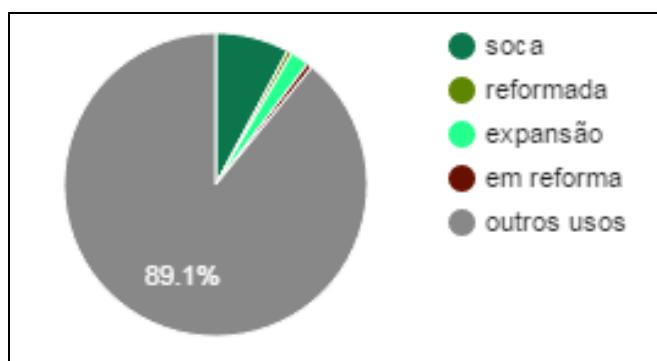


Figura 45 – Uso da Terra em Itapagipe-MG (2013)

Fonte: CANASAT/INPE, 2016.

Org.: CARVALHO, 2016.

Um dos extensionistas entrevistado do Sindicato Rural informa que “o município ainda está com uma área plantada de cana baixa [...] isso permite que tenhamos ainda certa diversificação da produção municipal” (E25, 2015-2016). Mas um representante do poder municipal demonstrou preocupação com esse fenômeno de crescimento da atividade “ando em todo o município o que vejo é cana [...] os caminhões acabam com nossas estradas [...] estamos pensando em criar uma lei para frear esse crescimento, já que a usina disse que está com a produção estabilizada e não quer crescer” (E21, 2015-2016). Entretanto, a realidade local não é bem assim, verificando a existência na comunidade Vila Coqueiros de área de ampliação da produção canavieira, conforme Figura 46.

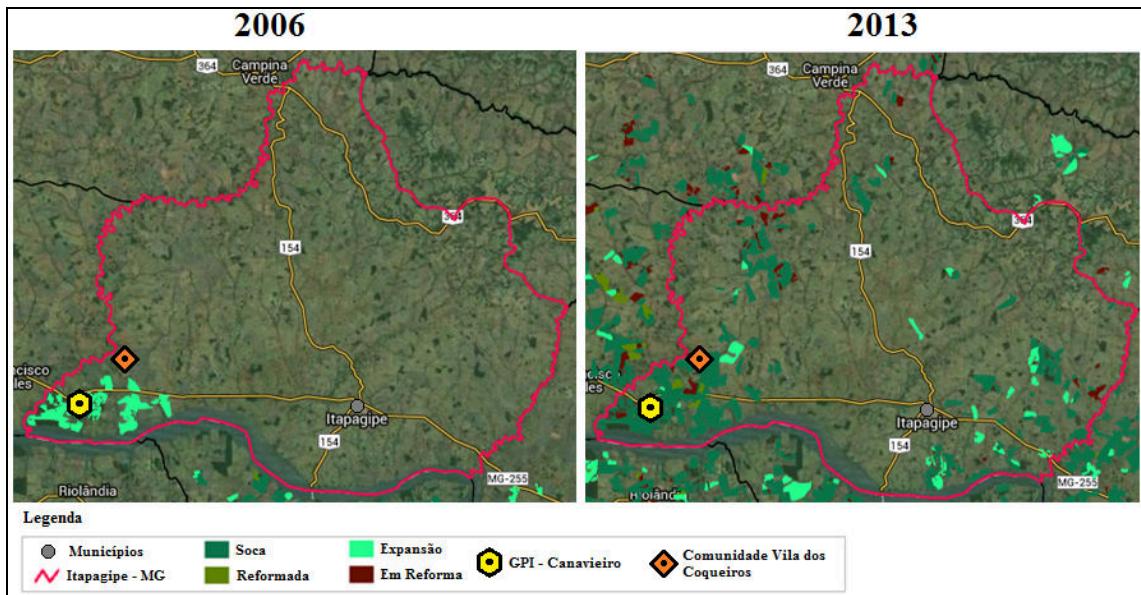


Figura 46 – Expansão da Atividade Canavieira de 2006 a 2013: Itapagipe-MG

Fonte: CANASAT, 2014,

Org.: CARVALHO, 2014

Vários foram os relatos mencionados sobre esse fator, destacamos um desses relatado por um morador da Vila Coqueiros, uma vez que essa discussão será aprofundada nos próximos capítulos da tese. Esse entrevistado no relatou que “*num vejo futuro aqui [...] olho pros lados da vila vejo cana, vou pra cidade e ela vai junto [...] nois nasceu rodeado de plantação e planta [...] agora é esse trem que não pode nem comê porque passa mal [...] eu tô vendo é a cana nascer aqui dentro da vila e eles derrubar tudo*” (E7, 2015)

Esse fenômeno nos instiga a entender e analisar o universo que em parte, aparentemente camponês, se estabelece em uma realidade externa à comunidade constituída historicamente sem a cana. Onde se percebe em grande parte do entorno da comunidade são paisagens homogêneas da cana, com a efetivação de propriedades rurais no seu entorno limitadas por grandes lavouras, onde o agronegócio age, provocando mudanças territoriais significativas na esfera produtiva, mas será que essa passa a romper com as tradições e costumes de vida? Aspectos que serão discutidos a seguir mediante a necessidade de entendermos os efeitos, riscos e vulnerabilidades que se estabelecem a partir da manifestação desse empreendimento sucroalcooleiro na área em estudo.

CAPÍTULO 4 – EFEITOS E AMEAÇAS À COMUNIDADE CAMPONESA: OLHARES RELACIONAIS SOBRE A VILA COQUEIROS EM ITAPAGIPE

No capítulo anterior mostrou-se que o movimento do capital, no âmbito dos empreendimentos canavieiros, vem estabelecendo uma nova territorialidade, modelando o espaço tanto das indústrias, das plantações, como também dos trabalhadores e população das cidades e comunidades envolvidas nesse processo.

Nesse panorama, vemos que as territorialidades (HAESBAERT, 2004a, 2004b) estão vinculadas às relações de poder, como um processo que pode ser manipulado e modificado de acordo com o grupo social que o sustenta, ou de acordo com os interesses que são criados. Isso revela que o espaço local é formado por territorialidades que, junto a outras territorialidades, perfazem um novo território e um novo espaço. Nesse tocante, podemos inserir os empreendimentos sucroalcooleiros, como (re)definidores de dinâmicas territoriais, que modelam à revelia dos interesses locais as dinâmicas do território e suprime as manifestações que tradicionalmente estavam estabelecidas, principalmente nos modos de trabalho e vida de comunidades locais.

Quando adotamos o uso do debate das unidades sucroalcooleiras como os Grandes Projetos de Investimentos, o fazemos porque esses empreendimentos quando se implantam/instalam geram o movimento que vai do risco à crise, conforme definição de Lourenço (2007) à medida que desestruturam o sistema local e produz efeitos desastrosos sobre as comunidades.

Sobre esse aspecto, relacionado à teoria dos riscos, observa-se que “o perigo corresponde à situação em que o risco deixa de estar latente para se passar a manifestar” (LOURENÇO, 2007, p. 65). Isso que dizer que a implantação de um GPI é a materialização física de um projeto que pode deixar populações inteiras sob a condição de risco, seguida da probabilidade de se tornar um perigo a essas mesmas populações e, finalmente, desencadear uma crise, em que pessoas são expostas à mais diferentes condições, físicas e morais, variando as formas entre mortes, perdas de propriedades, surgimento de novas doenças, perdas de símbolo, de moradias, dentre uma série de outras situações.

Relembramos que são diversos os processos que são modificados perante essas realidades, pois os GPI’s, como a Usina Itapagipe, movimentam extraordinários montantes de dinheiro e outros recursos, tais como mão-de-obra e infraestrutura, além de uma exigência de grande disponibilidade e necessidade de bens naturais, os quais, por meio do discurso oficial

são, estrategicamente, chamados de recursos naturais, como a terra, águas, vegetação nativa, dentre outros, para aí inserirem produtos alheios ao lugar, no caso principal a cana-de-açúcar.

Avaliar os riscos, as vulnerabilidades, as ameaças e os perigos à Comunidade Vila Coqueiros, pela instalação da unidade processadora em seu entorno, torna-se uma necessidade uma vez que esses projetos são consumados sem a mensuração e análises das alterações socioeconômicas, culturais e ambientais que causariam às regiões (BORTOLETO, 2001). Ainda mais porque os GPI's, principalmente o do setor canavieiro, não se limitam apenas ao tempo de instalação, mas geram um processo contínuo de apropriação e reconstrução do território para a reprodução de seu capital.

Retomam-se os argumentos de Vainer e Araújo, ao relatarem que os GPI causam também “desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 33). Estabelece-se uma ruptura das condições existentes, nos modos de vida dos moradores e os mais diversos efeitos, nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e até mesmo políticos.

Esse processo é a materialização dos riscos que se manifestam criados pelos grandes empreendimentos, em especial quando do processo de sua implantação, são regidos por uma necessidade do capital em reproduzir seu modelo, tendo como direcionadores o aprimoramento e fortalecimento de grupos econômicos hegemônicos. Devemos perceber que os riscos na sociedade contemporânea estão relacionados diretamente ao desenvolvimento tecnológico, que por sua vez são engendrados ao modelo econômico capitalista, que também é algo pertencente aos grandes projetos (VEYRET, 2007).

É importante ressaltar que, a territorialidade e suas construções, principalmente para os setores canavieiros, surgem a partir da atuação das relações e conflitos entre o capital e o trabalho, como também a partir dos conflitos dos próprios capitais de concorrência, como unidades industriais próximas de sua matéria prima, como a cana. Nesse panorama os grandes empreendimentos sucroalcooleiros, desenvolvem e tentam reconstruir os territórios ao seu bem querer, ou seja, antes território de identidades e relações da terra para com a terra, passam a ser pressionados para estabelecer relações capitalistas produtivas.

Portanto, entendemos que os Grandes Projetos de Investimentos, nesse caso representado pela Usina Itapagipe, se mostram nesse processo como agente causador de riscos às sociedades estabelecidas, no caso a Vila Coqueiros, que chamamos de sociedades em riscos na manutenção dos territórios tradicionais camponeses.

Historicamente o Brasil nos mostra que o campesinato não é uma classe fadada ao

desaparecimento, incluindo nesse perfil as comunidades camponesas. Essas mostram a capacidade de reafirmação apesar da pressão do capital investidor. Apresentam-se na forma de movimentos sociais organizados, como exemplo, Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e tantos outros movimentos que lutam pela permanência e posse da terra de trabalho, com a manutenção de seus modos de vida.

Pensando nesses aspectos essa parte da pesquisa visa compreender, no âmbito da disputa dos territórios, o processo de desterritorialização e reterritorialização dos camponeses atingidos por Grandes Projetos de Investimentos Canavieiros em uma abordagem geográfica focando o território como categoria de análise onde estes processos se constroem dialeticamente, evidenciando seus efeitos e consequências em um processo dinâmico que ainda mostra-se em desenvolvimento.

De forma geral, a implantação da cana-de-açúcar por meio da desocupação de áreas ocupadas por outras culturas ou por outras coberturas vegetais permite o aproveitamento do terreno já explorado anteriormente. Mas, no processo de expansão, muitas vezes as áreas novatas são utilizadas e nestas, constantemente, depara-se com a presença de vegetação nativa que na ocupação anterior não era considerado um problema.

Qualquer que seja a atividade agrícola, na medida em que emprega bens naturais, como água e solo, usa insumos e defensivos químicos, como fertilizantes e praguicidas e, por isso apresenta algum impacto ambiental. Tanto é que a produção de cana traz consigo uma relação desses efeitos, como:

- Redução da biodiversidade, causada pelo desmatamento e pela implantação de monocultura;
- Contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo, por meio da prática excessiva de adubação química, corretivos minerais e aplicação de herbicidas e defensivos agrícolas;
- Compactação do solo, pelo tráfego de máquinas pesadas, durante o plantio, tratos culturais e colheita;
- Assoreamento de corpos d'água, devido à erosão do solo em áreas de reforma;
- Emissão de fuligem e gases de efeito estufa, na queima, ao ar livre, de palha, durante o período de colheita;
- Danos à flora e fauna, causados por incêndios descontrolados;
- Consumo intenso de óleo diesel, nas etapas de plantio, colheita e transporte;

- Concentração de terras, rendas e condições subumanas do trabalho do cortador de cana.

Para Szmrecsányi et. al. (2008) os vários impactos ambientais que o cultivo da cana-de-açúcar, a fabricação do etanol e a produção de açúcar provocam são os mais diversos, se destacando entre eles

- Danos gerais a paisagem e à biodiversidade;
- Erradicação da vegetação natural;
- Impactos nos solos e nas águas, devido ao intenso uso de agroquímicos;
- Prejuízos causados pelas queimadas, que precedem as colheitas;
- Impactos decorrentes do uso excessivo de vinhaça não tratada;
- Alto consumo de água no processamento industrial da cana-de-açúcar.

Pensando nesses aspectos, e outros que apresentaremos mais adiante, mencionaremos os possíveis efeitos locais, tanto nas esferas ambientais como nas sociais para que possamos verificar algumas interferências desses processos na dinâmica local do território.

4.1 DIVERSIDADES E POSSÍVEIS EFEITOS GERADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO GRANDE EMPREENDIMENTO SUCRALCOOLEIRO

4.1.1 Fase Industrial: efeitos na geração da poluição das águas, solo e ar

Como um dos pontos direcionadores desse debate temos que pensar “à eficiência da produção e utilização do etanol na mitigação dos impactos ambientais, [...]na diminuição da emissão de gases de efeito estufa e, sua contrapartida, representada pelo uso da terra, queima da palha e utilização de fertilizantes nas regiões produtoras” (DUARTE, 2011, p. 63).

Nas Usinas de açúcar e álcool, o processamento da cana é feito com uso intenso de água, energia térmica e eletromecânica, cuja fonte principal provém da queima, nas caldeiras, do próprio bagaço de cana. Secundariamente, são empregados reativos químicos/biológicos como soda cáustica, cal, ácidos e leveduras. Como resultado do processo, são produzidos açúcar, álcool, proteínas de levedura, mas, de forma negativa, são também produzidos toda uma série de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, como apresentado na figura 47.

De acordo com esses aspectos mencionados é possível constatar uma série de gerações de poluentes massivos como vinhaça, águas residuais de limpezas e consumos,

particulados/cinzas, torta de filtro, entre outros, estabelecendo um leque muito elevado de possíveis impactos subsequentes pelo descarte incorreto desses materiais, com efetiva contaminação de diversas dimensões naturais, como água, solo, fauna e flora.

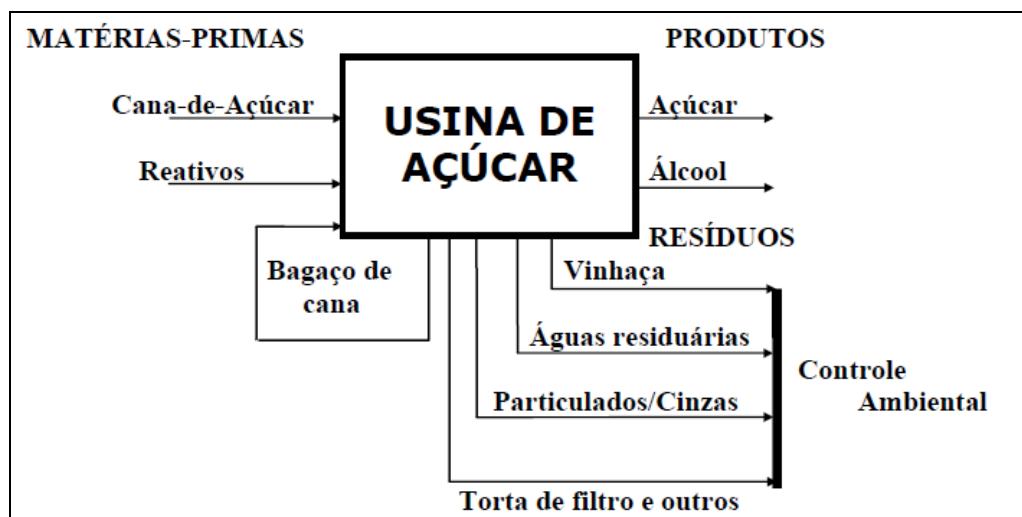


Figura 47 – Fluxo de massa em um empreendimento sucroalcooleiro

Fonte: LORA, 2000.

Para minimização de possíveis ações há práticas que devem ser realizadas, conforme apresentado no Quadro 7, demonstrando uma responsabilidade quando adotados pelos Grandes Projetos de Investimentos de processamento de cana.

Quadro 7 – Resíduos gerados e disposição recomendada

RESÍDUOS GERADOS	DISPOSIÇÃO RECOMENDADA
Água da lavagem da cana	
Águas dos condensadores barométricos e dos multijatos	Fertilização, Recirculação, Tratamento e/ou descarte
Condensados vegetais (secundários)	
Material particulado e gases provenientes da queima do bagaço de cana	Atmosfera com equipamentos de controle (Filtros)
Torta de filtro	Fertilizante, produção de ceras
Águas residuais domésticas	Fossas/sumidouros
Condensados de caldeiras e purgas	Recirculação
Vinhaça	Fertilização, fermentação anaeróbica, combustão em caldeiras, outros usos.
Águas da lavagem de equipamentos e pisos	Fertilização Descarte

Fonte: SALLES, 1993; BICHARA; P. FILHO, 1991.

Org.: CARVALHO, 2016-2017.

O processo de degradação ambiental cessa a partir da destinação correta dos resíduos sólidos, e os locais afetados passam a ser empregados para armazenamento temporário e compostagem orgânica das cinzas, fuligens e torta de filtro. Entretanto não existem laudos técnicos que comprovem a existência de quadro de contaminação do solo e águas subterrâneas locais.

Ainda sobre a possibilidade desses possíveis resíduos é preciso lembrar que existe uma dependência da ocupação do entorno, bem como existência de anéis viários nas proximidades e pequenos núcleos urbanos, como a comunidades Vila Coqueiros, em que o fluxo de caminhões gera a emissão de ruídos e vibrações, causadora de incômodos e danos às residências de moradores. A figura 48 apresenta uma dessas vias de passagem nas proximidades da comunidade.



Figura 48 – Via de passagem de caminhões no entorno da comunidade

Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Sobre a circulação dos caminhões da usina nas vias não pavimentadas, ou levando cana para processamento, ou mesmo nos tratos regulares da cana nas proximidades da comunidade, um morador menciona “*a gente já acostumô com os caminhão passando pra lá e pra cá, eles quando passa rápido levanta uma poeira que acaba com a gente [...] minha esposa fica limpando a casa mas não adianta nada [...] só atrapalha e incomoda*” (E06, 2015-2016).

Outro morador enfatiza que, “*antes a estrada que chega aqui era tranquila, e tinha pouco barro quando chovia, agora como os caminhões passam fica uma lama danada [...] tem vez que a gente atola e tem que voltar para pedir ajuda [...] pior quando os caminhão*

passa e nem ajuda nós” (E18, 2015-2016).

Sobre esses processos um representante do poder público relata que.

[...] investimos sempre nas melhorias das vias locais, nunca deixamos nossos moradores sem assistência, como a comunidade é distante podemos até demorar, mas sempre que possível enviamos os caminhões da prefeitura para zelar pelo acesso a comunidade [...] isso é uma prática que temos já que ainda é impossível asfaltar o acesso a comunidade (E27, 2015-2016).

Igualmente, tem-se verificado grande emissão de poeiras que permanecem suspensas por longos períodos de estiagem, sendo comuns queixas de moradores afetados por problemas respiratórios. Estes impactos são verificados principalmente no início de atividades de empreendimento canavieiro, ou quando as rotas de tráfego são alteradas nas proximidades residenciais da comunidade.

É muito comum levar para a cidade pessoas com problemas respiratórios por causa da poeira na comunidade [...] no meio do ano é pior com a estiagem, pois a colheita é feita próxima e o transporte de cana passa ao lado da comunidade [...] deveriam respeitar um pouco e passar mais afastados (E32, 2015-2016).

Para minimizar o problema, com o passar dos anos as estradas e vias de circulação deveriam ser pavimentadas e anéis viários implantados em toda área de ação da Usina. Todavia, esse processo só é realizado no entorno do empreendimento canavieiro, nas vias de acesso a Usina Itapagipe, e as comunidades e agricultores afetados pelo problema não são beneficiados para que se pudesse ter o problema resolvido ou minimizado.

Com a parceria público e privada conseguimos atrair recursos para melhorar o entroncamento de acesso da usina [...] temos que viabilizar novos investimento para que isso também seja possível no acesso a comunidade, mas o DER afirma que isso irá necessitar de investimentos maiores com a construção regulamentada de um pequeno trevo com a BR (E28, 2015-2016).

A fertirrigação é prática corrente que consiste em incorporar grande parte dos efluentes líquidos, gerados nas usinas, como à vinhaça e as águas geradas no processo de fabricação do açúcar, as resultantes da lavagem de pisos e equipamentos, e as das purgas dos lavadores de gases, entre outros processos, com sua disposição no solo em áreas de cultivo de cana.

A vinhaça (vinhoto, tiborna ou garapão) é o resíduo do processo de destilação do álcool. É gerada à razão de 10,3 a 11,9 litros, por cada litro de álcool. Este resíduo líquido apresenta: temperatura elevada; pH ácido; corrosividade; tem alto teor de potássio; além de certas quantidades significativas de nitrogênio, fósforo, sulfatos, cloretos, etc. O seu despejo nos rios e lagos provocava o fenômeno de eutrofização e morte dos peixes. (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.48)

Por outro lado, quando utilizado em quantidades inadequadas, pode penetrar o solo e poluir os lençóis freáticos (MORETTI, 2010). Principalmente quando sua disposição ocorre em remanescentes hídricos locais. Isso pode gerar a poluição da água, pela alta carga

orgânica, associada à baixa vazão dos corpos receptores, provocando incontável mortandade de peixes.

Mas, a partir de informações de trabalhos em campo e entrevistas, foi informado que tal procedimento não é realizada pelo atual empreendimento, que faz o tratamento dos efluentes em lagoas, sendo somente a vinhaça separada no processo geral para a fertirrigação, ou, incorporação no tratamento da água residual da vinhaça.

A qualidade das águas superficiais dos corpos adjacentes aos complexos da Usina também é afetada pelo carreamento das sujeiras depositadas nas vias de circulação, quando chegam as primeiras chuvas que costumeiramente ocorrem no mês desetembro. Conforme relato de moradores das proximidades da unidade: “*O barro corre aqui pra traz de casa. tem que correr, quando a chuva é grande, com trator e desbloquear a água que corre*” (E43, 2015-2016).

O lançamento de resíduos no solo é uma das preocupações no local, pois a comunidade entende que os prejuízos que esse geraria a fertilidade local são elevados, culminando com a esterilidade. Por isso, a distribuição da vinhaça no solo evoluiu com o emprego de canais, que inicialmente não se utilizavam no processo de fertirrigação.

Segundo levantamentos feito por Nunes Jr. et al (2004), em 69,9% dos casos, é empregado o sistema de aspersão com carretel enrolador contra 6,7% do sistema de aspersão com canhão hidráulico, denominado “montagem direta”, que compreende um conjunto moto bomba provido de aspersor setorial.

Esse processo por carretel pode ser observado no local sendo empregado nas áreas de cultivo da empresa e de fornecedores, conforme figura 49, que demonstra parte da tubulação e o canhão de aspersão.

Um representante, extensionista, do Sindicato Rural, relata sobre esse processo que

[...] temos visto o uso elevado desse tipo de aspersão na agricultura local [...] ela é boa para a cana, mas tem que ser feito o controle da quantidade porque os efeitos no solo se não controlados podem ser até mesmo a esterilidade do solo pela concentração de quantidade elevada em um seguimento (E25, 2015-2016).

Relacionado ao lançamento desses resíduos na lavoura um agricultor entrevistado relatou que, “*as fontes de água aqui perto já estão com gosto diferente, parece que o melaço que eles jogam desce e a gente toma aquilo*” (E42, 2015-2016).



Figura 49 – Sistema de aspersão de vinhaça

Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

O destino final da vinhaça no solo, do ponto de vista agronômico, foi abordado por diversos pesquisadores, na maioria das vezes, sob a ótica de aumento da produtividade da cana e melhoria da qualidade do solo. Matioli e Meneses (1984) e indicam que essa prática contribuíram para a otimização da lavoura da cana.

Nem todas as áreas apresentam condições de topografia e de acesso favoráveis. Há grandes dificuldades na transposição de áreas de preservação permanente de áreas alagadas e córregos. Estes fatores limitam, na prática, a aplicação da vinhaça em áreas reduzidas, o que resulta no aumento da concentração de sais de potássio no solo, com o consequente risco de contaminação das águas subterrâneas.

A Torta de Filtro, outro resíduo industrial, por exemplo que é, “resultado da clarificação do caldo, com emprego de polietrólitos e outras substâncias químicas que geram uma espécie de lodo, conhecido como torta de filtro. Para cada tonelada de cana moída obtém-se cerca de aproximadamente 25 Kg de torta” (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.52), na Usina Itapagipe é acumulado em áreas ao ar livre, diretamente sobre o solo, para armazenamento temporário até seu destino final, na adubação da cana.

Os autores ainda mencionam fatores importante sobre essa disposição para fins de compostagem para a torta de Filtro, dizendo que:

É recomendável que as atuais áreas de compostagem ao ar livre sejam providas de base compactada e impermeabilizada com geomembrana de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), de maneira a assegurar não contaminação do solo e águas subterrâneas por resíduos de torta de filtro (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.52).

Sobre a utilização desse composto em uma propriedade próxima da comunidade Vila

Coqueiros um agricultor entrevistado ressalta que: “*esse trem fede muito [...] parece que não deixaram o tempo certo lá na compoteira, [...] eles mandam aquilo o problema é que se não incorporar no solo aquilo vira uma catinga danada*” (E43, 2015-2016).

O lançamento de particulados na atmosfera é outro fator que merece atenção já que esse por sua vez pode não somente gerar poluições ao entorno do Grande Empreendimento, mas também a regiões muito distantes do processo produtivo, atingindo um grande número de municípios.

A localização das usinas, afastada das cidades, e a prática disseminada das queimadas foram fatores que no passado determinaram pouca atenção às condições de queima de bagaço nas caldeiras. A partir da crise de energia elétrica, em 2001, com o crescimento da co-geração, o bagaço passou a ser combustível escasso, de valor econômico significativo, sendo que, simultaneamente, aprimoraram-se as exigências ambientais de controle da poluição do ar.

Com o objetivo de reduzir os gases de efeito estufa, com balanço positivo entre sequestro e emissão de dióxido de carbono (CO²), em junho de 2010, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento instituiu o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC):

Os recursos serão direcionados à adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto, que dispensa o revolvimento do solo, a semeadura direta na palha da cultura anterior. A técnica ou sistema preserva os nutrientes do solo, aumentando a produtividade da lavoura. Outro mecanismo que garante a retenção de carbono no solo é o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). A técnica alterna pastagem com agricultura e floresta em uma mesma área, recupera o solo e ainda incrementa a renda. A meta do programa é aumentar, na próxima década, a utilização do sistema em quatro milhões de hectares, reduzindo de 18 milhões a 22 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes. A intenção do ministério é aumentar a área de florestas, até 2020, de seis milhões de hectares para nove milhões de hectares. Isso poderá reduzir a emissão de oito milhões a dez milhões de toneladas de CO₂ equivalentes, no decênio (MAPA, 2010).

A geração de material particulado está associada ao residual de cinzas e fuligens principalmente, que possuem em sua constituição monóxido e dióxido de carbono e óxidos de nitrogênio, geram particulados escuros na atmosfera e contaminação, como mencionado por Andrade e Diniz.

A queima de bagaço de cana gera como principais poluentes: material particulado (MP), monóxido e dióxido de carbono e óxidos de nitrogênio. O MP está associado ao residual de cinzas, fuligens e outros materiais. Provoca efeitos estéticos indesejáveis em virtude de sua cor escura e causa incômodos ao bem estar público por sua precipitação nas residências. Sua fração inalável penetra nos pulmões e diminui a capacidade respiratória. (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.52).

Para o possível controle é empregado na unidade local, lavadores de gases que, ao menos no início da safra, os retém, satisfatoriamente, sendo que ao final do ano safra é

possível observar um escurecimento dos particulados gerados pelas torres das usinas, demonstrando que a eficiência do processo é duvidosa. Um morador menciona que “*olho lá pra usina indo para São Francisco e vejo aquela fumaça o dia e noite saindo [...] ele não para de fumar uma nuvem escura que vai pro lado de São Paulo*” (E07, 2015-2016).

É importante lembrar que nas etapas de fermentação e destilação ocorrem emissões de dióxido de carbono, aldeídos, álcool e ciclohexano, não sendo verificado o reaproveitamento do gás carbônico para fabricação de carbonatos na Unidade Itapagipe.

De forma geral, e abordando mais especificamente nos próximos debates, aliado aos impactos na atmosfera, temos que ressaltar que estudos vêm demonstrando que a poluição do ar e problemas respiratórios em moradores de comunidades próximas aos canaviais também são intrínsecos.

4.1.2 Pressões sobre a vegetação natural

Como apontado anteriormente, o cultivo da cana-de-açúcar no município, segundo estudos da CANASAT (2015), estende-se por 10,9% do município (180,2km²) e ocupa, não raro, mais de 15% das áreas agrícolas municipais. Concomitantemente, a vegetação nativa raramente ultrapassa 7%. Este desequilíbrio tende a se agravar com a inevitável expansão que ocorre na região que no passado foi palco dos desmatamentos provocados pelos ciclos do café, pastagens, frutos e represamentos das hidrelétricas do Rio Grande (Marimbondo, Água Vermelha).

Mas relacionado a esse processo temos a eficácia produtiva que as usinas possuem hoje com uma produção muito elevada de álcool por hectare processado. Sobre essa relação Duarte (2011) menciona que ela ocorre da seguinte forma: “70 a 100 toneladas de cana-de-açúcar por hectare que se transformam em 6.800 litros/hectare de álcool. Com a utilização do bagaço, por meio do processo de hidrólise, a produção de álcool passaria a 13.800 litros/hectare” (DUARTE, 2011, p. 60).

Unidades processadoras de cana exercem atratividade política e/ou econômica sobre as propriedades ao seu redor e de topografia propícias à mecanização do corte. Essa influência marginaliza outras atividades que não conseguem competir com a cana, fazendo com que a atividade chegue a ocupar 90% de alguns municípios (GONÇALVES, 2006).

Gonçalves, em outro estudo, menciona que,

Para a ausência de fiscalização e a ausência de um zoneamento agrícola e ambiental

rigoroso nos municípios canavieiros é o principal causador do desrespeito às áreas de reserva legal. Isso acontece pelo fato da maior parte dos municípios não delimitarem as áreas urbana e rural através do plano diretor urbano-rural, que é o principal instrumento de negociação entre os organismos públicos com o setor privado no que tange a utilização do espaço agrícola. (GONÇALVES, 2004, p.56)

A projeção de expansão local que é de mais de 3.500 hectares de cana nos próximos 5 anos implicará na perda de aproximadamente 30 mil árvores, considerando, conservadoramente, que cada hectare de pastagem contém, em média, 10 árvores. Deve ser ressaltado que as árvores isoladas têm grande importância para facilitar a passagem de aves entre fragmentos florestais, qualquer que seja a matriz, canavial, pastagem, cultivo de soja, milho, entre outros, reduzindo o isolamento genético das espécies destes fragmentos.

Além da derrubada de árvores isoladas e fragmentos florestais remanescentes, observa-se, ainda, destruição de cobertura florestal exótica de eucaliptos e seringueiras, cujas perdas totais não são contabilizadas. As matas ciliares, do Rio Grande, que no passado conseguiram sobreviver aos represamentos das hidrelétricas de Água Vermelha e de Marimbondo, hoje são ameaçadas pelo avanço da cana-de-açúcar, pelo risco de contaminação das águas, ocupação das áreas de recarga hídrica e outros efeitos relacionados a expansão em suas margens da cana.

Se por um lado a expansão da cana determina a derrubada de milhões de árvores isoladas, perdas de fragmentos florestais e ameaça a integridade das reservas com as inevitáveis queimadas, por outro, a retirada de milhares de cabeças de gado favorecerá o isolamento das Áreas de Preservação Permanente (APP),

[...] novos canaviais, possivelmente 100.000 hectares de APP ficarão livres do pisoteio de gado e poderão ser recuperados naturalmente, senão, ao menos, apresentarem-se em melhores condições ambientais que as verificadas atualmente. Este prognóstico ganha importância quando se constata que na mesma região a restauração das matas ciliares (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.70).

Sobre as APP's, na expansão da atividade agroindustrial canavieira as áreas de proteção permanente foram intensivamente devastadas.

De acordo com o código florestal brasileiro as APPs são definidas como sendo área protegida, coberta ou não por vegetação nativa visando assegurar a saúde das populações humanas tendo à função ambiental de preservar a biodiversidade, os recursos hídricos, a estabilidade geológica, a paisagem além de proteger a vida animal e espécies vegetais. Assim, segundo o código florestal brasileiro compreendem o conjunto de matas de encostas, matas ciliares, nascentes e cabeceiras de rios. (PENEDO, 2011, p.94-95).

O autor ainda menciona que,

A Área de Reserva Legal é definida pelo Poder Público em todas as unidades da República Federativa do Brasil, como sendo espaços territoriais e seus componentes

a serem protegidos a fim de assegurar a existência de um ecossistema terrestre em equilíbrio ecológico. A alteração é permitida através apenas de lei sendo assim um bem de uso comum de toda sociedade. A área de reserva legal é prevista pela Lei Federal Ordinária 4.771 de 1965 e pela Constituição da República Federativa do Brasil. Somente com o consentimento expresso da lei federal, nem o proprietário nem organismos da administração pública podem diminuir a área de reserva legal. As florestas da área de reserva legal decorrem de normas legais que delimitam a posse da propriedade. As APPs incidem sobre áreas públicas e privadas ao contrário da reserva legal que incide somente sobre o domínio privado. (PENEDO, 2011, p.95).

Como reduções dos possíveis problemas estão, em debates e recomendações dos órgãos ambientais, a criação de medidas de proteção e conservação por meio da certificação sócio ambiental das propriedades de cana, que deverão passar a ser exigidas pelo mercado e pelas agências financeiras, não restando à cadeia produtiva, alternativa, se não se enquadrar à exigência de reserva legal, para cuja implantação, minimizando os possíveis problemas e efeitos sobre a vegetação natural causadas pela ampliação da área plantada de cana no município.

4.1.3 Responsabilidade Socioambiental

Brito (2007) afirma que o etanol, que aparentemente é visto como alternativa econômica viável para o mundo, na pressa pela substituição do combustível fóssil, converte-se numa ameaça ambiental. O mesmo autor afirma que a cana vem reduzindo a diversidade de culturas no campo, provocando a expulsão das pessoas para áreas urbanas e podendo chegar a invadir biomas.

Devemos compreender a responsabilidade socioambiental de uma empresa pelo gerenciamento correto com vistas a manutenção e melhorias tanto da dimensão pessoal, formado pelos sujeitos afetados direta e indiretamente no processo produtivo, quanto na dimensão ambiental, ar, água, solo, fauna e flora.

Isso é corroborado por Delboni, que a estabelece como,

[...] responsabilidade socioambiental de uma empresa como a qualidade nas ações e relações da organização, com todas as partes interessadas: acionistas, investidores, trabalhadores, clientes, governo, o meio ambiente e qualquer entidade ou indivíduo com o qual mantenha relação de interdependência (DELBONI, 2007)

Para Sartore (2006) e Pereira (2007), a abordagem da sustentabilidade pelas empresas ocorre através do encontro da responsabilidade social com a governança corporativa e a sua inserção no mercado financeiro. Para ambos os autores a responsabilidade social no Brasil

pode ser observada em três diferentes períodos: filantropia, estratégia empresarial e sustentabilidade.

Para promover a transparência da responsabilidade socioambiental das organizações, foi criado o Balanço Social, que pode ser definido, de acordo com Iudícibus e Marion (2001), como:

O relatório que contem informações, os quais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o período analisado, a qualidade de suas relações com os membros internos, a participação dos mesmos nos resultados financeiros da organização e as possibilidades de desenvolvimento e sua interação com a comunidade e meio ambiente (IUDÍCIBUS; MARION, 2001, p. 432).

A publicação do Balanço Social não é obrigatória no Brasil, porém é um relatório que oferece informação socioambiental, ou seja, informações sobre a política interna com foco em: qualidade de vida dos membros internos, a postura da empresa diante do meio ambiente, a relevância de contribuições para a comunidade, entre outras.

Devemos compreender a necessidade de sua implantação por se caracterizar uma descrição dos principais indicadores de desempenho socioambientais da empresa com a finalidade de demonstrar as atividades socioambientais das organizações. Sendo considerado um mecanismo que amplia o diálogo com todos que a empresa se relaciona direta e indiretamente.

Os danos que as atividades empresariais podem causar à sociedade, e não somente os custos tradicionalmente arcados, são elevados, “a dificuldade de atribuir valor financeiro a alguns itens é o maior empecilho na criação desse balanço. Mais do que dificuldade, há oposições à medição dos danos e o reconhecimento deles” (PENEDO, 2011, p.47).

Os relatórios socioambientais, como o balanço social, é um instrumento de publicação das atividades socioambientais, que tem por objetivo conferir maior transparência e visibilidade às iniciativas que interessam não apenas aos investidores e acionistas, mas todos os atores sociais envolvidos como consumidores, empregados, fornecedores, parceiros e comunidade, mas esses não são colocados como práticas locais em Itapagipe, pela pouca atenção dada aos aspectos ambientais locais.

Na realidade local, as organizações utilizam mecanismos de monitoramento e de prestação de contas, divulgando as suas práticas socioambientais desenvolvidas, através de auditorias, certificações, procedimentos e balanços sociais. Estas são normas contábeis, elaboradas por organizações, que mostram um conjunto de padrões e indicadores passíveis de serem aferidos, relativos às condutas trabalhistas, socioambientais adotados.

A ISO 9.000, como é o possuído pela Usina Itapagipe, e a ISO 14.000 certificam

organizações por sua capacitação gerencial e pelo respeito ambiental, as normas BS 8.800 e SA 8.000, desenvolvida pelos ingleses, têm o mesmo efeito que a ISO, são destinadas à área socioambiental. Mas, “essas certificações atestam somente o cumprimento da legislação trabalhista, o que seria desnecessário porque o descumprimento deveria acarretar punição, e como isso não acontece o cumprimento é premiado” (PENEDO, 2011, p.49).

Segundo Guilhot (2004), muitas organizações vêm a responsabilidade social empresarial como qualquer outro plano de investimento procurando um retorno positivo e/ou redução de riscos.

Para Penedo,

Se as corporações desenvolverem suas atividades descartando a participação das comunidades com as quais realizam seus negócios, sofrem o risco de instigar sentimentos de suspeita nesse público. Mesmo com boas intenções, essas organizações não podem sofrer os riscos de sentimentos de rejeição dessas comunidades, pois elas são vitais para o sucesso empresarial. (PENEDO, 2011, p.135).

Um representante do poder público mencionou em sua fala esse assunto ao dizer: “*Temos contatos com os setores da usina e sempre que necessário eles escutam nossas solicitações para Itapagipe [...] ela não tem criado diretamente muitos programas de investimentos para o município, mas a geração de emprego é um fator que temos que ressaltar*” (E28, 2015-2016).

Moradores locais enfatizaram o descaso local para com a comunidade ao desabafar e diz, “*queremos mais investimentos aqui, isso é o que precisamos [...] a usina cuida só da produção, mas não traz cursos pra comunidade*” (E01, 2015-2016).

O envolvimento da comunidade, juntamente com o atendimento de reivindicações através de movimentos locais, são etapas importantes da transformação do capital financeiro em capital político visando a reprodução do capital das organizações. Mas, devemos pensar com cautela que “as ações socioambientais, voltadas para o domínio de extensas camadas sociais, podem favorecer a concentração financeira” (GUILHOT, 2004),

Mas, com essas atitudes de cunho socioambiental, as organizações acabam deixando muitas comunidades reféns de suas atividades, como na Vila Coqueiros, que acabam por visualizar nesses “benefícios” sua única forma de sobrevivência.

4.2 EFEITOS/RISCOS SOCIAIS

4.2.1 Efeitos socioeconômicos considerados mais comuns

A literatura sobre os efeitos socioeconômicos de grandes empreendimentos traçam três principais impactos negativos mais comuns nas atividades desencadeadas pela expansão da monocultura canavieira, quais sejam concentração fundiária, concentração de renda e condições desumanas de trabalho, todas verificadas no município. Isso é corroborado por Andrade e Diniz (2007) que relatam que essa dinâmica, com esses impactos, se inicia desde o início das atividades canavieira na época imperial.

Sobre as manifestações geradas nesse processo Campos menciona

[...] o que ocorre hoje no Triângulo Mineiro e demais regiões onde o agronegócio se manifesta, é um aumento da concentração fundiária e exclusão dos pequenos produtores. Esses, que encontram dificuldades de permanecer no campo, produzir e competir em uma região onde o agronegócio é predominante, optam por unir a agricultura capitalista como forma de manutenção no campo (CAMPOS, 2014, p.160).

Outros autores reforçam dizendo que, “desde o Império, a agroindústria da cana-de-açúcar traz consigo três impactos socioeconômicos negativos característicos da monocultura: concentração fundiária, concentração de renda e condições desumanas de trabalho, notadamente do cortador de cana”. (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.59).

É claro que esses efeitos socioeconômicos são mais amplos e dinâmicos, principalmente ao observarmos, como relatado em debates anteriores, como há uma expansão preocupante da cana-de-açúcar nos municípios do Pontal do Triângulo Mineiro. Ao mesmo tempo em que Itapagipe, observa a necessidade de indústrias de equipamentos para destilarias e de trabalhadores especializados, como soldador, eletricista, mecânico, metalúrgico, entre outros.

Em virtude da escassez de mão-de-obra local e recusa dos antigos agricultores locais em se submeter às tarefas de cultivo na cana, verifica-se ainda amigração de maranhenses, alagoanos, mineiros do Vale do Jequitinhonha, de forma mais reduzida nos últimos anos, mas que ainda são atraídos pela oportunidade de emprego, mesmo que de maneira menor que antes.

A expansão da monocultura canavieira e energética tem provocado o desaparecimento da criação de bovinos e culturas antes estabelecidas no Triângulo Mineiro. Essas atividades tradicionais, passam por ações que desestimulam as atividades econômicas rurais tradicionais.

Permitir aos laticínios e frigoríficos, a prática de preços muito baixos para o leite e o gado de corte, desmotivam os fornecedores a continuarem no setor, que ficam suscetíveis e forçados a recorrer à prática canavieira. Isso, inclusive, soa como uma estratégia de desmotivação desses fornecedores a continuarem com as atividades tradicionais. Além do mais, transmite um ar de naturalidade que esconde a real intenção e manipulação da situação. Essa atitude desobstrui os caminhos para o avanço da cana sobre antigas culturas ao passo que não deixa rastro, ou seja, não há como responsabilizar sujeitos, mas sua atitude pode ser desmascarada.

Isso é mencionado em diversas outras regiões de expansão, como mencionam Andrade e Diniz,

Ante a falta de opção econômica, os antigos pecuaristas estão sendo levados a venderem ou arrendarem as propriedades e reiniciarem as atividades nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Pará e Tocantins, os quais, entre os anos de 2002 e 2005, acusaram um incremento de mais de 11 milhões de cabeças de rebanho bovino. (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.61).

Outro fator reside também na redução, no município, de algumas áreas tradicionais de lazer próximas ao Rio Grande, ao iniciarem e efetivarem propostas de venda e arrendamento para cultivo de cana, isso é corroborado também como prática existente em outras áreas, como São Paulo, como destaca Andrade e Diniz,

As novas Usinas paulistas, com módulos de moagem na casa de 4 milhões de toneladas, estendem o raio de influência por locais distantes de até mesmo 40, 50 km. Tradicionais áreas de lazer, representadas por pequenos sítios e chácaras, localizadas ao longo dos represamentos dos rios Grande, Tietê e Paraná, são disputadas por frequentes propostas de venda ou arrendamento para cultivo de cana. (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.61).

Ainda sobre os problemas socioambientais os autores mencionam que,

Os problemas socioeconômicos causados pelo crescimento vertiginoso da produção de cana, açúcar e álcool, no Estado São Paulo, adquirem sinergia com fenômenos semelhantes que ocorrem no Triângulo Mineiro, haja vista que Municípios como Uberaba, Delta, Iturama, Fronteira e Frutal (ANDRADE; DINIZ, 2007, p.61).

Porém na percepção da grande maioria dos atores entrevistados os resultados socioeconômicos são positivos e se traduzem no aumento do emprego, na melhor capacitação para o trabalho, na melhoria salarial e das condições de vida. Em uma tabulação das respostas dadas em aplicação de questionários a maioria dos entrevistados locais afirma que as condições de vida e a geração de empregos foi aumentada, como apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Vila Coqueiros: Percepção dos entrevistados quanto a melhorias locais

Variável	Entrevistados (%)
Melhoria nas Condições de vida	35
Melhorias com Aumento de Empregos	28
Melhoria Salarial	13
Não Ocorreram Melhorias	9
Não Sabiam ou Não Responderam	15

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016-2017

Org.: CARVALHO, 2016-2017

Nesse caminho percebemos que, o discurso da modernização da agricultura e os projetos de desenvolvimento do setor canavieiro (WANDERLEY, 2009), são apresentados como veículo que traz o progresso mas que podem representar o rompimento do desenvolvimento cultural camponês.

4.2.2 Biocombustíveis e (in)segurança alimentar

A abordagem da dualidade biocombustíveis e produção de alimentos traz uma nova perspectiva no processo expansionistas das usinas e seus efeitos. Fatos recentes como o aumento assustador dos preços do leite, no Brasil, milho e seus derivados, nos Estados Unidos e México, justificam grande atenção quanto aos desdobramentos que a intensificação da agroenergia pode acarretar.

Estudos recentes indicam que “o rápido e crescente deslocamento da cana-de-açúcar para novas áreas do Cerrado poderá, igualmente, deslocar a pecuária e a soja em direção à Amazônia, o que intensificará o desmatamento na região” (DUARTE, 2011, p.61), ou seja, a problemática aprofunda-se na medida em que a ocupação da cana em áreas anteriormente ocupadas por outras culturas poderá redirecionar essas culturas para outras áreas.

O autor menciona ainda que em 2007, em documento produzido pela ONU como medidas necessárias está a necessidade imediata de realizar uma moratória na produção dos agrocombustíveis, frente aos efeitos que este desencadeia sobre regiões importantes na produção de alimento no Brasil.

[...] documento produzido pelo relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Direito à Alimentação, o sociólogo suíço Jean Ziegler defendeu uma moratória por cinco anos na produção de agrocombustíveis. O relatório afirmava que a expansão indiscriminada dos cultivos destinados à produção de agrocombustíveis no Brasil é uma ameaça ao direito à alimentação das camadas mais pobres da

população (DUARTE, 2011, p.62).

Autores mencionam que os agrocombustíveis seriam uma ameaça à segurança alimentar porque a produção de biocombustíveis

[...] elevaria a demanda pelos produtos que são similarmente alimentos e insumos do seu processo produtivo, o que por si só tenderia a aumentos de preços. Ou seja, ocorreria uma redução na oferta de alimentos. Além disso, há uma tendência de os cultivos para os bicompostíveis se aproximarem das usinas produtoras e dos perímetros urbanos, afastando, assim, as culturas alimentares. (OLIVEIRA, 2010, p.63)

O projeto americano de dobrar sua produção interna de álcool gerou, no Brasil, oportunidade de negócios e investimentos no setor sucroalcooleiro, também sem precedentes. De acordo com estudos elaborados a partir dos dados do CANASAT, nos últimos 10 anos, a expansão da cana ocupou milhares de hectares no Pontal do Triângulo Mineiro, substituindo, basicamente, áreas de pastagens degradadas.

Realizando uma projeção básica que se poderia ter uma cabeça de gado por hectare, no regime extensivo, o saldo demonstraria que seria assustador o número de animais criados em áreas hoje utilizadas para cana.

Dados apresentados no capítulo anterior, demonstram que onde temos pouco mais de 19.000ha de área cultivada com cana, em uma projeção geral, a produção local perdeu mais de 19.000 bovinos, que estariam produzindo algum tipo de alimento (leite/carne) local.

O que, efetivamente, se observa no comércio é uma elevação dos preços dos produtos lácteos e das carnes. Quanto à carne bovina, registra-se que, conforme dados da Associação Nacional de Gado Confinado, aproximadamente 5% do abate nacional provêm de confinamento e não há indicações que o aumento dos preços da ração cause desabastecimento. Porém, é grande a elevação do preço da arroba de carne, atualmente na faixa de R\$134,00 segundo o MAPA (2015) Fatos que exigem muita atenção quanto aos riscos econômicos e sociais que a opção pela produção de biocombustíveis pode ocasionar.

Dados do *International Food Policy Research Institute* (IFPRI), de Washington D.C., indicam que, se os preços internacionais do petróleo continuarem subindo, como estão, os preços de importantes alimentos elevarão significativamente, como demonstra o Quadro 9.

Esses indicariam o crescimento da população de famintos no mundo, pela incapacidade econômica das camadas mais pobres em absorver os novos custos. Acresce-se, ainda, que a priorização da agroenergia poderá dificultar o acesso dos mais pobres aos alimentos tradicionais como milho e mandioca, colocando em risco a segurança alimentar.

Quadro 9 – Previsão de aumento dos preços de produtos agrícolas (2010 e 2020)

Produto	Projeção (%)	
	2010	2020
Milho	20	41
Oleaginosas	26	76
Trigo	11	30
Mandioca	33	135

Fonte: ANDRADE; DINIZ, 2007/International Food Policy Research Institute, 2011

Aspecto destacado por Duarte, ao mencionar,

[...] o aumento do uso de terras agricultáveis para cultivo de agrocombustíveis, em detrimento da produção de alimento, colocando em risco a segurança alimentar interna e a produção para exportação, não apenas pela diminuição da produção, mas também pelo aumento dos preços dos alimentos. (DUARTE, 2011, p.62)

A disputa da produção de alimentos com a produção agroenergética pode ser resolvida com medidas que contemplem as necessidades sociais e ambientais dos países, segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) em seu relatório (FAO, 2008), salienta a necessidade da implantação de Zoneamentos Ecológicos Econômicos eficazes e praticados, pois essa prática poderia auxiliar produtores rurais mais pobres com aporte de tecnologia e ordenamento correto do território para equilibrar a dicotomia mencionada.

4.3 AMEAÇAS E VULNERABILIDADES AO CAMPESINATO

4.3.1 Apropriações territoriais

Os possíveis efeitos nas condições de vida das populações das regiões onde as usinas estão instaladas, assim como das regiões fornecedoras da mão-de-obra, têm sido apontados na literatura e na mídia. De acordo com o Diagnóstico de Impactos de Grandes Projetos em Direitos Humanos, essa implantação de Empreendimentos Canavieiros, como a Usina Itapagipe, “[...] implica num processo de desterritorialização e de reterritorialização do agronegócio canavieiro no Brasil, provocando toda uma cadeia de impactos no território nacional” (SYDOW; MENDONÇA, 2009).

A atividade canavieira que avança, Mendonça (2010), faz sobre áreas férteis produtoras de grãos, ocasionando efeitos socioambientais, novas configurações espaciais das

pequenas e médias cidades, bem como, um novo (re)ordenamento territorial.

[...] não se pode negar que os agrocombustíveis estão ocupando solos que produzem grãos, impactando a oferta de alimentos no mercado mundial, provocando a elevação dos preços. A questão central é perceber que a agroenergia, os agrocombustíveis e similares fazem parte de uma necessidade de expansão das condições de produção/reprodução do capital, mediante a necessidade histórica de manter os padrões de acumulação (MENDONÇA, 2010, p. 197).

O camponês, na dinâmica canavieira, deve ser visto como sujeito vulnerável a dinâmica que se impõe, pois a ele se impõe um modelo excludente, que promove a sua submissão a um contraditório de exclusão/inclusão, ou seja, são destituídos de seu saber fazer tradicional e, por outro lado, abservidos como mão de obra nos empreendimentos. Os novos fazeres são exteriores aos seus modos de trabalho e vida, que passam a regular a sua realidade.

Processo que gera problemas e impactos que têm sido realçados com a expansão expressiva do setor nos últimos anos e aponta para uma, não menos simples, redução na produção de alimentos e mesmo da condição camponesa tradicional em favor desse processo dito modernizador das relações de trabalho.

Para Scandola (2010), os principais problemas e impactos são sociais, entre os quais se destacam para o autor:

- O escoamento da produção para pequenos agrupamentos susceptíveis, mudando a dinâmica das pessoas que ali moram;
- O descarte da mão-de-obra local, que antes foi utilizada no processo de instalação das usinas;
- O aumento do custo de vida das comunidades próximas às usinas, particularmente de moradia e de alimentação;
- Impacto nas políticas públicas, em especial de assistência social e infraestrutura;
- Destrução cultural e de laços familiares em virtude do trabalho itinerante;
- Oscilação no quantitativo de trabalhadores empregados e insegurança na função desempenhada;
- Aumento da exploração sexual em localidades próximas às usinas e alojamento;
- Maior índice de “gravidez solitária”.

Para Duarte (2011), a subordinação dos padrões culturais e produtivos das comunidades locais ao padrão “moderno” transplantado pelos novos atores sociais fez com que grande parte das populações locais ficasse à margem do processo de desenvolvimento ou vendesse ou arrendasse suas propriedades aos “novos donos” da terra. Esse seria o pilar dos

problemas sociais pela expansão do setor canavieiro.

Em seu estudo Duarte menciona que “os impactos e conflitos com a agricultura familiar e com comunidades indígenas, assim como problemas relacionados com a reforma agrária [...] em algumas regiões a produção da cana-de-açúcar tem apresentado ameaças à sobrevivência das populações tradicionais” (DUARTE, 2011, 70).

Isso nos últimos anos é acelerado pelas “atuais políticas para o setor, sustentadas nos mesmos elementos que marcaram a colonização brasileira: apropriação de território, de bens naturais e de trabalho, o que representa maior concentração de terra, água, renda e poder”. (PINTO et al, 2007 p. 3).

Devemos entender que a expansão da atividade canavieira, apresenta-se como um novo pacote de modernização da agricultura, como apontado por Pessôa (1982), entre os efeitos da modernização da agricultura, no Brasil após a década de 1960, essa exploração hoje traz crescimento econômico, mas não desenvolvimento rural local. Já que esse modelo está pautada no aumento de produção e produtividade, o que coloca em lados opostos os empreendedores e as comunidades tradicionais locais.

Nesse direcionamento é importante ressaltarmos o que a autora afirma, ou seja, que a condução da modernização é para o desenvolvimento econômico e não para desenvolvimento rural

[...] a modernização da agricultura não conduz, necessariamente, ao desenvolvimento rural e sim ao desenvolvimento econômico, porque está diretamente interessada no aumento da produção e produtividade; não leva em conta o homem, elemento importante nesta transformação e em todo processo de desenvolvimento também, pois as condições sócio-econômicas das pessoas que participam diretamente no processo de produção constituem preocupações do desenvolvimento rural (PESSÔA, 1982, p. 20).

Sobre o desenvolvimento rural, Oliveira (2010) menciona que “à expansão da monocultura de cana, ao índice de concentração fundiária e à ocupação no meio rural demonstram um panorama desfavorável ao desenvolvimento rural (OLIVEIRA, 2010, p.109), reforçando o processo de desenvolvimento voltado para o setor econômico.

A ameaça provocada pelo crescimento no número de arrendamentos e terceirizações realizadas por empresas ligadas ao setor sucroalcooleiro é apontada em estudos de Cleps Jr. (2009).

A terceirização dos plantios é um processo que pode contribuir para a intensificação da concentração das terras nas mãos dos grandes latifundiários. No Brasil, há muitos exemplos de fazendeiros anteriormente dedicados à agropecuária que se tornaram canavieiros ou venderam suas terras para grandes produtores de cana, contribuindo para a ampliação da concentração fundiária, e desencadeando um novo processo de expulsão de moradores associado, também, ao fim dos acordos de arrendamento. (CLEPS JR., 2009, p. 255).

Ainda sobre os arrendamentos Souza declara que os,

[...] camponeses têm clareza dos problemas que poderão afetá-los num espaço de tempo médio ou longo, caso sejam obrigados a arrendar suas terras para a produção da cana. Eles têm clareza de que poderão ter adversidades como a queda nos preços do arrendamento após alguns ciclos (SOUZA, 2013, 335).

Oliveira menciona que “existe no país uma dívida histórica com o pequeno agricultor, normalmente marcado pela pobreza e pela dificuldade de acesso à terra e aos demais insumos para sua reprodução social e de sua família. A inclusão econômica e social dessa população não pode ser ameaçada em nome da produção energética” (OLIVEIRA, 2010, p.67).

Ávila (2009), demonstra que a monocultura de cana-de-açúcar expulsa inexoravelmente o pequeno produtor do meio rural uma vez que estes são praticamente obrigados a ceder terras às usinas produtoras, provocando diminuição nas taxas de ocupação relativas. “Grande parte das terras próximas às usinas sucroalcooleiras é incorporada à produção por motivos econômicos: a cana ao ser colhida perde com o tempo, e de maneira rápida, o teor de sacarose e deve, portanto, ser processada o mais rápido possível” (OLIVEIRA, 2010, p.68).

O autor complementa, correlacionando esse processo ao arrendamento de terras locais, destaca “a expansão da área plantada de cana-de-açúcar provoca elevação da concentração fundiária, uma vez que os produtores são ‘praticamente obrigados’ a ceder terras às usinas produtoras, provocando diminuição nas taxas de ocupação relativas” (OLIVEIRA, 2010, p.110).

Nesse caminho o agricultor ao resistir ao arrendamento, fica cercado por áreas da monocultura canavieira, sendo forçado, em alguns casos, a submissão ou descolamento do produtor, especialmente do pequeno, e de sua família, gerando uma diminuição da taxa de ocupação rural.

Assim, “os pequenos produtores vizinhos das usinas [...] acabam cedendo às pressões e entregam suas terras na forma de arrendamento para estas empresas, que destroem todas as benfeitorias da propriedade, transformando-a numa área contínua às outras propriedades arrendadas” (OLIVEIRA, 2010, p.110). Dinâmica que desestimula o reingresso do produtor em sua propriedade, e o leva em oposição ao desenvolvimento agrário local, resultando na efetiva sujeição.

4.3.2 Resistência Camponesa?

A expansão da cana, ainda não redefiniu, em todas as áreas ocupadas os ciclos (re)produtivos do capital, das pessoas, da natureza e das forças produtivas, incluindo os camponeses. “A cana que existe na região fomenta todo um complexo produtivo que reorganiza, a partir de suas demandas, o espaço e, dentro dele, vai definindo os seus lugares estratégicos, viabilizando os seus fluxos, fixos e mão-de-obra, de forma a atender as expectativas de lucro dos grandes investidores” (SANTOS, 2009, p.04).

No mundo do capital, o produtor familiar apresenta-se, como forma de resistência, como uma possibilidade de fornecedor, tornando-se sujeito dinâmico dentro do modo de produção capitalista,

[...] o camponês esconde, por trás de sua existência, formas e conteúdos às vezes muito diferentes daqueles que o conhecimento já teorizou. Justamente a análise de realidades históricas concretas é que nos leva a relativizar a validade das teorias que explicam, em determinados momentos históricos e recortes espaciais, a existência, a reprodução e mesmo o desaparecimento do campesinato. (SANTOS, 2009, p.05).

A implantação das usinas de álcool e açúcar, em Itapagipe, trás em seu bojo uma nova relação de trabalho aos moradores da Comunidade Vila Coqueiros, os quais, como forma de saídas para garantir geração de renda à família, buscaram emprego direto no setor, procurando conquistar salários e estabilidade e, nesse sentido, garantir a própria sobrevivência.

Quando questionamos os moradores, por residência, verificamos, conforme quadro 10, que a maioria dos entrevistados possuía empregos indiretos a usina, 24%, em empresas de assistência a maquinário, no setor da alimentação ou mesmo com empregados em fazendas de cultivo canavieiro. Em seguida apresentamos um elevado número de empregados pela usina 20%, todos esses, com estabilidade por safra assegurada, tendo os contratos encerrados ao final de cada ciclo.

Sobre esse aspecto um morador trabalhador na usina menciona que, “*cada ano que passa tenho contrato de safra com a usina [...] sei que não trabalho o ano todo, fico a toa uma parte, mas passa o ano eles me chama de novo*” (E35, 2015-2016).

Todavia, é constatado também o processo de proletarização. Sobre isso, Santos (2009), em seus estudos menciona que esse processo está associado a uma decisão da unidade familiar, já que o meio produtivo cessa suas possibilidades de existência.

Obviamente, a proletarização de membros da família camponesa é uma decisão que envolve a própria reprodução da unidade de produção camponesa. Na verdade, a proletarização de uma parte da família acontece quando esse camponês, produtor de leite, vê esgotadas as possibilidades de reproduzir a família, na sua atividade tradicional. (SANTOS, 2009, p.07).

Quadro 10 – Vila Coqueiros: Residências com moradores com emprego direto e indireto

Residências com Moradores	Entrevistados (%)
Empregados diretamente na Usina (carteira de trabalho)	20
Empregados indiretamente na Usina (carteira de trabalho)	24
Empregados indiretamente na Usina (sem carteira de trabalho)	9
Empregados em outros setores	17
Aposentados	15
Desempregados	7
Não Responderam	9

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-16.

Org.: CARVALHO, 2016-2017

Alguns entrevistados que realizavam a criação de algumas cabeças de gado leiteiro, um apresenta que, esse processo é realizado somente para manter uma tradição.

Tem um tempo que crio uma vaca de leite, mas não esta dando muito resultado não [...] nós tira leite pra bebe, faz um queijo [...] vamo tocando assim porque sempre nós tiro leite, antes da cana isso aqui tudo era vaca e eu entregava para cooperativa lá em Itapagipe, tirava uns 1000litro [...] agora um 30 por dia só pra bebe (E43, 2015-2016)

Remetendo a Kaustky (1968) relembramos que a manutenção do camponês de maiores posses e recursos é “desejável por motivos políticos” (KAUSTKY, 1968, p. 24), todavia temos que atentar que essa manutenção está associada em parte a sua prática de desenvolver um conjunto de relações ativas relacionadas ao modo de produção dominante, como o canavieiro que temos hoje. Ou seja, a diferença entre os produtores camponeses é estabelecida principalmente com os que conseguiram acumular meios de produção.

[...] existem camponeses que utilizam ordenha mecânica, que investem no melhoramento genético do gado, bem como na recuperação das pastagens, mas continuam tendo como base produtiva a família. [...] Em verdade, o que tenho observado e estudado nessa região são produtores camponeses que tendem a se tornar parte do seu processo produtivo tecnificado. Essa situação, embora não seja geral, é, em relação à realidade brasileira, uma tendência importante para compreendermos a sua capacidade de inovação e adaptação às imposições do mercado. (SANTOS, 2009, p.11-12).

Em um dos trabalhos de Souza e Santos, isso é destaque ao apresentar

[...] os modos de vida locais não desapareceram, se metamorfosaram, criando novas condições de existência. Diante da presença dos produtores camponeses, consideramos a possibilidade da existência de conteúdos residuais da cultura local estar imprimindo, no lugar, ritmos e relações de produção baseados em saberes e fazeres de tempos passados, entretanto, com modificações e reinvenções de práticas e costumes. (SOUZA; SANTOS, 2012, p.5)

Woortmann (1990), menciona que a integração da produção camponesa no mercado não significa, necessariamente, uma redução da campesinidade, mas uma forma de resistir e de se significar.

É verificado na comunidade, pequenos agricultores, que vendem diretamente ou repassam a vendedores ambulantes parte de sua produção. A venda ao mercado consumidor é processada com a circulação normalmente em carriolas pelas ruas das cidades próximas, Itapagipe e São Francisco Sales, vendendo, sobretudo, frutas *in natura* sazonais colhidas nos lotes da comunidade. Alguns moradores repassam esses produtos para minimercados das mesmas cidades.

Nesse mesmo modelo temos o comércio ambulante de leite, mesmo este sendo proibido, o fazem em busca de uma margem maior de ganho por litro, como relatado por alguns que o fazem. O valor pago por litro *in natura* é, atualmente, de R\$1,50, valor superior ao que é pago pelos laticínios da região que varia em média de R\$0,85. “*Parte do que produzo mando no latão para meu primo vender na cidade [...] ele entrega para uma padaria e umas pessoas [...] compensa porque se mandar pro laticínio sai barato demais*” (E42, 2015-2016), mencionou esses aspecto sobre o custo do leite vendido diretamente a população.

Outra possibilidade de renda aos camponeses e moradores da comunidade é por meio do fornecimento de alimento a instituições públicas. Caminho construído recentemente, integrado ao Programa Fome Zero, baseado no conceito de “segurança alimentar e nutricional sustentável”, que possibilita o pequeno agricultor ter destinação fixa da produção.

1) o Programa de Alimentação Escolar – PAE, que define que 30% da alimentação consumida nas escolas estaduais e municipais deve, obrigatoriamente, ter origem nos produtos da “agricultura familiar. 2) o Programa Aquisição de Alimentos – PAA, que estabelece a mesma regra para a alimentação fornecida a instituições públicas de assistência social (TRICHES et all., 2011).

Porem, limites são apontados, por alguns entrevistados comerciantes que têm dificuldades em se enquadrar na caracterização tomada pelo Ministério do Desenvolvimento Social para “agricultura familiar” ou mesmo em reunir toda a documentação necessária pela burocracia estatal para garantir esse enquadramento, tendo que repassar essas produções para terceiros que possuem o cadastro para fornecimento. Devemos pensar então que os moradores do lugar reinventam suas tradições para criar condições de resguardar suas territorialidades,

possibilitando que

As heterogeneidades socioespaciais estão manifestadas nos modos de vida dos camponeses de Pedra Lisa. Neste processo, provavelmente, os territórios, não totalmente destruídos, são reinventados, transformados e produzidos em torno dessa perspectiva, promovendo uma nova condição, nova situação de existência desses grupos sociais do lugar (SOUZA, 2013, p.334)

Mesmo com práticas como essas, Santos destaca que o camponês está de certa forma ameaçado, mencionando:

[...] como é importante considerar que tudo isso fica seriamente ameaçado pelos capitais investidos nas Usinas de álcool e açúcar. A sua presença compreende estranhamentos decorrentes das transformações no processo de remoção de valores sócioculturais, embates, consensos e dissensos, pois a presença dessas novas formas de produzir reorganiza o espaço desarticulando os territórios camponeses que, em grande parte, se estruturavam nas relações de vizinhança. [...] Essas mudanças são tão significativas que vão tornando complexa e complicada uma representação sócio-espacial que possibilite o reconhecimento territorial, legitimando direitos de um existir camponês. (SANTOS, 2009, p.11-12).

Já, estudos realizados para avaliar o avanço das lavouras de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro e a condição territorial das comunidades tradicionais do cerrado, tem percebido que os camponeses passam a ser diferentes do camponês tradicional, pela necessidade de mudanças de traços tradicionais, para que sua essência campesina não se encerre.

[...] é importante considerar que os camponeses do Triângulo Mineiro, com a chegada da cana, se diferenciam e estão dissociados da comunidade campesina tradicional. A sua existência e manutenção, na terra, ocorre juntamente com a dissolução de alguns traços da cultura tradicional, mas jamais ocorre a possibilidade de anular ou impossibilitar a organização da comunidade camponesa (SANTOS, 2009, p.17).

Determinações sociais, políticas e culturais, são estabelecidas para as comunidades camponesas, como a Vila Coqueiros. Mas devemos tomar cuidado ao estabelecer que essas não transformaram totalmente os modos de vida camponês, pois esses muitas vezes (re)articulam os tradicionais processos, fatores que estabeleceremos no capítulo seguinte, enfatizando as novas ruralidades que se criam frente aos riscos sociais que essa comunidade vem sofrendo em função do avanço da cultura da cana de açúcar.

CAPÍTULO 5 – RESILIÊNCIA CAMPESINA

Compreender a capacidade camponesa para enfrentar, recuperar-se e aprender com situações adversas se torna um desafio para o pesquisador, pois para avaliar esses aspectos devem-se levar em conta fatores psicológicos, sociais, culturais e econômicos, bem como recursos públicos disponíveis, além de englobar nessa análise um aprofundamento dos aspectos tradicionais, no caso analisado, de comunidades camponesas.

O estudo da resiliência é uma decisão importante para entender como a chegada de empreendimentos canavieiros geram transformações nas comunidades camponesas, mas no interior dessas comunidades são mantidas características que permitem a resistência, consequentemente perseverança dos modos de trabalho e vida.

Pensando nisso, apresentamos até então a Vila Coqueiros como uma comunidade que possui laços ou interesses de diversos tipos, comuns em uma unidade territorial de moradia. O local é constituído por identidades comuns, regido por códigos e valores, mesmo existindo famílias que podem ser consideradas como grupos fechados culturalmente, em decorrência dos seus históricos de vida, elas se materializam como unidade.

É importante ressaltar que isso materializada a resiliência, de caráter comunitário e social, ao apresentar uma capacidade para enfrentar e manter formas efetivas camponesas em seu interior ou em seu entorno, mesmo ocorrendo uma expropriação materializada no entorno comunitário pela atividade canavieira.

Isso é percebido na medida em que a atividade canavieira no entorno da comunidade se amplia sob o controle da usina próxima. Isso representou, inicialmente, um entrave ao modo de vida camponês, mas seguido de sua resistência contraditória, uma vez que a maioria dos moradores que reside na localidade procura reafirmar sua condição camponesa nos hábitos do dia a dia, na realização de cultivos e nas criações tradicionais.

5.1 CAMINHOS DA RESILIÊNCIA NO TERRITÓRIO DE ANÁLISE

5.1.1 Resiliência no Desenvolvimento Local

A categorização da resiliência nesse estudo, implica em verificar que uma condição resiliente está relacionada ao equilíbrio dinâmico, como exemplificado na Figura 50, entre os

fatores de risco, que definimos como ameaça, e os fatores de proteção, processos de defesa entre o indivíduo comunitário e os fatores de risco, focados no seu desenvolvimento.

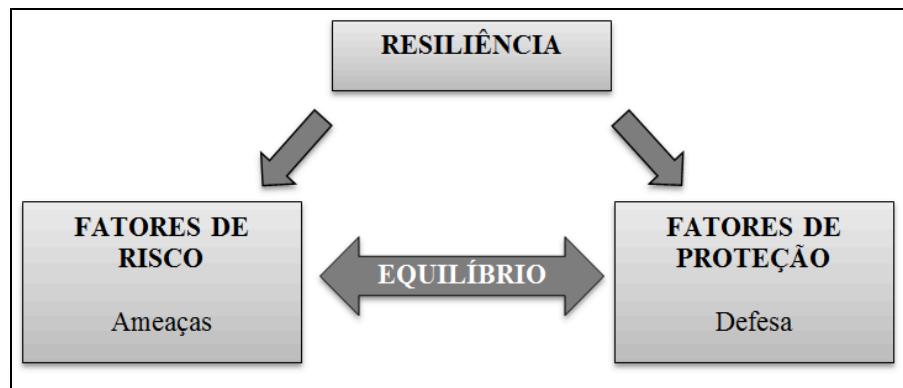


Figura 50 – Fluxograma de Equilíbrio da Resiliência

Org.: CARVALHO, 2016-2017

Sobre o equilíbrio dinâmico da resiliência, conforme Masten (2001), ela é estabelecida a partir da adversidade gerada entre duas categorias de fatores de risco, a primeira voltada ao desafio das condições da vida e a segunda pela vivência de um trauma. Entretanto, risco e proteção não são categorias dicotômicas dependendo, ambos, da atribuição de significado por parte do sujeito, ou seja, o que é fator de risco ou proteção depende do sujeito.

Assim, ainda para o autor, os fatores de risco e proteção podem se originar de fontes internas, externas ou de ambas, existindo cadeias de riscos e cadeias de proteção e comutatividade de fatores, tanto de risco quanto de compensação. Além do mais que esses fatores podem variar entre si, ou seja, fatores de risco e de proteção podem influenciar-se mutuamente ao longo do tempo.

Reforçamos que o estudo da resiliência representa uma nova possibilidade de se trabalhar com os problemas experimentados por organizações locais que, cada vez mais, estão vivendo em condições adversas, expostos a um potencial risco, como é o caso da chegada e implantação de grandes projetos de investimentos canavieiros, nesse caso, os riscos causados à comunidade Vila Coqueiros em Itapagipe.

O conceito permite a identificação de fatores de risco e impulsionarmos a busca dos recursos pessoais e contextuais que podem ser usados para enfrentar às adversidades. Isso permitirá a formalização de uma abordagem que inclui o sujeito, a família e a comunidade como articuladores das relações sociais, culturais, econômicos e políticos (SILVA et al.,

2003).

Etimologicamente Pinheiro (2009) avalia a palavra resiliência a partir do latim resiliens, que significa voltar, recuar, encolher-se, romper, o que remete a capacidade rápida de recuperação. Complementando esse pensamento segundo Yunes

[...] na língua portuguesa, a palavra resiliência aplicada às ciências sociais e humanas vem sendo usada há poucos anos. Nesse sentido seu uso no Brasil ainda se restringe a um pequeno grupo de pesquisadores de alguns círculos acadêmicos e seus significados ainda permanecem desconhecidos para a maioria da população. Nos demais países o termo resiliência é muito usado para direcionar programas políticos de ação social e educacional. (YUNES, 2006, p.47-48)

A resiliência, para Silva (2003), está ligada a capacidade de enfrentar e responder de forma positiva às experiências que possuem potencial de risco para a saúde e desenvolvimento do indivíduo. Ela é então “fenômeno complexo, [...] os quais o sujeito interage e cuja presença é observada, com mais clareza, quando o ser humano está passando por uma situação adversa, seja esta de caráter temporário ou constante em sua vida”. (SILVA, 2003, p.17).

Ralha-Simões (2001), apresenta o conceito como a capacidade que determinadas pessoas, grupos ou instituições possuem para evitar, enfrentar ou mesmo ultrapassar os efeitos desestruturantes que seriam esperados devido à exposição a certas experiências. Segundo o pesquisador, esses sujeitos demonstram,

[...] de fato salientar-se por uma estrutura de personalidade precoce e adequadamente diferenciada, aberta a novas experiências, novos valores e fatores de transformação dessa mesma estrutura, que apesar de ser bem estabelecida, é dotada de flexibilidade e não apresenta resistência a mudanças. (RALHA-SIMÕES, 2001, p.95)

A resiliência é apresentada por muitos como um fenômeno, um funcionamento, ou ainda, por vezes, como uma arte de se adaptar às situações adversas desenvolvendo capacidades ligadas aos recursos internos e externos, esse é o panorama segundo Laranjeira (2008).

Grotberg (2005) detalhou oito novos enfoques e descobertas obtidas a partir do conceito de resiliência que definem o que acontece atualmente na área do desenvolvimento humano, importante para pensarmos esse conceito. O autor caracteriza a resiliência pelas seguintes linhas de pensamento: 1º) Ligada ao desenvolvimento e ao crescimento humano, englobando diferenças etárias e de gênero; 2º) Promover fatores de resiliência e ter condutas resilientes requerem diferentes estratégias; 3º) Retrata que o nível socioeconômico e a resiliência não estão relacionados; 4º) Esclarece que a resiliência é diferente dos fatores de risco e proteção; 5º) Aborda que a resiliência pode ser medida e é parte da saúde mental e da

qualidade de vida; 6º) O enfoque considera que as diferenças culturais diminuem quando os adultos valorizam novas ideias para o desenvolvimento humano; 7º) O enfoque expõe que prevenção e promoção são alguns conceitos relacionados à resiliência; 8º) A resiliência é um processo, ou seja, há fatores de resiliência, comportamentos resilientes e resultados resilientes.

Para Carpenter et al (2001) a resiliência apresenta três propriedades: (a) a quantidade de mudança que o sistema pode suportar e ainda manter a sua estrutura e função; (b) o grau de capacidade de auto organização do sistema; (c) o grau no qual o sistema pode construir a capacidade de aprendizado e adaptação.

Smit e Wandel (2006) defendem uma abordagem integrada (social e ambiental) qualitativa através de dados obtidos nas comunidades pesquisadas, em conjunto com dados secundários sobre as características ambientais da região. Nessa proposta de análise, “o foco é dado aos fatores que são importantes para a comunidade, aplicando o conhecimento de seus membros para caracterizar condições pertinentes, sensibilidades, estratégias adaptativas e processos de tomada de decisão” (SMIT; WANDEL, 2006, p. 285).

Esses direcionamentos, entre os outros, permitem entendermos a resiliência como processo de reagir com flexibilidade e capacidade de recuperação diante de desafios e circunstâncias desfavoráveis, apresentando uma atitude otimista, positiva, perseverante e mantendo um equilíbrio dinâmico no decorrer e após a adversidade.

Logo, então temos o conceito de resiliência que se refere à adaptação em face do perigo, a capacidade de sair fortalecido de uma prova que poderia ter sido traumática, com uma força renovada, como apresentado na Figura 51.

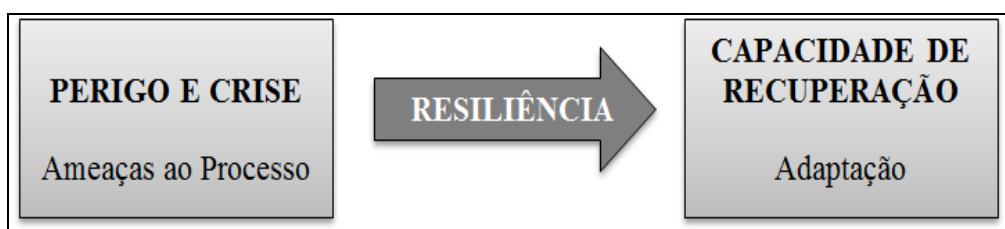


Figura 51 – Fluxograma de Equilíbrio da Resiliência

Org.: CARVALHO, 2016-2017

Reforça-se que a resiliência é fundamentalmente ligada à adaptação (o processo de decisão e implantação de ações) e à capacidade adaptativa (como precondição de adaptação), mas inclui condições, tais como: limiares, múltiplos estados, surpresas e mesmo estados desejáveis. Nesse tocante, a resiliência é uma característica que aumenta a capacidade dos

sistemas sociais, comunitários, camponeses enfrentarem e se adaptarem aos estresses sociais, políticos ou ambientais e, assim, reduzirem a sua situação de vulnerabilidade (ADGER, 2000).

A compreensão da vulnerabilidade de comunidades como a da Vila Coqueiros, baseia-se em um quadro de análise que não implica só na exposição aos perigos, mas também na sensibilidade e resiliência do sistema.

5.1.2 Resiliência como Caminho Geográfico

A resiliência para a Geografia é incorporada ao permitir o fortalecimento de investigações científicas no âmbito geográfico propondo estratégias de verificação do território para o desenvolvimento regional, em análises dos aspectos socioespaciais, no campo e na cidade, e junto as construções sociais comunitárias.

O pesquisador Francisco Mendonça menciona que a abordagem da resiliência na geografia,

[...] constitui algo de bem recente, todavia, ela demanda maior atenção dos geógrafos ao trabalharem com a realidade dos países do Sul: Em que condições se deveria buscar a resiliência nestes espaços? Estas três concepções trazem matrizes inovadoras na abordagem espacial ao requerem a análise da gênese dos problemas estudados como forma de compreender os processos atuais, bem como envolve diretamente a abordagem futura dos espaços (cenários). Desta maneira a geografia, no processo de planejamento urbano e regional, se vê impelida a uma abordagem que toma o espaço em sua acelerada dinâmica, rompendo com a perspectiva anterior na qual era tomado de forma estática. (MENDONÇA, 2011, p. 112)

As empresas agroindustriais, como a Usina Canavieira locada no município de Itapagipe, vem interferindo nas comunidades rurais, muitas vezes campesinas, ao alterarem e desterritorializarem as mesmas. Mas a partir do olhar resiliente percebemos, geograficamente, que apesar das intervenções “externas”, a comunidade se mantém e seus membros (re)significam seus modos de vida com maior ou menor grau.

Em estudo recente Silva, menciona que

[...] comunidade rural tem sido absorvida de forma inconteste com as atuais demandas tecnológicas das empresas agroindustriais. Essas modificam, alteram e desterritorializam comunidades locais, sendo oportuno tratar tais ocorrências com base na resiliência dos povos tradicionais rurais com aporte na Geografia. (SILVA, 2014, p.302)

A autora ainda menciona que com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da resiliência socioespacial,

[...] a Geografia abraça recente alicerce analítico na relação sociedade – natureza. Essa ocorrência se dá no sentido de que se desprezam antigas certezas e estabilidades, abrindo vasto campo de análise com outro paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e reprodução social e espacial. Atesta-se a inserção inovadora dessa abordagem partindo de cenários de transformações, incertezas e instabilidades quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico (SILVA, 2014, p.302)

A resiliência socioespacial, destacada pela autora, trata como sua principal base teórica para aplicação conceitual a prática dos grupos, mas adjetiva esses como resíduos sociais. No direcionamento da autora os fatores “construtores dessa resiliência estão os resíduos, os saberes e fazeres, as coexistências, as permanências e a reafirmação do lugar pelas humanidades locais” (SILVA, 2014, p.302).

Não valemos desse direcionamento residual, pois entendemos que as materializações dos modos de resistir, inerentes a resiliência, não são “restos” ou resíduos que se mantêm do fenômeno expropriador do processo cultural dessas sociedades. A entendemos como processos complexos, efetivos e presentes, avaliando como produto em sua essência, não apenas um resíduo social.

Consideramos que essa corrente, da resiliência como resíduo premissa teórica e metodológica é valida, ao perceber a resiliência como ruptura das amarras impostas pelo capital que envolve os modos tradicionais de trabalho e vida, só não nos valendo do conceito de residual, o deixado de lado nesse caminho teórico e empírico.

Retomando o direcionamento teórico, geograficamente, questionamos como as comunidades, em especial a Vila Coqueiros, pode ou se organiza para se tornar mais resiliente contra os efeitos dos empreendimentos?; A resposta, segundo Turner (2003), é que a comunidade pode se organizar, buscando conhecer os riscos que existem onde está localizada e promovendo soluções para os problemas, com participação ativa de seus membros.

A abordagem da resiliência está fundamentada na ideia de que os sistemas ecológicos e sociais devem ser compreendidos como sistemas que se relacionam e que estão em constante mudança, e não necessariamente em um equilíbrio estático (NELSON et al, 2007). A perspectiva da resiliência também pressupõe que a vulnerabilidade seja uma característica intrínseca a qualquer sistema e fornece uma perspectiva dinâmica dos processos de adaptação em diferentes escalas espaciais e temporais (NELSON et al, 2007).

Em um caminho básico o posicionamento social deve ser de busca de estruturas que diminuam suas vulnerabilidades e promova o enfrentamento dos riscos para essas populações. Quando uma comunidade conhece seus riscos, a resposta e enfrentamento é mais ativa, ela se torna mais resiliente. Isso nos permite pensar a resiliência para a Geografia como uma

ferramenta de reserva e segurança para sociedade vulneráveis a chegada de capitais tecnológicos expropriadores das tradicionalidades produtivas.

Ribot (1996), explica que a maior parte da população rural, como as comunidades camponesas, vivem em situação de vulnerabilidade devido à degradação das terras e condições climáticas dessas regiões (RIBOT et al, 1996), como também pela inserção de novas atividades capitalistas. Essas populações, residentes em terras mais marginais, geralmente têm a sua capacidade de lidar com riscos pela falta de recursos humanos e financeiros (RIBOT et al, 1996; FICHER et al, 2002), o que por sua vez impossibilita seu desenvolvimento e existência.

Pensemos então a vulnerabilidade para a resiliência, no campo geográfico, como componentes associados. Para tanto avaliamos a vulnerabilidade, compreendida como fenômeno da exposição ao agente, sendo considerada como o grau, frequência, magnitude, duração e/ou extensão a qual o sistema está em contato com, ou sujeito ao estresse (TURNER et al, 2003). Esses autores citam como exemplos de elementos sujeitos à exposição: indivíduos, famílias, instituições, estados, flora, fauna e ecossistemas.

A vulnerabilidade é definida por Turner et al (2003) como “o grau de probabilidade que um sistema, subsistema ou um componente do sistema tem de sofrer danos devido a exposição a um perigo, uma perturbação ou estresse” (TURNER et al, 2003, p. 8074). Contudo, essa possível vulnerabilidade não é determinada apenas pela exposição aos fatores de risco, ela também aparece na resiliência do sistema que sofre o distúrbio (TURNER et al, 2003).

Para uma análise voltada ao campo da chegada do capital canavieiro, materializado pela unidade fabril e a ocupação das áreas produtivas, temos a formação de um fluxo contínuo que permite o enfrentamento e materialização da resposta, para comunidades camponesas vulneráveis, como estruturado no organograma da Figura 52.

A sensibilidade local à exposição é vista como a extensão da realidade de vida, onde o impacto no sistema gera as rupturas sociais, como o abandono das características sociais, mas essas por sua vez podem também dinamizar a ocorrência de um enfrentamento e na absorção, com a (re)significação, sem que ocorra o sofrimento ou outras mudanças de suas práticas de trabalho e vida.

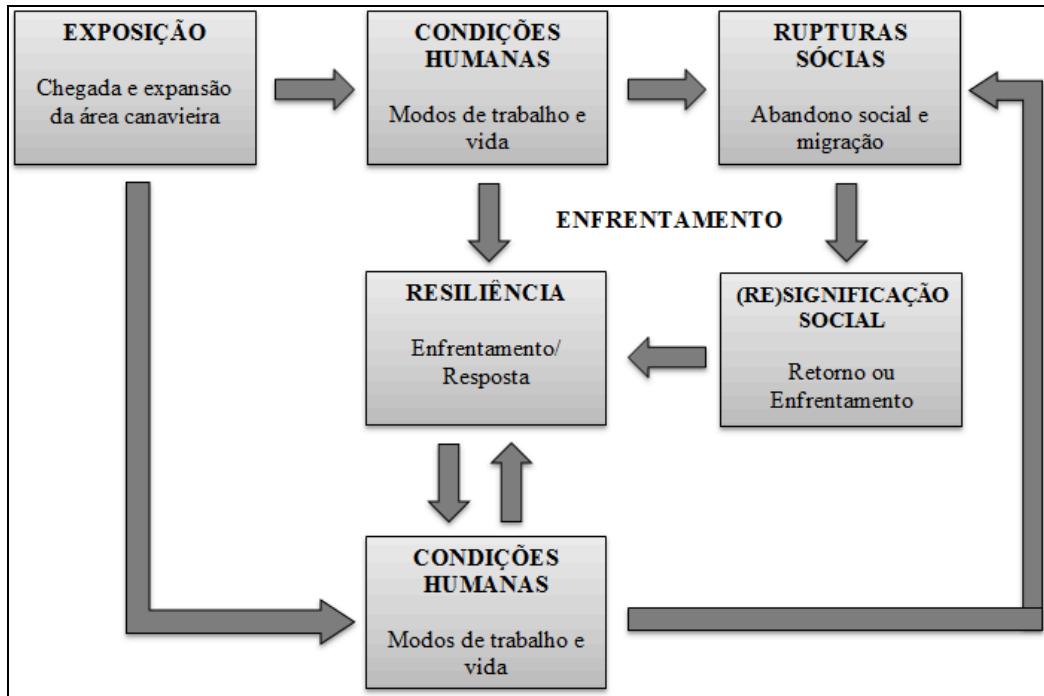


Figura 52 – Fluxograma da Vulnerabilidade à Resiliência na Vila Coqueiros

Org.: CARVALHO, 2016-2017

5.1.3 Ruralidades e Manifestações Resilientes

A Vila Coqueiros, assim como boa parte das áreas rurais das cidades e pequenas comunidades brasileiras, sofre pressões do capital empreendedor que vem se estendendo em sua direção e entorno a partir da apropriação das terras agricultáveis para a atividade canavieira, deixando de lado, na maioria das vezes, os compromissos e gastos sociais, culturais, ambientais, voltando-se somente para o maior ganho possível de lucros (SANTOS, 2008).

As permanências e reafirmações, resultadas da resiliência, são identificadas pelo fazer e o saber dos sujeitos. Exemplo disso são as ruralidades mantidas em espaços internos, como nas residências, e externos, como nas áreas de plantio ou trato de animais. Desse modo, ruralidades, como também as urbanidades podem, em bom termo, responder aos diversos modos de permanências e reafirmações do campo.

Para Kayser (1990),

[...] o rural é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações do espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência de identidade) e lugar de onde se vê e

se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade" (KAYSER, 1990, p.13)

Na Vila Coqueiros percebemos que a comunidade mantem suas tradições campesinas mesmo com a supressão de áreas no entorno para atividade canavieira, onde seus locais de vida tornam-se redutos de materialização de vida. Seu jeito campesino de ser, como o café em coador de pano, o fogão a lenha, as festas, os símbolos, as fachadas de casas de aparência rústica, os retratos de família pendurados nas paredes, a memória de tempos áureos em que a vida na roça era a base de manutenção do grupo, dentre outras características, fazem da comunidade Vila Coqueiros uma comunidade resiliente, que insiste, persiste, readapta e continua a existir

O papel da arquitetura rural no processo de resgate e valorização da memória e cultura local é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que eles (memória e cultura locais) são a base para o reconhecimento e análise das paisagens culturais de uma determinada região (ARGOLLO FERRÃO, 2004, p.8).

Infelizmente para Rua (2006),

O rural tem sido percebido como agrícola (ligado apenas à produção); a agricultura de exportação tem sido privilegiada, enquanto a agricultura de mercado interno foi chamada de "agricultura de subsistência" e, considerados os pequenos agricultores (proprietários ou não) como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social. (RUA, 2006, p. 3)

Com referência a fatores internos e se atendo ao entendimento do "rural", destacam-se duas características que são consideradas fundamentais: a primeira é a relação específica dos habitantes do campo com a natureza uma vez que eles lidam com ela, direta e principalmente, por meio de seu trabalho e do seu habitat; a segunda se refere às relações sociais, também diferenciadas, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das "coletividades" rurais. Resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc. (WANDERLEY, 2000, p. 3)

O rural vem a ser um modo particular de utilização do espaço e de vida social, portanto, para estudá-lo se faz necessário compreender seus contornos. (KAYSER, 1990). Na visão de Graziano da Silva (1997) a inserção de novas atividades econômicas como as atividades não agrícolas, vem conduzindo o "novo rural" e a presença de novas dinâmicas de emprego e renda.

O autor ainda coloca que o novo rural é composto por quatro subconjuntos: - agropecuária moderna, vinculada às agroindústrias, formando os complexos agroindustriais; - conjunto de atividades de subsistência; - conjunto de atividades não agrícolas, ligadas ao lazer, moradia, e várias atividades industriais e de prestação de serviços; - "novas" atividades

agropecuárias, voltadas a um mercado menor.

A agricultura, a indústria, o comércio são setores econômicos. A ruralidade é, e será, cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas, essa linha de pensamento, defendida por Abramovay (2001), permite pensarmos a ruralidade como conceito de natureza territorial para as comunidades campesinas.

Ainda sobre a ruralidade, para Lindner (2011), a temática vem sendo trabalhada a partir de duas correntes de interpretação: uma que analisa a emergência das “novas ruralidades” e a outra que vê as ruralidades como manifestações culturais do espaço rural.

Na concepção de Lindner (2011) as ruralidades não estariam relacionadas diretamente as atividades agrícolas, mas sim as características culturais ligadas ao modo de vida das pessoas que habitam o rural, aos modos de vida tradicionais do campo, influenciando atitudes e comportamentos, os quais não são, necessariamente, encontrados apenas nas áreas rurais.

Assim, a ruralidade refere-se às relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e das relações de interconhecimento geradas por relações estabelecidas com o meio externo ao rural. Isto permite compreender que as populações rurais possuem sua ruralidade, mas que esta pode ser modificada a partir de relações com novas técnicas e com o urbano.

Dessa forma, percebe-se que as ruralidades, podem estar presentes em qualquer espaço, no seio residencial ou mesmo externo no trabalho, ela torna-se movimento que gera a resiliência, portanto a resistência, com a construção e materialização das manifestações culturais, ligadas ao modo de vida, tradições e ocupações. Essas relações socioculturais também são revividas na busca de enfrentar a vizinhança expropriadora.

5.2 REAÇÕES RESILIENTES NA VILA COQUEIROS

5.2.1 Percepções Camponesas

Criar uma visão que alie, analise e seja capaz de abordar de forma eficiente os sistemas resilientes, a partir dos modos de vida, trabalho em relação direta com seus fatores internos e externos, que afetam a vulnerabilidade como a chegada de um empreendimento expropriador do entorno comunitário, como ocorre em Usinas Socroalcooleiros, torna-se um desafio.

Para Malvezzi (2000), as transformações econômicas e tecnológicas recentes inseriram novos contornos às mudanças na forma do trabalho humano nas organizações e estas têm

causado impacto sobre a identidade do sujeito organizacional. Rupturas nas carreiras dos indivíduos, competição acirrada, pressão pelo cumprimento de metas e cronogramas são alguns dos elementos que caracterizam o momento atual, em que “a administração da própria subjetividade passa a ser uma competência requerida pelos indivíduos que trabalham nas organizações” (MALVEZZI, 1995, p.76).

A adaptação envolve decisões através de diferentes escalas e diferentes atores e esta pluralidade aumenta a complexidade de processos de adaptação (ADGER, 2000). Ou seja, possíveis caminhos para reduzir a vulnerabilidade e tornar sistemas socioambientais mais resilientes precisarão de uma abordagem cooperativa e integrativa.

Para Floriani et al. os estudos rurais assistidos pela ideação de resiliência levam a análise para bases da

[...] reprodução e adaptação do modo de vida das comunidades rurais frente aos processos modernizantes hegemônicos pautados pela racionalização do espaço e do tempo, sociais e ecológicos. A reafirmação de sua identidade está aderida à condição de indissociabilidade ao seu território, que regista em sua paisagem as ações da coletividade no passado e no presente, o que lhes permite referenciar seus valores, práticas e visões de natureza junto aos demais atores sociais do espaço rural. (FLORIANI et al., 2013, p. 76)

Para moradores comunitários e produtores rurais, “a permanência na terra, a luta para conquistá-la e as representações que retêm o substrato da vida camponesa são traços de um tradicionalismo que surge ressignificado” (CASTRO, 2009, p. 160). Além do mais que “é sabido que através do conhecimento tradicional, das relações socioespaciais e das experiências camponesas são franqueadas possibilidades de permanências rurais que alimentam o imaginário das pessoas de dar continuidade a formas pretéritas de vida” (SILVA, 2014, p. 324).

Para tanto, quando questionamos os entrevistados como é viver na comunidade esses manifestaram inicialmente falas de alegria de viver na vila, mas ao aprofundarem e refletirem sobre esse aspecto percebeu-se certa melancolia e desmotivação, principalmente quando comparavam aspectos do passado e do presente, como é possível perceber nas palavras a seguir.

“Viver na vila é muito bom, somos muito felizes com o povo que está aqui e o que temos hoje [...] antes a gente tinha mais amizade e vivia bem com as coisas que produzíamos aqui em volta [...] esses tempo agora num temos muita coisa não, antes era bem melhor” (E18, 2015-2016), outro morador menciona que *“é uma bênção viver nos coqueiros [...] é viver com calma, sem precisar ter a pressa dos outros lugares, tirando o final de semana [...] antes aqui era calmo e não tinha a barulheira de hoje [...] dá vontade de sair sexta e volta*

domingo" (E04, 2015-2016).

Quantitativamente percebemos que mais da metade dos entrevistados considera ótimo ou bom viver na comunidade, dessa classe a maioria eram pessoas de idade acima de 46 anos, ou seja, os moradores mais antigos ainda tem uma percepção que viver na comunidade é de certa forma agradável.

Quadro 11 – Vila Coqueiros: O viver na Comunidade

Como é viver na Comunidade?	Entrevistados (%)
Ótimo	36
Bom	21
Ruim	11
Péssimo	17
Não Sabem	15

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Por outro lado, ligado ao grupo que mencionou que viver na comunidade é ruim ou péssimo, em sua maioria pessoas com idade inferior aos 30 anos, explicaram que achavam isso pela falta de atividades recreativas ou festivas. Um entrevistado menciona que “viver aqui é muito ruim, não temos nada para fazer depois do serviço [...] o pessoal fica sentado ali conversando vendo as nuvens [...] queria é divertir” (E05, 2015-2016) , outro com o mesmo posicionamento ainda disse que “nós mais jovens queríamos algo melhor, num sei o quê direito, mas o jeito é por nossas musicas e continuar vendo o tempo passar” (E37, 2015-2016).

Para compreender a relação entre as questões atuais do trabalho humano, suas rupturas e a resiliência, abordar-se-ão alguns elementos do referencial de Dejours (1994), que menciona que o trabalho humano pode gerar dois tipos distintos de resultados sofrimento: o sofrimento patogênico e o sofrimento criativo.

O sofrimento patogênico aparece quando todas as margens de liberdade na transformação, gestão e aperfeiçoamento da organização do trabalho já foram utilizadas pelo(s) indivíduo(s), ou seja,

[...] quando foram explorados todos os recursos defensivos, o sofrimento residual, não compensado, continua seu trabalho de solapar e começa a destruir o aparelho mental e o equilíbrio psíquico do sujeito, empurrando-o lenta ou brutalmente para uma descompensação (mental ou psicossomática) e para a doença. (DEJOURS, 1994, p.34).

Aprofundando o debate sobre o viver na comunidade, ao questionarmos os entrevistados quanto a rotina de vida dos moradores, tivemos uma grande diversidade de respostas, ligadas logicamente ao modelo de trabalho atual do entrevistado, que em sua maioria estavam englobados nos que estavam empregados, desempregados ou aposentados. Uma aposentada que reside na comunidade explica que:

[...] a vida na comunidade é tranquila, a gente levanta, faz o café, varre a porta, cuido das plantas, de vez em quando vamos para a praça na ginástica, ou conversamos com o pessoal [...] depois fazemos a mistura com o que temos, vou fazer minha colcha ou tapete [...] o marido chega da rua e assistimos à novela e vamos dormir para o dia seguinte [...] de vez em quando vem os filhos lá da cidade ai ficamos até tarde (E44, 2015-2016).

Por outro lado o esposo dessa mesma senhora, que mesmo sendo aposentado ainda faz alguns trabalhos temporários, explicando que “*acordamos antes das galinhas e quando tem que limpar um terreno pego cedo minha tralha e vou para a lida [...] senão fico na televisão ou na porta vendo o povo passar.*” (E43, 2015-2016).

Já um dos empregados pela usina, que trabalha como tratorista menciona que a vida na comunidade para ele é da seguinte forma: “*acordo cedo porque as seis sai o ônibus para a usina [...] tomamos café e vamos para o local de trabalho do dia [...] fico o dia todo até o meio da tarde e volto para minha casa [...] chego, quero é descansar [...] não tenho ânimo para nada depois [...] no dia seguinte é a mesma coisa.*” (E18, 2015-2016). Outro morador que também trabalha na usina ainda ressalta que além da rotina do colega esse ainda faz ao final da tarde o cultivo ao fundo de seu lote de algumas hortaliças que são consumidas ou vendidas.

[...] ainda depois do serviço ainda tenho umas verduras que planto ali no fundo de casa para tirar um dinheirinho extra [...] por isso viver na comunidade para mim é sustento, [...] poderia estar na cidade e ter outras coisas, mas aqui ainda depois do serviço tenho um pedaço de chão para plantar o que eu gosto [...] não tem como moço viver só da horta tenho que trabalhar mas meu sonho era poder só plantar. (E10, 2015-2016)

Essa fala demonstra certo desejo de viver na comunidade. Alguns dos moradores que estão empregados em outros setores que não ligados à usina, como por exemplo, da produção de leite, que por sua vez relatam que a rotina da comunidade é tranquila, “*acordamos e vamos para a roça tirar o leite duas vezes ao dia [...] no meio do dia volto para a vila e vou almoçar [...] mais tarde volto para a roça aqui perto e tiro o leite e finalizo o trato [...] esse é meu dia na comunidade*” (E43, 2015-2016).

Constata-se que a vida na comunidade é pautada por rotinas individualizadas de seus moradores, onde cada um passa a estabelecer com a comunidade suas identidades e hábitos

para estabelecer seus modos de vida no local.

A resiliência se manifesta nesse momento como desencadeador da defesa individual e coletiva, Couto (2002) apresenta uma base para esta análise, ao identificar as rotinas e os comportamentos humanos nas organizações, como realizados na Vila.

A dimensão da centralidade do trabalho na vida humana que lá ocorre e os significados que este pode assumir, possibilitam formas de enfrentamento frente ao processo de crescimento canavieiro expropriador.

Todavia, uma dúvida foi estabelecida ao tentar perceber se essa comunidade apresenta o entendimento de ser uma comunidade camponesa, para tanto esse foi um dos questionamentos apresentados. Conforme Quadro 12, é possível perceber que quase 70% dos entrevistados se consideram camponeses estabelecendo relações com o meio rural, de forma direta ou indiretamente.

Quadro 12 – Vila Coqueiros: Consciência camponesa

Você se identifica como membro de uma comunidade camponesa?	Entrevistados (%)
Sim	68
Não	19
Não Sabem	13

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Um dos entrevistados deixa claro que “*vivemos no campo, temos aqui nossa vida e nosso trabalho é gerado aqui [...] podemos ter alguns benefícios da cidade, mas temos aqui na vila o sustento tirado pelo campo*” (E42, 2015-2016), outro menciona que “*a vila é no meio do campo [...] é só olhar para o lado de lá ou de cá que [...] nosso ganho é da lida diária da roça*” (E43, 2015-2016).

Esse último entrevistado ainda ressalta que:

[...] vivo uns 20 anos aqui na vila tem um pessoal que veio para cá e nunca lidou com o que a gente a vida inteira lidou [...] esses ai que veio para cá não tem a vida no chão como a gente [...] a vila foi criada por nós e ela é nosso ganha pão [...] já morei na roça mesmo aqui do lado, mas não achei bão não, na vila agente tem um povo bão [...] esses que veio para cá e não viveu na roça como nós não sabe o que é ser do campo (E43, 2015-2016).

Já nas falas de entrevistados que não se identificam como membros de uma comunidade camponesa, que perfizeram quase 20% dos entrevistados, temos principalmente relatos dos novos moradores que se estabeleceram recentemente na comunidade. Como o que

explica em sua fala: “[...] eu não sou daqui e se fosse camponês vivia lá no meio do mato [...] trabalho na usina mais moro aqui na vila porque ganhei a casa de graça [...] nunca vivi do campo” (E2, 2015-2016). Outro destaca que não é camponês por estar ligado a práticas comerciais urbanas, mesmo essas estabelecidas dentro da vila, o morador comerciante relata o seguinte: “camponês não sou, tenho meu comércio aqui na vila e não trabalho na lida da roça” (E14, 2015-2016)

É importante mencionar que dos entrevistados os que não sabiam se eram ou não camponeses, o que representou 13% dos entrevistados, esses possuíam perfil com menor instrução. A esse grupo não ocorreu explicações sobre conceitos das questões apresentadas para não influenciar nas respostas, invalidado as percepções dos entrevistados.

O sujeito resiliente “não é um adaptado e, menos ainda, um inadaptado; é um sujeito crítico de sua situação existencial, capaz de apropriar-se dos valores e significados de sua cultura que melhor sirvam à realização de seu próprio anseio ou ambição” (GALLENDE, 2004; p. 58), ainda mais que

[...] sua ambição em valorizar-se como camponês cria o imaginário de uma mudança possível e isto já o modifica como indivíduo e, por sua vez, causa impacto sobre o grupo imediato e assinala os comportamentos práticos para enfrentar a adversidade e suas imposições.” (GALLENDE, 2004; p. 57).

Todavia, como o grupo amostral que não se identificou como camponeses eram em grande parte representantes de famílias que vieram morar na comunidade recentemente, foi realizado outro questionamento de qual localidade esses e os demais moradores eram oriundos antes de residir na vila.

Quadro 13 – Vila Coqueiros: origem dos moradores

Origem da família do morador (Estado)	Tempo médio de chegada na Vila
Minas Gerais	2 a 52 anos
São Paulo	2 a 32 anos
Mato Grosso	15 a 26 anos
Bahia	17 anos
Goiás	8 a 15 anos
Pernambuco	4 anos
Alagoas	3 anos

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Foi possível observar, conforme Quadro 13, que os moradores mais antigos são

oriundos do próprio estado de Minas Gerais e de seu vizinho próximo São Paulo, esses são nascidos e migraram para a comunidade de cidades próximas a Itapagipe, como Frutal e Iturama, do Estado de Minas Gerais, e São José do Rio Preto, do Estado de São Paulo.

Há também os moradores de diferentes regiões como Nordeste, vindos de Pernambuco e Alagoas, com o objetivo de trabalhar nas atividades canavieiras que se estabeleceram no período recente, como também pessoas vindas dos municípios próximos já citados que em grande parte possuíam familiares residentes na comunidade e que necessitavam de uma moradia, essa sendo conquistada na vila.

5.2.2 O Trabalho e Renda Comunitária

O enfrentamento da realidade de forma materializada, como por meio do trabalho e renda, torna-se um caminho, adicional, para o entendimento do processo local da comunidade em estudo e, principalmente no que se refere à sua capacidade de resiliência. Pois, o indivíduo que se confronta com a adversidade, seja ela a supressão do trabalho e renda, é, sim, afetado pelo *stress* e fica sujeito às forças que ameaçam sua sobrevivência. A diferença fundamental é que a resiliência pode ser promovida enquanto a invulnerabilidade é entendida como característica inerente ao indivíduo.

De acordo com Rodriguéz (2005), ela, a resiliência, é a resposta criativa para superação da adversidade, já que, mais do que a soma dos fatores resilientes, sua conduta é o resultado da combinação particular de fatores de proteção.

Nesse sentido, não é possível fazer uma lista de fatores que aumentariam a probabilidade de resiliência, porque o desenvolvimento da mesma depende do risco ou vulnerabilidade particular. Mas avaliar como os resultados do desenvolvimento do trabalho e renda se manifestam formam um caminho para esse fim.

Quando falamos, com os entrevistados, sobre o trabalho e renda, fatores determinantes para entender a manutenção de uma família em uma localidade, percebemos que estão nesses aspectos parte da possibilidade de fixação com maior ou menor dificuldade.

Assim, tentamos avaliar, entre outros aspectos, quais eram as atividades realizadas, na vivência da comunidade. Nesse sentido percebemos a dualidade e parcelamento do trabalho realizado.

[...] para viver aqui alguns trabalham diretamente na usina [...] tem o transporte que leva e traz todos os dias [...] muitos tem outros ganhos como plantando nos seus lotes, arrendando alguma área que possuem, outros tiram leite, alguns vão para a

cidade de Itapagipe ou São Francisco de Sales e lá trabalham em alguma atividade [...] a maior parte fica fazendo algo aqui mesmo (E1, 2015-2016).

Outro morador relatou que “*pelo menos uma pessoa de cada casa aqui possui um emprego [...] mesmo que sem carteira [...] uns vão buscar na cidade de uns bicos*” (E7, 2015-2016), esse é o exemplo comum verificado na classe de moradores que realizam outras atividades, que representaram cerca de 30% do grupo amostral, de acordo com o Quadro 14. Assim, diariamente temos o deslocamento de moradores para os centros urbanos próximos em busca de alguma forma não campesina para adquirir recursos financeiros.

Quadro 14 – Vila Coqueiros: principais atividades remuneradas realizadas pelos moradores

Principais atividades remuneradas	Entrevistados (%)
Trabalha diretamente na Usina	20
Agricultura local	9
Comércio Local	7
Aposentados	15
Desempregados	7
Não Responderam	9
Outras atividades	33

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

É interessante mencionar a existência de alguns processos aliados ao fenômeno de divisão de atividades campesinas e não campesinas, com ocorrência de formas de emprego parecidos aos que tradicionalmente ocorriam. Entre as principais atividades mencionadas pelos entrevistados destacaram-se a criação de pequenos animais (frangos e porcos), como demonstrado na Figura 53; criações extensivas (gado leiteiro); lavouras permanentes e temporárias (café, laranja, abacaxi, cana-de-açúcar, feijão, arroz de sequeiro).

Sobre isso um dos moradores mais antigos menciona que “*os trabalhos de hoje ainda são muito parecidos com os que a gente tinha antes [...] isso vejo aqui na minha família eu indo tirar leite com meu filho e lembrando do meu pai fazia aqui do lado a mesma coisa*” (E6, 2015-2016). Outro morador ainda disse que “*mesmo sem emprego hoje eu vejo o povo que ainda esta aqui fazer o que fazia, quem sabe a lida do campo vai [...] igual o provo de antes [...] mesmo hoje sendo mais fácil o trabalho*” (E20, 2015-2016).

Aprofundando esse aspecto do trabalho e renda, passamos a verificar que ao avaliar a composição da renda mensal dos moradores, representado no Quadro 15, percebemos que

grande parte das famílias sobrevive com menos de um salário mensal (43%) e que a maioria das pessoas que não declararam suas respostas possuíam condições e estrutura de moradia e vida inferiores aos que mencionaram receber até um salário mínimo.



Figura 53 – Criação de pequenos animais em terreno dentro da Vila Coqueiros.

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016

Quadro 15 – Vila Coqueiros: composição geral da renda mensal dos moradores

Renda Mensal (família)	Entrevistados (%)
Menos de 1 salário	43
1 a 2 salários	8
2 a 4 salários	11
4 a 5 salários	4
Acima de 5 salários	1
Não declararam	33

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Quando questionados como ocorria à composição da renda familiar, todos os entrevistados foram taxativos essa era composta por mais de duas atividades que geravam renda, muitas vezes uma principal que gerava o sustento da família – que em sua maioria eram compostos por mais de cinco integrantes familiares – e uma secundária onde complementava o ganho, mesmo essas não gerando valor em espécie.

Mesmo assim, verificamos localmente, e de acordo com os dados, a ocorrência de relações tradicionais campesinas na localidade com uma vinculação ainda considerável de trabalhadores com atividades tradicionais, como em lavouras e criações, ou mesmo para a

usina.

Esse é um processo de consolidação da resiliência, já que podemos verificar a construção de soluções criativas diante, com a manutenção de atividades tradicionais, frente as adversidades que se apresentem. Nas condições de trabalho e dos negócios da sociedade comunitária local pode resultar em um duplo efeito: a resposta ao problema em questão, com a revolta, e a renovação dos saberes produtivos tradicionais e vitais comuns dos indivíduos.

Pois lembramos que a resiliência envolve não somente o controle sobre a situação, mas um determinado reforço para que o indivíduo siga lutando por novos resultados pessoais ou rentáveis. Já que nessa construção o indivíduo revela sua força ontológica manifestada numa excepcional capacidade de aplicação da causalidade pessoal.

Um dos entrevistados, e participante de ações sociais na comunidade, sobre aspectos ligados da renda das famílias menciona que:

[...] é difícil falar de renda, porque aqui pouca gente vive com dinheiro na hora, tem uns momentos que a gente até tem o dinheiro para ir ali comprar no vô alguma coisa [...] mas a maioria das vezes a gente consegue as coisas é com o nosso trabalho [...] é assim, tiro o leite e ganho dinheiro do mês, mas chegando em casa a dona [...] me pede pra ir limpar o quintal em troca de uma galinha, cuidar da roça em troca de um saco de feijão, ai a gente vai levando [...] nossa renda é na verdade o trabalho nosso (E43, 2015-2016).

Ainda nesse aspecto um representante do poder público enfatizou em suas falas “*o povo do coqueiro se vira sem renda, ele faz um bico aqui outro ali, mas não fica parado esperando ajuda da gente [...] eles geram renda das mãos*” (E21, 2015-2016). Fala que enfatiza que para parte da comunidade a essência de renda é fruto do trabalho e o seu lugar ali sempre existirá mesmo não possuindo um ganho fixo.

Percebemos nas falas mencionadas e outras, que um divisor de águas no processo dos tipos de atividades que geram trabalho e renda foi à chegada da Usina, pois esse momento marcou para muitos a transição e implantação de novas práticas de trabalho na comunidade que antes não existiam.

Quadro 16 – Vila Coqueiros: a chegada da Usina implantou novas práticas de trabalho?

Percepções	Entrevistados (%)
Sim	67
Não	18
Não responderam	15

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Sobre esse processo de chegada Silva menciona que seu resultado é,

[...] intensa exploração dos recursos naturais se converte em vantagem econômica e destrói a força emancipatória de uma sociedade autônoma, com necessidades próprias voltadas para um desenvolvimento endógeno. O que passa a existir é um espaço natural passível de exploração lucrativa do capital agroindustrial. (SILVA, 2014, p. 148)

A habilidade dos camponeses em encontrar formas de se adaptar e com isso sobreviver é um fator comprovado, já que esses tem apresentado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p. 25). O próprio cultivo de culturas tradicionais sinaliza esse limiar calcado entre as estratégias de sobrevivência às situações de crise, e os desafios da reprodução camponesa.

Para Shanin (2008) os camponeses podem nos mostrar não somente as razões de sua capacidade de resistência, como também podem contribuir com os preceitos de sua economia familiar, cujos caminhos apontam ao enfrentamento de situações de crise:

Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações (SHANIN, 2008, pg.28).

Foi relatado por um morador que “[...] *não sei direito ainda aonde isso vai levar, mas sei o que isso fez até agora [...] eu vejo novos trabalhos para a comunidade como você disse [...] mais eu trocaria tudo para voltar a ser como era antes [...]*” (E5, 2015-2016). Argumento mencionado em outras entrevistas de moradores da Vila Coqueiros que demonstram que a implantação de novas práticas foi uma realidade. Práticas essas voltadas ao sistema produtivo canavieiro direto do plantio ou na usina, ou indireto na prestação de serviços, mas que em alguns casos suprimiram ou seduziram parte dos moradores da comunidade como novas fontes de renda, mas que resultam hoje no arrependimento de sua chegada.

Nesse momento a resiliência pode ser entendida como resposta criativa diante da crise, aplicação do pensamento lateral na geração de soluções inovadoras diante de situações traumáticas ou adversas. O desenvolvimento da criatividade pode ser proposto como medida preventiva, de forma a gerar um potencial sempre atualizado de recursos para o enfrentamento. Fator mencionado por Baxter (1982), pois o ser humano que administra sua própria subjetividade diante das crises se renova como pessoa, reafirmando-se como sujeito de sua história e de sua adaptação.

Foi mencionado, por quase 80% dos entrevistados, conforme Gráfico 1, que não foi

percebido a conquistas de direitos por parte da comunidade com a implantação da unidade processadora de cana.

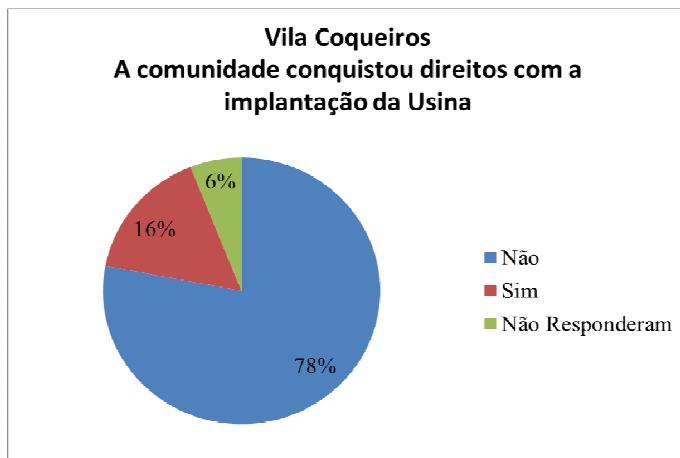


Gráfico 1 – Vila Coqueiros: Percepção de direitos adquiridos com a implantação da Usina

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

O que nos levou a tentativa de montagem de um perfil geral de percepções dos moradores para com a chegada da Usina, com fins a melhor perceber os efeitos gerados implantação da unidade.

5.2.3 A Chegada da Usina no Olhar Comunitário

Grotberg explica que “Algumas pessoas são transformadas por uma experiência de adversidade” (GROTBURG, 2005, p. 46), interface da chegada do novo, como a usina, no entorno da comunidade. Gerando a perspectiva do entendimento da existência resiliente para com o “novo”, onde “indivíduos ou grupos encontram recursos criativos para o enfrentamento da adversidade e a solução criativa se transforma em conduta resiliente” (GROTBURG, 2005, p. 46).

A chegada da usina foi realizada com o discurso de desenvolvimento e progresso para a comunidade, como mencionado anteriormente, desenvolvia-se em reuniões entre o grupo de negócio que implantava a unidade e a comunidade, mediada pelo poder público local. Mas ao avaliarmos atualmente como essas percepções se manifestam, principalmente as mudanças que esse empreendimento gerou localmente, modelando os modos de trabalho e vida da

comunidade, percebemos contradições ao discurso desenvolvimentista, ou seja, o desenvolvimento foi “*para quem?*”.

Ao avaliarmos quais foram as principais transformações ocorridas nos modos de vida tradicionais da comunidade percebemos relatos desmotivados dos moradores que mencionam: “*antes a comunidade tinha uma identidade geral [...] qualquer um chegava aqui e via que era um povo que trabalhava no campo em volta e vivia dignamente disso*” (E01, 2015-2016), outro menciona que “*nós do coqueiros eram mais unidas, todo mundo ajudava um ao outro, ninguém ficava desemparado*” (E04, 2015-2016), ainda outro reforça afirmando que “*mudar não, mas acabar com a gente isso é o que sinto [...] a gente tinha união e agora isso mau tem*”(E14, 2015-2016).

Do grupo amostral residente na comunidade foi possível perceber que de uma forma geral as principais transformações no modo de vida que tradicionalmente ocorria na comunidade, mas de forma negativa, estão nos campos do trabalho e do emprego, conforme Gráfico 2, seguido de percepções menores classificados como outros – Saúde, Habitação, Segurança, Lazer, Cultura, Educação e Bem estar – que totalizaram 34% das opiniões.

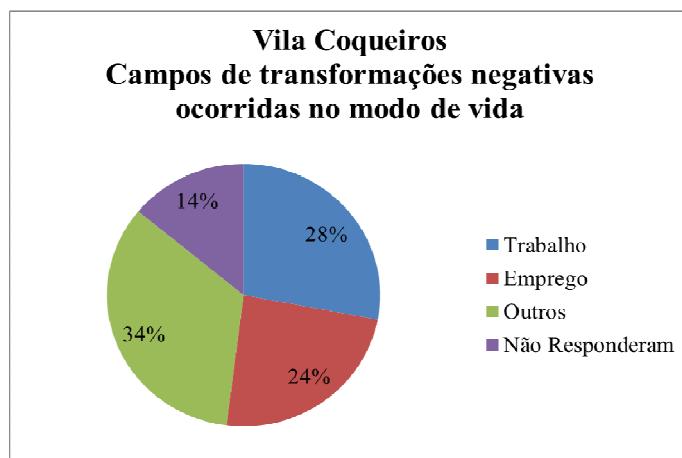


Gráfico 2 – Vila Coqueiros: campos de transformações negativas

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

O que chamou a atenção foi o fato de algumas pessoas se negarem a responder nossos questionamentos, muitas vezes receosas em manifestar uma crítica, já que eram questionadas sobre a existência de transformações negativas, tanto é que um dos entrevistados disse “*falar o que piorou é perigoso, tem gente aqui que se escutar vai correndo e fala lá [...] eu prefiro não falar*” (E18, 2015-2016).

Por outro lado, quando passamos a questionar os pontos positivos, ou seja, as principais transformações positivas no modo de vida que tradicionalmente ocorria na comunidade, a maioria dos que se negaram a responder foram proativos e manifestaram suas opiniões “é falar bem é mais fácil e fica melhor [...] pois até que o postinho e as casas populares que cheôo aqui foram muito bom com a vinda da usina”(E18, 2015-2016).

Assim, de acordo com o Gráfico 3, percebemos que positivamente as áreas da Saúde, Habitação, Lazer, Educação e Segurança foram as mais valorizadas pelos entrevistados como transformações positivas. Mas, ao entrevistarmos representantes do poder público local, esses campos foram na verdade os mencionados como os de investimento público nos últimos anos para a comunidade.

Um dos representantes disse que:

[...] temos investido em muito para melhorar a vida da comunidade os investimentos para habitação foram elevados, tanto é que entregamos para pessoas carentes, por meio de programas do governo [...] diversas residências, sem contar os investimentos do município na escola municipal, reestruturando fisicamente e seu pessoal para atender a comunidade. [...] é claro que a saúde e segurança forma foco, ao levar programas para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos moradores e pagando o combustível para a PM poder fazer sua patrulhas. (E19, 2015-2016).

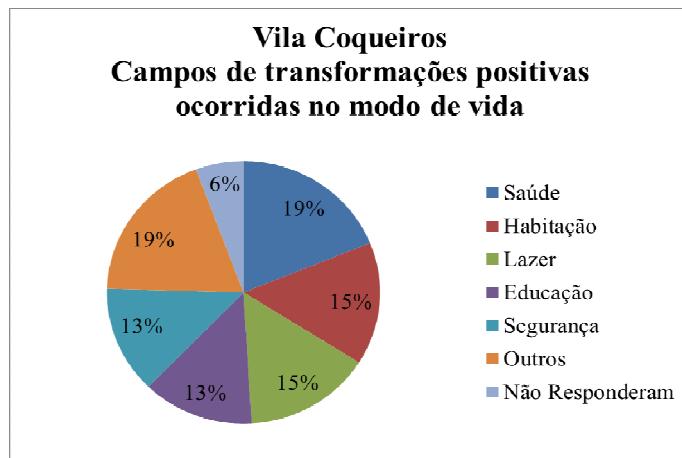


Gráfico 3 – Vila Coqueiros: campos de transformações positivas

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Outro representante do poder público ainda mencionou que os investimentos locais foram sempre com recursos também públicos desde melhoria do acesso local à infra estrutura da Vila Coqueiros, sendo a Usina uma agente passiva na melhoria direta da comunidade, além de reforçar que “nós [...] que investimos para a melhoria da comunidade e o que fazemos,

que ainda achamos pouco pelo recurso que temos, é feito por nós, a Usina cumpre apenas as determinações contratuais pelo uso local sem afetar a comunidade” (E28, 2015-2016).

Isso é confirmado pelos moradores ao afirmarem que os órgãos e entidades que participam da rotina da comunidade, ajudando e prestando serviços de utilidade e benefício da comunidade é o poder público, sendo olvido os anseios comunitários em reuniões, debates e audiências de moradores para com a prefeitura municipal.

Em uma análise geral do processo a instalação do grande empreendimento sucroalcooleiro, esse por sua vez foi acompanhando pelos moradores da Vila Coqueiros, como sujeitos externos aos delineamentos produtivos do empreendimento, pois somente foram sujeitos ativos quando de sua implantação já que a unidade foi apresentada como gerador do desenvolvimento local. Passado décadas os moradores da Vila Coqueiros se posicionam apenas como observadores de um crescimento produtivo que toma as áreas rurais no entorno da comunidade, criando um “mar de cana”, termo relatado por moradores.

A Figura 54 apresenta a sede de uma propriedade rural somada todo em seu entorno pela atividade canavieira e a Figura 55, uma das áreas marginais da comunidade onde a cana foi colhida recentemente.



Figura 54 – Sede de propriedade totalmente cercada de cana-de-açúcar

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016



Figura 55 – Área lateral à comunidade com cana colhida.

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016

Um dos moradores mais antigos menciona:

[...] acompanhamos é a mudança de um lugar que antes tinha muita vida produtiva, você via ali uma atividade, lá outra, agora para onde agente olha só vê cana [...] é um mar de cana que agente não sabe onde ele vai parar ou se vai parar [...] sei lá se as coisas voltam mas o que a gente vive é nossa realidade. (E20, 2015-2016).

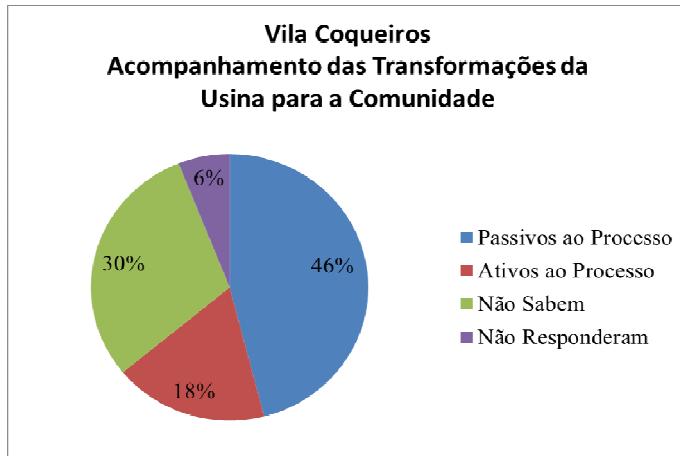


Gráfico 4 – Vila Coqueiros: Acompanhamento das transformações da usina para a comunidade

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Portanto, o que marca esses moradores, constatado nas entrevistas, Gráfico 4, é que 46% dos entrevistados estão passivos ao processo de transformações ocorridas para com a comunidade pela chegada e implantação da usina. Eles não se envolvem em debates, solicitações para com a unidade produtora ou reagindo de alguma forma, pois entendem, segundo alguns relatos que esse processo é fora de sua capacidade de resposta ou ações; “*nós vamos pedir e falar o que pra eles [...] eles não sabem que nós existimos eu toco e toco a minha vida*” (E30, 2015-2016) ou ainda diz que “*não adianta eles cuidam é do que eles querem para ganhar dinheiro, eu faço e trabalho sem precisar deles*” (E37, 2015-2016).

Os 18% dos entrevistados que manifestaram serem ativos ao processo, no que se refere ao acompanhamento das transformações da usina para a comunidade, o fazem por meio da reivindicação direta a unidade, quando, por exemplo, existe a necessidade de redução da poeira ou conserto de uma via de acesso danificada pelos caminhões que transportam a cana, ou por reivindicação ao poder público municipal, perante algum problema gerado também nas vias de acesso ou mesmo solicitações de criação de empregos diretos ou não a atividade canavieira.

Um dos representantes públicos menciona essa demanda local ao dizer “[...] nós somos chamados para intervir quando ocorre um problema na estrada [...] ou quando alguém precisa que envie o currículo para a Bunge [...] esses são muito ativos na comunidade” (E27, 2015-2016). Um morador sobre essas ações ativas ao processo destacam ainda “*nóis somos ponta firme e não deixa a coisa afrouxar [...] eles incomoda a gente com*

esses caminhão então nós liga lá para vir consertar o problema [...] olho por olho” (E7, 2015-2016).

Ainda ligado a esse questionamento do posicionamento desses para com as transformações locais, o que chamou atenção nas entrevistas dessa vez não foi os 6% que se negaram a responder, mas os 30% que não sabia se colocar como passivos ou ativos ao processo, esses pareciam apresentar um descaso, não uma passividade, mas demonstravam estar preocupados somente com o que era importante para poderem tocar a vida.

Aspectos esses mencionado em um dos relatos:

[...] num sei se sou passivo ou ativo ao processo de transformação que fala [...] eu não quero melhorias e queria que volte como era, mas sei que não vai [...] vejo o problema que eles criam aqui [...] mas tem gente que fala e nada adianta [...] eu prefiro é olhar o que ocorre e deixo pros jovens a cobrança, porque o futuro da vila é deles [...] eles que vão ter que cobrar. (E15, 2015-2016).

A habilidade para ver a realidade está intimamente relacionada ao segundo bloco de características que compõe a resiliência, a propensão a atribuir significado a tempos terríveis (COUTU, 2002). A existência desse atributo possibilita ao indivíduo transcender a posição de vítima das circunstâncias exteriores e, de alguma forma, "extrair lições" dos acontecimentos e situações de crises advindas do exterior.

É mencionado pelo autor, (COUTU, 2002) três características que fundamentam a resiliência. a) a firme aceitação da realidade; b) uma crença profunda, em geral apoiada por valores fortemente sustentados, de que a vida é significativa e c) uma "misteriosa" habilidade para improvisar.

Nesse aspecto percebemos que mesmo não respondendo parte das perguntas todos possuem uma consciência da realidade local, e seus valores são apoiados e sustentados pelos seus conhecimentos e tradições mantidas, na maioria campesina, e sua forma de improvisar, residente nas práticas locais tradicionais que esses realizam.

É fato que o acesso à educação e a informação são considerados fatores que contribuem para aumentar a capacidade de resiliência e as alternativas de enfrentamento aos eventos climáticos e ambientais. De acordo com os dados da pesquisa de campo, pode-se verificar que o índice de analfabetismo ainda é alto entre os agricultores adultos.

Dentre os entrevistados 20% são analfabetos e 60% cursaram até, no máximo, a antiga quarta série do ensino fundamental, e apenas 14% concluíram o ensino médio. Apesar desses índices, também se verificou que, para os mais jovens, o acesso à educação melhorou. Dentre os entrevistados nascidos, maior parte nascida a partir da década de 1980, onde nenhum morador relatou ser analfabeto, mesmo isso sendo observado, e a maior parte dos que

concluíram o ensino médio estão nessa faixa etária.

Tentando verificar a existência de possíveis conflitos, além das cobranças pelos efeitos superficiais desencadeadas pelos maquinários da usina, foi realizado o questionamento aos entrevistados sobre a existência desse fato entre a comunidade e a usina, em sua totalidade os entrevistados, entendendo que a conflitualidade relacionava-se desde passeatas, reivindicações, agressões ou mesmo alguma forma conflituosa de cobranças pelos efeitos gerados de cunho danoso a vida da comunidade, mencionaram que na verdade não existiam conflitos já que a comunidade não representa diretamente um interesse efetivamente territorial para a unidade processadora, com a desapropriação das residências para ampliação da área canavieira.

Um dos moradores destacou que “*conflito mesmo não tem, afinal eles não vão tirar a gente de nossa casa e passar a patrola para plantar a cama [...] por isso a gente não chama briga com eles, eles cuidam da lavora deles*” (E01, 2015-2016), outro ainda destaca que “*a Usina e o povo aqui não bate de frente com eles porque eu acho que nós é nada para eles*” (E07, 2015-2016).

Outro morador mencionou que anteriormente, quando da instalação da unidade processadora, ocorreu um conflito que estava relacionado as práticas produtivas que acabou sendo substituída pela atividade canavieira. “*o pessoal que colhia laranja aqui perto quando viram que tudo estava virando cana, chegaram a ameaçar os tratoristas para não derrubar o laranjal [...] eles falavam que a laranja era o ‘ganha pão’ e ninguém iria retirar isso*” (E32, 2015-2016), todavia com o tempo esse movimento dos trabalhadores da laranja somente representou um murmuro inicial e sem continuidade de revolta pela substituição de atividades tradicionais produtivas que próximo a vila ocorriam.

Lembramos que o conflito na resiliência manifesta-se de forma muitas vezes não aparente, pois em grande parte dos casos ele é intangível e presente no seio pessoal dos indivíduos. Nos exemplos citados acima, é possível inferir elementos de tensão ou pressão sobre a vida cotidiana das pessoas, corroborando a importância e a atualidade dos estudos de resiliência.

A resiliência envolve não somente o controle sobre a situação, mas um determinado reforço para que o indivíduo siga com o conflito, lutando por novos resultados pessoais e pelos perseguidos por seu grupo de trabalho. Nessa construção o indivíduo revela sua força manifestada numa capacidade de aplicação da realidade pessoal.

Em seguida questionamos os moradores se esses percebiam então se a comunidade seria um território que a usina iria usar, de acordo com o Quadro 17, 72%, grande maioria

acha que não, como mencionado em relatos anteriores, pois percebem que o local mesmo cercado pelo “mar de cana”, ainda é um local que resiste e não estaria nos planos de plantio da Unidade Processadora.

Quadro 17 – Vila Coqueiros: a comunidade é um território que a Usina irá usar?

Percepções	Entrevistados (%)
Não	72
Sim	21
Não responderam	7

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Por outro lado, também de acordo com as entrevistas, foram mencionadas o desaparecimento das seguintes práticas tradicionalmente produtivas no entorno da comunidade: Colheita de Abacaxi; Colheita da Laranja; Colheita da Mexerica; Colheita de Mandioca. Já que os moradores destacam que essas atividades eram complementares a lida normal da comunidade no campo, com a criação de gado de corte e leiteiro, como exemplificado na Figura 56, sendo uma fonte de renda importante.

Muitos aqui hoje não ficariam apenas fazendo a lida diária na roça, tiravam o leite e ainda iam para a laranja e abacaxi tirar um pouco mais do necessário para ter a mistura do dia [...] é engraçado ver que hoje eles agora ficam parados mais se ainda tivesse essas culturas eles com certeza iriam estar fazendo jornada no campo e na colheita (E42, 2015-2016).



Figura 56 – Criação de gado leiteiro, próximo a lavoura canavieira.

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016

No imaginário da comunidade a percepção do que mudaria na verdade está relacionado se todas as áreas em volta da comunidade fossem ocupadas pelas áreas de plantio de cana. “[...] se tudo aqui virar cana num raio de 10 quilômetros ai teremos problemas [...] pois viver de quê?” (E42, 2015-2016).

Também foi notório a revolta de alguns moradores, com essa possibilidade ao afirmarem que “*isso é uma afronta a nós [...] ter que viver cercado de cana sem ter na verdade um roça perto é acabar com nosso lar [...] dá é tristeza ficar por aqui*” (E04, 2015-2016), o que mudaria na verdade segundo alguns é a comunidade, pois vários estão na Vila porque é um lugar campestre, que mantem próximo a proximidade da vida no campo, “*eu e meu esposo estamos aqui porque queríamos morar no campo, longe da cidade [...] mais se do nosso lado tudo é cana eu só preferir ir é pra lá [...] lá vou ver mais árvores que aqui se isso ser assim*” (E22, 2015-2016).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a forma de obtenção de crédito mais utilizada pelos entrevistados. O programa tem como objetivo oferecer condições aos produtores rurais familiares, assentados ou não, de ampliar e melhorar a sua produção e assim, participarem do mercado. Mesmo assim, de acordo com a pesquisa de campo dos agricultores que ainda restam, 30% consideram a falta de acesso a recursos e crédito uma das maiores dificuldades para a produção.

Ao todo, 40% dos agricultores entrevistados acessaram uma das linhas do PRONAF nos últimos cinco anos. Dentre as dificuldades indiadas a obtenção de crédito, os agricultores citaram a falta de pagamento da dívida anterior, a burocracia, o medo de novas dívidas, a falta de garantia pessoal, a falta de avalista e a desinformação sobre como acessar o crédito.

Além do mais, segundo Nunes et al (2006), os objetivos do PRONAF fazem com que o programa exclua agricultores que produzem para autoconsumo e/ou que possuem pouca ou nenhuma prática organizativa. Isso é um empecilho já que quanto a diversidade produtiva, os dados da pesquisa mostram que quase os agricultores entrevistados que ainda resistem produzem para o autoconsumo. De forma geral, a produção é pouco diversificada, e a organização produtiva é voltada para as necessidades da família e para a alimentação do rebanho.

Mapfumo (2013) em seu estudo investigou a resiliência dos sistemas de produção de agricultores familiares revelando as prioridades dos agricultores no que se refere às estratégias de adaptação a serem adotadas por esses para a superação a implantação de condicionantes que acabem com as tradicionais formas de viver, um dos principais itens apontados no estudo foi “apoiar as redes tradicionais de proteção social em benefício dos grupos sociais

vulneráveis" (MAPFUMO, 2013, p.95, tradução do autor).

5.2.4 Representações e Percepções Locais

A partir dos direcionamentos de Silva "a permanência está intimamente ligada à mudança, transformação, superação, às rupturas. Mesmo assim, no processo de ruptura, a superação do antigo pode não ser eliminada sumariamente e continuar existindo no interior das transformações anunciamadas" (SILVA, 2014, p.325).

Quando indagamos os entrevistados sobre suas percepções sobre o crescimento da área plantada de cana no entorno da comunidade, conforme Figura 57, estes foram concentrados em grupos que achavam ruim ou bom tal processo.



Figura 57 – Área preparada para lavoura canavieira.

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016

De acordo com Gráfico 5, mais de 80% do público entrevistado considera ruim esse crescimento, pois rompe com os aspectos tradicionais de produção da comunidade. Estabelecendo assim, uma visão pessimista quando a realidade atual de ampliação das áreas canavieiras.

Um morador menciona que "*tudo ficou pior [...] acabou com o que a gente tinha costume aqui*" (E32, 2015-2016). Outro entrevistado menciona que:

[...] quanto mais vemos a cana crescer mais pensamos que o futuro é incerto e que o lugar onde fui criado vai desaparecer [...] costumava ir em lugares que hoje é cana, tá tudo transformado e não penso mais em lá [...] quando pequeno andava nesses campos tudo, hoje com essas canas eu fico sem saber pra onde ir, dá uma tristeza pensar nisso (E01, 2015-2016).

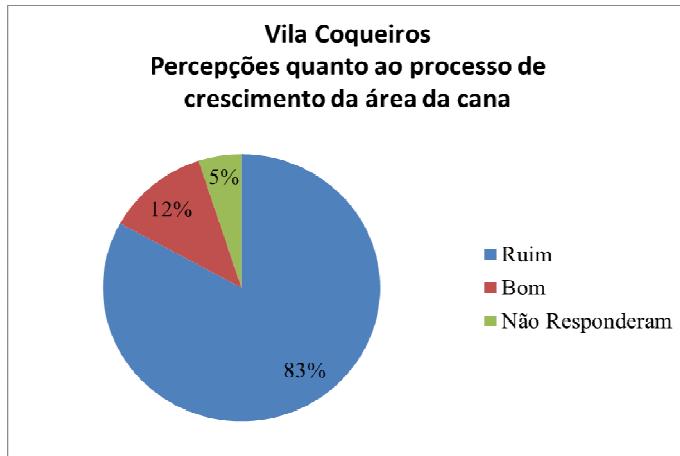


Gráfico 5 – Vila Coqueiros: Percepção ao processo de crescimento da área da cana

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

Um dos efeitos desse processo de crescimento da área plantada, que refletiu diretamente para a comunidade, foi o abandono da comunidade por parte dos moradores tradicionais, “*aqui vivia um pessoal antigo que foi embora porque não aguentava a cana [...] falava que ela ia acabar com nossa saúde [...] e eles foram embora para Itapagipe*” (E42, 2015-2016), familiares desses moradores, que ainda vivem na comunidade mencionam que “*quanto mais a cana crescia mais eles ficavam tristes [...] acho que era porque eles trabalhavam aqui do lado mesmo e viram seus sustento acabar*”(E44, 2015-2016).

Isso reflete um efeito migratório causado em parte pela quebra do modo de trabalho e vida de alguns moradores, que afetados pelas ampliações da atividade canavieira se deslocaram em parte para centros próximos. Resultado, portanto pelo rompimento das formas tradicionais e passando a serem inseridos nas dinâmicas econômicas urbanas, como empregados na construção civil ou prestadores de serviços.

Quadro 18 – Vila Coqueiros: avaliação das mudanças na forma de viver aqui com o crescimento da área ocupada cana

Percepções	Entrevistados (%)
Negativa	84
Positiva	16

Fonte: Trabalho de Campo, 2015-2016.

Org.: CARVALHO, 2016

O papel do conhecimento tradicional no desenvolvimento de estratégias de reprodução social é também considerado importante no que se refere a resiliência. Para tanto, a partir do Quadro 18, a maioria dos entrevistados avaliou como negativa as mudanças na forma de viver com o crescimento da área ocupada pela atividade canavieira, “*essa cana mudou muito para ruim nossa forma de viver na comunidade [...] acabou com o que estávamos acostumados*” (E01, 2015-2016), consequentemente uma minoria, pouco mais de 15%, avalia negativamente esse aspecto, pois percebem “*a Usina veio para cá e ai consegui trabalho nela, como vou achar ruim?*” (E10, 2015-2016).

Aspectos esse que demonstram que as famílias que estão empregadas direta ou indiretamente pela atividade canavieira, fazem uma avaliação sempre positiva, mas aqueles que não inseridos as atividades produtivas ligadas a Usina, observaram que seus modos de trabalho e vida foram principalmente afetados.

Em relatos dos moradores esses afirmam que antes da chegada da Usina “*era tudo pacato e rotineiro, mas nós tinha uma união com a terra, [...] a gente vivia dela, agora ela não nos ajuda*” (E01, 2015-2016), isso foi mencionado porque uma das maiores críticas dos residentes na vila foi o rompimento das formas tradicionais de trabalho, com a redução de atividades que hoje são ofertados apenas para alguns.

[...] sou dessa terra e ela me deu o trabalho por muito tempo, com a vinda da usina, ficou cada vez pior achar o trabalho pro pessoal aqui, quem tirava leite com o tempo parou, o que colhia fruta foi arrendando a área para a cana [...] ai vemos uns disputar com o vizinho por um emprego [...] o patrão que não é bobo ai escolhe o melhor trabalhador [...] eu não culpo o patrão ele só pensa como nós, antes que desista, prefiro assim. (E43, 2015-2016).

A efetivação da resiliência construída na própria comunidade ou unidade familiar, tornando-a autosuficiente para reconhecer os riscos em seu meio ambiente e possa estabelecer processos de mitigação desses riscos, que muitas das vezes é realizada com a manutenção de suas tradicionalidades campesinas.

Junqueira e Deslandes (2009) mencionam a presença do aspecto de "superação" de eventos potencialmente estressores. Ou seja, a comunidade estaria atrelada a superação diante de uma dificuldade considerada como um risco, a possibilidade de construção de novos caminhos de vida e de um processo de subjetivação a partir do enfrentamento de situações estressantes.

Percebemos o fortalecimento dos aspectos resilientes ao constatarmos que em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, a comunidade passa a lidar com

adversidade não se sucumbindo a ela. A continuidade de sua existência, enquanto comunidade campesina, está expressa, as vezes, em pequenos gestos, modos próprios de falar e de viver, hábitos que não se transformam mediante a imposição de um grande empreendimento e tudo isso reforça a capacidade de resiliência do grupo, algo capaz de garantir a sua existência como Campesinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do capitalismo no campo, materializado em Itapagipe pela expansão das unidades canavieiras, tem provocado profundas transformações nas relações sociais de produção e de trabalho, ao ponto de suscitar interpretações que anunciam o desaparecimento dos sujeitos que têm a terra como local de trabalho e vida. Entretanto, verifica-se que, ao contrário, os camponeses têm se recriado no movimento de resiliência, por meio de diferentes estratégias que possibilitam sua existência.

Nesse processo percebemos os moradores da Comunidade Vila Coqueiros, no município de Itapagipe-MG, como uma organização com essência camponesa, ao conseguir visualizar nas suas práticas locais modos de ser e de viver como condição para sua autonomia, perante as relações capitalista de produção. As famílias dessa comunidade apresentam-se envolvidas em processos de construção e busca da diversificação da produção agrícola e não agrícola para assegurar a renda oriunda do trabalho na terra e pela terra.

Dessa forma, é a partir das práticas exercidas pelos sujeitos da terra e de suas estratégias de reprodução existentes na contradição do modo capitalista de produção que confirmam a existência de vida camponesa e sua especificidade de ser e de viver capazes de condicionar sua reprodução social.

Assim, entendemos que os moradores da Vila Coqueiros, sempre existirão como camponeses, pois apresentam uma gama de experiências e práticas que não significaram e não significam apenas uma mudança de atividades ao longo dos anos, mas, o desenvolvimento de relações sociais de produção, trabalho e vida, que garante a reprodução dos modos tradicionais rurais. Relações que, portanto, mantêm uma lógica de ser e de viver responsáveis pela permanência na e pela preservação da identidade camponesa.

Essa resiliência emerge como construtor de um modelo de se compreender o desenvolvimento humano, pela dimensão do fortalecimento comunitário e individual do sujeito, tornando então ela, a resiliência, como a capacidade, enquanto camponeses, de se reorganizarem mediante as pressões e continuarem a existir enquanto campesinos.

É nesse campo que reside à importância de se pensar uma sociedade que busque romper com os efeitos negativos e em parte reducionistas da expropriação social de suas tradições. Reconhecemos nesse caminho a necessidade de avançar nos estudos de teorias que expliquem como esses fatores específicos interatuam na vida do indivíduo, propiciando um processo de adaptação resiliente, mas até aqui os aspectos apresentados no trabalho

vislumbram esse papel.

Percebemos que a luta pela autonomia social e de trabalho, mesmo que relativa e pontual, perante as relações capitalistas, produz diversas territorialidades alternativas ao agronegócio canavieiro, as quais ainda não foram consideradas adequadamente pela academia. Para tanto, encontramos territórios o campesinato vivo, não como indivíduos atrasados, presos a um estilo de vida rudimentar, mas com uma estética de vida que se relaciona e paralela com a sociedade capitalista.

É importante destacar que a vida camponesa não se limita na busca pela renda familiar que é a principal responsável pela melhoria crescente e continuada da qualidade de vida e do trabalho. Os camponeses necessitam da garantia de outras dimensões como a relação de convivência com a natureza, a identidade de pertencimento ao local de reprodução da vida familiar, ao local de trabalho e à vida comunitária.

Nas incursões de campo na comunidade foi possível observar rara dedicação a apenas uma atividade, de modo que os membros da família dividem seu tempo entre diversas tarefas e empregos. A estratégia de diversificar a atividade e possuir para ofertar diferentes produtos e serviços, faz com que os camponeses tenham meios para garantir sua renda e sua autonomia. Isso nos leva a pensar então que o campesinato não pode ser entendido como sujeito isolado do mundo, mas deve ser visto como uma classe social que vive inserida na sociedade capitalista, que por sua vez tem a terra e o apego ao lugar como fatores estruturantes de resistência.

Sobre o vínculo com a terra, esse aspecto fica evidente na relação dos moradores locais, que em parte vendem apenas o fruto do seu trabalho. Neste processo de produção e reprodução social destes sujeitos, se esboçam os elementos que compõem a territorialidade local. O sentido de pertencimento comunitário e individual se constrói e é reforçado nas atividades cotidianas de reprodução da vida, fortemente marcada pelo apego a terra, pela relação presenciada de parentesco, vizinhança e afinidade.

Essas últimas relações, de parentesco e afinidade, ajudam a aumentar a capacidade de adaptação das famílias, uma vez que os agricultores costumam recorrer aos que estão próximos em caso de necessidade, além de trocarem experiências e conhecimento sobre a produção agrícola. Contudo, observou-se que há uma necessidade de fortalecimento das redes e espaços de capacitação para melhorar a produção e comercialização, seja através da assistência técnica, dos sindicatos, cooperativas e programas e/ou projetos que busquem disseminar tecnologias e experiências adequadas.

Entendemos que os modos de vida e as práticas sociais camponesas apontam para uma

resistência que não está articulada a enfrentamentos diretos, mas sim a ações localizadas espacialmente. Por isso, a dimensão territorial camponesa é importante para reconhecer tais formas de resistência.

As comunidades tradicionais, como a da Vila Coqueiros costumam reproduzir um conjunto diversificado de condições sociais que lhes proporciona capacidade de reação às mudanças impostas pelo capital. Diante dessa situação, o restabelecimento de estratégias de ação coletiva ou familiar em regiões dominadas por grandes estabelecimentos canavieiros apresenta-se como uma condição indispensável para que a estratégia de trabalho seja empregada no desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças impostas pelo agronegócio.

Na área de estudo, em especial nos grupos familiares e por afinidade, percebemos elementos que norteiam a vida camponesa na comunidade expressos por meio da família, do trabalho, da terra. Estes elementos criam uma base na construção e autonomia desta comunidade como camponesa. Pois, por meio da família são tecidas todas as relações em comunidade, sejam elas sociais ou culturais, é por meio da aliança da afinidade e/ou familiar que se dá o trabalho nas roças e em comunidade.

Como forma de resistência dos modos de vida camponesa, percebemos que eles não se limitam tão somente à dimensão produtiva agropecuária e comercialização de produtos, estando vinculados a aspectos de unidade local como de vizinhança que se reúne para trabalhos mútuos, festejos religiosos locais.

Nesse momento as Igrejas, católicas e evangélicas, ou Centros espíritas, assumem grande importância porque em torno delas gira a vida da comunidade, indicando uma relação de união porque são locais de sociabilização, tornando-se núcleos centrais da comunidade. A integração ocorre com visitas e auxílio mútuo entre as famílias de mesma religião, em esforços para cuidar de seus membros. Essas ações comunitárias são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por tendências políticas e ideológicas, aspectos que reforçam a prática de resistência a agentes causadores de mudança social, inerentes ao agronegócio canavieiro.

A valorização da Igreja pode ser também observada no interior das casas, mais especificamente atentando à presença constante de imagens santas, como de calendários, exposto em sua maioria em um local importante de convívio da família como a sala ou área de refeição, geralmente no espaço da cozinha, sendo frequentemente consultado, já que são destacadas as atividades, religiosas, como cultos e festas, a serem realizadas ao longo do ano.

Nos rituais festivos, ligados em grande parte aos aspectos religiosos, se apresentam

relações de hierarquias por gêneros, em que o envolvimento da família e da comunidade no desempenho de tarefas preparatórias da festa toma como referência a posição ocupada por cada um dos elementos no sistema familiar, ocorrendo uma divisão das esferas de intervenção de homens e mulheres. Assim, os rituais festivos e religiosos têm dinâmicas próprias, constituindo-se como atos materializados como espaços em que se interligam elementos de compartilhamento da vida em comunidade e exemplos da territorialização camponesa.

A escola na comunidade também representa um alicerce social, pois é percebido além de apenas um campo de troca/formação de conhecimentos e adentra uma esfera emocional, onde permeiam outros tipos de trocas, principalmente as afetivas. Essas instituições passam a ser locais que as raízes tradicionais podem ser mantidas, valorizadas e reproduzidas, tornando-se um espaço de valorização e continuidade a formação familiar.

É na escola da Vila Coqueiros que a grande maioria dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos e competências que dificilmente poderão aprender noutros contextos. Por isso essa instituição tem desempenhado um papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades locais baseadas no conhecimento histórico, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais comunitários. Além do mais, para os alunos, a escola constitui uma oportunidade única para romper com situações econômicas e sociais impostas, desfavoráveis e precárias.

Percebemos, também, manifestações da cultura camponesa através de diferentes formas, desde a produção a criação de animais tradicionais ou caipiras juntamente com animais considerados de raça melhor para a venda e alimentação, ou do mesmo modo como algumas famílias fazem o pão, através do fermento da batata e assando em fornos de barro, ou ainda a conservação de carnes na gordura retirada do próprio animal, como a de porco. Hábitos que corroboram para consolidar formas de manutenção dos modos tradicionais camponeses.

Percebemos na comunidade elementos de fortalecimento das raízes culturais tradicionais com a existência do resgate da produção de alimentos tradicionais, como doces e queijos, a produção das próprias sementes, até os hábitos e costumes, incluindo o incentivo às músicas típicas do campo como as “modas de viola”, a valorização de símbolos do universo camponês como chapéus de palha, carroças, ferramentas, bem como a das danças, comidas, ou seja, manifestações culturais que o empreendimento não conseguirá romper.

A resiliência se manifesta ainda no jeito próprio de falar de seus moradores, na comida feita no fogão a lenha em algumas residências, os quadros afixados com imagens da unidade familiar, o chefe da casa e seus dependentes, nos chamados retratos de família. As imagens

santas postas na entrada das casas como forma de abençoar, acolher e respeitar, como também as entrevistas regadas a chás caseiros como modos de acolher e também de medicar, não irão desaparecer na essência do grupo comunitário, independente do avanço agrícola do empreendimento.

No campo produtivo, foi percebido que alguns camponeses locais, têm procurado implementar uma agricultura defensiva tradicional, quando comparado ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, tecnologias provenientes de instituições capitalistas. Isso ocorre com a utilização de instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas tradicionais ou elaboradas pelos próprios agricultores.

Nesse campo é verificada na produção a existência de conhecimentos sobre o clima e calendário agrícola para planejar a produção, fatores que (re)significam as tradições, com os manejos e semeadura feitos levando em consideração momentos lunares e ou direções dos ventos. Os métodos naturais de combate às pragas, dentre outras atividades desenvolvidas nos pequenos lotes e áreas agrícolas próximas, indicam uma organização de produção alternativa e defensiva entre os moradores agricultores que procuram depender cada vez menos do modelo do agronegócio.

Temos a convicção que o campesino constrói sua própria história no emaranhado campo de forças do agronegócio. Eles estão inseridos em uma sociedade moderna, uma vez que o processo de modernização e tecnificação foi acompanhado de uma substituição dos atores sociais envolvidos na produção agrícola, que eram os camponeses. Mas esse, campesino, o faz recorrendo à sua própria experiência de vida, procurando (re)significar e adaptar-se, aos novos embates e desafios do desenvolvimento rural.

É fato que a comunidade e seus moradores encontram-se expostos aos riscos ambientais, sociais e econômicos do progresso, provenientes tanto da atividade agrícola da cana como da unidade fabril, causam efeitos negativos à produção tradicional e afetando os meios de subsistência da população.

A região também sofre com o risco de contaminação dos recursos hídricos e de solos agricultáveis, ainda não arrendados para a produção canavieira. Todavia, analisando a resiliência, observa-se que para a obtenção de renda, os moradores encontram formas agrícolas de se reproduzirem e trabalhar. Tendo também, parte dos moradores, conseguindo recursos através de aposentadorias, programas sociais ou em atividades realizadas mais distante da comunidade que, por sua vez, permitem dar continuidade a vida local.

Claro que esse é um aspecto observado, mas faz-se necessário, dar continuidade aos estudos sobre a vulnerabilidade da agricultura e das tradições de comunidades camponesas,

com a identificação de outras características pontuais, para que alternativas de trabalho e vida sejam coerentes com necessidades, anseios dos moradores/agricultores e com as potencialidades desses. Mesmo assim acredita-se que o fortalecimento da agricultura familiar possa colaborar para a segurança de sobrevivência da população e consequentemente para preservar o conhecimento tradicional e a cultural local.

Assim, é possível inferir que o avanço do agronegócio canavieiro local representa uma decisão que muitas vezes leva a um processo de desterritorialização sem precedentes para camponeses que vivem em locais onde os grandes projetos se materializam é um erro.

As comunidades camponesas, como a Vila dos Coqueiros, não se dissolvem como se não passassem de um amontoado de coisas sujeitas ao interesse do grande empreendedor sedento de reunir e se apropriar cada vez mais de terras para sua produção. Dinâmicas e estratégias de resistência são estabelecidas, cujas formas de enfrentamento são criadas em sua essência pelo histórico e modos tradicionais de vida e trabalho.

Com isso, o conjunto de informações, experiências vividas em campo, conversas formais e informais junto aos moradores de Vila Coqueiros, são suficientes para que possamos endossar nossa tese com a máxima de que os Camponeses continuarão existindo, apesar das investiduras e pressões do grande empreendimento canavieiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** SPMR / Campinas, Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992. 275 p.

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil.** p. A3. 2001. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicações/artigo-e-trabalhos/gzm014rurterr2.pdf>> Acesso em jun de 2016.

ADGER, W. N. Social and ecological resilience: are they related? **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 3, p.347-364, 2000. Original em Inglês. <https://doi.org/10.1191/030913200701540465>

ADGER, W. N. Vulnerability. **Global Environmental Change**, v.16, p.268-81, 2006. Original em Inglês. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.02.006>

ADGER, W. N.; VINCENT, K. Uncertainty in adaptive capacity. **C. R. Geoscience**, v.337, p.399-410, 2005. <https://doi.org/10.1016/j.crte.2004.11.004>

AÉCIO e presidente do BID visitam usinas no Triângulo. **Agência Minas**, Belo Horizonte, 13 set. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.noticiasantigas.mg.gov.br/governador/galerias/aecio-e-presidente-do-bid-visitam-usinas-no-triangulo-3/>> Acesso em jan de 2016.

AÉCIO nega redução do ICMS na venda de álcool combustível. **Agência Estado**, São Paulo, 21 maio 2007. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/03/19/internas_economia,629137/alcool-volta-a-competir.shtml> Acesso em dez de 2015.

AGUIAR, M. Histórico: Iturama. **IBGE**. São Paulo, 25 jun. 2007.

ALBUQUERQUE, R. H. P. L. de. **O complexo agroindustrial: uma primeira avaliação técnico-econômica.** Ensaios FEE. Porto Alegre, v.5, n.1, p.121-134, 1984.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, p. 33-55. 1997.

ALVES, José. **A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares:** uma análise das Comunidades Rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

ANDRADE, José Mário Ferreira; DINIZ, Kátia Maria. **Impactos Ambientais da Agroindústria da Cana-de-açúcar:** Subsídios para a Gestão. Monografia, USP-ESALQ, 2007.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995. 135 p.

ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**. São Paulo: UNESP, 1994. 250 p.

ARAÚJO, N. B. de et al. **Agribusiness: O Complexo Agroindustrial Brasileiro**. São Paulo, Abag, 1992.

ARGOLLO FERRÃO, A. M. **Arquitetura rural dentro do contexto dos estudos sobre patrimônio e paisagens culturais**. Campinas: Barcelona [ESP]:ETSAB-UPC, 2004, p.p. 8-29.

ÁVILA, Silvia A. **Efeitos Socioeconômicos da Expansão da Cana-de-açúcar no Vale do São Patrício**. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

AZEVEDO, L. Minas Gerais elimina queima de cana-de-açúcar em 2014. **Pastoral do Migrante**, Guariba, 25 de set. 2008. Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/cana/colheita/minas-gerais-elimina-queima-cana-290615/>>. Acesso em out de 2015.

BACCARIN, J. G.; CASTILHO, R. C. A geração de energia como opção de diversificação produtiva da agroindústria canavieira. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 4., 2002, Campinas. **Anais...** Campinas: AGRENER, 2002. não paginado.

BAER, W. **A economia brasileira**. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002. 509 p.

BARROSO. Aberto o processo de CCT dos cortadores de cana de Campo Florido – safra 2008/2008. **MTL-DI**, São Paulo, 31 maio. 2008.

BAXTER, Brian. **Alienation and Authenticity**. UK: Tavistock. 1982. Original em Inglês.

BDMG oferece Programa para o Setor Sucroalcooleiro. **BDMG**, Belo Horizonte, 11 out. 2006. Reimpresso.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 1986, 2006. Original em Espanhol.

BENETTI, M. D. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. **Indicadores econômicos FEE**, v. 36, n.4, 2009.

BERKES, F. Understanding uncertainty and reducing vulnerability: lessons from resilience thinking. **Nat Hazards**, v. 41, p.283-295, 2007. Original em Inglês. <https://doi.org/10.1007/s11069-006-9036-7>

BERNADELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. Presidente Prudente. 2004. 384 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org). Cidade

e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.33-52.

BHABHA, Homni. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BICHARA, J. M.; P. FILHO, J. Aspectos gerais do gerenciamento ambiental da agroindústria canavieira. **Saneamento Ambiental**. n.11, v.1, pp. 14-23, Dez./Jan. 1991.

BID empresta US\$ 269 milhões para três usinas de etanol brasileiras. **BID**, Washington, 23 set. 2008. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2008-07-23/bid-empresta-us-269-milhoes-para-tres-usinas-de-etanol-brasileiras,4696.html>> Acesso em jun de 2016.

BNDES financia energia a partir do bagaço da cana. **AGROCLUBES**, São Paulo, 01 out. 2001. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2008-07-23/bid-empresta-us-269-milhoes-para-tres-usinas-de-etanol-brasileiras,4696.html>> Acesso em maio de 2016.

BNDES volta a financiar lavouras de cana-de-açúcar. **BNDES**, Brasília, 17 set. 2004. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-04-05/bndes-financia-geracao-de-energia-partir-do-bagaco-da-cana-de-acucar>> Acesso em 13 mar de 2015.

BOM DIA RIO PRETO. Fiscalização multa 19 empresas do setor sucroalcooleiro na região. 2007. Impresso.

BORTOLETO, E. M. **A implantação de grandes hidrelétricas**: desenvolvimento, discursos e impactos. 2001. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/biblioteca_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf>. Acesso em 06 set de 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOURSCHEID, P. J. PROÁLCOOL quem paga a conta?. **Cadernos do CEAS**, n. 117, Salvador/Bahia, set./out. 1988, p. 67-72.

BRASIL incentiva a expansão do mercado de biocombustíveis. **FOME ZERO**, Brasília, 13 mar. 2007. Disponível em: <<http://cnc.org.br/noticias/brasil-incentiva-expansao-do-mercado-de-biocombustiveis>>. Acesso em 22 out de 2014.

BRAY, S. C. A política do Instituto do Açúcar e do Álcool na década de 70 e seus reflexos na área canavieira do Vale do Paranapanema (SP). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 61, São Paulo, 2º sem. 1984, p. 105-117.

BRAY, S. C. ; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. Marília: UNESP, 2000. 104 p.

BRITO, A. Amazônia em risco: cana avança sobre a floresta. **Movimento nacional de direitos humanos (MNDH)**. Boletim. outubro 2007.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. Seleção e tradução de M. Dascal; O. Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CAMPOS, Natália Lorena. **Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG.** 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

CANASAT. Monitoramento de cana-de-açúcar via imagens de satélite. 2013. Disponível em: Disponível em: <www.inpe.br/canasat>. Acesso em 20 dez de 2014.

CANDIOTTO Luciano Zanetti Pessôa; CORRÊA, WalquiriaKruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **Campo-Território: Revista de geografia agrária.** v.3, n. 5, p. 214-242, fev/2008.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade no Campo:** o caso francês. RBCS/Anpocs, n. 32, ano 11, out., 1998.

CARPENTER, S. et al. From Metaphor to Measurement: Resilience of What to What? **Ecosystems**, p.765-781, 2001. Original em Inglês. <https://doi.org/10.1007/s10021-001-0045-9>

CASTRO, A. C; FONSECA, M. G. O potencial do agribusiness na fronteira. **Revista de Economia Política**, São Paulo. v. 14, n. 1, jan. Nobel. 1994.

CASTRO, S. S. de; ABDALA, K.; SILVA, A. A.; BORGES, V. A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia: CEGRAF UFG, 2010.

CINNER, J.; FUENTES, M. M. P. B.; RANDRIAMAHAZO, H. Exploring Social Resilience in Madagascar's Marine Protected Areas. **Ecology And Society**, v. 14, n. 1, p.1-20, 2009. <https://doi.org/10.5751/ES-02881-140141>

CLEPS JR., J. Concentração de poder no Agronegócio e (des)territorialização: os impactos da expansão recente do capital sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, n. 31, v. 10, set. 2009.

COELHO, Marília. **Memória, Identidade e Resistência Cultural.** 1999. 323 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, 1999.

COLOGNESE, S. A., MÉLO, J. L. B. de. A Técnica de Entrevista na Pesquisa Social. In: Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre,PPGS/UFRGS, v. 9, 1998.

CONTAG. Contag defende direito dos trabalhadores da cana. **CUT**, Brasília, 9 nov. 2007. Disponível em <<http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=1497&mt=1&nw=1&ano=&mes=>>. Acesso em jan de 2014.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística.** São Paulo: Edgard Blücher, 1977. 264 p.

COTANDA, F. C. et al. Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, C.R.J; GUAZZELLI, C.A.B. **Ciências Humanas:** pesquisa e método. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

COUTU, Diane L. How Resilience Works. **Harvard Business Review** , May, 2002. Original em Inglês.

CURI, W. F. **Eficiência e fonte de crescimento da agricultura mineira na dinâmica de ajustamentos da economia brasileira.** 1997. 110 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1997.

DEBATE na ALMG desmistifica monocultura da cana-de-açúcar. **ALMG**, 30 out. Belo Horizonte. 2007. Impresso.

DEJOURS, C e ABDOUCHELI, E. **Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho.** In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (Org.) – Psicodinâmica do Trabalho – contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas. 1994.

DELBONI, R. Responsabilidade Social empresarial. Artigo. **Revista Opiniões**, julho-setembro/2007.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e a agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1985. 240 p.

DERREOU, Max. **Geografia Humana.** v.2. Lisboa: Presença. 1973.

DIEGUES, A. C. As populações tradicionais: conceitos e ambigüidades. In: DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

DIEGUES; Antonio Carlos; ARRUDA; Rinaldo S.V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

D'INCAO, Maria Conceição. **O “bóia-fria”: acumulação e miséria.** 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

DINIZ, B. P. C. **O grande cerrado do Brasil Central:** geopolítica e economia. São Paulo. 2003. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SYDOW, E., MENDONÇA, M. L. (Orgs.) **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.** São Paulo, 2009, 278 p.

DOMINGUES, Alex Torres. **A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro.** 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Ciências Humanas: Dourados, MS : UFGD, 2010.

DUARTE, Fernanda Goulart, **A Expansão da Produção Canavieira e as Transformações Socioeconômicas e Ambientais em Rio Brilhante/MS:** Diferentes Olhares. 2011. 182. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

EID, F; CHAN, K.; PINTO, S. S. Mudanças tecnológicas e co-geração de energia na indústria sucroalcooleira. **RECITEC**, Recife, v. 2, n. 1, não paginado, jan. 1998.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 13, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/400>>. Acesso em 01 dez

de 2014.

ESPÍNDOLA, A. Em Minas, trabalhadores rurais garantem conquistas com greve. **MTL-DI**, São Paulo, 20 fev. 2008. Disponível em: <<http://mtl-di.blogspot.com.br/2008/02/em-minas-trabalhadores-rurais-garantem.html>>. Acesso em 01 out de 2010.

FAO. **The State of Food and Agriculture**. 2008.

FERNANDES, A. Nenhuma das usinas anunciadas saiu do papel. **Correio de Uberlândia**, p.8, 21 de ago. 2011. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/nenhuma-das-usinas-de-cana-de-acucar-anunciadas-saiu-do-papel/>>. Acesso em 21 jan de 2012.

FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973. p. 82-144.

FERREIRA NETO, J. A. **Lideranças sindicais e ação coletiva**: a FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais. 1998. 263 f. Tese (Doutorado)-Políticas de Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FERREIRA, A.D.D. Agricultores e Agroindústrias: Estratégias, adaptações e conflitos. **Reforma Agrária**. Campinas - ABRA n.2-3, v.25, p86-112, 1995.

FISHER, G.; SHAH, M.; VELTHUIZEN, H. V. **Climate Change and Agricultural Vulnerability**. Joanesburgo: IIASA Publications, 2002. Original em Inglês.

FLORIANI, N.; RIOS, F. T.; FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. **Polis, Revista Latinoamericana**, Santiago – Chile, v. 12, n. 34, p. 73-94, 2013.

FORTANELLA, B. J. B.; RICAS, R.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 17-27, jan. 2008

FRANÇA, M. C.; MEDEIROS, C. N. Estudo Comparativo da Estrutura Fundiária do Rio Grande do Norte Período 1985-1995. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: EABEP, 2002. p.1-23.

FRAZÃO, L. A. **Conversão do Cerrado em pastagem e sistemas agrícolas: efeitos na dinâmica da matéria orgânica do solo**. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)-Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007.

FREITAS, R. O. Iturama é notícia. **FriengPages**, Tairiro, 28 out. 2001.

FREITAS, R. L; CLEPS JUNIOR, J. A territorialização do setor sucroenergético e o agrohidronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Revista Pegada** – vol. 13 n.1 junho. 2012.

GALLENDE, Emiliano Subjetividad y resiliencia: del azar y la complejidad In: MELILLO, ALDO; OJEDA, E. N. S.; RODRIGUÉZ, D. (Org.) **Resiliencia y subjetividad**: los ciclos de

la vida. Buenos Aires: Paidós. 2004.

GARCÍA-TORNEL, Francisco Calvo. Algunas cuestiones sobre Geografía de los Riesgos. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 10. 11p. 1997.

GARLIPP, A. A. P. B .D.; ORTEGA, A. C. A modernização da agricultura e a evolução do emprego no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. v. 2, p.895-907.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULIANI, G. M. Neo ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, v. 5, n.14, p.59-67. 1990.

GOIÁS é o destaque no avanço da cana. **Açúcar-Ético**, São Paulo, 13 out. 2006.

GOMES DA SILVA, J. Proálcool e Questão Agrária. **Cadernos do CEAS**, n. 77, Salvador/Bahia, jan./fev. 1982, p. 8-17.

GOMES, R. M. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2004.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980, São Paulo: HUCITEC, 1997. 248 p.

GONÇALVES, D. B. Aspectos Ambientais da Produção Canavieira no Estado de São Paulo. In: **Problemáticas e desafios da indústria sucroalcooleira brasileira no século 21**, São Paulo. Açúcar Ético. São Paulo: sucre-ethic, 2006.

GONÇALVES, D. B. O município frente ao desafio da sociedade sustentável. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL**: o desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 2004. Rio Claro. Rio Claro: UNESP, 2004.

GONÇALVES, J. S. A eficiência setorial de longo prazo e a concentração da terra e da renda no complexo sucroalcooleiro paulista. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.2, n.38, p.69-115, maio 1991.

GOODMAN, D.; SORJ, B. & WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias**. Agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.191 p.

GOOGLE EARTH-MAPAS. 2014. Disponível em: <<http://mapas.google.com>>. Acesso em: 12 fev de 2015

GROTBORG, Edith Henderson. Introdução: Novas tendências em resiliência. In: MELILLO, A; OJEDA, E. N. S. e colaboradores. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, p. 15-22. 2005.

GROTEBERG, E. Novas tendencias en resiliência, 2005. In : MELILLO, A.; OJEDA, E. **Resiliencia**: descubriendo las propias fortalezas. Buenos Aires: Paidós. 2005

GRUPO móvel e MPT resgataram mais de 100 trabalhadores em condições degradantes. **PRT**, Brasília, 16 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.prt3.gov.br>>. Acesso em 22 set de 2011.

GUERCIO, M. A. F. S. **Os canavieiros de Rio das Pedras – SP**: vida e trabalho. Franca. 2001. 251 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

GUILHOT, N. **Financiers, philanthropes**: Vocations éthiques et reproduction du capital Wall Street depuis 1970. Paris: Raisons d'Agir/Cours et travaux, 2004. Original em Francês.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz a Terra, 1979. 362 p.

HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, p.37- 46, jan./jun. 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a. 400 p.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004b. 171 p. p. 87-120.

HAUGUENAUER, L.; PROCHNIK, V. (orgs.) **Identificação de Cadeias Produtivas e Oportunidades de Investimento no Nordeste do Brasil**, Banco do Nordeste, Fortaleza, 2000

HOUTART, François. **La Agroenergia**: solución para el clima o salida de la crisis para el capital. Ruth Casa editorial La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 2009. Original em Espanhol.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IHU ONLINE. O cerrado é o veio natural da expansão sucroenergética no Brasil. 2011 Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500475-o-cerrado-e-o-veio-natural-da-expansao-sucroenergetica-no-brasil-entrevista-especial-com-joao-humberto-camelini>>. Acesso em 21 mar de 2012.

IGREJA, A. C. M. e tal. Fatores locacional e tecnológico na competição cana versus pecuária para as regiões geográficas brasileiras. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 89-103, jul./dez. 2008.

INFANTE, Francisca. La resiliencia como proceso: una revisión de la literatura reciente. 2005 In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio N. S. **Resiliencia**: descubriendo las propias fortalezas. Buenos Aires: Paidós. 2005. Original em Espanhol.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem Populacional**.

2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Municipais**. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. 2015

ITAPAGIPE. **Nossa História**. v.1. 1 ed. 1993.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

JUAN, S. **Os Níveis de Análise Sociológica dos Sistemas de Representação e Práticas Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, Porto, n.21 (Sub) urbanismo e modo de vida. 1995.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da Silva; DESLANDES, Suely Ferreira. Resiliência e maus-tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, v.19, n.1. 2009

KAGEYAMA, A. (Org.). **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, 1987. 121 p.

KAGEYAMA, A.; SILVA, J. G. **A Dinâmica da Agricultura Brasileira: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, 1988.

KAUSTKY, Karl, **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1968.

KAYSER, Bernard. **A cultura uma alavanca para o desenvolvimento local**. 1990.

LACASCADE, Jean-Louis. Reémergences actuelles du thème des modes de vie. In: **Réseau modes de vie**. Paris, CNRS, p. 147-204. 1984. Original em Francês.

LAMARCHE, Hugues. **Rural et Agriculture ou l'histoire d'un impossible divorce**. Paris, 2000. Original em Francês.

LANGE, A. **Manejo da adubação nitrogenada na cultura de milho após cultivo da soja em sistema de semeadura direta no Cerrado**. 2006. 137 f. Tese (Doutorado em Ciências)-Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007.

LARANJEIRA, Carlos Antonio Sampaio de Jesus (2007, julho/setembro) **Do vulnerável ser ao resiliente envelhecer: revisão da literatura**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.23, n.3. 2008.

LAUSCHNER, Agroindústria cooperativa como agente de modernização da empresa rural. In: Anais do I Sem. de Modernização da Empresa Rural. Brasília, BINAGRI, 1979, v1, p. 155-172

LÉFÈBVRE, Henri. **Du Rural à L'Urbain**. Paris: Anthropos, 1970. Original em Francês.

LIMA, J. S. **A modernização da agricultura e as implicações nas relações de trabalho no campo:** os trabalhadores volantes no município de Fernandópolis – SP. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

LINDNER, Michele. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine,** Rio Grande do Sul. 2011. 208 f. Tese (Doutorado pela Universidade de Estadual Paulista). Rio Claro (SP), 2011.

LORA, E. S. **Controle da poluição do ar na indústria açucareira.** Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil – STAB, 2000.

LOURENÇO, Luciano. Riscos naturais, antrópicos e mistos. **Territorium**, 14, 2007. p. 109-113. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T14_artg/T14NNR01.pdf>. Acesso em 21 maio de 2015.

LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital: estudo sobre a **interpretação econômica do imperialismo.** Tradução de M. Bandeira, 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MAFFEZOLI, Michel. **A transfiguração do político – a tribalização do mundo.** Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

MALASSIS, L. **Economie agro-alimentaire** - Tome I - Economie de la consommation et de la production agro-alimentaire, Cujas, Paris, 1973. Original em Francês.

MALVEZZI, A carreira profissional ainda depende de ascensão na hierarquia do poder? **Marketing Industrial** , v.1, n.1, p.30-40, jul./set. 1995.

MAPA. **Banco de dados:** Custos e produção. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2015.

MAPA. **Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010.

MAPFUMO, P., ADJEI-NSIAH, S., MTAMBANEN GWEB, F., CHIKOWO, R., GILLER , K. E. (2013) Participatory action research (PAR) as an entry point for supporting climate change adaptation by smallholder farmers in Africa. **Environmental Development** 5, p. 6–22, 2013. Original em Inglês. <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2012.11.001>

MARAFON, G. Industrialização da agricultura e formação do complexo agro-industrial no Brasil. GEO-UERJ: **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n.3, p.7-21, jun. 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. **In:** Anais XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectiva para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas. v. 11, n. 1, p.41-60 jan./jun. 1994. REBEP..

MARTINE, G; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo:

Caetés, 1987. 271 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso:** Uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, J. S. **A chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1985.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo** (estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil). São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência** – a política no campo. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MASTEN, A. Ordinary magic: Resilience process in development. **American Psychologist**, 56, 227-238. 2001. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.227>

MATIOLI, C. S.; MENESES, J. A. Otimização dos sistemas de aplicação de resíduos na lavoura. In: Reunião Técnica Agronômica, Piracicaba, 1984. **Anais...** COPERSUCAR, pp. 67-70, 1984.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidades e resiliencia socioambientais urbanas: inovações na analise geográfica. **Revista da ANPEGE** (UFPR), v. 7, n. 1, número especial, p. 111-118, 2011.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria I. P. de. (Org.). **Sociologia Rural.** RJ: Jorge Zahar, 1969. p.33-61.

MINAS GERAIS. Secretaria de Acompanhamento Econômico. **Realidade e perspectivas do setor sucroalcooleiro de Minas com foco no desenvolvimento social e econômico.** Belo Horizonte, [200-]. 20 p.

MINGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do <<urbano>> e do <<rural>>: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. São Paulo, 1987.

MIOTO, R. C. T. Família e serviço social: contribuição para o debate. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.55, p.115-130, 1997.

MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais, ruralidades no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 65-88.

MORENO, Camila. Agroenergia X Soberania Alimentar: a Questão Agrária do século XXI. **Dinheiro Rural**, ano III, número 25, pág. 76-77, novembro de 2006.

MORETTI, Edvaldo Cesar. **Bionergia:** Preservar a natureza para salvar a tecnologia. Premissas, 2010.

MOTTA, Renata. Sociologia de risco: globalizando a modernidade Reflexiva. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 22, jul./dez. 2009, p. 384-396. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/9653/5524>>. Acesso em 22 maio de 2014.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MÜLLER, G.; MAGALHÃES, L.C.; VIAL, S.A.H. As relações micromacro e a noção de complexo agroindustrial. **Rascunho**. Araraquara, 4: 1-39, 1989a.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989b. 149 p.

NELSON, D. R.; ADGER, N.; BROWN, K. Adaptation to environmental change: contributions of a resilience framework. **The Annual Review of Environment and Resources** 32, 2007, p. 395-419. Original em Inglês. <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.32.051807.090348>

NEVES, M. F.; WAACK, R. S.; MARINO, M. K. O sistema agroindustrial de cana-de-açúcar: caracterização das transações entre empresas de insumos, produtores de cana e usinas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, 1998, Poços de Caldas: Anais. Brasília, DF: SOBER, p. 559-572. 1998.

NOVAES, R. Canavieiros da Paraíba: trajetórias de lutas e identidade social. In: ENCONTRO DOS GRUPOS TEMÁTICOS, 13, 1988, Botucatu. **Anais...** Botucatu: PIPSA, 1988, volume IV.

NOVEMBER, Valérie. Le risque comme objet géographique. **Chantiers de géographie du Québec**. Quebec, v. 50, n. 141, Dez. 2006, p. 289-296. Original em Francês. Disponível em: <<http://espri.epfl.ch/webdav/site/espri/shared/pdf/Le%20risque%20comme%20objet%20g%C3%A9ographique.pdf>> . Acesso em 22 out de 2014.

NOVEMBER, Valerie. **Les Territoires du risque**: le risque comme objet de refléxion géographique. Berna: Lang, 2002. Original em Francês. Disponível em: <<http://developpementdurable.revues.org/1319?lang=en>>. Acesso em 18 dez de 2014.

NUNES, E. M. et al. Reforma agrária de desenvolvimento rural no nordeste: A experiência do Estado do Rio Grande do Norte. In: Congresso da SOBER, 44, 2006, Fortaleza. Porto Alegre, 2006, p. 1-20.

NUNES, JR. D. et al. **Indicadores agrícolas do Setor Sucroalcooleiro safra 2003/2004**. Ribeirão Preto, Grupo IDEA, p. 111, 2004.

O BRILHANTE futuro da cana. **Exame**, São Paulo, n.927, p.9.set. 2008.

OLIVEIRA, A. M. S. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado**: gestão do trabalho e certificação ambiental. Presidente Prudente. 2003. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, A. U. Os Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos. In: SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. (Org.). **A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais**. 1a. ed. São Paulo/Marilia: CulturaAcadêmica/Oficina Universitária, 2011, v. 1, p. 159-180.

OLIVEIRA, Izabel Cristina Carvalho, **Impactos econômicos e sociais dos biocombustíveis – a expansão da produção de cana-de-açúcar em Minas Gerais**. 2010. 132. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

OLIVEIRA, M. E.; GONÇALVES NETO, W. PROÁLCOOL: alternativa ao petróleo? (1975-1980). **Horizonte Científico**, Uberlândia, v.2, n.2, set. 2003. ISSN: 1808-3064. Disponível em: <<http://www.propp.ufu.br/revistaelectronica>>. Acesso em 21 fev de 2014.

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005. 270 p.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Alínea/EDUFU: Uberlândia, 2008. 244 p.

PASIN, R. M.; NEVES, M. F. **Fusões, aquisições e internacionalização da agroindústria sucro-alcooleira**. 2001. 9 p.

PAULA, S. Quando o campo se torna uma experiência urbana. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 17. Out. 2001.

PENEDO, Antonio Sérgio Torres. **Limites e possibilidades do balanço social**. 2011. 188 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

PEREIRA, E. A. A. **A empresa e o lugar na globalização: a responsabilidade social empresarial no território brasileiro**. 2007. 205. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. Rio Claro. 239 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

PESSÔA, V. L. S. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 1982. 161 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP /Rio Claro, 1982.

PINHEIRO, Débora Patricia Nemer. A resiliência em discussão. **Psicologia em Estudo**, v.9, n.1. 2009

PINTO, E.; MELO, M.; MENDONÇA, M. L. **O Mito dos biocombustíveis**. 2007.

PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Brasil, território da desigualdade**: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 181p.

PLÁCIO JR. J. Expansão do monocultivo de cana no Brasil. **CPT PE**, Recife, jan. 2008. Entrevista concedida a Michelle Amaral.

QUEDA, O. **A intervenção do estado e a agro-indústria açucareira paulista**. Piracicaba. 1972. 173 f. Tese (Doutorado em Agronomia)-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo, 1972.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RALHA-SIMÕES, Helena. **Resiliência e desenvolvimento pessoal.** Tavares, J. (org). Resiliência e Educação. São Paulo: Cortez, 2001. p. 95-113.

RAMBAUD, P. **Societé Rurale et Urbanisation.** Paris: Seuil, 1969. Original em Francês.

REDFIELD, Robert. **The Little Community and Peasant Society and Culture.** Chicago: Midway Reprint, 1956. Original em Inglês.

RESOLUÇÃO Estadual determina que transporte de trabalhadores seja feito em ônibus ou microônibus. **FETAEMG**, Belo Horizonte, 16 set. 2008.

REZENDE, G. C.; GOLDIN, I. **A agricultura brasileira na década de 80:** crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119 p.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). (2004) - **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE. 171 p. p.121-147.

RIBOT, J.C.; NAJAM, A.; WATSON, G. Climate variation, vulnerability and sustainable development in the semi-arid tropics. In: (Eds.) RIBOT, J.C.; MAGALHÃES, A.R.; PANAGIDES, S. S. **Climate Variability, Climate Change and Social Vulnerability in the Semi-Arid Tropics.** Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido e Nova Iorque, 1996, p. 13-54. Original em Francês. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511608308.004>

RODRIGUÉZ, Daniel. **El humor como indicador de resiliência.** 2005 . In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio N. S. Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas. Buenos Aires: Paidos. 2005. Original em Espanhol.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (Org.) **Manifestações da Cultura no Espaço.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ. 1999.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2005.

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J. ; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook , 2002. p. 27-42.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território:** Revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

RUAS, D. G. G. **O processo da concentração das unidades sucroalcooleiras do estado de São Paulo:** 1970–1992. Rio Claro. 1996. 230 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

SALLES, L. da S. **Elementos para o planejamento ambiental do complexo agroindustrial sucroalcooleiro no Estado de São Paulo:** conceitos, aspectos e métodos. Dissertação de Mestrado, EESC – USP, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Tempo**

Social, **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n.1-2, p. 31-52, nov. 1994.

SANTOS, J. C. A vivência da pesquisa de campo: instrumento para a compreensão da relação capital x trabalho na agroindústria canavieira na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. **Revista Mirante**, Pires do Rio, v. 1, n. 1, 2006.

SANTOS, J. C.; PESSÔA, V. L. S. A territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP: as tramas do capital e os impactos. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 243-263, fev. 2008.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP. 2008. 174 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1996. 136 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Rosselveld José. Os camponeses da região do Triângulo Mineiro e a Expansão dos agrocombustíveis. **ParaOnde!?**, Porto Alegre, n2, v3. 2009.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. 171 p. p.121-147.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A.F; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 15-32.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 73-94

SARTORE, M. S. **A inserção da responsabilidade social do setor bancário no contexto da governança corporativa**. 2006. 91 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. 2006.

SCANDOLA, Estela. As problemáticas sociais nas empresas. In... III Seminário Científico Brasileiro Açúcar Ético. São Paulo, 2010.

SCHEFFER, R. Falta crédito na cana. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 27 out. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v.18, n.51, p.99-122 , fev. 2003.

SECRETÁRIO diz que etanol não concorre com alimentos em Minas. **SEAPA**. Belo Horizonte. 24 maio 2008. Disponível em: < <http://agricultura.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/442-secretario-diz-que-etanol-nao-concorre-com-alimentos-em-minas>> Acesso em 22 maio de 2014.

SELANI, R. L. **A evolução da cana-de-açúcar no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos e o papel das esferas públicas e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço.** Rio Claro. 2005. 464 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

SEMINÁRIO aponta concentração de terras no Brasil. **SINDSPREV**, Rio de Janeiro, 3 set. 2007. Disponível em: <<http://www.sindsprevrj.org.br/jornal/secao.asp?area=20&entrada=1001>>, Acesso em 17 dez de 2015.

SETOR sucroalcooleiro cresce em 2004 com o apoio do BDMG. **BDMG**, Belo Horizonte, 22 fev. 2005. Impresso.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane. T., FABRINI, João. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHARKSNAS, Thomas; LYNN, Bonnie. The relationship between resilience and job satisfaction in mental health care workers . **Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering** . v.64, n.6-B. 2003. 2963p.

SILVA, A. E. R. **A Territorialização da Agroindústria Sucroalcooleira: o processo de reestruturação produtiva no campo e os trabalhadores canavieiros da fazenda Amália/SP.** 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Arlete Mendes. **Resiliência socioespacial na expansão canavieira do cerrado goiano: a cidade rural de Maurilândia/GO**, Uberlândia. 2014. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia). Uberlândia (MG), 2014.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. 217p

SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

SILVA, José Graziano. O Novo Rural Brasileiro. In: **Revista Nova economia**, Belo Horizonte, n.7, v.1, p. 43-81, maio de 1997.

SILVA, José Graziano. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 210 p.

SILVA, José Graziano. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, n. 43, 2001.

SILVA, M. A. M. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: GIARRACCA, N. (Org.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. 384 p. p. 289-305. Original em Espanhol.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 2, p. 2-39, jan./jun., 2005.

SILVA, Maria Regina Santos. **A construção de uma trajetória resiliente durante as primeiras etapas do desenvolvimento da criança: o papel da sensibilidade materna e do suporte social.** 2003. 166f. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

SILVA, V. P. Grandes projetos e transformação no sentido de lugar. **Caminhos de Geografia.** Uberlândia. v. 8, n. 21, Jun/2007. p. 18 – 28.

SMIT, B.; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. **Global Environmental Change**, v.16, p.282-92, 2006. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.03.008>

SOARES, R. C. M. R. **A particularidade da responsabilidade social no setor sucroalcooleiro de Alagoas.** Maceió. 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco, Maceió, 2003.

SORRE, Max. **Les Fondements de la geographie humaine.** Tome III, L'Habitat. Paris: Librarie Armand Colin. 1952. Original em Inglês.

SOUZA, Iara Fonseca de. **A construção social dos riscos sócio-ambientais causados pelo processo produtivo convencional de cana-de-açúcar um estudo de sustentabilidade sócio-ambiental.** 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010.

SOUZA, E. R.; J. S. SANTOS, Arranjos produtivos dos camponeses da Pedra Lisa: estratégias de existência num lugar cercado pela cana-dea-çúcar. In... XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO.** 2013. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SOUZA, M. A. A dinâmica geográfica da territorialização do agronegócio sucroalcooleiro no Estado do Paraná: notas para um debate. **Caderno Prudentino de Geografia.** n.32, v.1, p.177-201, jan/jun. 2010.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÉA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 352 p. p.77-116.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese de Doutorado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. 171 p. p. 15-36.

STAKE. Robert. E. The Case study method in social inquiry. **Educational Researcher**, v.7, n.2, p.5-8, 1978. Original Inglês. <https://doi.org/10.3102/0013189X007002005>

SZMRECSÁNYI, T. et. al. **Certificação Socioambiental para a Agricultura: Desafios para o Setor Sucroalcooleiro**, EdUFSCar, 2008.

TEIXEIRA J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas. v. 2, n. 2, set. AGB. 2005.

THOMAZ JR, A. As agroindustrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio. **Terra Livre**, v.1, n.1, p. 20-25, São Paulo, 1986. 78 p.

THOMAZ JR, A., **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. 388 p.

TRICHES, R. M., E. FROEHLICH; S. SCHNEIDE. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação escolar no município de Dois Irmaos (RS). In. SCHEINEIDE, Sérgio e Marcio GAZOLLA. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

TRIÑOS, A. N. S. Pesquisa quantitativa. In: TRIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-133.

TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURNER, B. L.; KASPERSON, R. E.; CHRISTENSEN, L. A framework for vulnerability analysis in sustainability science. **Proc Natl Acad Sci**, Washington, p.8074-8079, 2003. Original Inglês.

UNIÃO DA AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA. **Dados Estatísticos**. ÚNICA. 2015.

USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL E BIODIESEL. **Informações**. Bunge. São Paulo. 2016

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F.G. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VERAS, E. C.; SENA, D. J. **A dinâmica da agroindústria sucroalcooleira de Alagoas**: Relatório de Pesquisa. Maceió:UFAL, 1998. Relatório.

VEYRET, Yvette. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007. 319p.

VIAN, C. E. F.; BELIK, W. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro do Centro-Sul. **ECONOMIA**, Niterói. v. 4, n. 1, p. 153-194, jan./jun. 2003.

VIEIRA, R. J. **Restruturação do PROÁLCOOL e continuidade da produção de álcool combustível no Brasil**. 1999. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1999.

VIEIRA, Sofia Lerch. **Gestão para uma comunidade de aprendizes**. In: SEDUC. Gestão

escolar e qualidade da educação. Coleção Gestão Escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005. p. 9-23.

WAACK, Roberto Silva; NEVES, Marcos Fava. **Competitividade do Agribusiness Brasileiro. Volume V. Sistema Agroindustrial da cana-de-açúcar e Sistema Agroindustrial da soja.** Competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar. São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP, Julho, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E. ; TEIXEIRA, O. N. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais:** conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002. p. 39-52.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O agricultor familiar no Brasil:** um ator social da construção do futuro. Agriculturas: experiências em agroecologia, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: Tedesco, João Carlos (org). Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** In: Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.

WOOD, Ellen Meikisins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Cap. IV.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico. 87. Editora Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos.** 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

YUNES, Maria Angela Mattar. Psicologia Positiva e Resiliência: foco no indivíduo e na família. In: AGLIO, Débora Dalbosco Dell; KOLLER, Sílvia Helena; YUNES, Maria Angela Mattar. **Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 45-68.

ANEXOS

ANEXO 1 ROTEIROS DE ENTREVISTA

ANEXO 2 TCLE

ANEXO 3 PARECER CEP

ANEXO 1

ROTEIROS DE ENTREVISTA

ROTEIROS SEMIESTRUTURADOS

MORADORES DA COMUNIDADE VILA DOS COQUEIROS

AGRICULTORES DO ENTORNO DA COMUNIDADE VILA DOS COQUEIROS

DIRECIONAMENTOS PARA ENTREVISTAS

NÃO ESTRUTURADAS

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

MUNICIPAL E DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS

ROTEIROS SEMIESTRUTURADOS

MORADORES DA COMUNIDADE VILA DOS COQUEIROS

ASPECTOS COMUNIDADE

- Como é viver aqui?
- Fale da sua família? O que fazem?
- Vocês costumam visitar as outras comunidades ou as cidades da região? Quais e por quais motivos?
- Como é a vida na comunidade?
- O que é ser cidadão da Comunidade Vila dos Coqueiros?
- De onde vieram às famílias que não moravam aqui?
- Quais são as dificuldades de viver na comunidade?
- Quais foram as transformações ocorridas no modo de vida tradicional?
- Quais são as práticas produtivas que sumiram depois da chegada da cana?
- Há conflitos entre a comunidade e a usina?
- Como vocês acompanharam o processo de vinda da usina?
- Que direitos a comunidade conquistou com a implantação da usina?
- Quais outros usos/atividade produtivas/festas são realizados na comunidade?
- Qual a importância de viver na comunidade?

ASPECTOS LIGADOS AO TRABALHO

- Que atividades realizam para viver na comunidade?
- Você trabalha de empregado? Para quem?
- Quais são os trabalhos/empregos de hoje?
- Existem novas práticas de trabalho na comunidade que antes não existiam?
- Como compõe sua renda mensal?
- Quantos vivem dessa renda?

ASPECTOS DAS REPRESENTAÇÕES

- Uma parte dos moradores da Vila foi embora. Onde estes vivem? O que fazem?
- Qual a importância dos jovens na comunidade?

- O que é a usina para você?
- Como você percebe o processo de crescimento da área da cana?
- Você avalia positiva ou negativa as mudanças na forma de viver aqui com o crescimento da área ocupada cana?
- Isso é bom ou ruim para a comunidade?
- Quais comunidades, órgãos, entidades e organizações participam da rotina da comunidade?
- Os órgãos públicos ajudaram as comunidades a conquistarem benefícios? Quais?
- A comunidade participa das reuniões e decisões tomadas pelo município?
- Existem direitos que a comunidade gostaria de conquistar com a implantação da usina e o crescimento da área plantada de cana?
- Você acha que a comunidade é um território que a usina irá usar?

ASPECTOS DAS PERCEPÇÕES

- Como era a vida na comunidade antes da chegada da usina Itapagipe?
- Havia outras formas de trabalho? Quais?
- Quais foram às mudanças que você percebe entre o tempo de hoje e dos antigos, antes da chegada da usina Itapagipe?
- É possível trabalhar para a usina?
- As novas práticas, ligadas a cana, fazem com que o modo de vida da comunidade tenha se modificado?
- Como vocês percebem o aumento da área de cana no entorno da comunidade?
- Você acha que a comunidade perde com o crescimento das áreas de plantio de cana?
- O que você acha que mudará se as fazendas do entorno alugarem suas áreas para o plantio de cana?
- Qual a importância da usina para a comunidade?
- Há conflitos entre os moradores a favor da usina e contra ela?
- Você tem algum tipo de medo?
- A usina é benéfica ou prejudicial aos moradores?
- Se você pudesse mudar alguma coisa nessa realidade, o que você mudaria?

AGRICULTORES DO ENTORNO DA COMUNIDADE VILA DOS COQUEIROS

- Qual o tamanho da sua propriedade, condição do produtor, se proprietários da terra, meeiro, parceiro ou arrendatário e, especificação dos responsáveis pela gestão do estabelecimento.
- Local de residência, quantos membros da família moram e trabalham no estabelecimento rural, quantos membros da família migraram, quais as razões e local de destino.
- Fatores de produção utilizados, tipo da mão-de-obra empregada e máquinas e implemento utilizados e especificação da origem dos rendimentos que compõem a renda familiar
- Para você, porque a usina canavieira veio para a região?
- Você acha bom ou ruim a vinda da usina canavieira (Usina Itapagipe) para região, por quê?
- Você acha que a vinda da usina para região muda alguma coisa para vocês? E para a região?
- O que alterou na dinâmica dos agricultores, da comunidade Vila dos Coqueiros e do município com a vinda da usina para região?
- Qual o benefício que a agroindústria trouxe para os agricultores, e também para a região como um todo?
- Quais os problemas que a agroindústria trouxe para os agricultores, e também para a região como um todo?
- Quais as medidas que devem ser tomadas para resolver esses problemas e quem vocês acham que é responsável por solucioná-los?
- Participa de alguma entidade de organização social, ou atividade cultural? Se participa, especificar qual a entidade, e a relação estabelecida. (especificar o local onde reúnem os amigos e conversam sobre os problemas do município, como festas, pamonhadas, encontros comunitários)?
- O que você acha que pode acontecer, no futuro, com a permanência da usina na região?
- Que problemas para o meio ambiente a indústria canavieira provoca? Quem são as pessoas mais afetadas por esses problemas e de que forma são afetadas?
- Que problemas sociais a usina causa na comunidade próxima e ao município?

- Quem são as pessoas mais afetadas por esses problemas? De que forma?
- Vocês possuem algum tipo de relação com a usina, através de integração, parceria, prestação de serviço?
- Você é integrado a usina ? (Entender as lógicas do agricultor, que o levou, ou não a se integrar à agroindústria).

DIRECIONAMENTOS PARA ENTREVISTAS NÃO ESTRUTURADAS

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS

- Característica dos serviços prestados e tipo de contato que possui com moradores e os agricultores da Comunidade Vila dos Coqueiros.
- Aceitação local (pelos entrevistados, órgãos de representação local, comunidade como um todo e agricultores familiares) do empreendimento agroindustrial canavieiro.
- Motivos, no entender do entrevistado, que levaram a implantação da usina canavieira na região.
- Perspectiva do entrevistado e da entidade que ele representa, diante desse novo contexto que se configura (Focalizar, principalmente a região e os agricultores).
- Alterações percebidas e observadas decorrentes da implantação da usina na região com consequente expansão da cultura canavieira, para a região e para os agricultores locais.
- Aspectos positivos observados para a região como um todo e para os agricultores e comunidade próximas a usina.
- Aspectos negativos observados para a região como um todo e para os agricultores e comunidade próximas (Prejudicados e qual a natureza do prejuízo).
- Problemas ambientais decorrentes da expansão canavieira são perceptíveis na região e que afetam de forma direta ou indireta para os agricultores e a comunidade próxima.
- Problemas sociais decorrentes da expansão canavieira são perceptíveis na região e que afetam de forma direta ou indireta para os agricultores e a comunidade próxima.
- Medidas de intervenção a serem para solucionar os problemas apresentados.

ANEXO 2

TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “IDENTIDADES CAMPESINAS AMEAÇADAS: riscos à vida e novas ruralidades na comunidade Vila dos Coqueiros a partir do avanço da cana de açúcar”, sob a responsabilidade do pesquisador **Eduardo Rozetti de Carvalho** e seu orientador **Vicente de Paulo da Silva**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender as formas de produção, trabalho e vida de moradores da comunidade Vila dos Coqueiros e entorno, descrevendo os aspectos internos e externos que influenciam nessa realidade.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Eduardo Rozetti de Carvalho durante a realização das entrevistas na comunidade Vila dos Coqueiros e nas propriedades agrícolas, em seu entorno, no local de moradia ou trabalho do entrevistado.

Na sua participação você será submetido a uma entrevista, realizada com uma série de perguntas feitas pelo pesquisador, baseadas em roteiros de entrevistas previamente elaborado, com a coleta somente das informações que desejar responder. Com a gravação sonora das respostas, ou na impossibilidade disto as respostas serão anotadas pelo entrevistador. As gravações posteriormente serão transcritas seguidas de suas desgravações, com análise somente do material transscrito. Você não precisa responder a qualquer pergunta se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em desconfortos emocionais individuais, que caso venham a ocorrer, por serem de ordem subjetiva e intensidade mínima, resultam do compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais sobre os aspectos históricos, vida e trabalho do entrevistado, podendo levá-lo a momentos de incômodos, constrangimento ou euforia. Além disso não são conhecidos riscos físicos.

Os benefícios não são diretos para o participante deste estudo. Apenas benefícios esperados posteriores com o conhecimento gerado no final do estudo, onde será possível construir um diagnóstico da vulnerabilidade da comunidade quanto as modificações das atividades do campo em sua região. Que por sua vez, será encaminhado aos poderes públicos regionais para que faça parte do seus planejamentos de ações e medidas sociais no desenvolvimento da realidade camponesa, estimulando mudanças positivas ao bem-estar comunitário.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo

ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato: com o pesquisador Eduardo Rozetti de Carvalho e com seu orientador Vicente de Paulo da Silva pelo telefone profissional (34)32916305, Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica, Bloco 1H, Av. João Naves de Ávila, 2121, Bairro Santa Mônica, Uberlândia/MG, CEP 38400-902. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: (34)32394131.

Uberlândia, ____ de _____ de 201__

Assinatura do pesquisador

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

ANEXO 3

PARECER CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: identidades campesinas ameaçadas: riscos à vida e novas ruralidades na comunidade Vila dos Coqueiros a partir do avanço da cana de açúcar

Pesquisador: Eduardo Rozetti de Carvalho

Área Temática:

Verão: 2

CAAE: 46203415.7.0000.5152

Instituição Proponente: Instituto de Geografia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.213.010

Apresentação do Projeto:

Conforme apresenta o protocolo:

"A ação dos Grandes Projetos de Investimentos (GPI), como os do setor canavieiro, deve ser entendido por meio de ações e processos de conflitualidade dos agentes envolvidos de um lado pelo capital e do outro pelas comunidades e agricultores residentes nas áreas de interesse dos GPI's. Esse processo cria estruturas territoriais temporariamente definidas, mas, em contrapartida, em constante processo de (redes)territorialização. Pensando nesse aspecto, surge a necessidade de compreendermos um desses cenários que é a comunidade camponesa Vila dos Coqueiros e seu entorno, em Itapagipe Minas Gerais, como local de transformações canavieiras na última década. Transformações essas que modificaram de forma a (re)criar modos de produção, vida e trabalho dos agricultores e da comunidade, urbanas e rurais. Assim, o objetivo principal desse projeto é compreender as dinâmicas e estratégias de resistência dos agricultores e moradores da comunidade camponesa Vila dos Coqueiros, em Itapagipe-MG, localizados na área de atuação da Usina Itapagipe, observando suas formas de enfrentamento aos modos de vida instituídos no contexto local em que estão inseridos de instalação e desenvolvimento de Grandes Projetos de Investimento Canavieiros. Metodologicamente, o estudo está sustentado em debates e reuniões acerca da temática, bem como direcionamentos reflexivos das realidades (re)criadas pelo avanço

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224- Campus Sra. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 1.213.010

dos GPI em comunidades camponesas. A estratégia de pesquisa é a realização de um estudo de caso, por meio do desenvolvimento do método monográfico/etnográfico, com o nível que propomos sendo de pesquisas do tipo descritivas e explicativas com realização de levantamento de dados primários, por meio de roteiros de entrevistas semiestruturados e não estruturados de acordo com grupos amostrais construídos, além de observações visuais. Processo concomitante com levantamento de dados secundários em banco de dados de instituições de representação a temática. O referencial bibliográfico é baseado em diversificados e variados grupos de autores e estudiosos de várias temática, como a de riscos e vulnerabilidade social, dinâmica camponesa, a força dos Grandes Projetos de Investimentos, entre outros. Esperados com o projeto contribuir com o conhecimento da temática além de construir um material que possibilite entender aspectos internos e externos que modelam as comunidades camponesas tanto na produção, no trabalho e na vida desses sujeitos quando na expansão do capital canavieiro.

[...]

Hipótese:

Pensa-se que a comunidade camponesa Vila dos Coqueiros representa um cenário de transformação regido pelo capital canavieiro, foco portanto dos grandes projetos de investimentos canavieiros de capital privado, que por sua vez modificou de forma a (re)criar modos de produção, trabalho e vida dos moradores da comunidade e agricultores de seu entorno. Todavia, essas transformações foram geradas de acordo com as necessidades do capital e não dos sujeitos campesinos residentes. Portanto, supõe-se que novos hábitos foram impostos em favor de uma nova realidade, ou seja, o avanço da cana de açúcar e a reprodução do capital desse setor, gerando vulnerabilidades e riscos sociais a esses moradores, como a dissolução individual e comunitária, perda das identidades históricas de produtivas, de vida e fontes de renda. Imagina-se ainda a existência de diversos perigos que esses residentes são submetidos, ocasionados pelo processo de crescimento da atividade canavieira na região, como acidentes, doenças ou mortes, decorrentes talvez pela exposição a produtos tóxicos, por envenenamento de mananciais aquáticos, riscos de incêndios ou ferimentos por animais peçonhentos, trânsito de maquinário, entre outros fatores. Assim, nossa hipótese é que, embora a comunidade campesina Vila dos Coqueiros tenha se mantido até o momento, as realizações, de ações efetivas de expansão da atividade canavieira em seu entorno, tem propiciado aspectos internos e externos que influenciam em sua realidade, alterando as formas de produção, trabalho e vida de moradores da comunidade local e em seu entorno, do ponto de vista crítico, tendo que se descobrir como ocorre e apresenta-se a geração de vulnerabilidades, riscos, perigos, resistências e novas ruralidades."

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121 - Bloco "A", sala 224 - Campus Sítio Mônica

Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144

UF: MG Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4335

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 1.212.010

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as dinâmicas e estratégias de resistência dos agricultores e moradores da comunidade campesina Vila dos Coqueiros, em Itapagipe- MG, localizados na área de atuação da Usina Itapagipe, observando suas formas de enfrentamento aos modos de vida instituídos no contexto local em que estão inseridos de instalação e desenvolvimento de Grandes Projetos de Investimento Canavieiros.

Objetivo Secundário:

Traçar as relações sociais, econômicas e culturais da comunidade Vila dos Coqueiros, Itapagipe-MG, destacando suas estratégias de resistência no contexto canavieiro, além de estabelecer as oposições das diferentes territorialidades que são formadas pelo Capital.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

Riscos: Os riscos consistem em desconfortos emocionais individuais, que caso venham a ocorrer, por serem de ordem subjetiva e intensidade mínima, resultam do compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais sobre os aspectos históricos, vida e trabalho do entrevistado, podendo levá-lo a momentos de incômodos, constrangimento ou euforia. Além disso não são conhecidos riscos físicos. Atentamos que existe o risco mínimo de identificação do sujeito e que para minimizar este risco os entrevistados não serão identificados, sendo apenas atribuído uma numeração aleatória de controle ao sujeito da entrevista.

Benefícios: Os benefícios não são diretos para o participante deste estudo. Apenas benefícios esperados posteriores com o conhecimento gerado no final do estudo, onde será possível construir um diagnóstico da vulnerabilidade da comunidade quanto as modificações das atividades do campo em sua região. Que por sua vez, será encaminhado aos poderes públicos regionais para que façam parte dos seus planejamentos de ações e medidas sociais no desenvolvimento da realidade camponesa, estimulando mudanças positivas ao bem-estar comunitário.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos devidamente apresentados.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "IA", sala 224- Campus Sta. Mônica	
Bairro: Santa Mônica	CEP: 38.408-144
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131	Fax: (34)3239-4335
	E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 1.213.010

Integra, por ele assinado.

- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, Item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Termo de Compromisso Equipe Executora.pdf	14/06/2015 21:37:04		Aceito
Outros	Solicitacao do pesquisador para a Institucao prefeitura sindicato.pdf	14/06/2015 21:40:37		Aceito
Outros	Declaracao Instituicao Co Participante.pdf	14/06/2015 21:42:24		Aceito
Outros	pagina links curriculos Lattes.pdf	14/06/2015 21:43:49		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO 524444.pdf	14/06/2015 21:52:08		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	16/06/2015 15:07:56		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO 524444.pdf	16/06/2015 15:08:32		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO 524444.pdf	16/06/2015 17:04:29		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	28/07/2015 14:38:51		Aceito

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144

UF: MG Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4335

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 1.212.010

Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/07/2015 14:38:51		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto de pesq uisa.pdf	28/07/2015 14:40:03		Aceito
Outros	Modelo dos Instrumentos de coleta de dados.pdf	28/07/2015 14:40:57		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO_524444.pdf	28/07/2015 14:41:35		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLÂNDIA, 02 de Setembro de 2015

Assinado por:

 Sandra Terezinha de Farias Furtado
 (Coordenador)

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "IA", sala 224- Campus Sra. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.400-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br